



UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TESE DE DOUTORADO

**AS FLORES E OS FRUTOS DA LUTA
O SIGNIFICADO DA ORGANIZAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA PARA AS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS**

LAETICIA MEDEIROS JALIL

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

AS FLORES E OS FRUTOS DA LUTA
O SIGNIFICADO DA ORGANIZAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA PARA AS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

LAETICIA MEDEIROS JALIL

Sob a orientação do Professor

Dr. Jorge Osvaldo Romano

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, 2013.

Classificação
dada pela
Biblioteca
T

Jalil, Laetícia. (do aluno(a))

As flores e os Frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais / Laetícia Medeiros Jalil, 2013.

Total de folhas (exemplo: 209 f.) incluindo anexos se houver

Orientador: Jorge Osvaldo Romano

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: (exemplo: f. 188-198)

1. Gênero - Teses. 2. Movimento de mulheres Trabalhadoras Rurais Sertão Central –MMTR-SC – Teses. 3. Espaço-público – Teses. 4. Democratização – Teses. I. Romano, Jorge Osvaldo. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)

LAETICIA MEDEIROS JALIL

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do
grau de Doutor em Ciências.

Tese aprovada em 20/09/2013

Jorge Osvaldo Romano, Dr. UFRRJ/CPDA
(Orientador)

Nelson Giordano Delgado, Dr. UFRRJ/CPDA

Gema Galgani Esmeraldo, Dra. UFC

Mariana Leal Rodrigues, Dra. Unirio

Betty Nogueira Rocha, Dr(a). UFRRJ

À memória de Vanete Almeida ou Dona Netinha, que me mostrou a força da mulher sertaneja
e a beleza do Sertão do Pajeú.

*Porque quando eu comecei o trabalho no distrito, lugarzinho como esse aqui que se chama
Caiçarinha da Penha, eu não tinha nenhuma pretensão a não ser que as mulheres
aprendessem que elas podiam se libertar, que saíssem daquela escravidão que eu via tão
visível e dolorosa, né?*
Vanete Almeida

Criança no colo, calor no fogão,
Rodilha nos ombros, cansaço na pia,
Encosta a enxada, vai pra reunião,
Com a esperança de mudar um dia.

Ninguém vem à Terra cumprir a missão
De ser mãe – esposa – avó – irmã – tia,
Por isso mulheres com convicção
Lutam contra a farsa da sina Maria.

Por sonhos roubados, por dignidade,
Por direitos presos, pela liberdade,
Por tudo que a vida tem lhes retirado

Pela natureza que lhe deu a vida
A mulher caminha de cabeça erguida
Pra não ser escrava do patriarcado

Resumo

JALIL, Laeticia Medeiros. **As Flores e os Frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

Esta tese apresenta uma reflexão sobre o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC), como um novo sujeito político que reconfigura o mundo rural a partir de demandas e questionamentos específicos apresentados pelas mulheres rurais, como forma de ação coletiva. A partir da década de 1980, as mulheres rurais passam a se organizar em movimentos sociais como o MMTR-SC, que trazem à luz discussões em torno do reconhecimento destas como Trabalhadoras Rurais, categoria que passa a ser reconhecida pelo movimento sindical e, sobretudo, incorporada pelo Estado no direcionamento de ações que orientam a elaboração de políticas públicas, como aposentadoria, licença maternidade, dentre outras. O MMTR-SC ao longo de seus 30 anos de luta, desenvolve estratégias políticas diferenciadas, reafirmando o sindicato como um dos espaços de ação política para as mulheres, porém, criando novas formas de organização e mobilização, como os Grupos Produtivos, onde as mulheres rompem com o isolamento social e político. Os grupos são percebidos como o *espaço da mulher*, onde aprendem novas técnicas de produção e beneficiamento agrícola, artesanato, trocam experiências de vida e como um “coletivo”, elas rompem as barreiras culturais impostas e transformam não só suas realidades, mas a realidade de suas famílias e de suas comunidades. Para tal foram realizadas entrevistas com mulheres “lideranças históricas” do MMTR-SC e do Grupo Mulher Flor do Campo, acompanhamento do Grupo Produtivo em diversas atividades, revisão bibliográfica sobre a temática, análise dos documentos do movimento e observação participante durante as reuniões do Grupo e no convívio com algumas mulheres lideranças do Grupo. Assim, apresentamos o contexto do surgimento do MMTR-SC como movimento autônomo de mulheres, a construção da categoria *mulher trabalhadora rural* nos embates com o sindicalismo tradicional da época e o questionamento as estruturas políticas dominantes; também apresentamos os olhares diferenciados de lideranças “históricas” do MMTR-SC, entrecruzando-os com os das mulheres que participam do Grupo Produtivo Mulher Flor do Campo, o que nos permite perceber que as estratégias para atuação se modificam a partir dos contextos políticos, culturais e sociais vivenciados pelas mulheres e que o Grupo Produtivo, além de ser um espaço para geração de renda econômica, é um importante instrumento de *empoderamento* para as mulheres, bem como fortalece o MMTR-SC internamente. Percebe-se que a partir da organização e participação política das Mulheres Trabalhadoras Rurais no MMTR-Sertão Central e no Grupo Produtivo Mulher Flor do Campo, elas ressignificam o espaço público, questionam o *local da política do local e a política do lugar* (trazendo novas demandas e questionando a ordem existente), o que contribui para a democratização do meio rural brasileiro.

Palavras chave: Gênero, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais _- Sertão Central, espaço público, democratização.

Abstract

JALIL, Laeticia Medeiros. **As Flores e os Frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

This thesis presents a reflection on the Movement of Rural Women Workers of *Sertão Central* (MMTR-SC, in portuguese), as a new political subject that reconfigures the countryside starting from demands and specific questions presented by rural women, as a form of collective action. From the 1980's, rural women are organizing themselves in social movements such as MMTR-SC, which bring into light discussions about their recognition as *Rural Women Workers*, a category that is now recognized by the union movement and mainly built by the state in directing actions that guide the development of public policies, such as retirement, maternity leave, among others. The MMTR-SC throughout his 30 years of struggle, develops differentiated politic strategies, reaffirming the union as one of the spaces of political action for women, however, creating new forms of organization and mobilization, as Productive Groups where women break up with the social and political isolation. These groups are perceived as *women's place*, where they learn new techniques of production and agricultural processing, handicrafts, share life experiences as a "collective" and break up cultural barriers imposed to them and, not only transform their realities, but the reality of their families and of their communities. In this sense, interviews were conducted with women "historic leaders" of MMTR-SC and Productive Group *Mulher Flor do Campo* in various activities, literature review on the topic, document analysis and participant observation of the movement during the meetings of the Group and during the interaction with some women leaders. Thus, we present the context of the emergence of MMTR-SC as autonomous women's movement, the construction of the category *Rural Women Workers* in clashes with the traditional trade unions at the time and the questioning of the dominant political structures; also we present the different standpoints of "historic" leaders of the MMTR -SC, crisscrossing them with the women participating in the Women's Productive Group *Mulher Flor do Campo*, which allows us to realize that the action strategies are modified in relation to the political, cultural and social contexts experienced by women and that the Productive Group, besides being a space for generating economic income, is an important tool of *empowerment* for women, as well as strengthens the MMTR-SC internally. It can be seen that starting from the organization and political participation of rural women workers in MMTR-SC and in the Productive Group *Mulher Flor do Campo*, they reframe the public space, questioning the *politics of location* and the *location of politics* (bringing new demands and questioning the existing order) which contributes to the democratization of brazilian rural environment.

Keywords: Gender, Movement of Rural Women Workers - *Sertão Central*, public space, democratization.

Resumen

JALIL, Laeticia Medeiros. **As Flores e os Frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

La presente tesis trae una reflexión sobre el Movimiento de Mujeres Trabajadoras Rurales del *Sertão Central* (MMTR-SC), como un nuevo sujeto político que reconfigura el mundo rural a partir de demandas y cuestionamientos específicos presentados por las mujeres rurales, como forma de acción colectiva. A partir de la década de 1980, las mujeres rurales pasan a organizarse en movimientos sociales como el MMTR-SC, que traen a luz discusiones en torno del reconocimiento de éstas como *trabajadoras rurales*, categoría que pasa a ser reconocida por el movimiento sindical y, sobretodo, incorporada por el Estado en lo tocante al direccionamiento de acciones que orientan la elaboración de políticas públicas, como retiro, licencia de maternidad, entre otras. El MMTR-SC, a lo largo de sus 30 años de lucha, desarrolla estrategias políticas diferenciadas, reafirmando el sindicato como uno de los espacios de acción política para las mujeres, sin embargo, creando nuevas formas de organización y movilización, como los Grupos Productivos, donde las mujeres rompen con el aislamiento social y político. Los grupos son percibidos como el *espacio de las mujeres*, donde aprenden nuevas técnicas de producción y beneficiamiento agrícola, artesanía, intercambia experiencias de vida y como un “colectivo”, ellas rompen las barreras culturales impuestas y transforman no solo sus realidades, sino la realidad de sus familias y de sus comunidades. En este sentido, fueron realizadas entrevistas con mujeres “líderes históricas” del MMTR-SC y del Grupo Productivo *Mulher Flor do Campo*, acompañamiento de este último en diversas actividades, revisión bibliográfica sobre el tema, análisis de los documentos del movimiento y observación participante durante las reuniones del Grupo y durante el convivio con algunas mujeres líderes del Grupo. Así, presentamos el contexto del surgimiento del MMTR-SC como movimiento autónomo de mujeres, la construcción de la categoría *mujer trabajadora rural* en los embates con el sindicalismo tradicional de la época y el cuestionamiento de las estructuras políticas dominantes; también presentamos las miradas diferenciadas de líderes “históricas” del MMTR-SC, entrecruzándolos con la mirada de las mujeres que participan del Grupo Productivo *Mulher Flor do Campo*, lo que nos permite Percibir que las estrategias de actuación se modifican a partir de los contextos políticos, culturales y sociales vividos por las mujeres y que el Grupo Productivo, además de ser un espacio para la generación de ingresos económicos, es un importante instrumento de *empoderamiento* para las mujeres, que además fortalece al MMTR-SC internamente. Percibimos que a partir de la organización y participación política de las mujeres trabajadoras rurales en el MMTR-SC y en el Grupo Productivo *Mulher Flor do Campo*, ellas resignifican el espacio público, cuestionan *el local de la política y la política del lugar* (trayendo nuevas demandas y cuestionando el orden existente), lo que contribuye con la democratización del medio rural brasileño.

Palabras clave: Género, Movimiento de Trabajadoras Rurales - *Sertão Central*, espacio público, democratización.

AGRADECIMENTOS

*Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado el sonido y el abecedario
Con él, las palabras que pienso y declaro
Madre, amigo, hermano
Y luz alumbrando la ruta del alma del que estoy amando*

*Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado la risa y me ha dado el llanto
Así yo distingo dicha de quebranto
Los dos materiales que forman mi canto
Y el canto de ustedes que es el mismo canto
Y el canto de todos que es mi propio canto*

Gracias a la vida, gracias a la vida!

Violeta Parra

Um trabalho como este não é êxito individual, apesar de ter claro que os louros da titulação acadêmica recaem sobre mim e me beneficiarão, principalmente dentro da lógica acadêmica, em que o conhecimento se mede por um título.

Esta tese é fruto da construção coletiva, que envolveu diversas pessoas e me colocou em situações bastante especiais; como também reflete as mudanças permitidas e vivenciadas por mim ao longo destes quatro anos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da UFRRJ. O encontro com os professores e professoras reafirmou minha decisão para a formação neste Programa, mas a presença dos e das colegas foi imprescindível para garantir o espírito de amizade e pesquisa que caracteriza o CPDA.

A Jorge Romano, que acreditou em meus projetos (muitos), mas, principalmente, que me deixou voar. Obrigada pela orientação, pelas trocas, conversas e por estar presente. E pelos belos bons botecos que conheci e as melhores “mil folhas” do Rio de Janeiro.

Às mulheres Trabalhadoras Rurais do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC), Vanete Almeida, Benedita, Maria Jucá, Nenzinha, Lia de Itapetim, Carminha, Leonor, Inês. Obrigada por me permitirem conhecer suas vidas, entrar em suas casas e contar parte de suas histórias, ver seus prantos e risos e, principalmente, compreender o orgulho de serem Mulheres Trabalhadoras Rurais.

A todas as mulheres que constroem o MMTR-SC e a Fetape Serra Talhada, que me receberam com carinho e atenção.

Às mulheres do Grupo Mulher Flor do Campo, que me permitiram compartilhar projetos, aulas, oficinas, passar dias e dias perguntando e incomodando. Que me receberam sempre com alegria e disposição, e me ajudaram a compreender a ponte entre o presente e o passado das mulheres trabalhadoras rurais deste Sertão do Pajeú e do MMTR-SC.

Às minhas alunas bolsistas do Projeto de Pesquisa e Extensão “Participando Sem Medo de Ser Mulher”, Adreanne Bem, Eliane Souza e Maria Júlia Michellin.

À minha mãe, Tânia, minha irmã, Simone, e às sobrinhas, Layla, Luiza, Helena, minhas tias Penhita, Beth, Eunice e minha avó, Ceir, mulheres de minha vida e que sempre me fazem lembrar de onde vim.

Agradeço a Gaia, Pacha Mama, mãe natureza, vida e força feminina, onde busco energia, vitalidade e a lembrança e força de minhas antepassadas.

Às amigas-irmãs que a vida me presenteia, sempre me lembrando de que vale a pena viver e não ter a vergonha de ser feliz: Islândia Teixeira, Patrícia Xavier, Daniela Egger, Francine Pinheiro, Lorena Moraes, Virgínia Aguiar, Fabiana Silva, Socorro Oliveira, Mônica Mirtes e Roberta Meneses.

Aos colegas de turma de doutorado Silvia Aquino e João Andrade, pelos estímulos mútuos e pelos muitos *uhu!!!!* e vibrações conjuntas; à colega Caroline Bordalo, por ter compartilhado comigo seu conhecimento sobre o MMTR-NE, sem egoísmo, pois conhecimento quanto mais se divide, mais se recebe.

Às mulheres que cruzaram minha vida, companheiras que me ajudam a entender que é necessário *mudar o mundo para mudar a vida das mulheres!*

A Ivete, Caribé e Raimundinho, que dividiram comigo um pedaço do paraíso em Triunfo e me deram o silêncio necessário e a sopa quente e o abraço acolhedor nas noites.

Agradeço a todas as pessoas que estiveram, mesmo por poucos momentos, ao meu lado, que deixaram um pouco de si e levaram um pouco de mim. E estes dias ouvi: “Vá buscar à vida Lae!”. Assim vou!

“Já compreendo a verdade, estala em meus desejos, e na ponta dos meus dedos... em meus desencontros, em meus desequilíbrios, em meus delírios... já compreendo a verdade... e agora... a buscar a vida!”

LISTA DE ABREVIACÕES

Amutres - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo
ALAS – Associação Latino-Americana de Sociologia.
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro
Camutra - Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre
CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural
CEM/Fetagro - Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNMTR/CUT - Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPDA - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CUT - Central Única dos Trabalhadores
FASC - Feira Agroecológica de Santa Cruz da Baixa Verde
Fetape - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco
Miqcb - Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA-SC - Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
MMA-SP - Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR-NE - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MMTR-RS - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MMTR-SC - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central
MMTR-SE - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
Neppas - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido
PDHC - Projeto Dom Helder Câmara
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

Pronaf - Programa Nacional de Agricultura Familiar

REDE LAC - Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe

REF - Rede Economia e Feminismo

Remte - Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia

STR-SC - Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – OS CAMINHOS DA PESQUISA: “CAMINHAR PELO SERTÃO CENTRAL E O SERTÃO DO PAJEÚ”	15
Sobre a Pesquisa e a Escolha do Tema.....	18
Sobre como fazer.....	19
CAPÍTULO I – AS FLORES: A LUTA DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO BRASIL	30
1.1 Histórico da Luta e Organização na Construção de um Novo Sujeito Político: Mulher Trabalhadora Rural.....	31
1.2 As Relações de Gênero no Mundo Rural Brasileiro.....	41
1.3 O Ser Mulher Trabalhadora Rural: a Construção da Identidade.....	59
1.4 A Luta das Mulheres Rurais e o Reconhecimento do Sujeito Político: as Conquistas e Mudanças nos Espaços Públicos e nas Políticas Públicas.....	69
CAPÍTULO II – O MMTR-SERTÃO CENTRAL: A MUDANÇA NA LUTA E A LUTA POR MUDANÇAS	75
2.1 Contexto Sócioeconômico da região.....	76
2.2 Sertão Central e Sertão do Pajeú: Delimitações Culturais e Políticas.....	82
2.3 O MMTR-Sertão Central: a Conformação do Movimento.....	84
2.4 O Ser Mulher no Sertão: o Olhar das Lideranças Históricas.....	92
2.5 Ei, estamos aqui! As Frentes de Emergência e a Luta pelo Reconhecimento do Trabalho feminino.....	97
2.6 O Apoio Necessário – os Assessores Aliados.....	102
2.7 Devagar fomos longe: a Tese das Mulheres no IV Congresso da CONTAG: pelo Direito à Sindicalização Feminina (1985).....	111
2.8 A <i>Re-organização</i> dos Sindicatos e a Inserção das Mulheres Trabalhadoras Rurais.....	114
2.9 O Significado da Participação Política para as Mulheres.....	121
2.10 O MMTR-Sertão Central como <i>Novo</i> Sujeito Político.....	126
CAPÍTULO III - O GRUPO PRODUTIVO <i>MULHER FLOR DO CAMPO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE, SERTÃO DO PAJEÚ-PE</i>	139
3.1 Histórico do Grupo Mulher Flor do Campo.....	140
3.2 Caracterização do Grupo.....	150
3.3 Lugar de Mulher é na Feira Agroecológica: a Feira Agroecológica de Santa Cruz da Baixa Verde (FASC) como Espaço de Comercialização.....	172
3.4 O Grupo como “Espaço da Mulher”.....	176
CONCLUSÃO - OS FRUTOS DA LUTA: A RESSIGNIFICAÇÃO DA POLÍTICA DO LOCAL E DO LOCAL DA POLÍTICA	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190
ANEXOS	201

INTRODUÇÃO



**OS CAMINHOS DA PESQUISA
CAMINHAR PELO SERTÃO CENTRAL
E O SERTÃO DO PAJEÚ**

OS CAMINHOS DA PESQUISA OU CAMINHAR PELO SERTÃO CENTRAL E O SERTÃO DO PAJEÚ

Esta tese é fruto de um processo de muitas mudanças: mudança de casa, de vida, de estado, de trabalho e, certamente, reflete este processo de transformações. Durante estes quatro anos de doutorado, passei no concurso para professora na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), o que me possibilitou entrar em contato com uma realidade totalmente diferente da que estava acostumada e pelo que ouvi muito: “Você está louca menina?” “Você vai ter com quem ‘dialogar’?” “Como você vai deixar o Rio de Janeiro para ir para Serra Talhada?” E fui!

Mergulhei no Sertão do Pajeú e nem imaginava o que iria encontrar. Um território fértil de lutas e da poesia, onde Bráulio Tavares disse que “se a poesia brilhasse o Pajeú era uma estrela”! E é verdade. Aqui a poesia flui nas salas de aula, nas ruas, nas cantorias de viola, nas feiras, nos bares. A poesia é um excelente instrumento didático, que me aproximou dos alunos/as, mas, sobretudo, das comunidades rurais e do povo do sertão.

O Sertão do Pajeú é também o lugar das organizações dos trabalhadores rurais e do renascimento do movimento sindical - o Pólo Sindical do Sertão Central, das secas e das frentes de emergência, do coronelismo tradicional e das Mulheres Trabalhadoras Rurais, lutando para serem reconhecidas e questionando o machismo e o patriarcado arraigados nas pedras e solo seco deste Sertão. Das lutas pela sobrevivência cotidiana e da convivência com o semiárido, questionando a perspectiva política do combate à seca, que alimentou e ainda alimenta a indústria da seca no Brasil.

O Sertão do Pajeú se entrecruza politicamente com o Sertão Central, delimitação do movimento sindical que constrói outra territorialidade, sobreposta ao Pajeú, mas se misturando, completando-se, fortalecendo-se. Assim, o Sertão do Pajeú e o Sertão Central criam um lugar específico, onde nasce o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC).

Quando vim para cá, já sabia que aqui nasceu o MMTR-SC, o que me deixou muito animada, pois desde minha graduação venho estudando e tentando compreender o processo de luta das mulheres rurais. Esta é minha paixão e um desafio acadêmico, pois nem sempre consigo me “afastar” metodologicamente para ter uma visão imparcial e neutra sobre meu “objeto”. Coincidentemente, para a elaboração de um texto em 2009 para o XXVII Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), ocorrido em Buenos Aires -

Argentina, junto com minha amiga Caroline Bordalo, sobre o movimento de mulheres rurais no Brasil, em que buscávamos comparar as estratégias políticas de dois movimentos de mulheres - o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) - entrei em contato pela primeira vez com estas mulheres, mesmo estando tão distante. Quando cheguei ao Sertão do Pajeú, vim direto procurar Vanete Almeida e fiquei impressionada com sua força, com sua doçura e com seu sorriso enorme e franco. Que mulher linda e forte e que me recebeu muito bem!

Já no primeiro momento me perguntou: *“E por que você não estuda o MMTR-SC? Temos tantas coisas acontecendo por aqui!”* Naquele momento eu havia terminado as disciplinas do doutorado e meu projeto de pesquisa era uma continuação das pesquisas iniciadas durante o mestrado sobre o Movimento de Mulheres Camponesas. Iniciamos assim uma bela parceria com o MMTR-SC para capacitação e fortalecimento de Grupos de Mulheres. Como professora, aprovei um projeto junto ao CNPq, com o qual iniciamos uma pesquisa e ações de extensão com o Grupo de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Santa Cruz da Baixa Verde, o Grupo Mulher Flor do Campo. Também durante este período iniciamos a formação de um Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido (Neppas), do qual o MMTR-SC e o Grupo Mulher Flor do Campo são parceiros em muitas atividades, como seminários, intercâmbios e oficinas de capacitação.

No caminhar da tese, percebi que, de fato, estava muito “afastada” de meu “objeto” de estudo, o MMC; ao contrário, estava mergulhada em uma realidade fértil e que se apresentava com muitas possibilidades para minha tese. Então iniciei um processo de mudança de projeto de pesquisa e de diálogo com esta realidade a partir de um novo olhar.

Neste processo agradeço ao meu orientador, que me permitiu fazer esta guinada de 180° em minha pesquisa para a tese, bem como me apoiou para que me sentisse livre para ir fundo nesta escolha.

Muito se escreveu sobre as Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC) e sobre o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais Nordeste (MMTR-NE), e o que parece fácil foi se tornando uma tarefa complicada: o que eu iria dizer que já não foi dito, observado, sistematizado? Também outra questão que, para mim, novamente se apresentava como um desafio era que estas mulheres que eu queria estudar são *empoderadas* demais. Já foram muito estudadas e muito foi dito sobre elas. Agora questionam, certamente, para que servem estes estudos e o que se reverte positivamente para elas. Deixam claro que não aceitam mais o famoso “vampirismo acadêmico” e que para o MMTR-SC há uma

necessidade de avaliação destes estudos. Uma das coordenadoras me disse: *“Nós não aceitamos mais qualquer pesquisadora chegar aqui dizendo que vai nos estudar. Para quê? Quase nada fica para nós. Agora a gente sempre avalia antes e queremos saber o que vai ficar para o movimento.”*

E foi isso que fiz. Apresentei uma proposta de estudo e levei para a coordenação, que me deu a oportunidade de apresentar o que iria fazer, como, com quem e para quê. Aqui o desafio metodológico se apresentava, pois estas mulheres não se colocam na posição “fácil” de serem contadoras de histórias ou, academicamente falando, informantes. Elas apresentam em suas trajetórias de vida um intenso processo de capacitação, de formação, de participação em espaços políticos; elas sabem o que falam e para quem.

É neste contexto que se circunscreve esta tese. Estou ciente dos limites da pesquisa, bem como dos meus limites enquanto pesquisadora e militante do movimento feminista. Fazer o estranhamento foi novamente um desafio e confesso que, nesta tese, não verão um texto limpo, academicamente acabado. Este texto não esconde minha paixão pelo tema, minha disposição em compreender como as opressões se configuram e minha vontade de entender como podemos questionar e mudar. Meu olhar enxerga a partir de uma proposta de descrição e prescrição, ou seja, quero compreender o mundo e como as relações sociais se apresentam, em relações de poder, de opressão, de invisibilidade de grupos sociais, em silêncios e ausências.

Sobre a Pesquisa e a Escolha do Tema

A pesquisa para esta tese começou em conversas com Vanete Almeida. Cada vez que nos encontrávamos, ela ia revelando partes da história do MMTR-SC que se mesclam com a sua história. Esta relação se constituiu numa bela amizade, boas conversas, risadas e aprendizados. Em 2012, fui surpreendida com a notícia de que Vanete Almeida estava com câncer e, neste momento, decidi realmente qual seria o tema desta pesquisa: estudar o MMTR-SC e as suas conquistas ao longo de sua história. Queria conhecer as “mulheres lideranças históricas”¹ do Movimento, saber o que pensavam e como viam atualmente estas conquistas. A partir das provocações de Vanete, busquei saber o que pensam as mulheres que

¹ Compreendemos por “lideranças históricas” as mulheres que estavam desde o surgimento do MMTR-SC e que a pesquisa de campo nos possibilitou encontrar. São Mulheres Trabalhadoras Rurais que participaram da articulação, mobilização e das primeiras reuniões do movimento. Algumas ainda estão ativas no MMTR-SC, outras já não participam mais.

estão no Movimento agora sobre este processo, acreditando que esta linha, nada linear, entre estes dois tempos sociais (o tempo das “mulheres históricas” e o tempo das “mulheres atuais”) poderia me dar muitas pistas sobre o significado da organização e da participação política para estas mulheres. Este é meu tema de tese.

Neste sentido, a proposta desta tese é estudar o significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais que participam do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, para aquelas que estavam desde sua formação e para as que estão hoje. Assim, outra questão é compreender como esta luta, iniciada na década de 80 pelo Movimento, é percebida hoje.

Buscamos descrever e compreender este significado entre as mulheres que participam do MMTR-SC e que estão inseridas no Grupo Produtivo Mulher Flor do Campo, compreendendo que o Grupo reflete uma das estratégias que o MMTR-SC utiliza para organizar e mobilizar as Mulheres Trabalhadoras Rurais atualmente: uma das formas que o Movimento tem de dialogar com as Mulheres Trabalhadoras Rurais e inserir o debate político em uma nova realidade.

Acreditamos que a participação das Mulheres Trabalhadoras Rurais no Grupo Produtivo Mulher Flor do Campo é parte da luta destas mulheres em suas trajetórias de vida, na reafirmação de ser “uma mulher trabalhadora rural”. O grupo produtivo se configura com um “espaço de mulher”, onde elas se fortalecem para as ações, tanto na esfera pública, quanto no enfrentamento às questões privadas.

Para tal, partimos da hipótese de que, a partir da organização política das Mulheres Trabalhadoras Rurais no MMTR-Sertão Central e no Grupo Produtivo Mulher Flor do Campo, elas ressignificam o espaço público, questionam a *política do local* e a *política do lugar* (trazendo novas demandas e questionando a ordem existente), o que contribui para a democratização do meio rural brasileiro.

Sobre como fazer

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre *eventos* do que sobre *significados*. Isso implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre páreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. (PORTELLI, 1997, p. 31).

A metodologia na pesquisa social não é uma escolha feita ao acaso, mas busca responder as questões que se apresentam no debate teórico com desenvolvimento das hipóteses, e que procure assegurar os objetivos determinados pela pesquisa. Desta forma, ir à campo para realizar uma pesquisa, não é algo que se faz espontaneamente, mas que na verdade traz consigo um aporte construído ao longo do período da pesquisa em si. Segundo Sautu (2005, p. 38) “*la metodologia trata de la lógica interna de la investigacion.*”

A partir da clareza da hipótese que nos orienta e dos objetivos traçados para a elaboração deste trabalho, optamos então por fazer entrevistas aprofundadas com as Mulheres Trabalhadoras Rurais e, a partir de suas trajetórias e histórias de vida, resgatar o momento de surgimento do MMTR-SC, compreendendo o significado disto para estas mulheres.

Bourdieu chama a atenção para o perigo de fazer a transposição para o trabalho científico dos sentidos que a história de vida traz do senso comum: uma vida como uma história que se desenrola de forma cronológica, em etapas sucessivas, unidirecional, como um percurso que vai de um ponto de origem a um final, cuja trama toda explica o sentido da vida do indivíduo. O perigo vem do fato de que “[o] sujeito e o objeto da biografia (o entrevistador e o entrevistado) têm de certo modo o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência contada (e, implicitamente, de qualquer existência)” (BOURDIEU, 2004, p. 75).

Para afastar-se desse perigo, assevera o autor, é preciso primeiramente intervir sobre as condições da pesquisa, diminuindo ao máximo a dominação simbólica na relação entrevistador/entrevistado, o que é possível alcançar atuando no nível da linguagem, na escolha adequada dos pares entrevistador-entrevistado, no conhecimento sobre a temática, no respeito e interesse no discurso do outro (que não se confunde com adesão), na crítica à própria atuação do pesquisador. Em segundo lugar, Bourdieu (2003, p. 693-708) afirma que é necessário livrar-se da obsessão pela cronologia e de tudo que seja inerente à representação da vida como história.

Bourdieu propõe considerar os acontecimentos biográficos como “alocações e como deslocamentos no espaço social”, como jogo, em que os movimentos do jogador são decididos em função da sua posição, interesses, recursos e da avaliação da posição, interesses e recursos dos outros jogadores. Isso também exige que o pesquisador trilhe o caminho com o propósito de formar um conhecimento prévio do *campus* no qual o entrevistado se move e das condições do entrevistado nesse *campus*, a partir da análise da “estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado”. Desta forma, Bourdieu (2004, p. 81-82) toma uma perspectiva de trajetória como o “conjunto das relações objetivas

que vincularam o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontam no mesmo espaço de possíveis”. Trata, portanto, a trajetória de um indivíduo sempre como relativa às condições objetivas de existência de um grupo social do qual este indivíduo faz parte. Isso é de especial importância para podermos pensar, a partir das entrevistas, na *subjetividade social* que se expressa *em e a partir* do MMTR-SC em tanto que sujeito coletivo, e que encontramos nas pessoas individuais que dele participam, como elaboração dinâmica entre o *eu* e o *nós*, na perspectiva do tempo histórico.

Para Paulilo (2010, p. 40), quando nos referimos a trajetória de vida não a estamos entendendo como um conjunto coerente e orientado de relatos lineares de acontecimentos que se sucedem, mas sim como um relato que constrói e reelabora percursos, imagens e representações de si e de eventos que se desviam e se deslocam a todo o momento, inelutavelmente situados a partir dos lugares sociais e culturais ocupados pelos sujeitos. Ainda, se as memórias individuais e coletivas são sempre produzidas a partir de um tempo e lugar específicos (HALBWACHS, 2004), o fato de dotar de inteligibilidade trajetórias de vida recomenda também procurar compreender o contexto em que as memórias sobre estas histórias foram construídas, representadas.

Neste sentido, outro autor que nos auxilia a compreender esta relação entre o indivíduo e o ambiente social em que está imerso e sua co-interferência é Norbert Elias. Para Elias (2005a, p. 119), há uma articulação entre a “*sociogênese*” dos processos sociais e a “*psicogênese*” dos processos individuais: o mesmo aparato dinâmico que produz resultados estruturais na sociedade produz resultados comportamentais no humano, de tal forma que ambas as curvas tendem a se encontrar, gerando a adaptação de cada um à dinâmica social: “Comportamento significa ajustamento a situações mutáveis”. A este processo de adequação entre o comportamento dos indivíduos e as estruturas sociais Elias chama “processo civilizador”.

Com este cuidado metodológico, iniciamos a pesquisa, realizando um levantamento bibliográfico, entrecruzando-o com os fatos históricos: a seca de 1980 no Nordeste, as frentes de emergência contra a seca, a abertura política no país (redemocratização), o ressurgimento dos movimentos sociais e do sindicalismo e, dentro deste universo, o surgimento da organização das mulheres rurais no Sertão do Pajeú e no Brasil.

No processo de construção do projeto da tese, deparamo-nos com uma piora de saúde de Vanete Almeida, e decidimos então iniciar nossa pesquisa por ela, o que foi uma decisão acertada por dois motivos básicos: ela tinha pouco tempo para nos contar um pedaço de sua

história e da história do MMTR-SC; ela é um elemento central na construção deste movimento, uma “informante privilegiada”, pois, além de estar na fundação do MMTR-SC, permanecia em sua direção até os dias atuais, podendo mostrar sua visão de temporalidade e mudanças.

Iniciar a pesquisa por Vanete Almeida foi perfeito! Em sua entrevista, ela foi dando “o mapa” das lideranças: onde estavam, o que fizeram, se ainda estavam vivas, como localizá-las. Estive com Vanete várias vezes e, em nosso último encontro, percebi que ela estava fragilizada e que de fato seria nosso último momento juntas. Nesta entrevista a deixei falar livremente, e esta mulher linda e forte foi mostrando suas fragilidades, seus medos, os desafios que via para as Mulheres Trabalhadoras Rurais e para o MMTR-SC, as questões políticas e partidárias, os problemas ambientais e sua luta pela defesa do Rio Pajeú (Vanete era coordenadora do Comitê da Bacia do Pajeú, entre tantas outras coisas em que se envolvia).

Vanete falou dos filhos, da família, das mulheres que conheceu ao longo de sua vida, dos encontros, das viagens, dos embates, dos parceiros. As entrevistas me deram nomes das mulheres históricas, dos assessores aliados, onde estavam atualmente e a atuação na época, entrecruzados, numa perspectiva histórica, com as questões políticas e estruturais enfrentadas, como a seca, as frentes de emergência, as ações dentro do sindicato, etc.

Não conseguimos, nesta tese, traduzir todo o significado para esta mulher da organização e da participação política das Mulheres Trabalhadoras Rurais, mas o que lerão traz parte deste sentimento e desta luta. Por isso, esta tese é dedicada a ela.

Outra dimensão importante na escolha do como fazer é que, a partir das entrevistas, queríamos regatar o olhar destas mulheres e, sobretudo, dar voz a elas. Registrar o pensamento, o significado para elas da luta, dos enfrentamentos vivenciados tornou-se mais do que o objetivo desta tese; tornou-se um compromisso, pois muitas destas mulheres estão velhas, estão perdendo suas memórias, estão morrendo. Assim, como nos ensina Michelle Perrot (2005), há um projeto social, político e cultural de silenciar a história das mulheres, um recurso para esconder e invisibilizar suas ações, suas falas, ocultando e/ou excluindo do texto histórico estes sujeitos, acreditando ser o texto histórico a verdade absoluta e inquestionável dos fatos reais. Por este motivo não usamos pseudônimos. Aqui as mulheres que nos falam, falam a partir de um lugar de poder e que deve ser visibilizado, conhecido, publicizado, registrado! Para Esmeraldo (2013, p. 254), “trazer a existência política da mulher como força social significa desocultar lutas das mulheres para construir a sua própria história e ressignificar a resistência do campesinato”.

Assim, cabe aqui destacar que este trabalho também é uma tentativa de trazer para o texto histórico a fala destas mulheres e reler a história a partir delas, de sua oralidade, do que fizeram e de como percebem estes feitos. Devemos deixar claro que o recorte destas entrevistas é dado a partir da determinação dos objetivos, do que queremos saber, ouvir; que este recorte é outra parte da história destas mulheres e do MMTR-SC. Para Portelli (1997, p. 36):

Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. [...] O conteúdo da fonte escrita é independente das necessidades e hipóteses do pesquisador; é um texto estável, que não pode ser apenas interpretado. O conteúdo das fontes orais, por outro lado, depende largamente do que os entrevistadores põem em termos das questões, diálogos e relações pessoais. É o pesquisador que decide, em primeiro lugar, que haverá uma entrevista. Pesquisadores sempre introduzem distorções específicas: informantes contam-lhes o que crêem eles queiram ouvir e assim revelam quem eles pensam que o pesquisador é. De outro lado, entrevistas rigidamente estruturadas podem excluir elementos cuja existência ou relevância fossem desconhecidas previamente para o entrevistador e não contempladas nas questões levantadas. Tais entrevistas tendem a confirmar a moldura de referência prévia do pesquisador. O primeiro requisito, por isso, é que o pesquisador ‘aceite’ o informante e dê prioridade ao que ela ou ele deseje contar ao que o pesquisador quer ouvir, reservando algumas questões não respondidas para mais tarde ou para outra entrevista. A comunicação sempre funciona de ambos os lados. Os entrevistados estão sempre, embora talvez discretamente, estudando os entrevistadores que os ‘estudam’. Os pesquisadores podem reconhecer este fato, em vez de tentar eliminá-lo em razão de uma neutralidade impossível (e talvez, indesejável) e assim, o resultado final da entrevista é o produto de ambos, narrador e pesquisador.

Adotando certos pressupostos e cuidados, a partir da entrevista de Vanete Almeida, fui desenrolando o novelo do labirinto desta pesquisa e construindo o mapa: localização geográfica das mulheres lideranças históricas e de outros atores que foram surgindo ao longo das entrevistas. Ao todo foram realizadas nove entrevistas com as mulheres lideranças históricas, quatro entrevistas com os assessores aliados, onze entrevistas com as mulheres que participam do Grupo Mulher Flor do Campo, além de várias visitas e acompanhamento das atividades realizadas pelo Grupo.

A realização das entrevistas com as mulheres lideranças históricas foi bastante prazerosa; porém, em cada entrevista, vi no rosto destas mulheres um misto de dor, alegria, força e saudade. Dor porque em suas falas muitas passaram por momentos de enfrentamento e de conflitos com as famílias; enfrentaram muitas barreiras sociais nas comunidades, muita pobreza e trabalho pesado (em casa e no roçado), no cuidado dos filhos e filhas. Todas tiveram muitos filhos e todas perderam muitos filhos na primeira fase de vida, o que parece ser “normal” entre as mulheres rurais desta época. Alegria por lembrarem das conquistas, das

viagens, dos encontros, das trocas, dos momentos de luta e das mudanças vivenciadas. Força, pois, ao resgatarem estas lembranças, estas memórias que estavam entre tantos outros acontecimentos em suas vidas, elas se sentem fortes. E saudade, quando lembram da energia e saúde que não possuem mais; saudades dos tempos de luta, de irem para rua, de se organizarem, de entrarem num ônibus e cruzarem o Brasil. Saudades de Netinha e, assim, muito choro.

O que vivenciei como pesquisadora durante a realização das entrevistas foi como mexer numa caixa que estava fechada há muito tempo e, ao abri-la, ver o ouro e a poeira que guardava. Muitas mulheres relataram que as entrevistas lhes fizeram bem, deram a elas força, resgataram sua história. Eu sentia, a cada entrevista realizada, que ia desenrolando o novelo, pois cada uma me levava a outra e a outra. Também senti que, ao resgatar a história destas mulheres, elas se sentiram valorizadas, e isto me deu muito mais responsabilidade sobre o resultado final deste trabalho. Lamento não ter conseguido entrevistar Dona Carminha, uma mulher citada por todas as outras como grande liderança. No entanto, nas três tentativas, ela estava muito doente e não pode nos receber. Depois soube que ela partiu para Recife, para fazer o tratamento e não consegui mais ter acesso a ela. Da mesma forma, o Sr. Raimundo Aquino, citado como importante assessor aliado, liderança sindical histórica da região, que estava muito doente durante a pesquisa.

Foram muitas viagens para os municípios vizinhos (Flores, São José de Belmonte, Itapetim, Jericó, Caiçarina da Penha, Triunfo, Mirandiba), o que me possibilitou conhecer o território do MMTR-SC e das mulheres, para além do Sertão do Pajeú e do Sertão Central. Também pude compreender os obstáculos vividos e superados por estas mulheres; o sentido das caminhadas para irem às reuniões; a reprovação das famílias e da comunidade ao deixarem os filhos sozinhos ou com vizinhas e amigas; a dificuldade de recurso para viagens; a escuridão das estradas e caminhos para os sítios e comunidades; o medo da estrada; a solidão das caminhadas.

Os momentos passados com o Grupo Mulher Flor do Campo me possibilitaram ter uma imersão na realidade destas mulheres e a compreender o papel do MMTR-SC, sua presença na vida destas mulheres, a importância do Grupo e como elas compreendem e percebem o processo político vivenciado pelas mulheres lideranças históricas, e qual a relação com a vida delas atualmente.

Foram muitas reuniões ordinárias e extraordinárias, muitos encontros, conversas, almoços compartilhados. Reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

Sustentável de Santa Cruz da Baixa Verde, visitas, feiras, onde pude estar com as mulheres do Grupo e vivenciar suas realidades. Como sentem a saída dos maridos e filhos para o corte da cana no sul; como criam os filhos; como fazem para ir para a reunião do sindicato ou do conselho; como se articulam para irem para viagens mais longas. Como se organizam para repassarem as discussões e serem representadas.

Para conseguir ter uma visão de todas as mulheres sobre o Grupo e provocá-las a pensar sobre este, realizamos um Grupo Focal, sabendo dos limites e desafios desta proposta, porém acreditando ser o método mais eficiente e que poderia assegurar os objetivos pré-determinados.

Segundo Neto (2002:5) o Grupo Focal é:

uma técnica de Pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico(...)a principal característica da técnica de Grupos Focais reside no fato de ela trabalhar com a reflexão expressa através da “fala” dos participantes, permitindo que eles apresentem, simultaneamente, seus conceitos, impressões e concepções sobre determinado tema. Em decorrência, as informações produzidas ou aprofundadas são de cunho essencialmente qualitativo.

A partir deste entendimento, foi realizado o Grupo Focal com o Grupo produtivo de mulheres Mulher Flor do Campo. Para tal, respeitamos algumas exigências, tais como: *i)* identificar ser este um Grupo com uma história construída coletivamente; *ii)* que todas as mulheres participantes do Grupo Focal sejam efetivamente do grupo de mulheres; *iii)* apresentação clara da proposta do trabalho a ser desenvolvido; *iv)* ter a aceitação do grupo para desenvolver a metodologia e levantarmos as questões que são trabalhadas coletivamente.

Para realização desta atividade, dividimos o Grupo em 4 pequenos subgrupos em que para cada um foi apresentada a proposta de análise de apenas uma das dimensões. Após esta etapa, foi apresentado o trabalho realizado por cada grupo ao grupo maior e em seguida “juntamos os pedaços e tecemos”, conjuntamente a história do Grupo de Mulheres. Segue abaixo a proposta de sistematização desenvolvida na pesquisa.

Grupo 1 (dimensão histórica) - contar como era antes do grupo, quais as maiores dificuldades das mulheres, como foi o processo de iniciar o grupo, o que motivou elas a formarem o grupo, quantas mulheres eram no início e quantas são atualmente, porque o grupo se formalizou, quem ajudou, o que elas tinham de recursos materiais para formar o grupo, quais as maiores dificuldades para formar o grupo, o que queria fazer.

Grupo 2 (dimensão organizativa) - contar como são as reuniões, periodicidade, temas, quem participa, quem convoca, quem é responsável pelo que, como se define as responsabilidades, como é ser do grupo, como é estar no grupo, quem pode entrar no grupo, quais os critérios

Grupo 3 (abordar a dimensão econômica) - contar sobre o presente, o que produzem, como produzem(individual ou coletivamente), onde vendem, quem é responsável, quanto ganham, como dividem a venda.

Grupo 4 (dimensão política) - contar sobre como são as reuniões, se tem ou já tiveram algum tipo de formação (cursos, capacitações, assessorias, acompanhamento), como elas acham que o grupo é percebido pela comunidade, como é a relação com outras instituições como associação e sindicato (o grupo é reconhecido?), tem alguma política específica para o grupo?, tem apoio da comunidade? o que as mulheres pensam que é participar do grupo?

Esta tese está dividida em três capítulos, em que realizamos um levantamento teórico sobre os temas citados, buscando não só reconhecer o processo de construção de conhecimento, como também travar um diálogo entre a teoria feminista e as ciências sociais. Buscamos, assim apresentar e desenvolver o tema escolhido, bem como os argumentos que a pesquisa nos exige para estruturar nossa hipótese e responder a algumas perguntas que surgiram ao longo da pesquisa.

O primeiro capítulo, “As Flores: a Luta do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Brasil”, versa sobre o surgimento do MMTR-SC dentro do contexto histórico e político mais amplo, o processo de democratização do país vivido na década de 1980, com o fim da ditadura militar e o ressurgimento dos movimentos sociais e sindical. Neste contexto, o Nordeste é assolado por uma grande seca e, então, as mulheres rurais se vêem excluídas dos projetos de trabalho, as famosas frentes de emergência.

Paralelamente, as mulheres iniciam no Brasil um processo de organização. No Sertão do Pajeú, no Polo sindical do Sertão Central, surgem as primeiras iniciativas organizadas das mulheres rurais, reivindicando não só a inclusão destas nas frentes de emergência, mas o direito à sindicalização.

No desdobramento deste processo, surge a categoria Mulher Trabalhadora Rural. As mulheres passam a disputar, frente ao Estado, políticas públicas (previdência e saúde), mas também questionam a ordem de representação dentro dos sindicatos. Outra questão é que, ao se reconhecerem como Mulheres Trabalhadoras Rurais, iniciam um processo de construção de uma identidade que passa pela sua afirmação como mulheres, pelo reconhecimento dos seus corpos e da maternidade como algo que as diferencia, mas passam a exigir acesso a direitos

universais. É neste movimento ambíguo que constroem campos de lutas específicos. O MMTR-SC surge como um sujeito político nesta nova arena de disputa e de representatividade.

Desta forma, são abordados os aspectos que envolvem o conceito de gênero como categoria de análise, apresentando sua interlocução com a teoria feminista. Também buscamos descrever a relação entre a luta das mulheres camponesas, junto com o questionamento do sistema patriarcal e da divisão sexual do trabalho, compreendendo-a como uma das formas da materialização e legitimação das relações sociais de sexo, que formam a base de reprodução do sistema capitalista e patriarcal.

A proposta está em podermos nos situar dentro do universo social, político e teórico em que estas questões têm se apresentado na vida cotidiana das mulheres camponesas. Assim, apresentamos as discussões sobre gênero como categoria de análise, um reconhecimento do *habitus* tradicional das Mulheres Trabalhadoras Rurais e algumas questões relacionadas à epistemologia feminista.

No *segundo capítulo*, “O MMTR-Sertão Central: a Mudança na Luta e a Luta por Mudanças”, apresentamos o MMTR-SC como novo sujeito político dentro do processo de reconfiguração da sociedade brasileira e como este se relaciona com outros movimentos autônomos de mulheres no país. Para tal, apresentamos o contexto de surgimento do Movimento e iniciamos a discussão sobre o *ser mulher* no Sertão e os caminhos que levaram à conformação do movimento.

Neste capítulo, trazemos as entrevistas realizadas com as mulheres lideranças históricas do MMTR-SC, buscando compreender o significado da organização e da participação política para elas. O que mudou? Quais os maiores conflitos vivenciados? Quais as estratégias utilizadas? Quem eram os aliados políticos? Por que formar um movimento de mulheres dentro do movimento sindical?

Assim, descrevemos o processo de constituição do MMTR-SC a partir do resgate da trajetória destas mulheres, entrecruzando-a com os fatos históricos e os documentos apresentados pelo MMTR-SC e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape).

Vimos que as mulheres rurais criam estratégias, que vão desde a divulgação das reuniões em programas de rádio, elaboração de cartilhas, a ações mais estruturadas, como a construção de uma tese em que questionam a não participação das mulheres no movimento sindical. Esta ação, no marco do IV Congresso da Contag, configura-se como uma primeira

ação do MMTR-SC e reforça a necessidade e importância da constituição de um movimento de mulheres dentro do movimento sindical.

Neste processo, as mulheres identificam alguns aliados estratégicos para fazer ecoar, dentro do sindicalismo tradicional, suas demandas. São os assessores aliados, homens que, naquele momento, ocupam o papel de assessores do movimento sindical e que, por suas trajetórias diferenciadas (alguns vindo da tradição da igreja progressista e outros dos novos partidos de esquerda), reconhecem a legitimidade das questões trazidas pelas mulheres e reforçam seus argumentos dentro dos sindicatos. Desta forma, os sindicatos passam a se reorganizar internamente, mas o mais importante é que as Mulheres Trabalhadoras Rurais passam a ter voz e vez, neste espaço de representação da classe trabalhadora, questionando e reinventando as regras e formas de participação.

Assim, para as Mulheres Trabalhadoras Rurais e lideranças históricas do MMTR-SC, este foi um momento de muitas conquistas, mas de muitos conflitos, vivenciados por estas também como trabalhadoras, mas, sobretudo, como mães, esposas, cuidadoras, na dimensão privada de suas vidas. Outra questão é que com o processo de formação do Movimento e de conquistas, este passa a ser reconhecido como um instrumento de luta das mulheres do Sertão Central, mas suas ações extrapolam as fronteiras sindicais de sua representatividade.

Assim, o MMTR-SC passa fazer parte de outras esferas de representação, como redes nacionais e internacionais, o que demanda novos repertórios de ação política e detona conflitos internos, os quais são percebidos pelas lideranças como disputas e relações de poder internas que vão surgindo no seu processo de crescimento e visibilidade. Para concluir, apresentamos o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central como sujeito político no Brasil e suas ações e relações desenvolvidas para a inserção das Mulheres Trabalhadoras Rurais nos diversos espaços públicos.

No *Capítulo III*, “O Grupo Produtivo Mulher Flor do Campo de Santa Cruz da Baixa Verde, Sertão do Pajeú-PE”, apresentamos o Grupo Produtivo como uma estratégia de organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Para tal, buscamos compreender o contexto sócioeconômico da região, o histórico do surgimento do Grupo Produtivo e a importância que tem para as mulheres, bem como a relação deste com o MMTR-SC.

No contexto de uma região onde muitos homens migram para o corte da cana no Sudeste, e as mulheres passam a exercer os papéis que antes lhes eram “proibidos”, qual a importância do Grupo para essas mulheres? Como elas se inserem nos espaços públicos de representação política, como sindicato, conselho, associação? Em Santa Cruz da Baixa Verde,

município do Sertão do Pajeú, as mulheres estão em todos os espaços de representação e lutam por políticas públicas, por programas.

O Grupo é reconhecido como um ator importante neste contexto, e tem sua representatividade garantida, com assento no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cmdrs). Todas as mulheres do Grupo são sindicalizadas e participam do MMTR-SC. O Grupo então se configura como um espaço das mulheres, onde estas passam a participar não só porque ele cria uma possibilidade de geração de renda, mas porque nele elas se encontram, riem, conhecem outras realidades, participam de capacitações e principalmente se divertem e se fortalecem como Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Para finalizar, as conclusões desta tese nos levam a afirmar que as mulheres lideranças históricas do MMTR-SC iniciaram um movimento de transformação e questionamento da sociedade, e que não imaginavam, naquele momento, as mudanças sociais que este processo iria causar para a vida das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Para as mulheres que participam do Grupo Produtivo, há uma clara relação entre o Grupo e o MMTR-SC, bem como identificam as conquistas alcançadas através da luta e de muito sofrimento daquelas que as antecederam.

A pesquisa mostra que o processo de questionamento às formas e regras de representação e participação política nos sindicatos, iniciado pelas Mulheres Trabalhadoras Rurais na década de 1980/1990, se desdobra num questionamento mais profundo as normas sociais, modificando as lógicas culturais e em certa medida o *habitus* das trabalhadoras rurais no Sertão Central. Como consequência, as mulheres passam a participar de diversos espaços públicos de representação política, além dos sindicatos, e a questionar as formas e regras na participação, o que configura um processo de mudanças significativas no significado da organização e da participação política para estas mulheres, contribuindo para a democratização do meio rural brasileiro, como os frutos que se colhem da luta: a ressignificação do local da política e da política do lugar.

CAPÍTULO 1



**AS FLORES:
A LUTA DO MOVIMENTO DE MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS NO BRASIL**

AS FLORES: A LUTA DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO BRASIL

1.1 Histórico da Luta e Organização na Construção de um Novo Sujeito Político: Mulher Trabalhadora Rural

No Brasil, os conflitos no meio rural sempre estiveram presentes em sua história, mesmo que invisibilizados e/ou esquecidos. As lutas no campo sempre giraram em torno do questionamento da estrutura agrária, da luta pela terra e dos poderes locais e da exploração dos/as trabalhadores. Lutavam contra uma exclusão social, política e econômica que se constitui, segundo Martins (1990), no pacto político das elites brasileiras, e que poucos conhecemos da história de luta e resistência deste setor. Para o autor, “a história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores da esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político” (MARTINS, 1990, p. 26).

O tema da luta pela terra ou da busca por um pedaço de terra pelo pequeno agricultor empobrecido e esquecido está presente em canções e poesias que entoam a vida dos agricultores por todo o país.

Senhor presidente
Nobre chefe da nação
Dai-me vossa remissão
Que vos peço humildemente
Pelo grande onipotente
Rei divino e salvador
Se eu protegido for
Vossa remissão chegando
Tenho tudo não faltando
A proteção do senhor

Tomba o peso da cruz do sofrimento
Quem trabalha sujeito a pagar meia
E retrato do preso na cadeia
Nunca tem com fartura
o alimento
Assim vive a pobreza
sem alento
Toda triste igualmente um urubu
Come carne se mata um nambu
Alegria não pode conseguir
A camisa que o pobre
há de vestir
O patrão é quem veste, ele anda nu
É bem triste essa vida de quem vem
Para o mundo sujeito andar pedindo
Porque pede chorando e vê sorrindo
Quem no mundo não sente por ninguém
Pois quem sente não ri e antes tem

Piedade de um ser empobrecido
Se tornando por deus compadecido
Dividindo com ele o dissabor
Sente mágoa do pobre sofredor
E protege o tristonho desvalido

Eu não sou professor de poesia
Agricultura é a minha profissão
Na qual vivo passando privação
No trabalho pesado todo dia
Nesta tal profissão sem garantia
Não se dá o valor do brasileiro
Deve ter proteção o cavalheiro
Que é manso, trabalha e faz fartura
Pois se ele abandona a agricultura
Se acaba de fome o mundo inteiro

Carta de José Filomeno ao presidente Getúlio Vargas (abril de 1953), propondo empréstimo a fim de comprar um terreno para os trabalhos na agricultura.

Martins ressalta que os movimentos camponeses eram considerados movimentos pré-políticos, com caráter messiânico e ou de banditismo local,² sem nenhum cunho político partidário, pois estes não enxergavam o meio rural como espaço de luta. Para Martins, este foi um erro de análise histórica e sociológica, pois o meio rural brasileiro sempre foi celeiro de lutas surgindo por todo o país. Assim, ao longo da história agrária brasileira, as formas de organização e luta, ganham nuances diferenciadas a partir de distintos momentos históricos e contextos políticos, mas todos os movimentos questionavam a ordem existente.

Na década de 1950, surgem as Ligas Camponesas, consideradas um dos movimentos mais importantes na história de luta do campesinato brasileiro, que imprimiram outra forma de luta, aliadas à presença do Partido Comunista do Brasil. Isso exige um novo olhar para a organização no campo, retomando a luta pela reforma agrária e pelos direitos sociais e sindicais dos trabalhadores do campo, o que também recoloca a questão agrária na cena pública. Para Martins (1990, p. 76):

Foi entretanto no nordeste, particularmente em Pernambuco e na Paraíba, que se desenvolveu o capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato brasileiro. Ali surgiu em 1955, no Engenho Galiléia, uma associação de foreiros denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, logo conhecida como Ligas Camponesas. As Ligas se espalharam rapidamente pelo nordeste, contando de início com o apoio do Partido Comunista do Brasil e com severa oposição da Igreja Católica.

Este movimento foi fortemente abafado a partir de 1964, com o Golpe militar e o início da ditadura, na qual muitos de seus líderes foram mortos, presos ou exilados, o que

² O autor se refere à Batalha de Canudos e do Contestado e ao Cangaço no sertão do Brasil com os grupos de Lampião e Antônio Silvino.

fragmenta e enfraquece a luta no campo e a questão agrária passa a ser tratada num marco regulatório do Estado brasileiro, dentro do que é “permitido e ou consentido” para a manutenção da estrutura agrária e as relações de poder no campo.³

Como afirma Medeiros (2001), a partir das décadas de 1950 1960, constatamos a emergência dos trabalhadores do campo no cenário político nacional. Este processo de emergência dos trabalhadores rurais como atores políticos implicou também um processo de nomeação como forma de construção de novas identidades (“lavradores”, “trabalhadores agrícolas”, “camponeses”), assim como de mediação política por parte de atores como as Ligas Camponesas, o Partido Comunista e a Igreja Católica, que buscavam agregar demandas locais dispersas e conformar atores mais unificados. Este processo culminaria com a criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que unificou a enorme diversidade de segmentos no campo e centralizou as organizações sindicais até então existentes (MEDEIROS, 2001, p. 104).

O golpe militar do ano seguinte implicaria a desestruturação desta nova organização pela perseguição, prisão e desaparecimento de muitas de suas lideranças. Contudo, a partir de certos núcleos vinculados à Igreja, seria possível reconstituir a luta dos trabalhadores rurais e articular concepções e demandas comuns, como, por exemplo, a demanda por direitos trabalhistas e por reforma agrária, no meio de uma enorme diversidade de situações de fato; pois, ao falar de “trabalhadores rurais”, não se estava, na verdade, tratando de uma categoria homogênea e claramente delimitada. Muitas organizações sindicais estavam, inclusive, nos fatos, submetidas às prefeituras e poderes locais (MEDEIROS, 2001, p. 104).

Nesse sentido, e apesar de a Contag, durante os anos 1970 e inícios de 1980, constituir-se na organização representante dos “trabalhadores rurais”, podemos constatar que: “Sua concepção sobre formas de ação e organização no campo e a defesa da unidade de representação da categoria ‘trabalhador rural’ começou a ser posta à prova pela própria eclosão de conflitos no campo nesse mesmo período” (MEDEIROS, 2001, p. 105).

A crítica às formas de luta e organização, assim como ao conteúdo específico das reivindicações levantadas pela Contag traduziria os “nós” existentes na diversidade de situações dos trabalhadores e trabalhadoras no meio rural, que resistiam a uma classificação única e, portanto, a ser englobada num conjunto reduzido de demandas. Assim, por exemplo,

³ Para Linhares (1999, p. 146-147), “pode-se fazer um esforço de periodização da questão agrária brasileira. Desde sua emergência na década de 30, pode-se apontar três momentos fundamentais, quando alterações nos padrões de organização agrária incidiram claramente na constituição das características conjunturais da questão agrária no país: O surgimento da questão agrária, 1930-1940 [...] A questão agrária como óbice ao desenvolvimento 1945-1964/1966 [...] A modernização autoritária desde 1966”.

a criação em 1975 da Comissão Pastoral da Terra trouxe à tona os intensos conflitos por acesso à terra nas áreas de fronteira, pauta que não existia nos esquemas contaguianos, e o surgimento de diversos setores de “oposição sindical rural” no seio da CUT demonstrou que outros olhares e demandas não estavam sendo canalizados.

Neste contexto, explica-se também o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), no Sul do país, em 1984, na área pioneira de expansão do agronegócio desde os anos 1970, na qual se verificava uma profunda desestruturação e expropriação das unidades de produção de base familiar/camponesa, trazendo novas identidades e experiências organizativas ao cenário político rural. Ainda, segundo Medeiros (2001, p. 107):

No que se refere à luta pela terra, surgiram novos personagens e demandas que se agregaram aos anteriores. Se nos anos 60/70 a marca dos conflitos fundiários foi a luta de ‘posseiros’, ‘rendeiros’ e ‘foreiros’, resistindo à expulsão da terra, no final dos anos 70 e início dos 80 surgiram novos espaços de confronto, trazidos por novos segmentos de expropriados, principalmente no sul do país, coração do processo de modernização agrícola. É nesse quadro que emergiram os ‘sem terra’, fruto do processo de pauperização ou expropriação de segmentos de trabalhadores que antes tinham acesso à terra na condição de pequenos proprietários ou arrendatários.

Com o fim do governo ditatorial militar (1985), o Brasil inicia o processo de democratização política, tendo como ponto central a assembléia constituinte de 1988, que, segundo Santos (2002), aumentou a influência de diversos atores sociais nas instituições políticas através de novos arranjos participativos. Este processo é marcado pelo ressurgimento de movimentos sociais com força contestatória e de denúncia, apresentando questões abafadas pelos anos de ditadura, em que várias lideranças retornam do exílio. Estes grupos influenciam positivamente no texto constitucional, assegurando direitos e trazendo para a cena pública questões tidas como resolvidas, como a reforma agrária. Porém, ao mesmo tempo que a abertura política e a assembléia constituinte davam espaço e voz aos movimentos sociais e populares, o setor conservador também se organizava, formando a grande frente conservadora ou *centrão*, que depois se subdividiu na bancada ruralista, demonstrando seu poder de articulação e *lobby* para barrar e ou frear os avanços no texto constitucional, e nas lutas efetivas. Segundo Linhares (1999, p. 196):

Ao mesmo tempo em que a constituição de 1988 criava mecanismos necessários para se proceder a uma grande reforma agrária no país (definia claramente a desapropriação das terras com títulos da dívida pública), o próprio presidente da república capitaneava uma ampla frente conservadora, o *centrão*, de bloqueio a

qualquer mudança estrutural da sociedade brasileira. Consolidava-se, ainda neste momento, um dos mais poderosos *lobbies* de proprietários de terras que o país já vira, a UDR, União Democrática Ruralista. Utilizando recursos financeiros abundantes, com forte representação parlamentar e apoio dos grandes grupos industriais, os chamados ruralistas constituirão uma das bancadas parlamentar, de caráter interpartidário, com capacidade de definir votações fundamentais, inclusive a duração do mandato do presidente, principal tema político do governo de então. Um dos seus objetivos, por sinal vitorioso, será impedir, através da barganha política, o uso dos mecanismos constitucionais de implementação da reforma agrária.

Neste contexto, diversos movimentos sociais rurais e urbanos, sindicatos, organizações não governamentais apresentam novas pautas e formas de reivindicação, mudando o repertório de ação política,⁴ incorporando *novas questões* ao discurso político (como as questões ambientais, de gênero, raça, geração) ou fazendo ressurgir antigas (como a luta pela reforma agrária e direitos trabalhistas). Como consequência, *novos* movimentos sociais surgem, como é o caso do movimento ambientalista, do movimento autônomo de mulheres, dos movimentos raciais e pelos direitos GLS.⁵

Destaca-se que até então estas não eram questões reconhecidas pela sociedade e/ou pelos grupos de esquerda em seus discursos oficiais, o que não significa que não existiam.⁶ Este momento reflete uma vitalidade política na sociedade brasileira, em que diversas questões passam a ser discutidas, mesmo que nem todas tenham sido incorporadas, o que demonstra a complexidade e riqueza do processo de democratização.

⁴ O conceito de repertório de ação política vem da teoria norte-americana sobre movimentos sociais, em particular, de autores como Charles Tilly (*The Politics of Collective Violence*) e Sidney Tarrow (*Power in movement: social movements and contentious politics*). De forma esquemática, o conceito diz respeito ao conjunto de ferramentas e ações de protesto inter-relacionadas disponíveis para um movimento social num determinado marco temporal. Na medida em que uma determinada ferramenta ou forma de ação demonstra ser bem sucedida, outros movimentos ou organizações passam a adotá-la e, dessa forma, se difunde, adapta e transforma no tempo. Tilly enfatiza a necessidade de identificar os contextos específicos vivenciados pelos participantes nos movimentos sociais e as mudanças necessárias para que as questões apresentadas mantenham-se atuais (mudanças na forma de ação, no conteúdo político, nas estratégias e articulações). Esses contextos incluem as estruturas nas quais interesses compartilhados podem ser mobilizados, a estrutura de oportunidades políticas que emerge da relação estratégica com as autoridades públicas, e os mesmos repertórios de ação disponíveis a cada momento. Para Tilly, historicamente os movimentos mudaram de apenas expressar reivindicações passivas (ou seja, apenas reagir perante os desafios) para focalizar em reivindicações proativas mediante as quais, de forma incremental, são incorporadas demandas que anteriormente não formavam parte das pautas dos movimentos. Os repertórios da ação política orientam-se por considerações estratégicas de custo-benefício na interação com as autoridades e na realização dos objetivos dos movimentos; por isso eles mudam ao longo do tempo conforme perdem efetividade ou novos arranjos de ação se demonstram mais efetivos que os antigos (SCOTT, 2007, p. 208).

⁵ Neste momento as demandas políticas giravam em torno de questões identitárias e do reconhecimento “ao direito de ser diferente”. No caso do movimento GLS depois incorpora outras questões e atualmente é LGBTQs.

⁶ Ressaltamos que já havia forte presença de mulheres nas lutas sociais, inclusive como lideranças, porém estas ainda não traziam para o debate público as questões de gênero, ou das mulheres. É o caso de Elisabete Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas, e Margarida Alves, presidente do sindicato de Alagoa Grande, na Paraíba, morta por latifundiários.

A complexidade das lutas dos “trabalhadores rurais” durante as décadas de 1970 e 1980 foge aos objetivos deste estudo; porém é parte do pano de fundo que explica o surgimento de novas categorias dentro do universo sindical e político rural. Falar e representar os “trabalhadores rurais” como categoria que reunia a diversidade de atores e situações não era mais suficiente. Novas categorias reclamavam um lugar nas ruas, nos sertões e regiões interioranas, tais como: sem terras, trabalhadores familiares, assentados, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas dentre outros, assim como “novas questões”, como gênero, etnia e geração, impuseram-se aos sindicatos e às organizações representativas desse universo político-identitário em gestação.

No tema que nos interessa, a questão da mulher como trabalhadora rural cobra relevância e passa a ser cada vez mais um tema de debate, confronto e mudança no interior do movimento sindical e dos movimentos sociais. Em um primeiro momento, é colocado desde a perspectiva de que mulher também é sujeito de direitos tanto para o Estado, quanto dentro dos sindicatos, e a *questão das mulheres*, se cabe a expressão, é reconhecida mediante a criação de secretarias específicas posteriormente. Não obstante, essa dimensão é ultrapassada e o sindicalismo é questionado na sua estrutura e na composição de poder interno, pela ação das mulheres, que começam a se organizar, sem romper com a categoria (trabalhadora rural), mas questionando a legitimidade e validade das estruturas existentes, das quais elas são excluídas, ficando invisível a sua contribuição fundamental ao trabalho rural.

Neste sentido, Bordalo (2011, p. 43) constata que “a década de 1980 representou a expansão das lutas por direitos e pela participação das mulheres nos sindicatos rurais e urbanos, nos partidos políticos e em outros espaços da esfera pública”, já não apenas a partir da noção de que a mulher tem direito a ter direitos, mas apontando para uma progressiva desnaturalização das relações de gênero, tanto no âmbito do sindicalismo urbano quanto no rural. A autora destaca que:

Nesse sentido, no bojo do processo de organização dos trabalhadores urbanos e rurais, a demanda das mulheres por maior participação política trouxe à tona conflitos internos que, no período anterior à redemocratização, eram subordinadas às orientações e estratégias associadas à ‘luta de classes’. No entanto, a questão da subordinação às ‘lutas gerais’ viria, nesse contexto, a se tornar motivo de crescentes tensões. Ao mesmo tempo em que um discurso mais amplo sobre as desigualdades calcadas no gênero dirigido contra os setores mais conservadores da Igreja e ao Estado toma fôlego e densidade, no seio das organizações populares se consolida o questionamento à concepção de que a transformação nas relações de gênero seria consequência da superação da luta de classes, concepção essa presente tanto no sindicalismo como nos movimentos sociais. (BORDALO, 2011, p. 44).

Vemos, assim, que há um movimento geral, da estrutura sindical como um todo, que aponta para a diferenciação e o surgimento de novas demandas, categorias e identidades, levando ao questionamento tanto das estruturas de representação pré-existentes e dos seus repertórios de luta, como a criação de novos instrumentos organizativos.⁷ Por outra parte, há um movimento de surgimento, dentro do movimento sindical, de temas e questões que não se reduzem mais à contradição tida como a central, a contradição de classe, mas que demandam um tratamento diferenciado e que se manifestam no confronto interno que as mulheres passam a promover para desnaturalizar, dentro do universo sindical, as relações de dominação masculina nas estruturas e na determinação de agendas e reivindicações.

O movimento geral e o movimento particular se entrecruzam, em um momento de intensa mudança histórica no Brasil, tanto nas grandes cidades quanto nas áreas rurais, demonstrando que a luta das mulheres não pode ser tida apenas como uma questão *específica*, mas que ela se entrecruza com a trama geral de transformação vivenciada pela sociedade brasileira.

Contudo, é importante destacar que, no caso das mulheres rurais, a principal reivindicação, a que se tornaria o eixo articulador das suas demandas, foi a do reconhecimento do estatuto profissional de trabalhadora e, como consequência, o pleno reconhecimento dos seus direitos trabalhistas e previdenciários, até então apenas garantidos para as trabalhadoras urbanas. Como bem aponta Bordalo (2011), o caráter “irregular e sazonal do trabalho da mulher rural” reforçou o processo de sua não identificação como “trabalhadora”, o que simplesmente a deixava por fora de qualquer tipo de direito, inclusive, da filiação sindical.

Por isso, chamamos a atenção para a enorme relevância histórica da reivindicação levantada pelas mulheres rurais, como o caso que tratamos nesta tese. Se nas cidades e nas fábricas tinha-se verificado algum avanço e o reconhecimento do estatuto das mulheres como “trabalhadoras” poderia parecer algo óbvio, nas áreas rurais isso estava longe de ser a realidade para a imensa maioria das mulheres. Assim, a ação destas últimas em prol de uma mudança nos padrões valorativos, políticos e organizativos do sindicalismo rural não deve ser negligenciada ou tomada como algo de menor importância, apenas reflexo do movimento

⁷ Com desafios no campo do enfrentamento ao regime militar, a ação política das mulheres é com frequência desqualificada, ignorada nos espaços partidários, sindical e classista. Suas especificidades não cabem nas pautas de reivindicações de caráter econômico e político, não são acolhidas nas grandes manifestações, não aparecem no jornal sindical, não fazem parte do debate formativo. Assim, as Mulheres Trabalhadoras Rurais, ao buscarem a inscrição sindical para o reconhecimento de seu trabalho no mundo camponês, produzem outro campo político para engendram fala e um jeito de fazer política. Criam um novo campo político de forças e de lutas específico de mulheres – os movimentos autônomos de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Nesse campo se articulam e se organizam entre si para se reconhecerem como gênero com diferenças e gestarem o seu fortalecimento para a conquista de espaços no campo político, sindical e partidário (ESMERALDO, 2013, p. 250).

geral da sociedade. Deve ser vista como uma tomada de consciência e uma construção política que implicaram a consolidação das *Mulheres Trabalhadoras Rurais* e dos movimentos de mulheres rurais, como atores políticos relevantes, atuando fortemente na esfera pública e levando para essa esfera questões consideradas como privadas, politizando a vida privada. Assim:

Evidentemente, questões relacionadas à esfera do privado foram lentamente incorporadas no discurso, nas reflexões nas práticas dessas mulheres rurais, no entanto, o seu principal embate se deu na esfera pública. Nesse sentido, durante toda essa década, a principal demanda foi o seu reconhecimento como trabalhadora rural tanto pelo Estado quanto pelos sindicatos rurais (uma vez que a situação recorrente e mais comum às mulheres era a condição de dependente de seus maridos e não a de sócia do sindicato), bem como ter acesso a serviços de saúde, à possibilidade de benefícios de aposentadoria e, possivelmente, à terra. (BORDALO, 2011, p. 45).

No marco do questionamento das formas tradicionais da organização sindical colocado pelo surgimento de novos movimentos rurais, como o MST, e pelo “novo sindicalismo”, encarnado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), o IVº Congresso da CONTAG (1985) seria um marco para o reconhecimento da participação política das mulheres no meio rural. Mesmo que o Congresso não tenha incorporado as demandas das mulheres por maior participação nas suas resoluções finais, o tema finalmente foi colocado, debatido, e começaram a se produzir algumas mudanças importantes em termos de tornar visíveis as mulheres rurais como trabalhadoras e para o reconhecimento dos seus direitos em igualdade ao homem.

Somente em 1995, durante o VIº Congresso da CONTAG, é que seria criada uma Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora Rural, culminando o processo de institucionalização da categoria dentro das estruturas da Confederação. Isso demonstra, claramente, a lentidão deste tipo de processos de transformação política e organizativa e como foi necessária uma ação política sistemática e deliberada por parte das mulheres para alcançar esse objetivo, que iria se desdobrando em novas conquistas e avanços parciais nos anos subsequentes (BORDALO, 2011).

Para Santos (2002) este processo deve ser percebido como fruto da conquista dos movimentos sociais organizados (como sujeitos coletivos) e do reconhecimento da necessidade de mudanças estruturais, políticas e culturais, que trazem à tona o questionamento das formas de representatividade e dos projetos políticos, bem como da necessidade de retomar o significado de uma democracia participativa, “como projeto de

inclusão e inovação cultural, sendo a tentativa de instituição de uma nova soberania democrática” (SANTOS, 2002, p. 58).

Esta *tentativa* pode ser percebida a partir da ação política dos movimentos autônomos de mulheres. Estes passam a ser sujeitos políticos coletivos, que geram tipos específicos de ações coletivas, questionando a institucionalidade dominante e as relações de poder, das instâncias oficiais do Estado, mas também dentro dos próprios movimentos sociais e partidos políticos.

Estes movimentos desenvolvem estratégias de ação na esfera pública com um caráter desformalizador e desregulamentador,⁸ o qual, segundo Oliveira (2001, p. 19), os movimentos sociais de luta contra-hegemônica devem adotar como estratégia para a construção de um novo projeto de sociedade, anticapitalista e antipatriarcal.⁹ Para tal, como estratégia de ação política, buscam se articular com outros sujeitos, com o objetivo de construir e ou provocar uma nova ordenação social, questionando os espaços públicos de participação nas suas formas e regras. Como exemplo, situamos o surgimento da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Via Campesina, mas também redes e articulações locais que podem acontecer até mesmo entre sociedade civil e governos, entre organizações não governamentais e movimentos sociais e entre os movimentos sociais.

Para Dagnino (2002), essa articulação é necessária para ampliar os espaços públicos de participação política, bem como para a criação de um novo projeto político participativo e democrático. Este projeto deve ser resultado do desenvolvimento da capacidade de ação propositiva e crítica dos movimentos sociais e outros atores políticos e, diferentemente da simples reivindicação, requer o reconhecimento da totalidade de interesses envolvidos e a visão da sociedade no seu conjunto, e, portanto, a superação de uma cultura particularista ou corporativista.

No Brasil este movimento corresponde a diversos outros que ocorreram simultaneamente na América Latina e, como tal, responde a um momento histórico específico. Existe larga bibliografia sobre este tema (MELUCCI, 1994; MEDEIROS, 1993; PINERO, 2004; DAGNINO, 2002; DAGNINO et al, 2000; LEWIN, 2005; dentre outros). Destacaremos aqui apenas algumas características centrais, reconhecendo que, a partir de seu campo de ação, eles guardam especificidades:

⁸ Desformalizador – mudança na forma de representação; desregulamentador – mudança nas regras de representação.

⁹ Segundo Santos (2002, p. 53), os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos.

a) Em linhas gerais, esses podem ser reconhecidos como movimentos que ampliam suas pautas de reivindicações, passando de demandas setoriais para demandas estruturais.

Se luchaba por el derecho al uso social de la tierra (la tierra es de quien trabaja), pero no en contra el modelo de sociedad vigente. Hoy las demandas son menos sectoriales y más generales, porque cada vez es más claro que no se lucha sólo para resolver un problema particular sino por un nuevo modelo de sociedad. (GRAMMONT, 2006, p. 17).

b) Mudaram as formas de ação coletiva, da linguagem política e da percepção da relação intrínseca entre cultura e política.

No se desdenia ningún instrumento: desde las ocupaciones de tierras hasta la activa presencia en Internet y en los medios de comunicación masiva, pasando por los campamentos, las marchas, las asambleas, las concentraciones, la negociación con el poder político, etc. (PINERO, 2004, p. 23).

c) Os movimentos passam a ter capacidade propositiva, somando-se à sua capacidade reivindicativa, o que os coloca como sujeitos políticos reconhecidos em outras esferas políticas e como negociadores com o Estado, fazendo com que os movimentos saiam do protesto para a proposta. A sociedade civil é um *locus* privilegiado de ações, disputas e legitimações dos sujeitos políticos.

A sociedade civil torna-se o terreno da luta política, implicando não somente uma revisão do papel até então atribuído ao Estado, como também uma ampliação do terreno político e da pluralidade das relações de poder. (DAGNINO, 1994, apud LEWIL, 2005, p. 23).

d) Normalmente buscam uma articulação política em redes, assumindo a dimensão global e complexa da luta política. Exemplos: Via Campesina, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação Pacari, no estado do Mato Grosso, Rede Xique-Xique de economia solidária, no estado do Rio Grande do Norte, Rede Economia e Feminismo (REF), Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia (Remte), dentre outros.

Observamos esse fenômeno em distintos níveis de abrangência, desde o global até o nacional e local, e com diversas temáticas e atores. Exemplos disto são a Via Campesina (conformada em 1993), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA, 2002), a Articulação Pacari, no estado do Mato Grosso (1999), a Rede Economia e Feminismo (REF, 2001), a Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia (Remte, 2001), Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (REDE LAC, 2003), dentre muitos outros.

As organizações aqui mencionadas são muito diferentes em tamanho, abrangência e temática, mas o que queremos é reforçar a ideia de que a articulação de redes constitui um dos aspectos de novidade da ação política contemporânea. Para autores como Manuel Castells. Esta seria, inclusive, uma tendência própria do capitalismo na sua fase atual de internacionalização, presente em âmbitos tão diferentes como o mundo empresarial-corporativo, a grande mídia e os movimentos sociais (SCOTT, 2007, p. 53).

É a partir deste marco histórico que situamos o surgimento do Movimento Autônomo de Mulheres Rurais, dentre eles o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC), e com ele o reconhecimento das mulheres rurais como sujeitos de direitos específicos, dentro do campo de lutas por direitos que vinham sendo reivindicados pelos movimentos sociais do campo brasileiro.

Como resultado direto da organização do Movimento Autônomo de Mulheres Rurais, nasce a identidade de Mulher Trabalhadora Rural, indispensável para a ressignificação da luta e das formas de luta dos movimentos sociais, bem como para a incorporação, pelas mulheres das questões específicas trazidas pelo movimento e seu fortalecimento junto às próprias mulheres e legitimação frente aos outros sujeitos políticos.

1.2 As Relações de Gênero no Mundo Rural Brasileiro

Eu acho que mudou muita coisa sim, porque a mulher antigamente num tinha direito de ler nem sequer uma Bíblia Sagrada. A mulher não tinha direito de ler; mulher não tinha direito de sair e se o marido batesse nela ou, ou escorraçasse ou judiasse dela, se fosse ir procurar um direito não tinha na vida quem desse uma palavra de ajuda, é... Eu acho que mudou muita coisa, muita coisa mesmo; mulher aprender a dirigir, mulher aprender a ser ela, a viver por conta própria e não depender de ninguém, doutras pessoas... Porque mulher antigamente só tinha o que o marido quisesse dar, o que o marido quisesse entregar na mão. Não tinha o direito de trabalhar fora; não tinha nem nada, nada, nada, era difícil. E através desse Movimento conquistado melhorou muita coisa pra nós mulher, pelo menos acho que sim.

Dona Inês Paulina de Aquino Santos¹⁰

Em uma visão crítica, observar e problematizar as condições materiais, sociais e culturais de mulheres e homens é fundamental para compreender de que forma as mulheres se colocam na sociedade e como as desigualdades se materializam, sem ignorar as especificidades e condições objetivas de cada grupo, que, neste caso, são as Mulheres Trabalhadoras Rurais.

¹⁰ Entrevista realizada pela pesquisadora, 13/12/2012, em Serra Talhada, PE.

Desta forma, quando observamos a sociedade e seu tecido social, as formas de organização do trabalho e as relações sociais em diversas culturas, consideramos que estas relações sociais se diferenciam de acordo com a divisão social e sexual do trabalho, em relação à lógica do patriarcado,¹¹ que se mantém como um invariável cultural, mas também a partir de outras dimensões que perpassam a vida social, como classe, raça, geração, etc.

Desse modo, para uma melhor compreensão das formas como estas relações se constituem em relações de poder, recorremos à categoria de gênero¹² como categoria de análise. Ela nos auxilia a compreender a lógica que estrutura a vida das mulheres, possibilitando a desnaturalização da realidade e o reconhecimento das desigualdades que se estabelecem em um cotidiano, nos afazeres sociais, na linguagem e no lugar que cada sujeito ocupa em sua interação tanto na família, quanto na comunidade e consigo mesmo.

Essa lente nos possibilita fazer uma análise do papel das mulheres nas sociedades, bem como compreender como grupos de mulheres, organizados como sujeitos coletivos, têm se colocado frente aos processos de desnaturalização e questionamento das relações sociais, políticas, culturais e econômicas que estão na base da construção e formação das relações de poder a que estão submetidos.

O conceito de gênero passou a ser discutido, a partir da década de 1970, entre pesquisadores, tornando-se indispensável em uma abordagem teórica que se propõe crítica ao pensar as relações sociais, como nos apresenta Faria (1997, p. 29-30):

O conceito de gênero foi elaborado por estudiosas da questão da mulher nas universidades e apropriado pelos movimentos como um instrumento de análise e de organização da ação. Esse conceito coloca claramente o ser mulher e o ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e dos papéis sociais destinados a cada um. Por isto, gênero, um termo emprestado da gramática, foi a palavra escolhida para diferenciar a construção social do masculino e do feminino do sexo biológico. Gênero é um conceito relacional, ou seja, que vê um em relação ao outro e considera que estas relações são de poder e hierarquia dos homens sobre as mulheres.

Nesse sentido, gênero é uma categoria de análise que auxilia a identificar um conjunto de normas, valores, costumes e práticas socialmente construídas; nesse conjunto, a diferença

¹¹ Entende-se por patriarcados os sistemas sociais em que a figura do homem tem poder sobre a mulher, e o masculino tem uma valorização em relação ao feminino. É um referencial androcêntrico na estruturação social e na prática das relações sociais

¹² Uma conceituação clássica de “gênero” nos apresenta a noção como sendo uma categoria de análise que auxilia a identificar um conjunto de normas, valores, costumes e práticas socialmente construídas e, através das quais, a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada, gerando hierarquia e relações de poder.

biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada, gerando hierarquia e relações de poder.

Margareth Mead (1998, p. 2.681), em seu livro clássico *Sexo e temperamento*, destaca o peso da cultura na determinação dos “papéis”¹³ sexuais e das condutas e comportamentos de homens e mulheres:

Se aquelas atitudes temperamentais que tradicionalmente reputamos femininas – tais como passividade, susceptibilidade e disposição de acalantar crianças – podem tão facilmente ser erigidas como padrão masculino numa tribo e, na outra, ser prescritas para a maioria das mulheres, assim como para a maioria dos homens, não nos resta mais a menor base para considerar tais aspectos de comportamento como ligados ao sexo.

Bourdieu (2005b) alerta para a necessidade de desconstrução da idéia primeira de que gênero e sexo signifiquem a mesma coisa. Para esse autor, a ligação entre os conceitos se faz e ganha força simbólica não porque são complementares, mas porque o caráter social da relação de poder que está nas relações de gênero ganha força de verdade inquestionável na natureza biológica dos sexos.

A divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas [...], em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. [...] Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação. (BOURDIEU, 2005b, p. 17).

A categoria de gênero, como instrumento de análise, nos auxilia a perceber e descrever as diversas formas de opressão e desigualdade que se organizam e ganham coerência nas práticas sociais, trazendo-as para o campo do ordinário e do cultural, desnaturalizando os discursos, as práticas e percebendo que essas desigualdades não se justificam apenas pelas diferenças sexuais.

É um recurso analítico utilizado para questionar as relações sociais e como estas configuram relações de poder; pois, segundo Kergoat (1996), “falar em relação social quer dizer falar de relações de poder”.

¹³ Utilizamos aqui o conceito de papéis culturais adotado por Grossi (1998, p. 7): “Papel aqui é entendido no sentido que se usa no teatro, ou seja, uma representação de um personagem. Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico, fêmea ou macho, em determinada cultura é considerado como papel de gênero. Estes papéis mudam de uma cultura para outra. A antropologia, que tem como objetivo estudar a diversidade cultural humana, tem mostrado que os papéis de gênero são muito diferentes de um lugar para outro do planeta”.

Sob essa lente, rompe-se com a polaridade entre masculino e feminino, homem e mulher, percebendo e questionando o que há por trás dessas construções sociais, bem como propondo outra forma de olhar os problemas sociais, questionando a epistemologia moderna, cartesiana e patriarcal.

Pensar sob a ótica de uma análise de gênero nos remete a olhar os fenômenos sociais a partir das relações de gênero em que esses sujeitos estão imbricados; como se percebem nestas relações e como suas identidades se constroem nelas, para compreender a diversidade e a complexidade das práticas sociais de homens e mulheres.

As relações de gênero entram em qualquer aspecto da vida humana e são elementos constituintes dela. A experiência de relações de gênero para qualquer pessoa e a estrutura de gênero como uma categoria social são formadas pela interação de relações de gênero e outras relações sociais, como as de classe e raça. As relações de gênero não têm assim essência fixada: variam tanto dentro do tempo, quanto além dele [...]. É relacional, ou seja, cada um é constituído por e em cada parte inter-relacionada que não tem significado ou existência sem a outra [...]. Por meio das relações de gênero dois tipos de pessoas são criadas: o homem e a mulher. [...] As relações de gênero, tanto quanto temos capacidade de entender, têm sido (mais ou menos) relações de poder, de dominação de um tipo sobre o outro; o homem sobre a mulher, e isso varia de acordo com a cultura, raça, classe, idade e época. (FLAX, 1991, p. 221-228).

Relações de gênero tem sido um conceito útil para explicar muito dos comportamentos de mulheres e homens na sociedade, contribuindo para compreender as discriminações que as mulheres enfrentam no trabalho, na vida pública, no exercício de sua sexualidade, na reprodução, na família e na luta pela construção de sua cidadania.

Para Kergoat (1996), toda relação social é sexuada. A organização da sociedade, tomando como análise as relações sociais, dá-se produzindo e sendo reproduzida por uma lógica simbólica que se apresenta coerente para os sujeitos nela inseridos, envolvendo todas as dimensões da vida social: política, cultural e econômica. Essas relações são legitimadas por uma eficácia simbólica que tem o papel e a força de transformar o social em natural, o humano em divino e busca se associar ao biológico para validar-se como verdade inquestionável.

No que diz respeito às relações de gênero, essa lógica simbólica se apresenta nas relações entre homens e mulheres e isso se reflete na vida cotidiana, criando estruturas sociais e instituições que são responsáveis pela sua legitimação e manutenção, tais como a família, a escola, a igreja, a comunidade etc.

O entendimento das estruturas que legitimam as relações de gênero é percebido aqui como o que Bourdieu (2005a) classifica de “arbitrário cultural”. Essas estruturas, num

acontecer anônimo, “invisível” no processo de sociabilidade, como escolhas aleatórias, agem sobre todas as pessoas como a realidade vivida, sentida e materializada em práticas, encobrindo seu caráter de arbitrário, de social, de humano. Nesse sentido, produzem uma inversão entre os agentes e seu objeto.

Esse *não reconhecer* é construído socialmente, de forma que cada sujeito legitima essas relações como se fossem da ordem da natureza, pois estão imbricadas de tal forma que o faz “agir, agidos, pelo social”. Assim, ao ganhar este caráter de natural, essencializam-se e reificam-se em práticas, mantendo certa ordem social, que se perpetua como um arbitrário cultural.

Buscar perceber como as relações de gênero se configuram claramente em relações de poder político entre homens e mulheres e dão sentido a essas relações sociais é um grande desafio. Segundo Scott (1999, p. 14),

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem–mulher e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. [...] Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro.

Nesse sentido, deve-se romper com as discussões que trazem a luta das mulheres para o campo das relações pessoais, como sendo uma “questão de mulher”, para articulá-la em uma luta política contra o sistema hegemônico, que se fundamenta no patriarcado e no capitalismo, como afirmam Faria e Nobre (1997, p. 31-32):

As relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais e, portanto, não existe uma oposição entre questão das mulheres (que seria específica) e questão da sociedade (que seria geral). Os mundos do trabalho, da política e da cultura também se organizam conforme inserção de mulheres e homens, a partir de seus papéis masculinos e femininos. Portanto, não existe uma luta geral e depois uma luta específica, mas em todas as situações que queremos modificar, temos que considerar a superação das desigualdades entre homens e mulheres.

É neste campo de análise que situamos a discussão sobre a relação entre as mulheres e a luta pela organização e participação política, não como uma luta *de mulheres*, mas como uma questão política em que as mulheres passam a influenciar, questionar e propor outra forma de fazer política e de pensar a ação do Estado em relação às políticas públicas, por exemplo.

É o campo da *política vivida*, em que as mulheres passam tanto a trazer para a esfera pública questões que se relacionam a suas práticas, buscando recolocá-las e ressignificá-las, quanto propor outro projeto de sociedade, que envolve diversos atores, nos vários espaços em que estão inseridas, partindo desde o local ao global, complexificando o fazer política.

Sob a égide do patriarcado, as mulheres foram destinadas a realizar atividades relacionadas à reprodução e ao cuidado da família, dos pequenos animais, dos quintais. Estão no dito espaço doméstico e, nesta lógica, todo trabalho desenvolvido por elas passa a não ser reconhecido ou é invisibilizado. Estes espaços, assim como as mulheres e todas as atividades desenvolvidas por elas ganham o mesmo significado para o mundo social, ou seja, não têm valor, não se percebem, tampouco se reconhece sua importância. Esta é uma das formas como se materializa a divisão sexual do trabalho, no acesso aos recursos econômicos, naturais, culturais e sociais.

Siliprandi (2005, p. 8), observando os estudos de Agarwal e Plumwood, constata que:

A opressão feminina tem raízes nas condições materiais de existência, pela posição que historicamente ocuparam, na distribuição desigual de poder, no acesso diferenciado da propriedade, e nas condições de classe, raça, gênero e casta. A origem da opressão estaria na racionalidade dominadora masculina, cuja expressão maior é a divisão sexual do trabalho, designando as tarefas de reprodução para as mulheres, e as da produção para os homens, com uma história de valorização social desigual.

Assim como não reconhece o trabalho realizado pelas mulheres, o discurso hegemônico não reconhece e não valoriza os saberes que as mulheres desenvolveram ao longo da história. Quando nos referimos a discurso, não é ao ato da fala, mas a tudo que organiza a forma de ser e estar em sociedade, o que dá sentido às práticas.

Para Shiva (1998), sem dúvida, igual a todos os outros aspectos de seu trabalho e de seu saber, a contribuição das mulheres ao desenvolvimento e à conservação da biodiversidade tem se mostrado como um não-trabalho e um não-conhecimento, pois está sob a lógica do patriarcado, que subvaloriza e hierarquiza as mulheres e a natureza, que é percebida como feminina. Seu trabalho e seus conhecimentos estão definidos como “parte da natureza”, apesar de estarem baseados em práticas culturais e científicas complexas.

En la mayoría de las culturas, las mujeres han sido las guardianas de la biodiversidad. Ellas producen, reproducen, consumen y conservan la biodiversidad en la práctica de la agricultura. Sin embargo, al igual que todos los demás aspectos de su trabajo y su saber, la contribución de las mujeres al desarrollo y a la conservación de la biodiversidad se ha presentado como un no-trabajo y un no-conocimiento. Su trabajo y sus conocimientos expertos se han definido como parte

de la naturaleza, a pesar de que están basados en prácticas culturales y científicas complejas. La conservación de la biodiversidad al como practican las mujeres difiere, no obstante, de la concepción patriarcal dominante. (SHIVA, 1998, p. 56).

Soma-se a isso a lógica hegemônica do sistema capitalista, em que tudo é passível de mercantilização, ou seja, só há o reconhecimento do que pode ser contabilizado, mercantilizado (transformado em moeda de troca). O trabalho perde seu sentido mais amplo de ser uma prática de criação e recriação da vida e das relações humanas, pois a sua tecnificação e a apropriação desta por poucos contribuem para o fortalecimento do patriarcado. Na medida em que o trabalho é condicionado pela técnica capitalista e patriarcal, torna-se mais um dos elementos que legitima a divisão sexual.

O modelo de pensamento capitalista ocidental dominante não consegue perceber a natureza e a vida em sua complexidade. É um pensamento dual, cartesiano e reduzido. Segundo Leff (2003), a diversidade é o princípio que dá forma ao trabalho e ao conhecimento das mulheres. Por isso, o cálculo capitalista e patriarcal não a considera.

A diferença entre os sexos é real, e é a base para a construção das hierarquias sociais e de dominação. Esses processos estão inscritos nas ordens simbólicas da cultura, e ressignificam as identidades masculinas e femininas, que vão se reproduzir enquanto estrutura de dominação do homem sobre a mulher. A falocracia é o sistema dominante, em que a diferença fundante, a partir da qual se construiu um sistema de privilégios e poderes, se expressa, entre outras formas, pela divisão sexual do trabalho e pela valorização atribuída a cada gênero. (LEFF, 2003).

Neste sistema, a natureza é percebida como algo que deve ser dominado para ser explorado como fonte de matéria prima para o desenvolvimento do capitalismo. Não valoriza as diferenças, tão pouco a diversidade, se configurando como a base de pensamento que legitima a monocultura, o agronegócio, o latifúndio, a homogeneidade, a destruição da biodiversidade e a perda de saberes tradicionais.

Assim, pensar o trabalho e as atividades desenvolvidas pelas mulheres em seu cotidiano, na sua relação com a natureza, com o cuidado, a preocupação com a reprodução e com a manutenção da vida e da diversidade, ressignificar o espaço em que estão inseridas e todas as atividades, sem reforçar um discurso naturalizador e essencialista, tem sido um desafio dentro deste campo.

A partir disso, ao observar a vida das mulheres, é preciso ir além da constatação de que há desigualdade entre homens e mulheres, a qual se percebe, não só no âmbito sócio-cultural, mas, sobretudo, político e econômico. Isso é fundamental para compreender de que

forma as ações cotidianas das Mulheres Trabalhadoras Rurais se reapresentam no meio rural brasileiro.

Esse enfoque nos auxilia na compreensão das transformações que esse meio vem passando no contexto da luta pela democratização do meio rural, do acesso às políticas públicas, da participação em espaços públicos e da ressignificação da política como algo vivo para estas mulheres, ampliando seu campo¹⁴ de luta e reconhecimento destas como sujeitos políticos (tanto no âmbito público, quanto privado).

Desta forma, outro conceito importante para fomentar a discussão e que reafirma a proposta de análise de desnaturalizar as relações de poder e os “papéis” atribuídos aos homens e mulheres é o conceito de *habitus* desenvolvido por Bourdieu (2005a) e que, como a luta por soberania alimentar, pode configurar uma proposta de questionamento deste.

Para este autor, *habitus* é um conhecimento adquirido, incorporado como um esquema de percepção de pensamentos que gera ação (orienta, regula, reduz e determina as ações dos sujeitos históricos) pela interiorização das estruturas sociais e mostra-se como rotina corporal e mental inconscientes. É adquirido mediante interação social, sendo classificador e organizador desta. Está orientado pelo esquema do simbólico, sendo por isso difícil de questionar sua natureza e, como tal, realiza-se na linguagem, nas repetições, nos costumes, que se engendram na construção do ser social.

Partimos da idéia de que *ser mulher rural* guarda uma especificidade construída dentro de um conjunto de combinações precisas, ganhando legitimidade no “fazer” social, mas que é fruto de ações individuais, reconhecidas e aceitas pelo grupo ao qual essas mulheres pertencem. Esse “fazer” se reafirma constantemente em práticas e costumes que são engendrados pelo grupo como “naturais”, uma consequência da manutenção de costumes e tradições, que são resguardados e reproduzidos “no” e “pelo” grupo, para quem estes costumes ou *habitus* fazem sentido, incorporados como discursos, além do ato da fala, mas aqui vistos como uma linguagem que externa pensamentos e valores, que se traduz em ações individuais e coletivas.

Assim, o que o autor nos ajuda a pensar é que o *habitus* feminino das mulheres rurais constitui-se num arbitrário cultural, pois as instituições que formam essas sociedades têm, para os sujeitos que as compõem, uma força de sentido e significações fazendo-se reconhecer

¹⁴ Campo é um espaço de relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições que competem pela dominação de um capital específico. O campo estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o campo; é a internalização da estrutura social, enquanto o campo é a exteriorização ou objetivação do *habitus* (BOURDIEU, 2005, p. 197).

como “natural” aquilo que é “social”, e que , quando gera práticas que são incorporadas e repetidas pelo grupo, se transforma em hábitos. Estes, ao coincidirem com as práticas e significados do *habitus* no grupo, constituem uma forma de camuflagem das instituições sociais, criando uma *bruma* de que se revestem para manterem seu caráter extraordinário, sendo inquestionáveis aos grupos inseridos nesse campo.

Ter consciência da natureza real desse arbitrário, de como se constitui e se legitima, é a via de questionamento desse arranjo social, e assim dá-se a possibilidade de desconstrução ou reconstrução, aceitando as transformações e ressignificações que acontecem nesses espaços ao longo das mudanças históricas, temporais e simbólicas.

Nesse sentido, ao observar mulheres rurais, buscaremos elencar algumas categorias sociais que irão fomentar a discussão, bem como a descrição do que se está denominando de *habitus* feminino no rural: a distinção entre os espaços sociais ocupados pelos diversos sujeitos, a oposição entre masculino e feminino na valorização das práticas cotidianas, a relação com a propriedade da terra, o acesso às políticas públicas, a construção da identidade feminina e de trabalhadora rural.

O conceito de *habitus* está diretamente relacionado com os conceitos de “campo” (em especial de “campo de poder”), e de “violência simbólica”. A articulação desses três conceitos nos permite entender a pressão estrutural que é exercida sobre os indivíduos em função da posição que ocupam num espaço social organizado e hierarquizado, o que condiciona suas possibilidades e ações em tanto que agentes. Para Bourdieu, o sistema de relações se reproduz através das práticas dos agentes, na medida que permanecem, duradouramente, dentro do conjunto referencial desse sistema de relações. O *habitus*, então, corresponde aos condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência, em tanto que sistemas de disposições duráveis e transponíveis de um campo para outro; são estruturas estruturadas, que estão predispostas para funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, princípios geradores e organizadores de práticas e representações.

Essas práticas estão reguladas e são regulares, no entanto, não implicam obediência consciente a regras, dado o princípio da não-consciência, que permite, numa estrutura dada, a reprodução de comportamentos e expectativas, sem que isso seja resultado da ação consciente e deliberada dos agentes. O questionamento do *habitus*, de suas regularidades e do conjunto da estrutura em que ele existe é, por tal motivo, produto do esforço consciente de indivíduos e grupos por reverter o fluxo da ordem social.

Perceber e apreender quais são os hábitos “comuns” que se apresentam para o conjunto das mulheres rurais no Brasil é indispensável para podermos compreender os avanços e limites da atuação dos movimentos autônomos de mulheres nos diferentes espaços públicos. Buscamos compreender este processo como algo que aponte para uma democratização do meio rural brasileiro, a partir da dimensão individual. Investigamos também o significado da organização e da participação política para as mulheres rurais também numa dimensão social, ou seja, a redefinição do local da política e da política do lugar¹⁵ para elas.

No meio rural, há uma tensão muito forte entre o protagonismo da mulher e a manutenção da unidade produtiva, na medida em que a agricultura familiar se estrutura no tripé família-produção-trabalho. É um desafio analítico e político tratar destas questões, como já salientamos anteriormente. Este duplo exercício, da manutenção desta forma de organização social e de questionamento das relações de poder internas, compõe o substrato desta discussão e da ação de políticas públicas que levam em conta as especificidades de gênero no meio rural brasileiro.

Carneiro (1994), ao analisar o surgimento do movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, chama atenção para as contradições que a construção desta identidade perpassa: o ser mulher e a reafirmação do papel tradicional da mulher como mãe e esposa. Segundo a autora, “isso se dá pela própria lógica de organização do campesinato, em que a relação do trabalho-propriedade-família está colocada”. Assim, para as mulheres rurais, a construção da identidade de trabalhadora rural passa pelo reconhecimento da importância do seu papel como reprodutora da família e como produtora de bens de valores simbólicos e culturais.

Assim, o que ao mesmo tempo é sua principal característica agregadora também favorece um modelo de família com um chefe que organiza a produção e decide sobre as outras fases, e um grupo de sujeitos subordinados a esta lógica e que naturaliza a divisão sexual do trabalho e as relações de opressão em que ela se estabelece. Para Bourdieu (2005b), a divisão sexual que assegura a dominação masculina está fortemente presente nas práticas cotidianas, na ocupação e divisão do espaço, na organização do tempo.

Neste contexto, o papel do trabalho feminino na manutenção da unidade produtiva e das relações sociais tende a reafirmar a lógica patriarcal de desvalorização e invisibilidade do

¹⁵ Neste trabalho nos inspiramos na discussão trazida por um grupo de pesquisadoras/es internacional coordenados por Arturo Escobar que se chama Las Mujeres y las políticas del lugar – MPL, em que definem lugar como: “*El lugar, algo que significaba lo que las mujeres definen como su medio ambiente y lo que determina su sustento, su ser y su identidad, es decir, el cuerpo, el hogar, el entorno local y la comunidad, los terrenos que las mujeres se ven motivadas a defender, definir y apropiarse políticamente.*”

trabalho das mulheres, como demonstram Melo e Di Sabbato (2000, p. 83), ao analisarem o trabalho feminino rural:

Na análise do trabalho feminino rural a ideologia patriarcal do reconhecimento da supremacia masculina sobre o feminino permanece como uma marca profunda dessa sociedade. A inferioridade feminina é mais visível na análise das relações sociais do mundo rural: o impacto da modernização da agricultura sobre a mão-de-obra feminina, a proletarização da família rural e a intensificação do lugar da mulher na produção de alimentos e no seio da família no meio rural mantêm o trabalho da mulher, no plano simbólico, ainda caracterizado como trabalho complementar, ajuda da mulher. A pretensa ‘naturalidade’ da divisão sexual do trabalho, onde cabem às mulheres os afazeres domésticos, denunciado pelo movimento de mulheres com tanto impacto no espaço urbano, aparentemente ainda é tímido no campo. No mundo rural estas relações não foram ainda contaminadas pelo novo papel feminino, com o mesmo impacto do que acontece no meio urbano.

No que se refere à distinção entre os espaços sociais ocupados pelos sujeitos, o que se percebe é a reafirmação da dicotomia público–privado nos espaços de sociabilidade e de produção. Dessa forma, na casa, os espaços são divididos de acordo com o sexo, refletindo a lógica simbólica das relações sociais de gênero. A casa e o quintal se tornam espaços femininos. Na propriedade rural, o trabalho do homem está ligado à produção, e o da mulher, à reprodução ou subsistência. A divisão sexual do trabalho na pequena propriedade rural é nítida e de caráter patriarcal, pois geralmente quem determina a divisão de funções é o homem, assumindo e reproduzindo o papel de “chefe da família”.

Há, nesse processo de divisão, posições distintas para cada membro da família - homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. Os homens se dedicam ao trabalho na lavoura e às atividades que se destinam ao comércio e às posições políticas da sociedade, como participação em cooperativas, associações, acesso a financiamentos em bancos, etc. O trabalho da mulher está “mais próximo” da casa: as pequenas criações (vacas de leite, galinhas, porcos), a horta; ou dentro da própria casa: o cuidado e educação dos filhos, preparo das refeições, limpeza da casa, cuidado com as roupas, ou seja, as tarefas rotineiras. Esses são os trabalhos considerados “leves”.

Paulilo (1987), estudando mulheres rurais nos estados da Paraíba, São Paulo e Santa Catarina, chegou à conclusão do que define se o trabalho é “leve” ou “pesado”. Não é propriamente a dificuldade, mas sim a posição de quem o realiza na hierarquia familiar. Em outras palavras, ordenhar, cuidar da horta, do jardim, da limpeza da casa, cuidar de filhos pequenos e preparar a alimentação da família, tudo isso durante a manhã, é considerado leve. Assim, grande parte das tarefas que as mulheres exercem, seja como trabalho não remunerado, seja como doméstico, permanecem ocultas e sem reconhecimento social.

Quanto à oposição entre masculino e feminino na valorização das práticas cotidianas, o que se percebe é uma reafirmação da lógica de valorização do trabalho em relação a quem o executa, e não pelo seu valor em si mesmo. Essa desvalorização ou supervalorização das práticas sociais se materializa em espaços distintos de poder e autoridade patriarcal, como mostra Carneiro (1998, p. 69):

Ainda que haja espaços distintos de exercício da autoridade, observa-se que a própria identidade feminina, na família camponesa, supõe uma relação de dependência e de submissão em relação ao homem. Assim, o sentido de complementaridade identificado por Segalen nas tradições camponesas, não exclui a desigualdade e a hierarquia nas relações entre os gêneros.

No que se refere à relação das mulheres rurais com a propriedade da terra, o acesso dá-se através do casamento e, algumas vezes, por herança. Com relação à herança, Paulilo (2004) constatou que, em Santa Catarina e nos demais estados do Sul, nas regiões de colonização alemã e italiana, o costume é o de dividir a propriedade entre os filhos homens.

As mulheres só herdavam em alguns casos especiais: filhas únicas, ausência de filhos homens e, se casadas, quando cuidam dos pais na velhice. As mulheres, quando casam, ganham apenas um dote, mesmo quando também trabalharam nas lavouras. O valor do que recebem não guarda correspondência com o valor das terras que lhes caberiam se a partilha fosse igualitária.

Para Butto (2003), a tradicional exclusão feminina do acesso à terra faz com que elas também sejam ignoradas pelas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, por mais que as leis brasileiras condenem a discriminação por sexo. Entre 1996 e 2002, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf)¹⁶ teve entre seus beneficiários apenas 7% de mulheres, estando estas, em sua maioria, inseridas na modalidade B.

Bastos (2006) refere-se aos agricultores familiares classificados no grupo B do Pronaf como os que possuem as condições de vida mais precárias. São basicamente famílias com baixa renda (até 1.500 reais por ano), trabalhadores rurais e aqueles que utilizam a terra de forma mais precária, como os parceiros, pequenos arrendatários e ocupantes, além de pescadores artesanais.

¹⁶ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em junho de 1996, por meio de um decreto presidencial - Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. São beneficiários do Pronaf todos aqueles agricultores familiares que exploram estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou possuidores de qualquer título. Desde que desenvolvam atividades agropecuárias e não-agropecuárias. Também são beneficiários pescadores artesanais, aquicultores, extrativistas, indígenas e membros de comunidade remanescente de quilombos e, eventualmente, utilizam mão de obra contratada.

No ano de 1996, as mulheres representaram 12,6% do total dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Segundo a mesma autora, a pesquisa da FAO (2002), da Unicamp, revela que foram distribuídos para os homens 87% dos títulos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e 93% das terras do programa Cédula da Terra. Do total dos beneficiados pelos programas de aquisição de terras – Cédula da Terra e Crédito Fundiário –, apenas 7% eram mulheres.

De acordo com o IBGE (2000), apesar de as mulheres rurais não serem maioria, elas representam 45% dessa população. Na Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD) de 1998, do IBGE, há um predomínio do trabalho sem remuneração entre as mulheres. No setor agropecuário, elas representam 80,76% das ocupações não remuneradas. Há um maior número de mulheres (91,3%) do que de homens (82,5%) dedicando-se à produção para autoconsumo. Na lavoura, as mulheres exercem 77,3% do trabalho não remunerado. Apenas 5,5% de mulheres no campo realizam atividades remuneradas na agropecuária, em atividades de extração vegetal, pesca, agricultura e silvicultura (MELO, 2004, apud MELO et al., 2005).

Tanto na lavoura como na pecuária, o que percebemos é uma baixa remuneração do trabalho executado pelas mulheres, bem como uma identificação deste como um trabalho coadjuvante. O dinheiro ganho pelas mulheres tende a ser gasto em compra de roupas, materiais escolares etc. O dinheiro que advém do trabalho masculino, geralmente, aplica-se às atividades de produção, como compra de insumos, sementes etc. Isso reforça e é reforçado, numa perspectiva dialética da lógica do sistema patriarcal, em que valores e poderes se reafirmam em relação ao masculino sobre o feminino.¹⁷

Autoras como Heredia e Cintrão (2006), em um estudo sobre as transformações vividas pelas mulheres rurais brasileiras entre 1992 e 2002, chamam a atenção para dificuldades estruturais enfrentadas por elas, por conta da forma como as relações de gênero se expressam nesse meio. A precariedade das condições de infraestrutura vividas no meio rural brasileiro, em especial a falta de água encanada, energia elétrica e esgotamento sanitário,

¹⁷ “No mundo rural a percepção que as mulheres têm de seu trabalho é definida socialmente como um jeito de ser mulher. Sempre enredada com as lides domésticas, cujas tarefas não se expressam em relações monetárias e são, por conseguinte, esquecidas e desvalorizadas pela sociedade. Este véu que encobre o trabalho feminino rural é uma consequência da cultura patriarcal, de dominação masculina, que define a inferioridade do papel feminino em nossa sociedade. No caso específico das mulheres rurais, contudo, essa questão é mais acentuada, em virtude da introjeção, pelas próprias mulheres da ideologia patriarcal. [...] A dimensão da invisibilidade do trabalho feminino no campo pode ser visualizada, inicialmente, pela proporção de mulheres ocupadas sem remuneração, que é significativamente mais elevada na agropecuária, em comparação com os demais setores da economia. Nesta atividade, as mulheres geralmente exercem a produção para o autoconsumo não usufruem do mesmo status do trabalho masculino” (MELO; DI SABBATO, 2000, p. 48-49).

faz com que piorem ainda mais as condições de exercício, por parte das mulheres, das tarefas da casa.

Todavia, o fato é que a década de 1980 traria como novidade um processo ascendente de visibilidade das mulheres rurais, percebido nas mobilizações em todo país, nas conquistas presentes na nova Constituição em 1988¹⁸ (como um marco para muitos outros grupos, como quilombolas, extrativistas, indígenas, etc.), na criação de mecanismos institucionais que apresentavam as mulheres rurais ao Estado como um grupo com demandas políticas específicas expressadas, porém, pelos espaços políticos que já estavam constituídos, como os sindicatos ou mesmo por novos canais de expressão (tais como os movimentos de luta pela terra como, por exemplo, o MST). No entanto, tais reivindicações foram tratadas como secundárias, dado o turbulento período de abertura política e a luta pela redemocratização, quando novas possibilidades surgiam no horizonte.

O não reconhecimento, historicamente, da sua condição de trabalhadoras fez com que apenas após a Constituição Federal de 1988 passassem a usufruir de direitos sociais básicos, como previdência social, auxílio maternidade, auxílio doença, entre outros. Esta situação, somada ao fato de não terem remuneração ou bens em seu nome, acaba por comprometer as suas condições autônomas de sobrevivência, sobretudo quando idosas. A dificuldade de acessar a terra em próprio nome (seja pela herança, seja pela compra no mercado, seja nos processos de assentamento de reforma agrária) faz com que sejam ainda mais precárias as condições de sobrevivência de mulheres sozinhas. Sem terra, as mulheres não podem plantar alimentos para si e para seus filhos, não podem obter rendas extras, não podem acessar financiamentos etc.

Em decorrência da invisibilidade do seu trabalho e subalternidade em que vivem dentro da família rural, muitas dessas mulheres não têm, até hoje, seus documentos civis básicos, tais como Registro de Nascimento, Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física e outros. A falta dessa documentação, condição para exercício da cidadania junto ao Estado, impede-as de se cadastrarem para uma série de programas e políticas públicas de apoio aos trabalhadores rurais e a populações vulneráveis, constituindo-se em mais um fator de discriminação.

¹⁸ A Constituição de 1988 foi um marco na conquista dos direitos das mulheres, pois expressa a conquista fundamental da igualdade dos direitos e deveres entre homens e mulheres (art. 5, I) até então inexistente no ordenamento jurídico brasileiro. No que se refere às mulheres rurais, Deere (2004) pontua que a articulação de lideranças femininas nos sindicatos, assim como o crescente movimento de mulheres resultou na inclusão dos direitos da mulher à terra na pauta constitucional como parte da expansão geral dos direitos das mulheres.

Em novo estudo sobre as mudanças ocorridas na vida das mulheres rurais, entre os anos de 2003 e 2009, Cintrão e Siliprandi (2011) demonstram, a partir da análise da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), quanto ao acesso às políticas públicas, à terra e aos recursos naturais e às novas questões trazidas pelo movimento sociais, que ainda há muito a conquistar para que as mulheres rurais tenham condições de exercerem sua cidadania plena. Isso porque,

apesar dos avanços ainda persistem no país enormes desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e entre as zonas rural e urbana, como mostram os dados aqui analisados. Esses dados apontam para a persistência de um contexto de ausência de direitos para uma significativa parcela das mulheres rurais. (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 222).

Neste trabalho, as autoras discutem que, além da clássica desigualdade de gênero, leva-se também em conta a diferenciação entre rural e urbano no acesso a serviços. Outro fator são as desigualdades regionais que marcam a estrutura social e política dentro do modelo de desenvolvimento do país, imprimindo para as mulheres rurais das regiões Norte e Nordeste uma condição estrutural de pobreza e exclusão bem maior que para as da região Sul.

Mesmo com todo esforço assumido por um setor do Estado brasileiro,¹⁹ o que se pode perceber é que há muito que se trilhar na luta por igualdade de gênero no mundo rural. Mesmo assim, contabilizam-se melhoras em algumas dimensões, no período de 2003 a 2009, no acesso às políticas de reforma agrária, à documentação, ao crédito e à assistência técnica, o que também provocou mudanças no próprio arranjo do Estado para atender às novas demandas, o que demonstra também uma enorme capacidade de negociação e proposição do movimento organizado de mulheres rurais, como apontam no trabalho.

Desde 2001 existia no Ministério do Desenvolvimento Agrário o Programa de Ações Afirmativas para Promoção da Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres, porém, até 2003, os resultados concretos eram exíguos. No período de 2003 a 2009, as ações governamentais foram coordenadas pelo Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do mesmo ministério (Ppigre), que centrou sua atuação na revisão da legislação e dos mecanismos regulatórios dos

¹⁹ Aqui se destaca o trabalho desenvolvido junto às mulheres rurais em estreito diálogo com os movimentos de mulheres como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais Sertão Central (MMTR-SC), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), O Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), a Marcha Mundial das Mulheres, a CONTAG, onde, a partir de 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de ministério, que realizou duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004 e 2007). Segundo Cintrão e Siliprandi (2011), destas conferências resultaram os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres Rurais, que exigiram políticas que as beneficiassem como trabalhadoras e moradoras do meio rural, enfocando problemas tais como acesso à documentação civil, à terra, ao crédito, à assistência técnica e à organização produtiva.

programas existentes, com vistas a um melhor atendimento das demandas das mulheres rurais. O Ppigre coordenou ainda a elaboração e a implementação de uma série de novos programas voltados para o apoio às atividades produtivas realizadas pelas trabalhadoras rurais. Na prática, o Ppigre funcionou como uma assessoria de gênero àquele ministério, buscando facilitar o acesso das mulheres rurais ao conjunto de políticas existentes e promovendo um diálogo permanente com os movimentos de mulheres. Em 2010, o Ppigre passou por uma reformulação, sendo denominada Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre), ligada ao Gabinete do Ministro. Posteriormente, no final de 2010, foi transformada em uma Diretoria de Política para as Mulheres e Quilombolas. (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 189).

As autoras apontam que mudanças significativas podem ser percebidas no que diz respeito ao acesso à terra e à titulação conjunta, ao enfrentamento da violência sexista e pobreza extrema (com o programa Bolsa Família), à previdência social, à educação, ao programa de documentação da trabalhadora rural, a crédito e assistência técnica com enfoque de gênero. No entanto, um grande desafio está no campo da efetivação destes direitos, o qual se desdobra tanto para os movimentos sociais de mulheres rurais (e na incorporação individual destes direitos), quanto para os movimentos mistos e para o próprio Estado (no reconhecimento destes direitos), como parte do compromisso de democratização da sociedade brasileira em constante questionamento e mudanças. Mesmo assim, as autoras ressaltam que “esse processo resultou em condições melhoradas para a efetivação desses direitos, que por sua vez, se reforçam mutuamente, permitindo novos avanços, ao mesmo tempo em que colocam em pauta novos desafios a serem enfrentados” (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 223).

Siliprandi (2009), em sua tese de doutorado, em que analisa a relação entre mulheres e agroecologia, apresenta questões políticas e estruturais que marcam a vida das mulheres, tais como o acesso ou o não aos recursos naturais, e estão crivadas de relações de poder. Para a autora:

o acesso aos recursos produtivos (incluindo o meio natural) e os bens simbólicos associados à agricultura familiar é marcado pelas relações de poder entre homens e mulheres, e que existem limites que impedem que as mulheres possam intervir no uso desses recursos.[...] Do ponto de vista das condições concretas para o exercício das suas atividades, é evidente o cerceamento à autonomia e a inexistência de garantias ao exercício dos seus direitos, expresso no seu precário acesso à terra, aos insumos, ao crédito, às informações, além da sua inserção subordinada na gestão das propriedades. As mulheres enfrentam ainda enormes dificuldades para assumir papéis de liderança, dadas as interdições a que são submetidas e a sua constante desvalorização social. (SILIPRANDI, 2009, p. 270).

O acesso aos recursos naturais,²⁰ ao território e a defesa das culturas tradicionais não são assuntos exclusivos das mulheres rurais, sendo atualmente discutidos no conjunto dos grupos sociais excluídos, e têm uma atualidade na luta política, na disputa por um modelo de desenvolvimento em que estas populações são um impedimento e sujeitos políticos do processo. Mesmo assim, sabemos que, por exemplo, no semiárido brasileiro, as mulheres são as maiores prejudicadas pela falta de água, pois são estas as responsáveis por adquiri-la, tendo que muitas vezes se deslocar quilômetros para conseguir o líquido para a família e os pequenos animais.

Nos períodos de estiagem, são frequentes as longas caminhadas que fazem, sobretudo as mulheres e crianças sertanejas, em busca de água para suprir as necessidades diárias de consumo doméstico; no mais das vezes, água imprópria e contaminada, não recomendada para consumo humano (LOPES, 2005, apud CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 192).

Paulilo (2009) aborda o aspecto da sucessão familiar nas propriedades rurais do Sul do Brasil, região de colonização italiana e alemã na qual a sucessão se dá, em grande maioria, aos filhos homens. As mulheres se tornam agricultoras através do casamento, ou quando o casal não possui descendência masculina ou quando uma filha casada irá cuidar dos pais na velhice. O que se destaca é que, se for necessário excluir alguém da sucessão, certamente será a mulher. Destacamos ainda que, mesmo a terra pertencendo à mulher por herança, o marido é considerado responsável. É também de Paulilo (2004) a reflexão de que, assim como ocorre a exclusão feminina ao acesso à terra, elas também são alijadas de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e previdência social.

Brumer (2002) destaca a tardia inclusão dos trabalhadores rurais familiares no sistema previdenciário, com relação a outras categorias de trabalhadores e, principalmente, com relação à inclusão das mulheres rurais trabalhadoras, que ocorreu ainda mais tarde. Segundo a autora, isso se deve principalmente pelo fato de que, para poder receber os benefícios da

²⁰ Apesar de melhorias parciais, em 2009, ainda são significativos os percentuais de domicílios rurais sem esgotamento sanitário (17,7%, quase um quinto) e sem coleta de lixo (67,3%, mais de dois terços dos domicílios rurais). Embora tenha havido alguma melhoria entre 2003 e 2009, quase um terço dos domicílios rurais permanecem sem canalização interna de água. Neste caso, as disparidades regionais são muito maiores do que entre os meios urbanos e rurais. Na região Sul do país os índices urbanos e rurais aproximam-se, com a quase totalidade dos domicílios tendo canalização interna de água. Na região Nordeste, metade dos domicílios rurais não têm canalização interna (49,6% - 1,96 milhões de domicílios), o que dificulta sobremaneira todos os trabalhos domésticos de limpeza, lavagem de roupa, elaboração de comida, que recaem sobre as mulheres. A falta de canalização interna é agravada nas regiões semiáridas nordestinas pela dificuldade de acesso à água, que penaliza especialmente as mulheres (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 192).

previdência social, as mulheres deviam, antes de mais nada, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais:

Esse reconhecimento, por sua vez, era de difícil comprovação, tendo em vista que grande parte do trabalho feito por elas é invisível, sendo geralmente declarado como ajuda às tarefas executadas pelos homens e, com frequência, restrito às atividades domésticas, mesmo que essas incluam atividades vinculadas à produção. (BRUMER, 2002, p. 3).

Como aponta a autora, o fato de a trabalhadora rural receber a aposentadoria, pensão ou licença-maternidade diretamente em seu nome, através de conta bancária, e poder definir a forma de gastar e gerir esse dinheiro aumenta seu poder pessoal, podendo se tornar provedora, contribuindo com recursos financeiros para a unidade familiar. Como também destaca Brumer (2002), o outro valor simbólico do acesso das mulheres à previdência social rural, como beneficiárias diretas, é a noção de que conquistaram direitos, aumentando sua consciência sobre participação e garantia de direitos. A autora considera que o movimento das mulheres do campo foi bem sucedido, haja vista o atendimento da maioria de suas reivindicações relativas à Previdência Social, pela Constituição Federal de 1988, apesar de nem todas terem sido colocadas em prática ainda.

A partir do que apresentamos, percebemos que as relações sociais de gênero, como relações de poder que regem a vida das mulheres rurais no Brasil, ainda têm forte eficiência simbólica, tanto na esfera privada (na família, na casa, na comunidade), como na esfera pública (escola, sindicatos, igreja, conselhos), inter cruzando com as questões de raça, classe, etnia, etc. Outra questão é que mesmo a partir da organização das mulheres rurais em movimentos sociais autônomos, e com a incorporação e reconhecimento da categoria Mulher Trabalhadora Rural, estas ainda têm muitos desafios para a efetivação de uma cidadania plena, o que requer estratégias diferenciadas para atuarem politicamente num duplo sentido: no espaço doméstico e nos diferentes espaços públicos.

Compreender essas ações e representações como fruto das relações sociais, de um tempo-histórico determinado e como relações de poder desiguais nos permite, por exemplo, questionar e problematizar como essas representações se legitimam nas instituições como família, na comunidade e no Estado e, sobretudo, como se materializam em projetos e/ou políticas públicas que, muitas vezes, reafirmam estes mesmos lugares, tanto das mulheres, quanto dos homens.

Dessa forma, a constituição de um sujeito político se faz na medida que as mulheres passam a participar politicamente de espaços públicos, de ações, atos públicos, marchas, de

grupos de mulheres, sindicatos, partidos, associações, de movimentos sociais, conselhos etc. A participação fortalece-as como sujeitos individuais (políticos), mas também como sujeitos coletivos que passam dar outro sentido à luta, ao político, à política e, assim, a questionar a exclusão histórica a que foram submetidas. A partir de uma perspectiva sociológica, esta é uma questão fundamental para que se possa provocar mudanças na estrutura social e fortalecer os movimentos sociais.

Segundo Fischer (2006, p. 57), ao participar das lutas no campo, articuladas pelo movimento de mulheres, a trabalhadora rural ganha um espaço que lhe permite questionar as relações de dominação, especialmente no espaço público. A ação política das mulheres rompe a cortina de sua invisibilidade pública (SILVA, 1992, p. 282), graças a uma nova trama de relações sociais que pressupõe interações e novos saberes, o que, por sua vez, redefine relações de poder também na instância do privado. Cria-se, portanto, um novo espaço propício à reconstrução das relações de gênero.

Siliprandi (2009), em estudo já citado, mostra- nos como, a partir dos anos 2000, há um novo cenário de luta para o movimento de mulheres rurais. Segundo a autora:

as mulheres agricultoras passaram apontar para novas questões, fazendo exigências para o Estado, para a sociedade, e para os próprios movimentos que questionavam o lugar destinado a elas nesses modelos. Ademais, começavam a desenvolver políticas de alianças próprias, organizavam eventos públicos, enfim, mostravam força política. (SILIPRANDI, 2009, p. 268).

Dessa forma, o que nos parece interessante notar é como as Mulheres Trabalhadoras Rurais estão construindo novas formas de fazer política, questionando os espaços públicos, reinventando-os e propondo novas relações sociais. É neste campo de disputa por projetos e reconhecimento de novos sujeitos políticos na esfera pública que orientamos nossa análise.

1.3 O Ser Mulher Trabalhadora Rural: a Construção da Identidade

Era no começo de 84. Você pode ver o relatório do Sertão Central, primeiro encontro: já era trabalhadoras rurais. É claro que não havia uma simetria, né? Que foi se consolidando, né? Que chegou até o latino-americano, foi vendo a necessidade de trabalhar na identidade, foi aí que foi crescendo, mas começou a sementinha aqui nos anos 80, foi os primeiros passos que a gente deu.

Vanete Almeida

Como fruto deste processo, há o ressurgimento do movimento sindical rural e urbano. As pautas de reivindicações dos trabalhadores do campo (luta pela terra, sindicalização rural, previdência, etc.), questões de classe, típicas do sindicalismo

tradicional, mesclam-se com as questões tidas como “específicas” a certos grupos sociais, que começam a se organizar e se reconhecerem como sujeitos de direito, como as mulheres rurais.

Neste processo, o que se percebe é um questionamento ao modelo de organização sindical tradicional, tanto internamente (a forma de participação política) quanto externamente (a forma de representação política). De acordo com Capellin (2006, p. 643):

Entre 1979 e 1985 cresce rapidamente a mobilização de diferentes setores da sociedade exigindo a redemocratização do país, inaugurando novos conflitos e sacudindo a imobilismo das organizações de representação de classe. As práticas sindicais começam a ser renovadas: reivindicam-se negociações coletivas, eleições dos delegados sindicais nos locais de trabalho, novas modalidades que redefinam os vínculos políticos entre os trabalhadores, representados, e seus dirigentes sindicais, representantes. As organizações sindicais passam por um intenso processo de questionamento, interno e externo. Formam-se correntes sindicais inovadoras e críticas, que começam como ‘oposições sindicais’ e acabam sendo identificadas como ‘sindicalismo autêntico’ ou ‘novo sindicalismo’.

É neste momento de efervescência da luta política que, no meio rural, as mulheres, organizadas em grupos de base, percebem que não estão sendo representadas pelo discurso político ou que não se reconhecem nele.²¹ O sindicalismo lutava para que a “classe trabalhadora” pudesse ter direitos assegurados e reconhecidos pelo Estado, porém apenas era discutido o status do trabalho formal ou produtivo, que não incluía ou reconhecia as atividades desenvolvidas pelas mulheres rurais dentro da unidade produtiva.

Esmeraldo (2010), ao estudar a organização política das mulheres rurais no Ceará e a ressignificação da participação política para estas, aponta-nos que, no processo de democratização, as mulheres rurais tiveram que travar uma dupla luta política: pela democratização do Estado, mas também pelo reconhecimento, por parte dos sindicatos, das atividades desenvolvidas por elas, com o questionamento de sua vinculação somente aos papéis tradicionais de mãe, esposa e “cuidadora” do lar. Para a autora:

Até meados da década de 80 a representação identitária da mulher rural se subordina à sua condição familiar e conjugal, sendo identificada como a mãe, a esposa, a filha e a avó, embora participe, com seus maridos e filhos, de lutas por melhores condições de trabalho; de celebrações; de assembléias; de marchas; de romarias e de ocupações de terras. A representação relacionada basicamente à vida familiar e conjugal não traz para o espaço público a percepção e o reconhecimento

²¹ “A mobilização das mulheres rurais não se forma na prática sindical, mas a partir de debates sobre as condições de vida realizados em pequenos grupos, a maioria de matriz religiosa ligados às pastorais, mas também grupos de matriz laica formados a partir das mobilizações de resistência às expulsões dos moradores das fazendas. É importante registrar que em todos estes casos, são as mulheres que tomam a iniciativa de promover as reuniões, organizá-las e dirigi-las” (CAPELLIN, 2006, p. 646).

da presença e participação da mulher rural na luta pela terra e no processo produtivo junto à unidade agrícola familiar. Mas, quando as mulheres participam das reuniões das Comunidades Eclesiais de Base – CEB’S, dos movimentos voltados para organização das oposições sindicais e para a conquista das direções sindicais sua invisibilidade política começa a ser por elas reconhecida e a ser problematizada ao perceberem que é o homem o sujeito político e social a ser considerado como representante institucional da família e com esse papel ser credenciado a assumir formalmente a representação pública da família camponesa no movimento sindical. (ESMERALDO, 2010, p. 1).

Capellin (2006), ao estudar a organização das mulheres rurais dentro do sindicalismo, apresenta-nos que um dos grandes desafios para as mulheres, ao reconhecerem o sindicato como órgão de representação política de suas demandas como trabalhadoras, era que também tinham que disputá-lo internamente, nos processos eleitorais, na participação nos congressos, na incorporação de suas pautas específicas (como a violência sexista e a invisibilidade do trabalho doméstico) e no reconhecimento das desigualdades de gênero vivenciadas no cotidiano das mulheres rurais (como a não participação política dentro e fora dos sindicatos) e não reconhecimento de seu status de trabalhadoras. Para a autora, “as mobilizações das trabalhadoras rurais ilustram muito bem a capacidade das mulheres de vincular as reflexões sobre a vida doméstica às demandas dos movimentos populares”²² (CAPELLIN, 2006, p. 645).

Neste momento, as mulheres rurais passam a se organizar em movimentos sociais, nos quais suas pautas de reivindicação giravam em torno da luta pelo reconhecimento destas como trabalhadoras rurais, ou seja, pela visibilidade das atividades desenvolvidas por elas dentro e fora da unidade produtiva, o que leva diretamente ao questionamento da divisão sexual do trabalho. Outro ponto era a luta pela inserção nos sindicatos, na medida que, como mulheres trabalhadoras, passam a levar e exigir um posicionamento destes em relação ao trabalho tido como reprodutivo, como podemos ver a partir dos apontamentos de Carneiro (1994, p. 11):

A participação de mulheres em movimentos sociais no campo toma uma característica singular na década de 80 quando são realizados os primeiros encontros voltados para problemas que lhes são específicos. Tal fato não implica, porém, que a mulher estivesse ausente das lutas travadas por camponeses e trabalhadores rurais em momentos anteriores. No entanto, observa-se, nessa época, uma mudança na qualidade desta participação. Até então, a inserção feminina nos movimentos sociais

²² Para Capellin (2006, p. 646): “As experiências de vida relatadas pelas mulheres rurais mostram que em seu cotidiano não há uma clara distinção entre os limites do lar e do trabalho, entre as atividades domésticas e as tarefas agrícolas, entre a responsabilidade na educação dos filhos e a vida comunitária. No campo, a autoridade do chefe de família – do pai ou marido- extrapola o espaço doméstico e muitas vezes impõe-se, negando a participação das mulheres nas decisões nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos”.

no campo realizava-se, normalmente, através da participação dos respectivos maridos ou de outros familiares.

Este ainda tem sido um movimento bastante conflituoso para as mulheres, como para os movimentos sociais mistos, o que nos permite refletir sobre a inter-relação entre os espaços sociais (privado e público) e sua força simbólica na determinação da valorização e reconhecimento das atividades desenvolvidas pelos sujeitos que estão à frente. A divisão sexual do trabalho não se apresenta da mesma forma, mas ainda responde à ordem simbólica patriarcal, o que exige das mulheres rurais estratégias diferenciadas, de acordo com as condições sociais, culturais e políticas de cada grupo. Retornaremos a estas questões mais adiante.

Como apresentamos, a luta das mulheres não se inicia neste período. Na história da luta do campesinato brasileiro, muitas mulheres se destacam como lideranças que tiveram uma participação ativa nas lutas por terra e por direitos sociais e políticos. Elizabeth Teixeira, Margarida Alves e Diolinda Alves de Souza, cada uma simbolizando tempos históricos diferenciados, são mulheres emblemáticas nas lutas por terra e por direitos no Brasil, diz Regina Novaes (1997).

Sabemos também que as mulheres já participam de espaços importantes para a formação política, principalmente os ligados a setores progressistas da Igreja Católica e Protestante, como os movimentos eclesiais de base, as pastorais, grupos de mulheres, dentre outros, que foram determinantes para a organização posterior destas num movimento autônomo em que apresentavam as questões específicas. Em Carneiro (1994, p. 12-13), vemos ainda que:

Para essas mulheres, a participação no movimento dos trabalhadores não era motivada por reivindicações específicas de sua condição de mulher, mas integrava o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação. Nesse momento, as distinções de gênero não importavam. O que mobilizava era o re-conhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, que atribuía indistintamente a homens e mulheres uma única identidade coletiva. [...] É indiscutível que a explosão de diversas formas de luta das mulheres no campo na década de 80 está associada ao movimento de resistência dos trabalhadores rurais à intensificação da exploração e da expropriação a que estão submetidos. Resistência essa que se traduz tanto por conflitos diretos quanto pela busca de novas estratégias e caminhos para reprodução social.

Enraizadas em um cotidiano no qual a opressão e a exploração de classe “davam o tom”, e inseridas em uma conjuntura em que os movimentos feministas e de mulheres, por uma série de razões, não conseguiam alcançá-las, essas lideranças e suas companheiras não

incorporaram às lutas por terra e por direitos questões específicas à sua condição de mulher, bem o sabemos. Contudo, foram como mulheres que lutaram e construíram a sua imagem pública, e essa não é uma questão irrelevante. Segundo Capellin (2006, p. 645):

Durante muito tempo se pensou que seria muito difícil mobilizar as mulheres trabalhadoras, porque se considerava irregular e provisória sua inserção no mercado de trabalho. Também prevalecia a convicção de que elas fossem as principais depositárias e reprodutoras dos valores patriarcais dominantes na sociedade rural brasileira. No entanto, vários estudos, de acadêmicos e de militantes, mostram que tais idéias já não correspondem à realidade. Em primeiro lugar, a participação produtiva dessas mulheres é massiva e marcada por uma longa jornada de trabalho mal remunerado. Em segundo lugar, suas mobilizações já têm ganho visibilidade, através de manifestações, protestos e abaixo-assinados que reclamam o respeito à legislação, o acesso à previdência social e também o direito de participar ativamente de seus sindicatos.

Desta forma, à luta pelo direito à sindicalização incorporaram-se questões específicas, pois se trata de uma concepção de política que vê no sindicato um instrumento fundamental de luta. As mulheres passam a questionar dentro do sindicato (órgão de representação da classe trabalhadora) a relação direta com a ideia de que é o homem, ou o gênero masculino, o representante político legítimo deste espaço, o que provoca uma importante mudança simbólica na luta das mulheres trabalhadoras. Para Esmeraldo (2013, p. 243):

Lutar para entrar no sindicato rompendo a unidade e as relações de forças historicamente constituídas para e com o masculino significa criar novas relações de forças não mais restritas às do gênero masculino, assim como de interesse do gênero feminino. Significa tencionar e inscrever reivindicações de interesse do outro, do novo gênero sindical, do gênero feminino. A luta para a sindicalização das mulheres expressa desejos para a conquista de direitos próprios, para se tornarem sujeitos políticos autônomos. Tal ação política simboliza a possibilidade de abertura da luta de classe para atuar de forma conjugada com a luta das mulheres. Requer o alargamento do campo político (lutas e forças) do movimento sindical rural restrito a lutas econômicas e protagonizadas por forças masculinas e o reconhecimento de outro sujeito social e público como nova força política e de lutas que expressam as reivindicações específicas das mulheres que trazem elementos novos para a atuação política sindical e partidária.

De acordo com Capellin (1987), a partir de 1985 institucionalizam-se nos grupos de assessoria sindical,²³ equipes que apoiaram e fomentaram o intercâmbio de experiências de educação popular específicas para mulheres trabalhadoras. Certamente esse é um aspecto importante, quando observamos a transformação de algumas das bandeiras de luta das

²³ De acordo com a autora, essas equipes muitas vezes se apoiavam em grupos do chamado Movimento Feminista com viés urbanos, mas que auxiliavam em discussões em torno dos direitos das mulheres como cidadãs que ampliaram as pautas dos movimentos de mulheres rurais para questões de saúde e educação, por exemplo.

mulheres com algumas ideias feministas ou mesmo quando o termo “gênero” começa a aparecer como constituinte dos discursos e das práticas desses movimentos,²⁴ o que dá outro sentido ao processo político de participação e aos novos espaços públicos que surgem.

Esmeraldo (2011), ao analisar as estratégias utilizadas pelo movimento de mulheres para o reconhecimento destas como trabalhadoras rurais, chama atenção que, a partir da década de 1980, inicia-se um processo de questionamento do lugar da mulher no espaço doméstico e da representação social ligada às suas funções como mãe e dona de casa, o que impedia ou limitava sua participação nos espaços públicos. Para a autora:

Até a década de 1970 e início de 1980 as mulheres rurais mantêm-se indissociadas de sua condição familiar e conjugal. A representação relacionada basicamente à vida familiar e conjugal não traz para o espaço público a percepção e o reconhecimento da presença e participação da mulher rural na luta pela terra e no processo produtivo junto à unidade agrícola familiar. A organização do trabalho na unidade agrícola familiar é reconhecida como de responsabilidade do homem e no movimento sindical rural a representação a representação política da mulher rural é atribuída ao homem. (ESMERALDO, 2011, p. 123).

Em linhas gerais, estes movimentos partem da constatação de que os discursos políticos da esquerda não reconhecem e não representam as demandas específicas das mulheres rurais,

pois a percepção do não lugar no espaço da luta política geral impulsiona e provoca mulheres rurais a desenvolverem iniciativas e a construir organizações e caráter específico aonde iniciam e passam a realizar o debate sobre sua condição subalterna e invisível frente à luta que aglutina a classe trabalhadora rural que se organiza na década de 80 no Brasil. (ESMERALDO, 2010, p. 2).

Este processo desencadeia uma discussão em torno do lugar e da importância da mulher no sistema produtivo e político, o que leva as mulheres ao reconhecimento da categoria *trabalhadora rural*²⁵ como categoria política ampla que busca abarcar as diferentes formas de inserção das mulheres na força de trabalho, e também na reafirmação do seu papel como esposas, mães e donas de casa. Este é um movimento duplo e muitas vezes contraditório entre a reafirmação da mulher no trabalho reprodutivo e no espaço doméstico e o questionamento deste mesmo papel, quando traz à tona a discussão de sua

²⁴ Com base nos documentos analisados, é no início da década de 1990 que o termo “gênero” ganha um sentido mais amplo e profundo, transpassando outras questões pautadas pelos movimentos como direitos previdenciários ou reforma agrária.

²⁵ Note-se que o reconhecimento da mulher como trabalhadora traria, como consequência, sua inclusão no sistema previdenciário. É significativo o uso e a luta pelo reconhecimento de uma terminologia que ocupou uma página histórica da luta dos trabalhadores rurais no Brasil.

invisibilidade como trabalhadoras, passando a ver nos movimentos sociais um espaço onde podem se fortalecer e serem reconhecidas como sujeitos políticos, como nos mostra Esmeraldo (2013, p. 242):

Portanto, a luta das mulheres desencadeada na década de 1980 pelo reconhecimento de sua profissão como trabalhadora rural é permeada pelo signo da contradição. Ao mesmo tempo em que seu trabalho é considerado como “ajuda” no interior das relações familiares para que possa cumprir e manter a ordem moral e de autoridade entre o casal, o trabalho feminino é afirmado e positivado publicamente para fomentar as lutas pelo seu reconhecimento profissional. [...] As dificuldades para reagir, enfrentar no plano individual, familiar e de forma isolada modelos de sociabilidade, ordens sociais, sistemas patriarcais, estruturas objetivadas, inscritas e instituídas nos corpos, objetos, tempos, espaços e nos trabalhos de homens e de mulheres, levam as mulheres a buscar articular-se em movimentos sociais e políticos para construir sua afirmação como trabalhadoras rurais.

Para Carneiro (1994, p. 12), este movimento traz em si uma contradição e desafios (tanto para a análise teórica, quanto na luta política do movimento de mulheres), na medida em que esta identidade “ainda se encontra fundada na definição tradicional das relações entre os gêneros e, no entanto, apresenta-se como sua crítica ao exigir o reconhecimento público do status social da trabalhadora”. Segundo a autora:

Contraditoriamente aos valores que sustentam as relações sociais entre gêneros, é a referência à identidade feminina que caracteriza o processo político pela conquista dos direitos da mulher rural como trabalhadora. O que distingue essa participação feminina nas lutas do conjunto dos trabalhadores rurais é o fato de se estar tornando pública a situação da trabalhadora-mulher que engloba outras identidades, o da trabalhadora-mãe e o da trabalhadora-esposa. É do produto desses dois fatores – o de pertencer ao gênero feminino e o de ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica – que resulta a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural. É nesse sentido que concordamos que para se entender o movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais é necessário levar em consideração não apenas os fatores objetivos decorrentes das condições materiais de vida, mas também valores ideológicos estruturantes das relações entre os sexos e conformadores das identidades sociais dos gêneros. (CARNEIRO, 1994, p. 14).

Cordeiro (2006) nos chama atenção para os cuidados do uso da categoria “mulher trabalhadora rural”, que não é uma identidade fixa e imutável e tampouco determina o lugar desta mulher nos arranjos sociais. Mulher trabalhadora rural, para a autora, é estratégia utilizada pelas mulheres rurais (agricultoras, artesãs, professoras, etc.) como forma de garantir direitos e empoderamento, que aqui é percebido como um processo no qual os próprios grupos criam condições e ambiente favoráveis para propiciar mudanças e deve ser visto como

um complexo processo social e que inclui diversos aspectos, tanto pessoal, quanto coletivamente.²⁶ Desta forma, segundo Cordeiro (2006, p. 220):

De forma ampla, os usos da nomeação *mulher trabalhadora rural* parecem estar calcados, sobretudo, em um novo ideário, cujo ponto de partida é o ‘direito a ter direitos’, que vai além do acesso formal a direitos sociais, políticos e civis e inclui aspectos como a auto-estima, os aprendizados pessoais e políticos, a capacidade de realização e a aposta na ação coletiva como estratégia de reinvenção da vida e das relações sociais. Isso envolve a construção de uma nova forma de sociabilidade e de convivência e um desenho mais igualitário das relações sociais.

Numa perspectiva da teoria feminista, o processo de empoderamento deve ser visto como algo conquistado coletivamente e que, a partir da incorporação dos sujeitos (no caso aqui as mulheres rurais), passa a ser ressignificado individualmente, numa dimensão cognitiva. O empoderamento parte da compreensão das estruturas sociais de opressão e de poder; e, só a partir de uma ação coletiva, é capaz de ser questionado. Segundo Leon (2001, p.97), se esse tipo de empoderamento individual não se relaciona com ações coletivas, ele pode ser ilusório, uma vez que o empoderamento inclui tanto a mudança individual quanto as ações coletivas:

O empoderamento como auto-confiança e auto-estima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Ao ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes; quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança

O empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle dos próprios assuntos, da própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e da competência para produzir, criar e gerir e questionar. É um movimento de auto-reflexão, por meio do qual se podem criar as condições para tal, mas nunca há uma imposição, como uma determinação legal ou política, de “empoderar alguém”. Segundo Sardenberg (2006, p. 2):

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão

²⁶ “O empoderamento é um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superar os estado de pobreza. É um meio de construção de um futuro possível, capaz de recuperar as esperanças da população e de mobilizar suas energias para a luta por direitos no plano local, nacional e internacional. Mas o empoderamento também é um fim, porque o poder está na essência da definição e da superação da pobreza. O empoderamento necessita ser constantemente renovado para garantir que a correlação de forças não volte a reproduzir as relações de dominação que caracterizam a pobreza” (ROMANO, 2002, p. 19).

patriarcal. Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do ‘empoderamento’ é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre ‘nossos corpos, nossas vidas’.

O que percebemos é que o processo social de reconhecimento e ressignificação da identidade “trabalhadora rural” é conflituoso e complexo, mas permite que as mulheres passem a se reconhecer como sujeitos políticos e percebam os movimentos sociais como instrumento de fortalecimento desta luta e se reconheçam também a partir de outro olhar, empoderadas.²⁷

Sendo assim, empoderar-se é conquistar o poder²⁸ (o poder para), ou seja, adquirir a capacidade (o poder) de mudar a posição que se ocupa em um determinado campo social de disputa, ter acesso a direitos e questionar os lugares sociais e se *re-posicionar*. É uma perspectiva que traz à tona a voz dos/as excluídos/as e dos grupos subalternos e chama atenção para uma abordagem que problematiza a diferenciação entre a “condição” e a “posição” das mulheres na sociedade. Para Cordeiro (2006, p. 226):

Ao se posicionarem como *Mulheres Trabalhadoras Rurais*, as mulheres criaram espaços de conversa, troca e foram conjugando interesses, afinando os discursos e tecendo relações entre elas próprias e com outros atores sociais. Essas relações ocorrem em diferentes níveis e envolvem, como destacam Sônia Alvarez et al. (2000), vínculos interpessoais, inter-organizacionais e político-culturais. São emaranhados de vínculos que se propagam entre pessoas e organizações, desenham novos lugares e alimentam simultaneamente ações locais e globais. Todavia, o que evidencio são práticas sociais complexas, múltiplas, heterogêneas, em algumas ocasiões conflitivas, e que envolvem diferentes atores sociais em alianças contingentes e provisórias. São posicionamentos e vozes cotidianos presentes em contextos sociais linguisticamente pautados. Estas são histórias de pessoas em precárias condições de vida, juntam-se, forjam afinidades políticas e lutam para ter acesso a direitos.

²⁷ O movimento feminista e teóricas feministas vem problematizando o conceito de empoderamento e que vem sendo usado indiscriminadamente, principalmente a partir de uma abordagem de desenvolvimento local, que está sendo apropriado por governos e organizações governamentais e não governamentais como forma de dar acesso a alguns direitos regulados pelo Estado. Para as feministas o empoderamento pressupõe uma práxis de luta e questionamento as estruturas patriarcais, gerando conflitos, e que o acesso a direitos é parte destas conquistas. Esta não é discussão de ordem teórico-metodológica e sim de cunho político. “Até mesmo o Banco Mundial e, pasmem, o Presidente George Bush II, se apropriaram do termo. [...] Por certo o que o senhor Bush entende por ‘empoderamento’, e o que o Banco Mundial entende por ‘empoderamento’, não pode ser a mesma coisa que nós, feministas, as latino-americanas em especial, entendemos por ‘empoderamento’ - a não ser que algo muito estranho esteja acontecendo com nosso feminismo” (SARDENBERG, 2006, p. 4).

²⁸ Segundo Shirin Rai (2002, p. 134), as feministas têm usado o termo empoderamento em preferência a poder por muitas razões, destacando-se dentre elas : a) o maior foco nos oprimidos ao invés dos opressores; b) a ênfase de “poder para” ao invés de começar com “poder sobre”; e, portanto, sua insistência no “poder como algo que capacita, como competência no lugar de dominação”.

Desta forma, outra dimensão não menos importante do reconhecimento e utilização desta categoria “mulher trabalhadora rural”, ou da incorporação desta identidade entre tantas outras é que possibilita às mulheres acessarem os espaços públicos que antes lhes eram vetados, modificando a esfera pública. Estas modificações nos ajudam a compreender alguns efeitos concretos para as mulheres rurais do chamado processo de democratização do Estado brasileiro. Aqui queremos pensar como este processo contribuiu e, ao mesmo tempo, ampliou-se com a inserção destas novas demandas sociais que não estavam previstas na “pauta oficial”.

Para Cordeiro (2006, p. 243):

Em alguns momentos as mulheres utilizam a nomeação para reivindicar direitos previdenciários ou outros direitos sociais. Em outros, a nomeação é usada para exigir do Estado políticas que permitam acesso a créditos, terra, tecnologia e assistência técnica.

As mulheres também fazem uso da nomeação para buscar novos pactos e negociações no espaço privado, especialmente no que concerne às atividades domésticas, ao cuidado com os (as) filhos(as), à relação afetiva com o companheiro/marido e à construção de ritmos e tempos no âmbito familiar e comunitário. Em outros espaços e contextos, a nomeação serve para as mulheres falarem de si, para outras mulheres e para os homens, a respeito da conquista da auto-estima, dos aprendizados, da capacidade de realização e da coragem face às dificuldades cotidianas.

Assim, é neste ambiente e no bojo das transformações políticas que, no Brasil, no final da década de 1980, os movimentos organizados de mulheres ganham força e significativa expressão nos processos de luta no campo. Datam deste período as primeiras organizações formais com o objetivo de reivindicar o reconhecimento político de um estatuto profissional, bem como outros direitos sociais (CARNEIRO, 1987).

Nesta década surgiram o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), em 1984, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, em Pernambuco, em 1986, o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP), em 1985, o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), em 1983, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), em 1985, a Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM/Fetagro), em 1985, a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (Amutres), em 1986, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), em 1987, o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (Camutra), em 1987, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE) e a Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais-Sul, em 1988, e finalmente a Comissão Nacional de Mulheres

Trabalhadoras Rurais da CUT (Cnmtr/CUT), em 1990,²⁹ e outros coletivos de mulheres nos movimentos sociais e sindicatos.

A partir do discutido, é importante compreender como a situação das mulheres rurais ainda persiste numa lógica de opressão, e reconhecer as relações de poder que se estabelecem nas relações de gênero, para que possamos perceber como de fato os movimentos de mulheres rurais mantêm sua vitalidade, provocando mudanças e questionamentos às estruturas sociais, culturais e políticas.

1.4 A Luta das Mulheres Rurais e o Reconhecimento do Sujeito Político: as Conquistas e Mudanças nos Espaços Públicos e nas Políticas Públicas

Essa luta não é fácil

*Essa luta não é fácil / Mas vai ter que acontecer,
As mulheres organizadas / Têm que chegar ao poder.
Vamos juntas companheiras / Vamos botar pra valer
Vamos quebrar as correntes / Do machismo e do poder.
Sem mulher neste mundo / Seria triste demais
Não nascia gente nova / O mundo não tinha paz.
A mulher nasceu pra ser / Pelo homem bem amada
Ser amiga e companheira / Pra não ser discriminada.*

Canção do MMTR-SC

Como vimos, as ações dos movimentos autônomos de mulheres rurais buscavam conjuntamente modificar as estruturas sociais em que estavam inseridas – na luta pelo reconhecimento da importância do trabalho das mulheres para a produção e reprodução, reafirmando a identidade da mulher trabalhadora rural – e ampliar a noção de cidadania para as mulheres rurais. Desta forma, como desdobramento, há a luta para a participação das mulheres nos diversos espaços públicos, sendo reconhecidas como sujeitos de direitos. Este duplo movimento se insere no campo das ações que contribuem para dar continuidade e, ao mesmo tempo, complexificar o processo de democratização política de nossa sociedade, vivenciado nas décadas de 1980 e 1990. Destacam-se aqui o direito à sindicalização, os

²⁹ Segundo Esmeraldo (2010), destaca-se neste período a realização do I Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural em São Paulo (novembro de 1986) com a presença de 35 mulheres lideranças representando 16 estados, em que se definem duas datas para realização de suas lutas específicas: o dia 8 de março, para reivindicar o seu reconhecimento profissional e por direitos sociais; e o dia 12 de agosto, para protestar contra a violência no campo, trazendo à memória a morte (assassinato) de Margarida Maria Alves, então presidente do sindicato de trabalhadores rurais de Alagoa Grande-PB, ocorrida dia 12 de agosto de 1983. Há registro de mulheres no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em 1985, nos encontros estaduais e nacionais e nos congressos nacionais do MST, no segundo congresso nacional da CUT (1986).

direitos previdenciários, como a licença maternidade e à aposentadoria e o reconhecimento profissional.

Os anos 2000 passam a ser caracterizados por uma mudança nas pautas políticas dos movimentos sociais, e, por conseguinte, do movimento de mulheres rurais. Essas, a partir das experiências anteriores de participação e de renovação de seus quadros, passam a ter uma maior capacidade propositiva, somando-se a sua capacidade reivindicativa, o que as coloca como sujeitos políticos reconhecidos em outras esferas políticas e como negociadoras com o Estado, fazendo com que o movimento saia do protesto para a proposta (GOHN, 2007).

Neste sentido, há uma ampliação da pauta política destes movimentos, o que exige deles uma mudança significativa em seus repertórios, bem como nas estratégias que vão sendo adotadas, para que possam influenciar a agenda do Estado, bem como a elaboração e a implementação de políticas públicas. Outra questão é que as Mulheres Trabalhadoras Rurais passam a ocupar diversos espaços públicos de representação política (como partidos políticos, sindicatos e associações), de organização produtiva (cooperativas, grupos produtivos, etc.) e de mediação e discussão das políticas públicas como os conselhos de desenvolvimento rural sustentável.

Desta forma, a luta pela democratização da sociedade é uma luta pela democratização política, tornada mais complexa com a incorporação de novas demandas ou “questões específicas” das mulheres rurais nos diferentes espaços em que estão inseridas, causando uma mudança não só de conteúdo das ações de luta, mas da forma como ações vão ocorrer.

Este movimento vem “forçando” uma ampliação e redefinição dos espaços públicos, com o reconhecimento de diversos sujeitos políticos na luta por acesso a bens e direitos e a participação nas diversas esferas políticas de decisão (conselhos, associações, sindicatos, etc.). Cabe destacar a importância destes espaços públicos para a redefinição das relações de gênero e de poder. Para Romano (2007, p. 23):

O espaço público permite aos indivíduos problematizar ‘em público’ uma condição de desigualdade na vida privada. Isto é, lhes permite questionar a sua exclusão de arranjos políticos através de uma deliberação ampla. O público se distingue do estatal, passando a ser considerado como um espaço da sociedade. De uma perspectiva de democracia participativa, os espaços públicos poderiam ser considerados como instâncias deliberativas que permitem o reconhecimento e a voz a novos atores, caracterizados pela pluralidade social e política, sem estar monopolizados por algum ator social ou político ou pelo próprio Estado, havendo uma tendência à igualdade de recursos em termos de informação, conhecimento e poder, e onde se visibiliza o conflito e se oferecem condições para sua resolução levando em conta os interesses e opiniões na sua diversidade (Dagnino et alli, 2006: 23-25). Enquanto nos espaços públicos fracos, só se leva a cabo a deliberação, nos ‘fortes’ a deliberação se acopla à decisão. Na construção da democracia, a prática da

deliberação tende a ampliar a esfera política, criando novas formas de relação entre a sociedade civil, a sociedade política e o Estado

Quando falamos de participação, devemos levar em conta que esta pressupõe conflitos e enfrentamentos, e exige um novo repertório político, que vem acompanhado de uma mudança de práticas destas mulheres (tanto na esfera privada quanto na pública) e que, nesta leitura, os conflitos são percebidos como indispensáveis para iniciar um processo de democratização, fortalecendo a luta pela cidadania.³⁰

Estes conflitos são vividos e experimentados pelas mulheres tanto no espaço público quanto na esfera privada de suas vidas, modificando seus cotidianos e exigindo delas um novo repertório político para qualificar as ações. No espaço público, há um reconhecimento por parte do Estado de que elas são sujeitos de direito, e isso exige uma mudança na forma e nas ações de políticas públicas, bem como continuarem participando.

Cornwall, Romano e Shankland (2007), ao estudarem a experiência de governança participativa no Brasil destacam que a experiência de participação está diretamente relacionada à construção de cidadania, acesso a direitos e à democracia participativa, porém nem sempre garante mudança nos lógicas de poder, pois nem todos os atores têm as mesmas capacidades de influenciar os espaços públicos e as políticas públicas da mesma forma.

Outra questão é que estes espaços públicos são espaços sociais e, como tal, tendem a reproduzir as relações de poder que perpassam a lógica da sociedade, ou seja, alguns grupos têm dificuldade de inserção e, quando participam, esta participação tem pouca capacidade de influenciar nas decisões.³¹ Os autores chamam atenção ainda que estes espaços passam a ser espaços para legitimação do *status quo*, nos quais o direito à participação é assegurado formalmente, por exemplo, pelas cotas ou representação de segmentos (mulheres, jovens, indígenas, quilombolas, etc.), sem modificarem as formas e regras de participação.

Há outra questão importante ligada à ação do movimento feminista: as mulheres passam a levantar a bandeira “o pessoal é político”, rompendo com a separação simbólica do público *versus* privado, tendo o espaço público como o socialmente valorizado e território da política e o privado fora da política; e isso contribui para o questionamento dos espaços

³⁰ Segundo Oliveira (2001, p. 12, 21) “embora o bem-estar e a alta qualidade de vida devam ser direitos dos cidadãos, não se deve colocar tais direitos como sinônimo de cidadania, pois este economicismo pagaria o preço de desconsiderar cidadãos os que não tem meios materiais de bem-estar e qualidade de vida [...]. A luta pela cidadania é a forma mais moderna, contemporânea, do conflito de classes. Porque é a luta pelos significados, pelos direitos à fala e a política, que se faz apropriando-se do léxico dos direitos e levando-os, redefinindo-os, num novo patamar, de fato transformando o campo semântico ao tempo em que se apropria dele”.

³¹ Aqui chamamos atenção para a questão de mediação e representação política, em que os discursos nem sempre correspondem à realidade dos grupos subalternos.

públicos. Desdobra-se daí outra discussão como bandeira do movimento: “lugar de mulher é na política”.³² Neste sentido, como aponta Rodrigues (2005, p. 16):

Feministas e movimentos elaboraram críticas contundentes à separação e oposição entre público e privado, bem como aos papéis e estereótipos sexuais associados a essas esferas: o público como espaço dos homens e o privado, das mulheres. Questionaram as territorialidades e fixações de gênero nessas esferas; e apontaram as suas inter-relações e conexões sustentadas na estrutura patriarcal. Neste sentido, mostraram a necessidade e a importância de se politizar e publicizar as opressões e discriminações no âmbito privado e nas relações interpessoais e como estão presentes também nos espaços públicos. Ao construir o pessoal e o privado como espaço político, deram uma imensa contribuição ao pensamento social e político e nos ajudam a problematizar a noção de público.

As mulheres trabalhadoras rurais passam a disputar e questionar a lógica de participação nos espaços da sociedade civil, em que os atores não se mostram menos resistentes à sua incorporação e reconhecimento, na medida em que, como afirma Dagnino (2002, p. 282), esta não pode ser vista como espaço do bem, mas como lugar que reflete relações de poder e no qual podem estar em disputa distintos projetos políticos.³³

Neste contexto e com a exigência de construção de um novo repertório para a ação política qualificada, o feminismo passa a ser alternativa de prática política e argumentação teórica para o entendimento das questões específicas que envolvem a vida das mulheres, como as questões de gênero e a divisão sexual do trabalho e o patriarcado.³⁴

A partir desta compreensão, o movimento de mulheres cria estratégias diferenciadas para a inserção e o reconhecimento de suas demandas, diferenciando-se, tanto na forma de ação pública e nas suas relações e articulações com os outros sujeitos políticos (como Estado, sindicatos, partidos, movimentos sociais mistos, etc.), quanto na concepção política do seu papel neste processo, imprimindo outra cultura política, que, segundo Alvarez et al. (2000, p. 23):

Em suas lutas contínuas contra projetos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão, os atores populares, os movimentos populares

³² Para Rodrigues (2005, p. 22), a ideia “lugar de mulher é na política” traz uma irreverência, pois se sabe que o lugar das mulheres não é só na política. Esse destaque decorre exatamente da sub-representação das mulheres nos espaços de participação e representação política.

³³ Estamos usando o termo “políticos” num sentido próximo à visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses e concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes movimentos (DAGNINO, 2002, p. 282).

³⁴ Segundo Shiva (1998): “O mundo patriarcal considera o homem como a medida de todo o valor e não admite a diversidade, só a hierarquia. Trata a mulher como desigual e inferior porque é diferente. Não considera intrinsecamente valiosa a diversidade e a natureza em si mesma, só sua exploração comercial em busca de um benefício econômico e assim lhe confere valor [...] a destruição da diversidade e a criação de monocultivos se convertem em um imperativo para o patriarcado capitalista”.

urbanos de favelados, movimentos rurais, de mulheres, de negros e outros, mobilizam-se coletivamente com base em conjuntos muito diferentes de significados e objetivos. Dessa forma, as identidades e estratégias coletivas de todos os movimentos sociais estão inevitavelmente vinculadas à cultura e constroem outro projeto político cultural.

Este processo ganha sentido na prática das mulheres que participam do movimento de mulheres rurais em suas diversas instâncias de participação e representação, o que contribui para o seu fortalecimento interno, legitimando-o nos diversos espaços públicos em que atua (como sujeito político coletivo), mas também para elas na construção da autonomia e como parte do processo de empoderamento.

Ao analisar e refletir sobre os processos políticos e suas particularidades locais (ou o lugar da luta), busca-se perceber em que medida estes configuram um ambiente favorável ou não para a constituição de novos espaços públicos³⁵ em que as mulheres efetivamente se construam como sujeitos políticos, a partir da tomada de distinção com outros atores que compõem estes campos e disputam projetos. Daí desdobra-se a hipótese de que a ação das mulheres, a partir da organização via Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, propicia uma mudança *no lugar da política e na política do lugar*.

Para tal, escolhemos analisar a participação das Mulheres Trabalhadoras Rurais que participam do MMTR-SC no município de Santa cruz da Baixa Verde- Pernambuco, o que nos permite traçar paralelos em relação aos embates vivenciados pelo movimento em outras esferas de representação. Para Alvarez (2007, p. 262),

el lugar dificilmente se contiene a si mismo, mucho menos es provinciano, sino más bien, como sostienen Khawar Mumtaz y Lamis al-Shejni, 'opera en varios niveles en estos tiempos globales'. Centrarse en el lugar, entonces, proporciona una lente analítica novedosa y especialmente penetrante mediante la cual se pueden revisar/rever nuestras respuestas políticas a la modernidad y al capitalismo mundial.

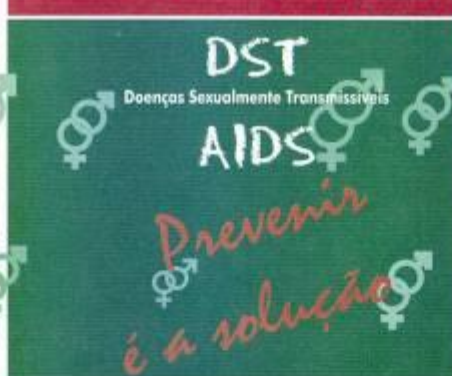
³⁵ O espaço público permite aos indivíduos problematizar “em público” uma condição de desigualdade na vida privada. Isto é, lhes permite questionar a sua exclusão de arranjos políticos através de uma deliberação ampla. A condição de publicidade pode gerar uma nova gramática societária (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 52-53). O público se distingue do estatal, passando a ser considerado como um espaço da sociedade. De uma perspectiva de democracia participativa, os espaços públicos poderiam ser considerados como instâncias deliberativas que permitem o reconhecimento e a voz a novos atores, caracterizados pela pluralidade social e política, sem estar monopolizados por algum ator social ou político ou pelo próprio Estado, havendo uma tendência à igualdade de recursos em termos de informação, conhecimento e poder, e onde se visibiliza o conflito e se oferecem condições para sua resolução, levando em conta os interesses e opiniões na sua diversidade (DAGNINO et al., 2006, p. 23-25). Enquanto nos espaços públicos fracos, só se leva a cabo a deliberação, nos “fortes” a deliberação se acopla à decisão. Na construção da democracia, a prática da deliberação tende a ampliar a esfera política, criando novas formas de relação entre a sociedade civil, a sociedade política e o Estado (ROMANO, 2007, p. 23).

A partir do apresentado, buscamos compreender como as mulheres que participam do MMTR-SC nos diversos espaços públicos têm vivenciado os embates e disputas em torno desta participação (da forma e regra), do reconhecimento de seu projeto político e da incorporação das demandas das mulheres.

CAPÍTULO II



10º ENCONTRO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS - SERTÃO CENTRAL - PE



9º ENCONTRO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS SERTÃO CENTRAL - PE



13º Encontro de Mulheres Trabalhadoras



O MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORES RURAIS DO SERTÃO CENTRAL: A MUDANÇA NA LUTA E A LUTA POR MUDANÇAS

O MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO SERTÃO CENTRAL: A MUDANÇA NA LUTA E A LUTA POR MUDANÇAS

2.1 Contexto Socioeconômico da Região

Como alguns estudos já clássicos têm apontado, a ocupação portuguesa dos sertões pernambucanos (incluindo o Sertão do Pajeú) foi um processo gradativo e extensivo, um desdobramento da especialização econômica litorânea cuja principal atividade era a exportação de açúcar para os mercados metropolitanos. Para Celso Furtado (2008), por exemplo, a criação de gado transformou-se numa “segunda economia”, voltada ao mercado doméstico, dependente da economia açucareira e com rasgos completamente distintos daquela. Nas palavras do autor:

Foi a separação das duas atividades econômicas – a açucareira e a criatória –, que deu lugar ao surgimento de uma economia dependente na própria região nordestina. A criação de gado – da forma como se desenvolveu na região nordestina e posteriormente no sul do Brasil –, era uma atividade econômica de características radicalmente distintas das da unidade açucareira. A ocupação da terra era extensiva e até certo ponto itinerante. O regime de águas e as distâncias dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração de terras ocupadas de forma permanente. As inversões fora do estoque de gado eram mínimas, pois a densidade econômica do sistema em seu conjunto era baixíssima. Por outro lado, a forma mesma como se realiza a acumulação de capital na economia criatória induzia a uma permanente expansão – sempre que houvesse terras por ocupar – independentemente das condições da procura. A essas características se deve que a economia criatória se haja transformado num fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro. (FURTADO, 2008, p. 96).

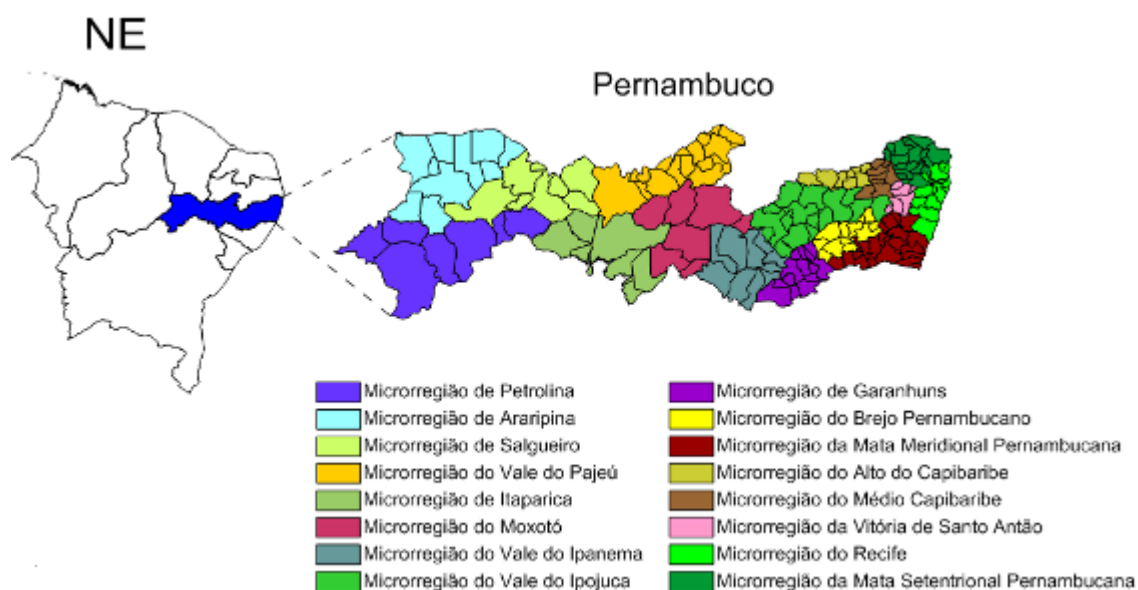
Segundo Furtado, a expansão da atividade criatória se deu sobre a base do aliciamento da mão de obra indígena, que, apesar de sua resistência inicial, terminou se rendendo, dada a espoliação de suas terras para dar entrada ao gado. Da mesma forma que Furtado, Caio Prado Júnior (2006), quando analisa o processo de ocupação do território brasileiro, dá lugar proeminente à pecuária como uma das bases da economia nacional e, especialmente, da fixação dos colonos no interior do país, por oposição ao litoral, mas numa relação de dependência com ele. A atividade pecuária favoreceu, ademais, a introdução da escravidão e a ocupação, que ainda hoje domina, de grandes áreas de terra, conformando os latifúndios.

Esse processo de ocupação e colonização teria diversos desdobramentos, como aponta estudo recente:

A partir daí, os homens brancos de menor poder aquisitivo, e também de menor poder político, foram atraídos para a região para realizar atividades agrícolas a fim de suprir, de alimentos, as pessoas envolvidas com a atividade pecuária. Assim, surgia a pequena produção agrícola da região, ocupando as terras mais desvalorizadas e menores [...] organizou-se a estrutura fundiária e organizaram-se as relações de poder da região, tendo na figura do pecuarista a expressão do poder autoritário e paternalista da região. (MDA, 2011, p. 27).

Adicionalmente, em algumas regiões do sertão do Pajeú, houve a presença de holandeses que se deslocaram para o sertão quando foram derrotados nas batalhas ocorridas no Recife e em Olinda (MDA, 2011, p. 27). Toda essa mistura cultural e racial influenciou os costumes das pessoas da região, conformando lentamente uma determinada identidade com características específicas, ao tempo que outras são compartilhadas com outros sertões vizinhos. Isso tudo traz à tona a relevância da noção de “território rural”, para compreendermos melhor as diversas dinâmicas presentes no Sertão do Pajeú.

Segundo a definição operativa que vem sendo utilizada nos últimos anos no desenho de políticas públicas voltadas para o meio rural, o território rural é “*um espaço geograficamente definido, caracterizado por critérios multidimensionais tais como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições*” (MDA, 2011, p. 14. Grifo nosso) Por outra parte, segundo essa definição, a população desses territórios é conformada por “*grupos sociais relativamente distintos que se interrelacionam interna e externamente por meio de processos caracterizados por um ou mais elementos que indicam identidade, coesão e sentido de pertencimento*” (MDA, 2011, p. 14. Grifo nosso).

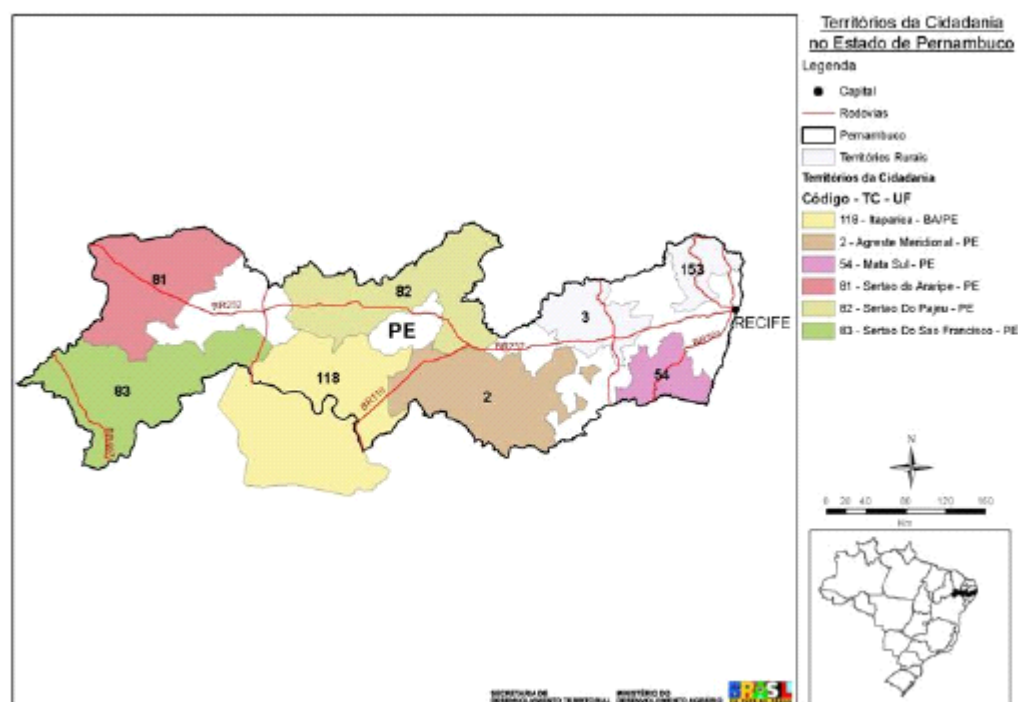


Mapa 1 - Localização do Estado de Pernambuco e suas microrregiões.

Neste marco, o território do Sertão do Pajeú (PE) destaca-se como uma região que possui uma trajetória característica e definida, reunindo um conjunto de experiências de sociedade construídas historicamente, e na qual a presença de diversos atores sociais e políticos é determinante na conformação das delimitações geográficas, políticas e culturais que definem o território. A esse respeito o já citado estudo do MDA (2011, p. 14) coloca algumas questões adicionais relevantes:

O movimento sindical dos trabalhadores rurais, no Território do Pajeú, é forte e organizado. A atuação de diversas ONGs e dos movimentos sociais relacionados às lutas de trabalhadores (as) rurais e de agricultores (as) sem terra confere ao Território uma boa capacidade de mobilização e de articulação dos atores sociais e tem despontado na liderança de processos de organização social e mobilização em torno de questões relacionadas com a convivência com o semi-árido.

O Sertão do Pajeú, no sertão pernambucano, é constituído por um total de 20 municípios, agregados por microrregiões, tal como se segue: a) *Microrregião São José do Egito*: Itapetim, Tuparetama, São José do Egito, Santa Terezinha e Brejinho; b) *Microrregião de Afogados*: Afogados da Ingazeira, Tabira, Sertânia, Carnaíba, Quixaba, Igaraci, Ingazeira e Solidão; e c) *Microrregião Serra Talhada*: São José do Belmonte, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Mirandiba, Flores, Triunfo e Calumbi (MDA, 2011: 19).

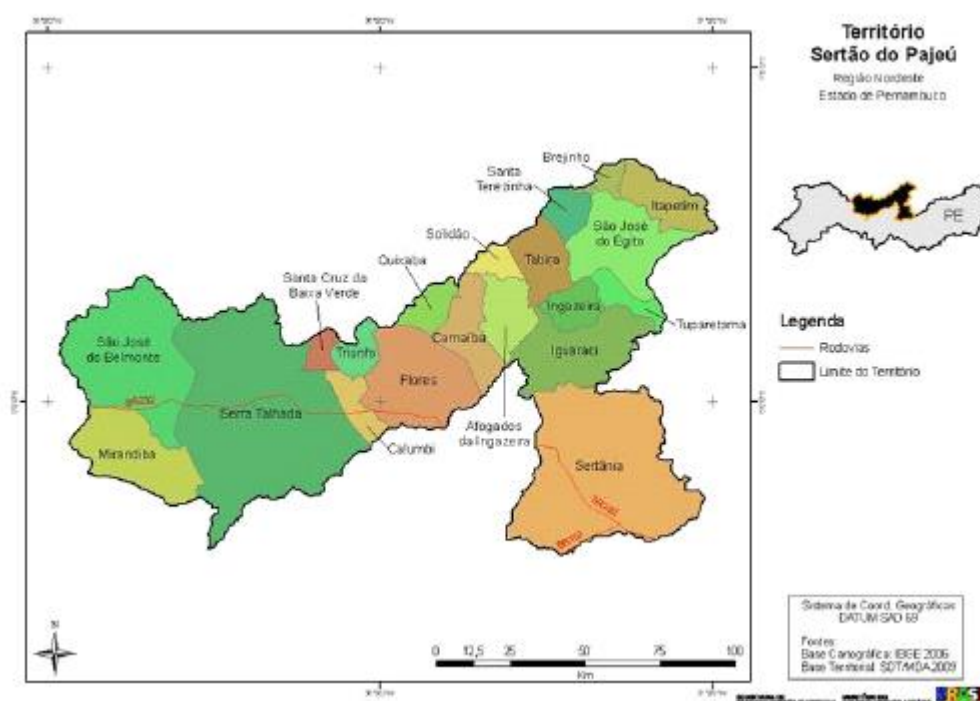


Mapa 2 - Localização do Sertão do Pajeú no Estado de Pernambuco. Fonte: MDA, 2011, p. 19.

De acordo com dados do Programa Territórios da Cidadania, o Sertão do Pajeú abrange uma área de 13.350,30 km², com uma população total estimada em 395.293 habitantes, dos quais 153.673 vivem na área rural, o que corresponde a 38,88% do total. O Território possui 33.804 agricultores familiares, 1.810 famílias assentadas, 16 comunidades quilombolas e 1 terra indígena, com um IDH médio de 0,65 (MDA, 2013). No mapa seguinte, podemos observar a localização do Sertão do Pajeú no contexto do Estado de Pernambuco, especialmente, a sua localização com relação aos outros territórios estaduais.

Como o mapa permite observar, os distintos territórios do Estado, incluindo o Sertão do Pajeú, estão intercomunicados por uma rede de rodovias. O principal acesso ao Sertão do Pajeú se dá pela BR 232 e pelas PE-320 (que liga Serra Talhada a São José do Egito, via Calumbi-Flores), e PE-360, que liga Ibimirim a Floresta e a Petrolina, nas quais circula praticamente toda a produção e abastecimento da região. Essa rede rodoviária é insuficiente para atender as necessidades de locomoção da população e de escoamento da produção local. A média das distâncias entre os municípios e a capital é de 395,85 km, sendo Mirandiba o mais distante, a 476 km, e o mais próximo Sertânia, a 314 km de Recife (MDA, 2011, p. 19).

Complementando a informação anterior, o seguinte mapa nos dá uma aproximação mais detalhada do Sertão do Pajeú, mostrando a localização exata dos seus 20 municípios:



Mapa 3 - Mapa do Sertão do Pajeú. Fonte: MDA, 2011, p. 20.

Por outra parte, dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos permitem ter um panorama básico da atividade econômica do Sertão do Pajeú, mediante a estimação do Produto Interno Bruto de cada um dos seus municípios.

Cabe salientar que, ao todo, o PIB do Sertão do Pajeú equivale ao 1,8% do PIB do Estado de Pernambuco (MDA, 2011: 75). Apesar de se tratar de informação agregada e por setores, pode nos dar uma ideia das tendências regionais em termos de geração de riqueza econômica. Diferenciamos apenas os casos de Serra Talhada e Santa Cruz da Baixa Verde, por se tratar de municípios de interesse direto da nossa pesquisa.

Quadro 2 – Produto Interno Bruto do Sertão do Pajeú por setores de atividade

Produto Interno Bruto (valores totais e percentagens do PIB total, em milhões de R\$)			
	PIB Agropecuário	PIB Industrial	PIB Serviços
Sertão do Pajeú	133.472 (6,62%)	254.775 (12,64%)	1.626.858 (80,73%)
PIB TOTAL	2.015.105 (100%)		
Municípios selecionados (valores totais e percentagens do PIB total, em milhões de R\$)			
Serra Talhada	24.493 (1,21%)	80.933 (4,01%)	507.141 (25,16%)
Santa Cruz da Baixa Verde	3.156 (0,15%)	3.993 (0,19%)	33.601 (1,66%)
PIB PARCIAL	653.317 (32,42%)		

Fonte: elaboração própria com dados do IBGE Cidades
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>

Do quadro anterior podemos extrair diversas informações que nos ajudam a entender, *grosso modo*, o perfil econômico setorial do Sertão do Pajeú e o peso relativo dos municípios selecionados. Destaca-se o fato de que, mesmo se tratando de uma região eminentemente rural, mais de 93% do PIB do território se concentra nos setores industrial e de serviços, tendência observável na maior parte dos municípios do território, quando considerados individualmente. Esses dados correspondem às estimativas de criação de empregos por setor, conforme informações do MDA. Para esta instituição, o comércio é que tem gerado o maior número de empregos formais no Sertão do Pajeú (49,7%), seguido de serviços (30,8%) e da indústria (14,5%). O setor agropecuário teve um menor impacto na geração de emprego no Território (5%). (MDA, 2011, p. 74).

Por outra parte, nota-se que o município de Serra Talhada tem um peso relativo bem expressivo, respondendo sozinho por 30,38% do PIB total do Sertão do Pajeú, enquanto Santa

Cruz da Baixa Verde tem um peso marginal, se considerado com relação ao total. Cabe destacar, sobre Santa Cruz da Baixa Verde, que o PIB agropecuário alcança um patamar muito próximo do seu PIB industrial, característica que compartilha com alguns outros municípios do Sertão do Pajeú, especialmente com São José do Egito.

Todavia, devemos ter cuidado com a utilização de dados agregados no tocante ao setor agropecuário, mesmo que este pareça pouco importante, se comparado com outros setores de atividade econômica. A utilização de metodologias quantitativas tradicionais pode esconder alguns fatos relevantes; pois, apesar de não ter tanto peso relativo, a atividade agropecuária não é de maneira alguma de menor importância, como muito bem o documenta a pesquisa já citada do Ministério de Desenvolvimento Agrário: ela ocupa a maior parte da população economicamente ativa do Sertão do Pajeú, concentra o maior número de estabelecimentos (com 96,67% do total) e gera uma expressiva renda não monetária, dado que a produção destinada ao auto-consumo muitas vezes é invisível nas estatísticas (MDA, 2011, p. 7).

Dados do Censo Agropecuário de 2006 reforçam a observação anterior, por exemplo, quando trazem à tona o peso da agricultura familiar na região, com um total de 31.175 estabelecimentos produtivos e uma área ocupada de 394.192 hectares, *versus* os estabelecimentos não-familiares, que somam um total de 2.589 e ocupam uma área de 254.894 hectares (IBGE, 2006).

No tocante à questão do desenvolvimento humano no Sertão do Pajeú (estimado segundo os parâmetros do Índice de Desenvolvimento Humano), em termos gerais observamos um IDH médio entre os anos de 1991 e 2000, mas com uma tendência à alta, dado que em 1991 todos os municípios apresentavam um IDH inferior a 0,499 (baixo), e já para o ano 2000 todos os municípios passaram a apresentar desenvolvimento humano médio (0,630).

Dados mais recentes indicam que o índice continua em ascensão, com a média já no limiar de 0,65, em 2007, com os menores índices encontrados nos municípios de Calumbi, Quixaba, Carnaíba e Solidão, e os maiores em Serra Talhada, Triunfo, Afogados da Ingazeira e Tuparetama (MDA, 2011, p. 55) Embora constataremos uma tendência à melhoria nos diversos aspectos que integram o índice, ainda persistem desigualdades enormes com relação tanto ao estado de Pernambuco quanto ao Brasil, expressas num insuficiente acesso a serviços básicos de educação, saúde, saneamento, esgoto e disposição de resíduos (lixo), dentre outros aspectos relevantes.

2.2 Sertão Central e Sertão do Pajeú: Delimitações Culturais e Políticas

*Senhores críticos, basta
Deixai-me passar sem pejo
Que um trovador sertanejo, vem seu pinho dedilhar
Eu sou da terra onde as almas são todas de cantadores
Sou do Pajeú das Flores, tenho razão pra cantar
Não sou um Manoel Bandeira, Drummond nem Jorge de Lima
Não espereis obra-prima desse matuto plebeu
Eles cantam suas praias, palácios de porcelana
Eu canto a roça, a cabana, canto o sertão que é meu.
Rogaciano Leite. “Carne e Alma”*

O movimento sindical rural do estado de Pernambuco, aglutinado na Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), trabalha a partir de uma delimitação política do território estadual que nem sempre coincide com outras delimitações territoriais existentes. Essa delimitação política define os vários “polos” da ação sindical, um total de dez, a saber: Polo Sindical da Mata Norte, Polo Sindical da Mata Sul, Polo Sindical do Agreste Setentrional, Polo Sindical do Agreste Central, Polo Sindical do Agreste Meridional, Polo Sindical do Submédio São Francisco, Polo Sindical do Vale do São Francisco, *Polo Sindical do Sertão do Pajeú*, *Polo Sindical do Sertão Central*, Polo Sindical, Polo Sindical do Sertão do Araripe.

O recorte sindical, no caso do Sertão do Pajeú, deixa por fora alguns municípios importantes que passam a ser atendidos na esfera do Sertão Central. Assim, para efeitos de nossa pesquisa, ambos espaços são complementares. A seguir observamos, no Quadro 3 a relação de municípios considerados dentro de cada um destes polos sindicais.

Quadro 3 - Municípios compreendidos dentro dos polos sindicais do Sertão do Pajeú e Sertão Central, Pernambuco.

Polo Sindical	Municípios compreendidos
Sertão do Pajeú	Afogados da Ingazeira, Brejinho, Carnaúba, Igaraci, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Terezinha, São José do Egito, Sertania, Solidão, Tabira, Tuparetama.
Sertão Central	Betânia, Calumbi, Cedro, Custódia, Flores, Mirandiba, Salgueiro, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Belmonte, Serra Talhada, Serrita, Terra Nova, Triunfo, Verdejante.

Fonte: FETAPE, 2013.

Como vemos, a delimitação dos polos sindicais, no caso do Sertão do Pajeú, exclui fundamentalmente os municípios da Microrregião de Serra Talhada: São José do Belmonte, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Mirandiba, Flores, Triunfo e Calumbi, que passam

a integrar o Polo Sindical do Sertão Central (FETAPE, 2013). Isto tem consequências diretas para a nossa pesquisa, na medida em que precisamos levar em consideração a coexistência de ambas as delimitações territoriais como âmbito de influência e ação das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Embora a delimitação sindical coloque esses sete municípios no Polo do Sertão Central, muitas das políticas públicas que atingem as mulheres são pensadas e implementadas no marco do Território do Sertão do Pajeú, que é a delimitação oficial do governo brasileiro (estadual e federal).

Por outra parte, a superposição dos dois territórios introduz uma maior complexidade, dado o fato de que municípios do Sertão do Pajeú passam a ser objeto de ação política, conjuntamente com municípios como Salgueiro, Custodia, Betânia, Cedro, Serrita, Terra Nova e Verdejante. Estes últimos não são parte das ações e políticas governamentais no marco do Programa de Territórios da Cidadania, uma diferencia relevante em se tratando de questões de ordem política (Mapa 4).



Mapa 4 - Sertão Central pernambucano

Culturalmente, no entanto, verificamos uma continuidade entre o Sertão do Pajeú e o Sertão Central, alicerçada sobre as raízes históricas comuns no tocante ao padrão de colonização e ocupação do território, com a pecuária extensiva marcando sua dinâmica e evolução anteriores. Para Cordeiro (2004, p. 65):

Nunca é demais afirmar que o chamado Sertão é um mosaico, produzido discursivamente por diferentes forças como unidade e homogeneidade. Em Pernambuco, por exemplo, encontramos traços muito heterogêneos no que é considerado como Sertão. Temos desde o pólo da agricultura irrigada voltada para a exportação até a agricultura de subsistência, há áreas que estão e transformando em desertos e outras em solo fértil e clima ameno; há latifúndios e também propriedades

com menos de um hectare, há agricultura, pecuária, agroindústria, extração de gipsita, pequenas indústrias e também o cultivo ilegal de plantas; há cidades de médio porte e até vilarejos que não constam nos mapas. *Porém, há um sertão em Pernambuco que se tornou conhecido como espaço de lutas e organização das mulheres que vivem e trabalham na área rural. Falo do Sertão Central! Bem mais do que o recorte espacial e das características sociodemográficas, refiro-me a essa região como um lugar (ou “terra da gente”) construído pelas mulheres a partir das necessidades sentidas e do desejo de mudar de vida.* Para isso, tomo como inspiração as reflexões de Peter Spink (2001, p. 5), para quem o lugar é tomado como uma ‘noção de coletividade possível, num espaço e tempo enraizado fisicamente enquanto lugar onde se concretizam as lutas a partir do mundo vivido’. *Dessa forma, o Sertão Central é discursivamente construído como lugar a partir da ação das mulheres e das redes de relações tecidas* (grifo nosso).

Neste sentido, quando nos referimos a Sertão Central, muito mais do que as delimitações geográficas e/ou de ação sindical, temos que levar em conta o fato de que é um lugar identificado pelas mulheres do MMTR-SC como de vida e ação política. O Sertão Central para o MMTR-SC é um lugar de reconhecimento, de luta, de resistência e de resignificação.

Destacamos que estes dois sertões (Central e do Pajeú) se entrelaçam e constroem significados diferentes. O Sertão do Pajeú é reconhecido também como berço da poesia sertaneja e/ou matuta, lugar do Cangaço, de lutas pela sobrevivência, da caatinga, da secura, da aridez. É neste entrelaçamento de significados que vemos a importância do surgimento do MMTR-SC e de grupos de mulheres, que trazem outro olhar sobre estes lugares e lhes dão outros significados.

2.3 O MMTR-SC: a Conformação do Movimento

Aí ela começou a trabalhar no meio dos homi e a gente não conhecia muito ela né? Quando ela vinha para a reunião no meio dos homi, aí às vezes é que algumas mulheres que ficava dali pra olhar, né? Mas muitas nem saía de casa, dos fundos. Aí Vanete teve essa iniciativa, né? De dizer, de ver por que as mulher não fala no meio dos home, por que ficavam só ali na cozinha. Aí começou, aí conversou com uma mulher e depois com o assessor do sindicato. Daí ela chamou e perguntou como fazia pra tirar isso da cabeça das mulher, que só quem tinha valor era os home, só quem podia trabalhar e ter a renda era os home, só quem podia, né? E as mulher não tinha direito nem de se sindicalizar, nem de ser gente, nem de fazer nada, né? Mulher era só pra casa, pra fazer o serviço da roça também e cuidar dos filho e aí pronto né? Então, os home é que tinha o direito de ir pra feira, de ir de passeio. Daí fizemos a primeira reunião aqui em Caiçarinha e aí começou a fazer outra reunião e outra e as mulher a entender que elas podiam se sindicalizar e ser gente e ter seus direito e tudo.

Dona Nenzinha³⁶

³⁶ Entrevista realizada na casa da entrevistada em Caiçarinha da Penha, distrito de Serra Talhada, PE, no dia 10 de novembro de 2012.

Neste capítulo nos propomos a resgatar a história e o contexto de surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC). Cabe destacar que não estamos fazendo uma avaliação do movimento social, mas buscamos, a partir deste resgate da fala das mulheres, compreender as mudanças na luta política e nos espaços públicos, com a inserção das Mulheres Trabalhadoras Rurais nos espaços de participação em que antes eram excluídas.

Interessa-nos também compreender o significado da participação política para estas mulheres, as mudanças em suas vidas, as motivações para entrada no movimento, e como, depois destes anos, elas percebem este processo e as mudanças ocorridas na vida das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

A partir do depoimento de lideranças históricas³⁷ do MMTR-SC, e do resgate de suas memórias, buscamos identificar as principais questões sobre as mudanças ocorridas na participação política e na forma de participação, o que significava ser mulher trabalhadora rural naquele contexto e as principais questões que deveriam ser rompidas e questionadas. Quais estratégias foram usadas por elas, quais os embates, quem eram os aliados, e como avaliam as mudanças nos espaços políticos, principalmente os sindicatos.

Sabemos que esta memória é uma parte da história vivida por cada uma; é uma seleção de parte da vida contada por estas mulheres. É uma escolha subjetiva, que não representa necessariamente a realidade vivenciada por todas e vai se montando como um quebra-cabeça. Muitas se emocionaram ao lembrar esse passado, a revivê-lo. Muitas “apagaram” este passado, como é o caso de Dona Leonor, que com 94 anos diz: “Tenho a memória curta”. Muitas se orgulham e voltaram a se fortalecer.³⁸

Bourdieu chama a atenção para o perigo de fazer a transposição para o trabalho científico dos sentidos que a história de vida traz do senso comum: uma vida como uma história que se desenrola de forma cronológica, em etapas sucessivas, unidirecional, como um percurso que vai de um ponto de origem a um final, cuja trama toda explica o sentido da vida do indivíduo. O perigo vem do fato de que “[o] sujeito e o objeto da biografia (o entrevistador

³⁷ Compreendemos por “lideranças históricas” as mulheres que estavam desde o surgimento do MMTR-SC e que a pesquisa de campo nos possibilitou encontrar. São Mulheres Trabalhadoras Rurais que participaram da articulação, mobilização e das primeiras reuniões do movimento. Algumas ainda estão ativas no MMTR-SC, outras já não participam mais.

³⁸ Para esta pesquisa, foram realizadas 9 entrevistas com as mulheres consideradas históricas no MMTR-SC (Dona Vanete Almeida, Leonor, Dona Lia, Dona Inês, Dona Benedita, Dona Auxiliadora, Dona Nenzinha, Dona Maria Jucá, Dona Auxiliadora). Esta seleção foi se dando por indicação entre elas. A primeira entrevista aconteceu com Dona Vanete Almeida, que nos deu nomes e, a partir destes nomes, fomos indo atrás de outras e outras. Nossa experiência indicou um caminho belo e riquíssimo da história destas mulheres. Parecia um mapa da mina: quando chegávamos em uma, mostrávamos mais nomes, mais histórias, que infelizmente o tempo da pesquisa não nos possibilitou conhecer.

e o entrevistado) têm de certo modo o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência contada (e, implicitamente, de qualquer existência)” (BOURDIEU, 2004, p. 75).

O autor propõe então considerar os acontecimentos biográficos como “alocações e como deslocamentos no espaço social”, como jogo, em que os movimentos do jogador são decididos em função da sua posição, interesses, recursos e da avaliação da posição, interesses e recursos dos outros jogadores. Isso também exige que o pesquisador trilhe o caminho com o intuito de formar um conhecimento prévio do *campus* no qual o entrevistado se move, e das condições do entrevistado nesse *campus*, a partir da análise da “estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado” (BOURDIEU, 2004, p. 75).

Desta forma, Bourdieu (2004, p. 81-82) toma uma perspectiva de trajetória como o “conjunto das relações objetivas que vincularam o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontam no mesmo espaço de possíveis”. Trata, portanto, a trajetória de um indivíduo sempre como relativa às condições objetivas de existência de um grupo social do qual o indivíduo faz parte. Isso é de especial importância para podermos pensar, a partir das entrevistas, na *subjetividade social* que se expressa *em e a partir* do MMTR-SC como sujeito coletivo, e que encontramos nas pessoas individuais que dele participam, como elaboração dinâmica entre o *eu* e o *nós*, na perspectiva do tempo histórico.

Para Paulilo (2010, p. 40), quando nos referimos a trajetórias de vida, não as estamos entendendo como conjuntos coerentes e orientados de relatos lineares de acontecimentos que se sucedem, mas sim como relatos que constroem e reelaboram percursos, imagens e representações de si e de eventos que se desviam e se deslocam a todo o momento, inelutavelmente situados a partir dos lugares sociais e culturais ocupados pelos sujeitos.

Ainda, segundo a autora, se as memórias individuais e coletivas são sempre produzidas a partir de um tempo e lugar específicos (HALBWACHS, 2004), dotar de inteligibilidade trajetórias de vida recomenda também procurar compreender o contexto em que as memórias sobre estas histórias foram construídas, representadas.

Neste sentido, outro autor que nos auxilia a compreender esta relação entre o indivíduo e o ambiente social em que está imerso e sua co-interferência é Norbert Elias. Para Elias (2005a, p. 119), há uma articulação entre a “sociogênese” dos processos sociais e a “psicogênese” dos processos individuais: o mesmo aparato dinâmico que produz resultados estruturais na sociedade produz resultados comportamentais no humano, de tal forma que

ambas as curvas tendem a se encontrar, gerando a adaptação de cada um à dinâmica social: “Comportamento significa ajustamento a situações mutáveis”. A este processo de adequação entre o comportamento dos indivíduos e as estruturas sociais Elias chama “processo civilizador”.

Siliprandi (2010, p. 23), ao estudar a trajetória das mulheres buscando compreender o significado da agroecologia em suas vidas, também adota este recurso metodológico:

[...] os relatos orais como narrativas das trajetórias de vida poderiam ser o instrumental adequado para este estudo, uma vez que não me interessavam apenas os processos históricos culturais que levaram as mulheres a atuar no âmbito da agroecologia; mas, sobretudo, a apreensão dos significados atribuídos por elas mesmas a esses processos, e as suas próprias vivências de autoconstrução enquanto sujeitos políticos. A intenção é mostrar as reflexões dessas mulheres sobre o seu estar-no-mundo, re-elaboradas por elas mesmas nos seus sonhos, desejos, ambições, medos, alegrias, enfim, nos seus esforços de serem sujeitos das suas próprias vidas.

Assim, ao lermos a história contada pelas mulheres do MMTR-SC, remetendo-nos ao que Pollak (1992) compreende como sendo uma memória coletiva, que, embora pareça ser individual, intimamente de cada pessoa, deve ser entendida como fenômeno coletivo e social. Segundo o autor, a memória como fenômeno social apresenta três características fundamentais: a) é um *fenômeno construído*:

quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um trabalho de organização em função das preocupações individuais e políticas do momento. (POLLAK, 1992, p. 204);

b) é *seletiva*, como também; c) é *elemento constitutivo da identidade* tanto individual como coletiva - “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”. (POLLAK, 1992, p. 206).

O resgate e a divulgação dessa memória são fruto e parte do projeto político construído pelo MMTR-SC - na medida em que são as próprias mulheres que contam suas histórias e podem apresentá-las como processos de lutas e conquistas políticas -, bem como legitimam o MMTR-SC como movimento social. Segundo Pollack (1992, p. 205), “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos, sendo elementos de legitimidades destes nas disputas”. O resgate destas memórias vai sendo inter cruzado com a

realidade social e política da época, o que possibilita, a partir desta contextualização, compreender melhor o desenrolar dos fatos, para o surgimento do MMTR-SC.

As transformações políticas que marcaram a década de 1980 foram intensamente sentidas pelo sindicalismo rural (MEDEIROS, 1989). A reorganização das instituições e entidades políticas no início do processo de redemocratização acabam por ter grandes momentos de mobilização dos trabalhadores tanto rurais quanto urbanos. No caso do sindicalismo rural em Pernambuco, essas mudanças podem ser melhor compreendidas se analisarmos a atuação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) nas diferentes regiões do estado, posto que os conflitos em cada região possuem características bem específicas e que se refletem na política da federação.

Se partirmos da premissa de que é fundamental aliarmos um contexto mais amplo de transformações sociais com possibilidades locais de organização, o caso de Pernambuco nos parece exemplar nesse sentido, uma vez que podemos nos questionar por que as primeiras iniciativas de organização de mulheres acontecem no Sertão e não na Zona da Mata, onde a forte atuação da federação, nos períodos das greves dos canavieiros em 1979 e no início da década de 1980, fez da FETAPE uma vitrine de ação política para outros estados (MEDEIROS, 1989; SIGAUD, 1980, 1979).

O surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central pode ser analisado como resultado de uma conjuntura política nacional favorável (o processo de democratização política) ao questionamento da estrutura dominante no Sertão Central de Pernambuco pelo movimento sindical, puxado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, mas, sobretudo, pela auto-organização das mulheres rurais em torno de demandas específicas e pelo questionamento da estrutura de dominação cultural (patriarcado e o machismo), política e econômica (coronelismo e paternalismo) a que estavam submetidas. Estas eram excluídas dos espaços de participação e organização política, bem como não eram reconhecidas como sujeitos políticos de direitos.

Segundo Thayer (2001) o surgimento do MMTR-SC está estreitamente ligado ao processo de democratização e à vinda de feministas, principalmente da Europa, que constróem um discurso “das desigualdades” de classe e gênero. Mesmo sendo um discurso urbano e de mulheres brancas e de classe média, ao longo da década, este foi se transformando e diversificando em feminismos em que “movimentos de mulheres foram sendo criados por lésbicas, sindicalistas, operárias, empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, dentre outras” (THAYER, 2001, p. 104). A autora destaca ainda que muitos destes

movimentos, incluindo o MMTR, não se identificavam explicitamente como “feministas”, mas todos, de diferentes maneiras, lutaram contra a subordinação da mulher e a favor de relações de gênero estruturadas na base da igualdade (THAYER, 2001, p. 104).

Outra questão tratada por Thayer é que, no contexto da globalização vivida na década de 80 e 90, criou-se um novo espaço de articulação, e o MMTR (ou pelo menos suas lideranças) passa a participar de espaços internacionais. Como desdobramento, o Movimento passa a ter uma relação direta com as agências internacionais de financiamento e ONG’s feministas, a qual foi determinante para o seu fortalecimento e reconhecimento, tanto internacionalmente como localmente, onde estavam as Mulheres Trabalhadoras Rurais, transformando-o num movimento transnacional. Segundo a autora:

Não demorou até que a aceleração da circulação de discursos e recursos feministas internacionais atingissem as mulheres do MMTR, em um setor social e geográfico, o sertão, frequentemente concebido como reduto de tradição e isolamento do resto do mundo. (THAYER, 2001, p. 109).

Na proposta analítica de Touraine (2006, p. 26), um movimento social pode ser identificado como tal, a partir da combinação de três características: construção de uma identidade específica, reconhecimento de um adversário e objetivo de atuação claro. Neste sentido, compreendemos que o MMTR-SC se define como um movimento social que luta por outro modelo de sociedade, feminista e anticapitalista, “pela libertação da mulher e de toda forma de opressão”, o que constitui e diferencia sua identidade; *político*, porque luta por mudanças sociais, políticas e econômicas e propõe novas políticas públicas, questionando o atual modelo de desenvolvimento, nacional e internacionalmente; *popular*, pois é composto por mulheres camponesas de diversos estados brasileiros, o que caracteriza também seu caráter de ser democrático. Tem como adversário o agronegócio e o patriarcado e por objetivo, além da mudança do modelo produtivo, a transformação radical da sociedade.

Para Melucci (2001, p. 35), movimento social é toda e qualquer “ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere”. Neste processo, dá particular ênfase à construção de identidade coletiva que, para ele, não é um dado ou uma essência, e sim “produtos de trocas, negociações, decisões, conflito entre outros atores”, ou seja, é uma identidade interativa e compartilhada, resultante do que “vários indivíduos produzem acerca das orientações da ação e o campo de oportunidades e de vínculos que esta ação se coloca” (MELUCCI, 2001, p. 23, 68).

Ainda, segundo o autor, o papel dos movimentos sociais é “*provocar a visibilidade do poder, obrigando-o a tomar forma*” e, desse modo, eles “*explicitam conflitos e necessidades de mudança, operam como motores de transformação e como reveladores dos pontos mortos, das contradições, dos silêncios que os aparatos dominantes tendem a ocultar*” (MELUCCI, 2001, p. 123, grifos nossos). É através deste processo que se criam novos códigos culturais e as novas alternativas simbólicas que definem a identidade coletiva, as quais não são produtos somente de decisões pautadas na “racionalidade instrumental”, ou seja, na incorporação de demandas concretas, pois incorporam fortes ingredientes emocionais.

Para Tilly (2004), os movimentos sociais dependem de uma identidade coletiva, percebida como arranjos sociais (interação, relação), que tem características próprias para as pessoas que a partilham (uma história similar, um objetivo comum etc.). Como arranjos, as identidades dos movimentos sociais não são essenciais, e sim criações e recriações políticas, que se apresentam e se constituem no processo social e em oposição a outros grupos de poder.

Um ponto apresentado pelo autor é que a identidade de um movimento social tem limites (o eu e o outro) e está circunscrita a um determinado arranjo. Desta forma, as demandas identitárias devem ser percebidas pelos movimentos como uma questão política, a qual facilita a conformação de atores que antes não eram reconhecidos (como as mulheres camponesas feministas), bem como são possibilidades de transgressão que desafiam a ordem e propõem uma nova institucionalidade.

Para o autor, a dimensão cultural é fundamental para analisar as ações dos movimentos sociais, no que diz respeito à conformação de identidade, numa determinada institucionalidade dominante em relação a outra racionalidade proposta. As ações dos movimentos podem ser analisadas a partir do contexto em que se situam, buscando perceber quais as oportunidades políticas que se apresentam (por um determinado jogo de situações, num determinado momento), mas também como os movimentos sociais criam episódios para gerar novas oportunidades e mudanças.

Outro ponto destacado por Tilly é que estas ações podem gerar diversos efeitos, que vão além do previsto, além da racionalidade instrumental dele. Nestes processos de constituição do ator coletivo, por outra parte, cabe lembrarmos o importante papel que jogam determinados indivíduos, cuja ação, disposição e opiniões ajudam o grupo a consolidar suas próprias aspirações e expectativas.

Ao resgatar a história do MMTR-SC, uma personagem é central no processo. Muitas vezes se confunde até o surgimento do movimento em si com sua vida. Esta personagem é

Vanete Almeida. Lideranças são importantes, mas sabemos que para o surgimento de um movimento é necessário uma conjuntura de fatores positivos (mesmo que conflituosos). Assim como em outros movimentos sociais no Brasil, no Sertão Central a Igreja Católica teve forte influência na organização dos/as trabalhadores/as, e aqui destaca-se a forte influência da Diocese de Afogados da Ingazeira, que naquela época era conhecida como sendo bastante progressista. Dona Vanete³⁹ vinha de uma história de participação nos movimentos eclesiais de base (CEB's) e segundo ela:

Desde a adolescência sempre atuei nas causas sociais. Aos 15, 16 anos eu trabalhava na periferia da cidade e eu já me compadecia da realidade do meu povo e nessa época eram muitos velhos, não havia aposentadoria e eles sofriam com fome, não tinham remédio, as casas caíam por cima deles e eu começava a trabalhar isso, tinha uma casa caindo eu ia atrás dos comerciantes e juntos a gente recuperava a casa. Realizava esse trabalho na periferia da cidade de Serra Talhada. Um dia uma freira me disse que a situação na área rural era pior que da área urbana, e fiquei com aquilo, puxa será que existe um sofrimento ainda maior do que o da periferia da cidade? Foi quando comecei a ir para o campo.

Em 1980 Vanete Almeida passa a assessorar o movimento sindical, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura em Pernambuco, para trabalhar no Polo do Sertão Central,⁴⁰ pois era reconhecida por ter uma forte capacidade de liderança e mobilização, assim como um acúmulo político, necessários para o sindicalismo da época, que ainda estava sofrendo retaliações pela ditadura militar.

Neste contexto, ela percebe que em várias atividades havia uma ausência da participação das mulheres, que estavam sempre escondidas nas cozinhas ou “olhando de fora”. Outra questão é que as ações do movimento sindical eram dirigidas aos homens e as mulheres nem sequer eram mencionadas para as ações do sindicato. Segundo Vanete Almeida:

A história de luta de meu trabalho com mulheres rurais teve início em 1980 quando ingressei na Fetape, no pólo sindical com 15 municípios com mais de 100 mil trabalhadores. Fazia reuniões com 80, 100, 200 homens e não via a presença das mulheres nos sindicatos. Isso começou a me inquietar, por que as mulheres não

³⁹ Maria Vanete Almeida nasceu em 1943 na comunidade rural de Cachoeirinha, no município de Custódia, no Sertão de Pernambuco, e ainda muito jovem se mudou para Serra Talhada, onde pode concluir seus estudos. Foi assessora do MMTR-SC e fundadora e coordenadora da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (REDE LAC), faleceu em setembro de 2012 e deixou um grande legado em favor da mulher trabalhadora rural.

⁴⁰ A Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAPE) trabalha com uma divisão territorial com base na articulação político-sindical. Assim, Pernambuco foi dividido em 10 polos sindicais, dos quais 5 ficam no Sertão: Pólo do Araripe, Pólo do São Francisco, Pólo Médio São Francisco, Pólo do Vale do Pajeú e Pólo Sertão Central. O Pólo Sertão Central abrange 13 municípios: Flores, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Triunfo, Cedro, Serrita, Mirandiba, São José do Belmonte, Calumbi, Terra Nova, Betânia, Verdejante e Salgueiro. É a partir desta delimitação territorial político-sindical que as mulheres do MMTR-SC atuam como movimento.

estão nas reuniões? Então eu vou ter que ir onde elas estão e comecei a observar. Eu chegava à casa de um trabalhador, a mulher servia o almoço e voltava para cozinha, e aí um dia eu disse aos meus companheiros: 'Eu vou almoçar com as mulheres na cozinha'. A estratégia dos encontros com as mulheres na cozinha não funcionou porque as mesmas não falavam, ficavam desconfiadas. Para que elas se expressassem e adquirissem confiança era necessário tirá-las de casa. Assim, com a ajuda da igreja, passamos a fazer reuniões na igreja, na delegacia sindical e as poucas mulheres que compareciam duas ou três no máximo, eu animava e as convencia a trazer outras mulheres para as próximas reuniões. Com o programa de rádio, A Voz do Trabalhador, divulgava as reuniões como se fosse um grande congresso e mencionava que as mulheres estavam se mobilizando e se organizando, atraindo, dessa forma, cada vez mais a participação feminina. Minha revolta com os privilégios dos homens começou em casa mesmo, mas nunca aceitei isso. Para conscientizar e mobilizar as mulheres agricultoras de seus direitos e assim tirá-las da escravidão, quebrando séculos de repressão, eu saía de casa de madrugada percorrendo a pé ou de carona comunidades rurais da região. Mas vale destacar que para isso contava com a presença de companheiros do sindicato. Mas não era fácil não. Primeiro eu tinha críticas vindo da minha família, as mulheres dos diretores tinham ciúmes de mim, mas eu tinha todo um cuidado e acima de tudo eu me respeitava. Na minha vida pessoal eu só tinha que ser muito vigilante em todos os sentidos, vigiando o que eu falava, o que eu vivia e o que eu fazia.

Para Vanete Almeida, o surgimento do MMTR-SC é fruto da organização das mulheres que se viam excluídas dos espaços políticos, como os sindicatos de trabalhadores rurais e associações, ou que por vezes participavam de forma subalterna onde as “deixavam estar”. Muitas delas ocupavam cargos de secretaria, tesouraria, mas na hora das tomadas de decisões eram excluídas, pois não tinham direito a voto ou a concorrer a cargos internos. Como não dispunham de “força” coletiva que lhes permitisse atuar de forma autônoma no campo de relações de poder local/sindical/etc, viram que este seria um mote para iniciar a organização do movimento.

Desta forma buscamos compreender, a partir das entrevistas, qual o contexto em que o MMTR-SC passa a ter sentido para as Mulheres Trabalhadoras Rurais, como era a vida destas mulheres e quem eram estas mulheres que se dispuseram a romper a cortina da invisibilidade e iniciar o processo de organização coletiva.

2.4 O Ser Mulher no Sertão: o Olhar das Lideranças Históricas

Medo, muito medo! Elas ainda se sentiam assim muito reprimida, muito, muito, muito, assim o nível de consciência muito pequena e isso foi preciso um trabalho não só de uma reunião nem de duas, foi de várias reuniões para que elas comessem a despertar, mas elas eram muito tímida, tinha medo dos maridos, dos filhos, do Movimento em si, tinha medo de tudo. A verdade é que elas viviam muito amedrontadas era uma situação de fazer pena mesmo.

Dona Lia de Itapetim⁴¹

⁴¹ Entrevista realizada na casa da entrevistada, em Itapetim, PE, no dia 13 de dezembro de 2012.

Antes a gente nem saía de casa. Não podia. O que mulher ia fazer na rua? Lugar de mulher era na roça, na casa, pra ter filhos, limpar e cozinhar. Eu lembro que nem baton eu podia ter. Nossa única diversão era igreja, depois conversar um pouco. As mulheres aqui tinham medo de tudo, parecia bicho. Daí comecei a ouvir a rádio do sindicato e queria participar. Fui perguntar e me disseram: ‘Para quê? Seu marido já é sindicalizado’.

Dona Auxiliadora⁴²

Como apresentado anteriormente, a estrutura social a que as mulheres estavam submetidas era rígida e fortemente marcada pelo patriarcado e machismo. Este não é um dado aleatório, ao buscamos compreender a força que ganha a ideia primeira de organização das mulheres em um movimento e quais foram os grandes desafios vivenciados individualmente e coletivamente para que se formasse o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central.

As entrevistas realizadas e os encontros com as mulheres nos levam a compreender as ações que as motivaram, num contexto de violência e isolamento político, a se organizarem, e como estas ações marcaram suas trajetórias de vida, seus olhares sobre o mundo e seu lugar neste mundo.

Segundo Zemelman (1997), para compreender o sentido das ações políticas desenvolvidas pelos sujeitos sociais nas suas trajetórias concretas, é preciso ter uma aproximação política na análise da história destes. Uma aproximação política que reconheça a subjetividade social que constitui os sujeitos, articulando três momentos temporais/espaciais na construção de projetos alternativos: o *passado*, quer dizer, as experiências e as memórias coletivas tal como elas são pensadas, criticadas e reelaboradas no *presente*, apontando para o *futuro*, como “*un ámbito de realidad de vida posible que tiene una discontinuidad respecto de la realidad cotidiana [...] Todo lo cual nos abre a la vasta tarea de concebir la realidad como construcción de voluntades sociales*” (ZEMELMAN, 1997, p. 24).

Assim, existe uma dialética entre o passado como projeção no presente e com relação aos sentidos de futuro (a dimensão utópica da ação social) dos sujeitos, que lhes permite constantemente reelaborar a sua identidade e projetar cursos possíveis de ação nas diversas conjunturas históricas de uma determinada formação social.

A chamada *subjetividade social* é um processo constituinte que transforma permanentemente o *dado* (o passado, a memória), no *dando-se* (as potencialidades de transformação contidas no presente), numa complexa articulação entre vontades sociais (distintos sujeitos) que podem estar em confronto na disputa pelos sentidos do futuro (como,

⁴² Entrevista realizada na casa da entrevistada, em São José do Belmonte, PE, no dia 20 de janeiro de 2013.

de fato, acontece no caso do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais com relação ao conjunto de atores com o qual estão disputando na construção do seu próprio projeto político). Como indica o autor:

el esfuerzo por organizar el análisis de la realidad, desde la óptica de los sujetos sociales, significa reemplazar el análisis de estructuras (fundado en el presupuesto de una regularidad social que rige a la historia en cierta dirección) por un análisis basado en la dialéctica presente-futuro; pero concebido este último desde el proceso de su historización a través de las prácticas constructoras de los sujetos. (ZEMELMAN, 1997, p. 29).

A partir deste entendimento, percebemos como elas resgatam e compreendem a história do Movimento como conquista delas mesmas, mas como fruto de muita luta e dores. A história e a memória do MMTR-SC são reafirmadas por algumas mulheres que participam do movimento desde seus princípios como história de vida delas e de suas conquistas.

Em entrevista, Dona Leonor Silva, com 84 anos, viúva e mãe de treze filhos, uma das primeiras mulheres a participar das reuniões preparatórias do movimento, nos apresenta sua versão, e mostra como era difícil para as mulheres participarem, pois havia muita resistência dos maridos. Outra questão que Dona Leonor⁴³ apresenta é a dificuldade de as mulheres saírem e viajarem, por “não terem ganho”.

Aquí a gente era como bicho do mato, aquele bicho pequeno que ninguém olhava. Tínhamos medo de tudo. Mulher aqui era só pra ter filho, parir e parir. Eu mesma tive 17, mas só se criaram 13. A gente vivia achando que o mundo era isso aqui, vida dura, sem vontade de viver. As mulheres eram sem vida, tudo tinha até depressão. Mulher aqui não tinha ganho de nada, nem direito a nada. O Movimento de Mulher começou aqui na Rua de Caiçarinha. Teve um dia que Dona Netinha veio mais Inês de Liro. Aí só tinha ela, Dona Netinha, Inês e eu lá. O povo não queria ir não. Dizia: ‘Eu num vô não, num vô não’. E eu ia, eu ia. Daí Dona Netinha chegou e vou conversando e a gente foi na igreja e lá conversando sobre as coisas das mulheres. Sobre maternidade, aposentadoria, sindicato. Daí o movimento nasceu numa reunião, era anos 80, eu acho. Dona Netinha perguntou: ‘Vamos nos reunir para ter nossos direitos?’ E nós fomos e conquistamos muitas coisas. Hoje vejo que muita coisa mudou, mas mesmo foi o movimento que me ensinou que sou mulher e tenho direitos. Daí eu acompanhei muito Carminha⁴⁴ por Custódia, por Salgueiro, por um bocado de canto eu acompanhei. Aí nesse tempo as mulheres também eram fraca, num podia ir, num tinha ganho para ganhar nem nada e... e aí não, num enfrentava essa viagem. Aí eu dizia: ‘Eu vou’. Quando Carminha pegou a ir pros lugar longe, pegou a levar eu, andei muito, acompanhei muito o sindicato. A gente saía a pés e quando chegava na reunião era a coisa melhor do mundo. Muita mulher deixava os filhos e ia assim mermo. Muitas mulheres criticavam, mas quando a gente chegava, chega chorava porque aprendia muitas coisas. O movimento mudou minha vida. Hoje em dia que às vezes num posso mais andar não que já tô veia, cansada.

⁴³ Entrevista realizada em Caiçarinha da Penha, distrito de Serra Talhada, PE, dia 17 de novembro de 2012.

⁴⁴ Dona Carminha é citada por todas as entrevistadas como uma mulher muito importante, porém não conseguimos realizar entrevista com ela, pois está muito doente.

Para Dona Benedita Alves da Silva, Dona Dita,⁴⁵ 52 anos, separada e com dois filhos e quatro netos, no início a organização do movimento foi marcada pelo medo de se organizar, pois eram tempos de ditadura e todos tinham medo.

Quando eu ouvi falar das reuniões tinha medo. Aqui mulher não fazia nada. Era também tempo da ditadura e todo mundo tinha medo. Nas reuniões do sindicato quem ia era meu marido, ele dizia: 'Pra que reunião? Isso é coisa de Netinha'. Daí teve festa no sindicato e eu fui com ele e lá via as mulheres falando baixinho e marcando uma reunião na casa de Dona Inês. Era para cada uma levar uma e eu fui com minha cumadre, Dona Nezinha. Lá fiquei com medo, parecia que era uma revolução, mas não era nada. Era para falar da gente, de nossos direitos, e para mim foi como uma luz se abrindo. Chorei tanto nesse dia que nem conseguia falar, só ouvia. E Dona Netinha com aquele sorriso me abraçou e daí fui indo. Fui até pra Brasília. Nossa luta era pelo sindicato e depois fomos crescendo. Ninguém queria acabar com o sindicato não, mas o movimento era nosso. Era como um filho que estava ali.

Dona Sebastiana Ferreira dos Santos Lima, Dona Nenzinha,⁴⁶ 64 anos, casada e mãe de 10 filhos, destaca que o que a estimulou a participar do movimento foi saber que ela tinha direitos iguais aos homens, bem como o direito de falar de “coisas que sentia e não podia falar para ninguém”. A partir deste mote, elas organizaram outras mulheres que foram participar das reuniões.

Eu fui lá muito na carreira, mais eu participei dessa reunião e eu achei muito bonita, importante porque, eu digo assim, mais home... Se eu não tenho direito a nada e aí as mulher vão entrar nessa, tão entrando nesse caminho eu também vou entrar. Vou começar essa estrada e saí de lá muito corrida. Já participei até o fim, mais corri de lá até aqui de noite. É mais de uma légua daqui pra lá, mais eu participei. Eu achei interessante as mulheres é... também ter seus direito, exigir as coisas que... e falar as coisa que elas sentia que não podia dizer pra ninguém, mais ela tava, ela tava pra ajudar no que precisar. Aí eu fui e daí nós viemos, aí eu convidei as mulher aí de Martiliano, da Carnaúba, até que veio ela e a sogra dela que foram escolhida é... na reunião. Nós fizemos a reunião, tinha muita gente. Eu não me lembro quantas mulher tinha, né porque as mulher não era pra sair de casa, mais quando nós dissemos que só era mulher, aí veio muita mulher.

Dona Inês Paulina de Aquino Santos,⁴⁷ 62 anos e mãe de 16 filhos, é reconhecida como uma das principais lideranças na época. Ela teve um papel determinante, pois foi quem saiu de casa em casa, chamando as mulheres para participar da primeira reunião do movimento (Figura 1). É cunhada de um importante sindicalista que apoiava a participação das mulheres no sindicato e a organização do movimento, Sr. Raimundo Aquino. Para Dona

⁴⁵ Entrevista realizada em Caiçarinha da Penha, distrito de Serra Talhada, PE, dia 17 de novembro de 2012.

⁴⁶ Entrevista realizada em Caiçarinha da Penha, distrito de Serra Talhada, PE, dia 17 de novembro de 2012.

⁴⁷ Entrevista realizada em Serra Talhada, no dia 13 de dezembro de 2012.

Inês, uma das principais dificuldades para participação era a falta de recursos para as mulheres e também a dificuldade de “convencer as mulheres de seus direitos”.

Vanete mandou o recado pra mim: ‘Diga a Dona Inês que eu tô trabalhando a fim de criar um Movimento, um direito pra nós mulher, eu criar um Movimento da gente é poder, também alcançar os nossos direitos. Diga a ela que vá pra ruinha’. Da minha casa pra ruinha é seis quilômetro, uma légua de distância nesse tempo falava uma légua hoje é seis quilômetro, né? Ai eu fui. ‘Diga a ela que faça porta a porta lá, convidando as mulheres pra gente se reunir na igreja’. Ai assim eu fui, saí de lá de casa cedinho, fui pra lá, pra ruinha. Ai saí batendo de porta em porta convidando: ‘Oia veio uma colega minha do Sindicato do Trabalhador Rural. Ela veio pra fazer uma reunião conosco, pra nós fazer tipo um abaixo-assinado, pra gente ter um direito, como os homens têm um direito, nós também ter um direito de nós não só viver só na cozinha só, só dirigindo fogão, principalmente, fogão de lenha cheio de fumaça’. Elas riam que só. Ai a gente precisa também ter direito de procurar nossos direitos em algum lugar que precisar, a gente precisa ser alguém na vida. Juntei cinco mulher comigo, seis com Vanete.



Figura 1 – Registro da 1ª reunião das Mulheres Trabalhadoras Rurais em Caiçarinha da Penha, PE, 1982. Nota-se a primeira da esquerda para direita, Dona Inês, a segunda Dona Leonor e Vanete Almeida, no canto à direita.

Dona Inês ainda destaca que as reuniões geraram muita animação nas mulheres, o que foi determinante para o início da organização do movimento.

Afe! Quando iniciamos as reuniões de mulheres, não tinha ainda o movimento. O movimento veio depois que decidimos formar, lá por 1983, 1984. Só com as reuniões já foi um ribuliço só... Imagine. Daí Netinha falava com os assessores do sindicato que falavam pros homens que tínhamos que ir, que tínhamos que participar. Netinha vinha, fazia reunião e dizia que tínhamos que trazer mais mulheres e depois saía no rádio. Lembro que quando fui minha vida mudou, passei a anotar tudo porque eu sabia escrever, um pouco, mais sabia. Daí Netinha disse: agora você vai fazer as nossas memórias. Me senti muito importante. Muito do que tem escrito fui eu que escrevi e minhas mãos não eram mais só pra roça e cuidar de filho (choro).

Nos finais da década de 1980, o Brasil respirava ares de mudanças políticas significativas, porém o ambiente nacional de mudanças não se refletia na vida das mulheres rurais no interior de Pernambuco. Muitas mulheres viviam sob uma opressão muito grande e viam no casamento uma forma de se libertarem, o que ao longo dos anos se mostrava como um problema. Ser mulher numa família de camponeses em sua maioria é um peso, pois as mulheres não tinham direito à terra, e seus trabalhos não eram visibilizados, como vemos no relato de Dona Maria José dos Santos Jucá - Maria Jucá⁴⁸:

Eu achava que estava indo para o paraíso. Casei com 13 anos. Minha vizinha disse pra eu esperar, mas quem queria? Meu pai me batia, eu carregava água, cuidava de meus irmãos, andava muito para pegar lenha e água. O que podia ser pior? Daí casei e com três meses fiquei grávida, e depois do primeiro veio logo o segundo e comecei a apanhar. Ele bebia e me batia e eu saía de casa. Fui pra casa de minha tia, porque meu pai não me recebeu. Até hoje tem uma filha que não me perdoa. Fiquei falada. Daí tinha uma freira americana que me convenceu a voltar para casa. Voltei. Mas disse que se ele me batesse eu saía. E ele era do sindicato. Daí veio o Mobral, e ele não queria, mas eu fui e para ter dinheiro fui ser zeladora da igreja e assistia às aulas. Fiz até o terceiro e depois o ensino médio. Quando chegava em casa, ainda ia limpar e estudar. Daí um dia Netinha chegou me procurando para eu entrar nas reuniões das mulheres (naquele tempo ainda não era o movimento) e que eu podia chamar outras mulheres. Mas a vida era dura (choro). Quando formamos o movimento, no início era só choradeira, as mulheres só choravam porque não sabíamos que tínhamos direito e éramos tão oprimidas.

Às questões subjetivas (como a violência) juntavam-se questões estruturais, como o não direito ao acesso à terra e à sindicalização, a invisibilidade do trabalho feminino, a falta de recursos (acesso a água, dinheiro), como o que representa a vida da mulher rural, *sua sina, sua natureza*. Esta situação pode ser reconhecida como o que Bourdieu (2005b) identifica como o *habitus*, naturalizado e arraigado num cotidiano, dentro de um campo social que passou a ser questionado pelas próprias mulheres.

A isso se junta o fato de que, na década de 80, o nordeste do Brasil foi assolado por uma forte seca, na qual as mulheres foram excluídas das chamadas “frentes de emergência” e, a partir disso, a luta pelo reconhecimento do trabalho feminino. Estes fatores externos e o processo de auto-organização das mulheres foram determinantes para a constituição do MMTR-SC.

2.5 *Ei, estamos aqui!* As Frentes de Emergência e a Luta pelo Reconhecimento do Trabalho Feminino

De repente a nossa vista clareou, clareou, clareou.

⁴⁸ Entrevista realizada em Jericó, distrito de Triunfo, PE, no dia 17 de janeiro de 2013.

*E nós sabemos que as mulheres têm valor, têm valor, têm valor
Nós descobrimos que a força do Nordeste.
É a mulher organizada sem fazerem distinção...*⁴⁹

Autoras como Cordeiro (2004) e Abreu e Lima (2003) apontam que uma forte seca entre os anos de 1979 a 1984, teria impulsionado a organização das mulheres, pois muitas tornaram-se, nesse período, “chefes de família” condição assumida pela ausência dos maridos que, sem trabalho, migravam para outras regiões do estado e do país. Isso deu às mulheres uma visibilidade maior, favorecendo a tomada de consciência coletiva sobre a realidade por elas vivenciada.

Com a falta de trabalho na região (Figura 2), muitos chefes de famílias precisaram deixar as suas terras para ir em busca de trabalho. Com a ausência dos maridos, as mulheres precisavam trabalhar, porém foram excluídas do Plano de Emergência que possibilitava, apenas, o alistamento dos homens.



Figura 2 - Foto acervo FETAPE: Caiçarinha da Penha – Distrito de Serra Talhada – 1982

Dentro do movimento sindical, Vanete Almeida como assessora da FETAPE na época, elaborou junto com outras mulheres um documento denunciando a exclusão feminina das Frentes de Trabalho de Emergência do Governo⁵⁰ e reivindicando o alistamento das mulheres. Encaminhado para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Federações, esse documento tem sua reivindicação atendida nesse mesmo ano.

A visibilidade da organização dessas mulheres teria se dado a partir da luta pelo direito de se alistar nas Frentes de Emergência (Figura 3), reconfigurando papéis tradicionalmente

⁴⁹ Parte do cancioneiro do MMTR-SC, cantada por Dona Maria Jucá em entrevista.

⁵⁰ As Frentes de Emergência eram programas executados nos períodos mais críticos das secas e consistiam em obras de pequeno e médio portes em grandes propriedades. Vale destacar que em anos anteriores, as frentes se destinavam, sobretudo, à realização de grandes obras públicas. Assim, as frentes de emergência desse período teria ficado conhecida como a “frente dos patrões” (ABREU; LIMA, 2003).

diferenciados e hierarquizados entre homens e mulheres. Entretanto, há de se fazer outra pergunta: por que em outros períodos de seca essa mobilização não aconteceu? Neste contexto, a organização das mulheres rurais comungava de características que estão além das secas, como mostramos anteriormente, já havia um “broto de organização das mulheres”.



Figura 3 – Fotos acervo FETAPE: Mulheres Trabalhadoras Rurais no trabalho - as Frentes de Emergência, 1983.

Nesses termos, e a partir da análise dos relatórios dos primeiros encontros e reuniões com mulheres no sertão de Pernambuco, o que percebemos, a princípio, é a “necessidade da organização”.

Segundo Vanete Almeida,⁵¹ as primeiras reuniões do MMTR-SC (Figura 4) foram realizadas no distrito de Caiçarinha da Penha, Município de Serra Talhada, PE, contando com a participação das comunidades de Conceição de Cima, São José de Cima e Cacimbinha, sendo que um dos fatores para organização das mulheres foi a forte seca que assolou o Nordeste em 1983, que já persistia desde o ano de 1980.



Figura 4 - Registro das mulheres iniciando as reuniões. No canto à direita destaca-se Vanete Almeida e ao seu lado Dona Inês Paulilo, por volta do início dos anos 80. Acervo MMTR-SC, 2013.

A inclusão nas Frentes se tornou uma bandeira concreta. Articulada aos sindicatos ditos combativos e à luta pelo direito à participação nos sindicatos “tradicionais” de forma igualitária, ela impulsionaria o processo de crescente oposição a algumas lideranças sindicais, o que levava à distinção entre sindicatos “combativos” e “pelegos”.⁵² Tal distinção acabaria

⁵¹ Entrevista realizada na casa da entrevista em Jatiúca, distrito de Santa Cruz da Baixa Verde, em agosto de 2012.

⁵² Durante a metade da década de 1980, nos sindicatos filiados à CONTAG, assumiu-se que somente uma pessoa por família poderia ser membro de sindicato, geralmente o homem chefe de família. Além disso, as mulheres eram raramente consideradas como trabalhadoras da agricultura, seu trabalho sendo 'invisível', quer como trabalhadoras de família não remunerada, quer como trabalhadoras assalariadas temporárias. No estado nordestino da Paraíba, por exemplo, líderes sindicais argumentaram que as mulheres não eram trabalhadoras rurais; uma vez que elas eram dependentes de seus maridos não necessitariam juntar-se aos sindicatos, pois elas tinham seus benefícios garantidos; e eles chegaram mesmo a argumentar que a sindicalização de esposas fosse proibida por lei, embora este não tenha sido o caso (DEERE, 2004).

por encontrar na organização das mulheres do sertão pernambucano um importante aliado político.

Nessa concepção, “sindicatos combativos” seriam aqueles que se mostravam parceiros, e que apoiavam concretamente a efetivação das demandas das mulheres, na medida em que, baseados numa proposta menos hierarquizada de estrutura sindical, contribuiriam para sua inserção política, ainda que por meio de mecanismos como as cotas e a reorganização política interna dos sindicatos. Neste ponto, cabe caracterizar o sindicalismo levado a cabo no sertão pernambucano, a fim de compreender alguns aspectos relevantes para o surgimento e desenvolvimento das organizações de mulheres.⁵³

Destacamos que uma das características determinantes do MMTR-SC como movimento de mulheres é a reafirmação do sindicato como espaço por excelência de representação. O trabalho desenvolvido em nenhum momento disputou este espaço, mas sim as estruturas políticas internas.

Nesses termos, percebemos que é na relação com o sindicalismo rural (sobretudo a partir das influências de uma federação como a Fetape) que sua ação política é dotada de sentido, e que o sindicato se reafirma como um instrumento de questionamento. Por esta razão, seu empenho em qualificar a participação das mulheres rurais nos sindicatos e reafirmá-los como instrumento de luta (JALIL; BORDALO, 2009).

Esta escolha não foi tranquila, pois as questões apresentadas e vivenciadas pelas mulheres criou um duplo movimento, como já discutimos anteriormente em relação à construção da categoria trabalhadora rural; por um lado, questionavam as relações de poder e a forma de exclusão no sindicalismo tradicional; por outro, reafirmavam este espaço como possibilidade de transformações de suas vidas. Segundo Thayer (2001, p. 109):

Por um lado, o MMTR defendia os interesses de seus membros como representantes de pequenos agricultores ameaçados de extinção pelas forças do capital global, cada vez mais poderosas, luta esta compartilhada com o movimento sindical, como um luta de classe. A organização procurou preservar a viabilidade econômica da agricultura de escala doméstica, em um esforço para manter os membros literalmente ‘em casa’ no sertão, em vez de vê-los embarçar no caminho sem volta para os grandes centros urbanos. Por outro lado, o MMTR oferecia solidariedade às mulheres rurais em seus esforços para quebrar as amarras das relações familiares

⁵³ De acordo com Abreu e Lima (2003), “As lutas organizadas no Sertão tiveram um caráter muito amplo e contaram com a direção dos sindicatos e da FETAPE. Apesar da efetiva participação de antigos dirigentes, como no caso de Afogados da Ingazeira, os novos tiveram bastante destaque. Sob o título ‘CUT quer fazer o Sertão virar Marx’, um jornal afirmava ser o sindicalismo rural dessa região mais aguerrido que o da Zona da Mata, pois essas novas lideranças eram ligadas à CUT e ao PT. Suas principais bases eram nos municípios de Serra Talhada, Itacuruba, Petrolândia, Tabira, Triunfo, Floresta e São José do Belmonte”.

patriarcais, uma atitude que inevitavelmente iniciou uma briga por liberdade de movimentos – pela possibilidade de literalmente deixar a casa. Esse aspecto da luta, assim como a busca de valorização de seus corpos e de sua visibilidade social como trabalhadoras, trouxeram muitos conflitos entre as mulheres e o movimento sindical.

A partir desta realidade, as mulheres do sertão pernambucano passaram a ter mais clara a identificação dos seus potenciais aliados políticos. Aqui destacamos o importante papel que alguns assessores do sindicato exerceram para a incorporação das mulheres dentro do movimento sindical.⁵⁴

2.6 O Apoio Necessário: os Assessores Aliados

No processo de questionamento iniciado pelas mulheres em relação à política sindical, às formas e regras de participação nos sindicatos e à sua exclusão naturalizada destes espaços políticos, elas encontram importantes aliados, que tinham naquele momento o papel de “negociar” algumas pautas políticas e, muitas vezes, a participação, mesmo que secundarizada, como secretárias e tesoureiras.

Este papel de negociador era realizado por alguns assessores que tinham “outra consciência” da importância das mulheres e reconheciam como legítimas suas questões, favorecendo o reconhecimento destas como sujeitos políticos para o “mundo sindical e público”, que aqui vamos qualificá-los de “assessores aliados”⁵⁵. Nesse sentido, os mediadores têm um papel importante para o grupo, pois, como destaca Novaes (1997), o mediador pode contribuir incorporando novos elementos ao grupo, além de ser um canal apropriado entre o grupo e o mundo externo, trazendo, por exemplo, à luz a possibilidade de reconhecimento político do grupo; a contribuição na organização do grupo, dentre outros.

Esses “assessores aliados” exerciam assim a função de mediação entre o sindicalismo tradicional e as mulheres organizadas; estavam entre estes dois discursos, buscando um consenso, sem negar os conflitos existentes, nem tampouco falando em *nome de*. Mediar não

⁵⁴ Várias entrevistadas fazem referência a Antônio Patriota, Manuel Santos, Antônio Filho como assessores da FETAPE. Também se destacam Raimundo Aquino e Luís Batista, que eram presidentes dos sindicatos na época e foram apoiadores da participação das mulheres nos sindicatos.

⁵⁵ É importante destacar que não eram todos os homens assessores que apoiaram a ação de organização e participação das mulheres nos sindicatos. Na verdade, muitos homens não aceitavam e como assessores reafirmam a postura de que “lugar da mulher era fora do sindicato” e que estas, já estavam representadas pelos seus maridos. Estes “assessores aliados” são homens que em suas trajetórias vivenciaram outras experiências de participação política e do fazer política (nas CEB’s, CPT, partidos políticos) e compreendiam que, a ação das mulheres era determinante para a renovação da política sindical. Acreditamos que, tanto os “assessores aliados” foram determinantes para a entrada das mulheres nos sindicatos, como também as mulheres foram determinantes para as modificações no movimento sindical, desejadas por estes homens, num duplo movimento de ajuda e questionamento a estrutura tradicional.

é representar, nem ocupar o lugar de algum sujeito, mas ter a capacidade de colocar as questões entre os sujeitos e propor novos arranjos possíveis.

Para Neves (1997), o mediador pode ter um papel salvador ou emancipador, através da transmissão de outras visões do mundo e da incorporação de outros saberes ao grupo. Desta forma, o mediador contribui com as condições necessárias para o surgimento da ação coletiva e da construção de uma identidade coletiva.

Ainda, segundo Novaes (1994), o papel da mediação pode ser percebido tanto para a manutenção e reprodução de sistemas de dominação e assimetrias, quanto para seu questionamento. Nele, todos os mediadores se “propõem a estar entre, fazer meio de campo. Fazer mediação é traduzir ou introduzir, falas, linguagens” (NOVAES, 1994, p. 178).

Em Neves (2008, p. 7),

os agentes situados na posição de mediadores são importantes para a constituição de espaços contextuais de ação política, orientada pela busca de justiça social, pela luta para diminuição do grau ou alteração no padrão referencial de consolidação de desigualdades socioeconômicas. Os mediadores são, em grande parte, militantes políticos fundamentais no exercício de constituição, de consagração e de divulgação de novos ideais, metas e modos de organização, em geral agregados em torno de alianças estabelecidas por redes de instituições ou movimentos associativos.

Há várias formas de classificação de mediação ou da ação dos mediadores – variam de acordo com o lugar em que este ocupa para os representados. Podem ser mediadores externos, mediadores de cima e mediadores de dentro; porém, segundo Novaes (1994, p. 183),

Os efeitos desta mediação devem ser percebidos para além de acertos de erros, pois os mediadores estão inseridos em um campo de forças, são condicionadores, mas também são condicionados por determinadas fatores econômicos e de forças políticas, em presença e também em disputa com outros mediadores.

Esse entendimento é válido para compreendermos a ação destes “assessores aliados” sindicais e seu papel para o início do surgimento do MMTR-SC e junto às mulheres que estavam iniciando suas atuações nos sindicatos. Outra dimensão importante na função da mediação é não reificar o sindicato ou a política sindical, ou seja, não torná-lo algo em si mesmo, mas fruto de relações sociais, inserido em um contexto histórico e político específico. A mediação é exercida em relação a outro e num campo social específico, que expressa processos sociais, encontros e confrontos de pontos de vista ou perspectivas diferenciadas. “O que a relação de mediação promove é o resgate ou confronto-encontro desses pontos de vista

para a constituição de outro campo de produção de significados e referências comportamentais” (NEVES, 2008, p. 11).

O diálogo entre mediados e mediadores pode também expressar uma relação desigual de poder; nem sempre percebida como questionadora e propositora de novos espaços públicos ou campos sociais, mas capaz de servir como reprodutora do sistema de dominação. Para Novaes (1994, p. 178), o papel da mediação pode ser percebido tanto para a manutenção e reprodução de sistemas de dominação e assimetrias, quanto para seu questionamento:

antropólogos, coronéis, mestres, padres, diferentes entre si, contribuíram para submissões e rebeldias camponesas. Mas, em todas as formas, todos se propõem a ser ponte, estar entre, fazer meio de campo. Fazer mediação é traduzir ou introduzir falas, linguagens.

Para Neves (2008, p. 39),

valorizar a mediação como perspectiva de análise é reconhecer a coexistência de diferenciados universos, só alcançáveis se corresponderem a saberes obtidos pelo mediado, isto é, se este se apresenta como sujeito de produção de inerentes saberes.

Essa perspectiva mostra o desafio da mediação: não reproduzir relações de poder e dominação, mas ter a mediação como um instrumento para a compreensão dos diferentes universos em que os sujeitos estão inseridos e para a construção de um novo campo social.

Em entrevista, Vanete Almeida aponta que em muitos momentos os “assessores aliados” eram importantes, porque ajudavam a sustentar a ideia de que as mulheres organizadas não iam acabar com o sindicato, questionando a velha dicotomia entre a organização geral (sindical) e a organização específica (das mulheres), e que se esta discussão não fosse feita nada mudaria. Eles tiveram um papel claro de mediação do conflito, como podemos ver no relato abaixo:

A discussão era que nós estávamos dividindo, que nós éramos divisionistas, que organizar um movimento era dividir o movimento. E eu dizia: 'Dividir o quê? Se já tá dividido, se só tem homem no movimento? O que que nós tamo dividindo? Nós estamos somando, nós estamos querendo fortalecer a participação das mulheres como trabalhadoras; dividida nós já encontramos'. Só tinha homens, não tinha uma mulher. As mulheres nem associadas num eram, num era. Na carteira do homem tinha é dependente. O que nós vamos dividir? Essa assembléia estava muito tensa, quase os homens levantando e querendo vir para cima. Daí olhei para Manoel e Patriota e eles controlaram, falaram que era importante as mulheres entrarem como sócias, que ia até arrecadar mais para o sindicato. Teve homem que saiu, bateu porta. Mas conseguimos.

Vanete Almeida.

De acordo Vanete Almeida, naquele momento para ela se afirmar como assessora sindical, além dos embates de gênero, pois “sempre tinha que ser boa em tudo que fazia”, ela encontrou nos assessores aliados, aliados políticos e pessoais que a fortaleceram como mulher dentro do sindicato, e que reafirmaram sua atuação, não sendo tão boa como um homem, mas sendo uma excelente assessora mulher, o que também a motivou para trazer mais mulheres para o sindicato, pois se sentia muito só nesta luta cotidiana.

Eu nunca fiquei embaixo dos pés dos homens. Primeira coisa, né? Nunca quis ser como eles, mais é... havia uma exigência. Havia uma exigência que eu fosse competente. Eu sentia que eu tinha que ser competente em tudo; eu tinha que andar a cavalo, eu tinha que saber dirigir. Na época eu não sabia dirigir. Eu tinha que saber redigir muito bem um documento; eu tinha que saber estatísticas; eu tinha que ter muita capacidade, política, intelectual, pessoal; isso eu tinha que ter, porque só assim eu não ficava debaixo dos pés deles, nem eu tinha de ser igual a eles. Eu tinha que me defender como mulher, e quando eu comecei a trabalhar com as mulheres, aí sim, eu aí que eu tive a certeza que eu ia sair mais fortalecida, porque eu não ia ficar mais só, né? Eu tinha com quem discutir, eu tinha com quem encaminhar as coisas, né? Quando eles me pressionavam de um lado, elas me defendiam do outro, mais foi sempre muito conflituoso com os homens. Olhe, nós tínhamos um quadro de 25 a 30 homens, e a gente tinha 4 que realmente defendiam as mulheres e que estavam do meu lado, como Raimundo Aquino e Luís Batista.⁵⁶ São homens que realmente eu tinha certeza que contava toda hora. Então foi isso, não foi tão bonito, tão simples.

Um caso emblemático foi a indicação de Dona Maria Ferreira Lima de Souza, Dona Lia de Itapetim, primeira mulher presidente de sindicato rural, mesmo antes do surgimento do MMTR-SC (Figura 5). Em seu relato, Dona Lia nos conta como chegou a ser convidada e eleita para o sindicato de Itapetim, cidade no Sertão do Pajeú, PE.

Olha, foi o momento seguinte: a gente começou fazendo o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base. Dentro desse trabalho aí havia, assim, uma possibilidade do presidente do sindicato dos trabalhadores, na época, Pedro Patriota Filho, que estava terminando a gestão dele no sindicato. Aí ele achou por bem indicar o meu nome e foi aceito por uma grande maioria. Só que também não deixou de haver rejeição no período, ainda, de ditadura, né? Quando essas mulheres ainda aparecia, assim, como um nada. Vamos dizer, não era, que as mulheres não tinha direitos. Daí os assessores [Manoel e Patriota] ajudaram a discussão. Eles viam para a reunião e diziam: ‘E porque não a Lia? Ela trabalha muito, é séria’. Mas mesmo assim tinha homem que virava a cara. Assim a maioria dos homens que considerava as mulheres como um nada e inda houve algumas rejeições, algumas pessoas chegaram a dizer que ele tinha o apelido de Nassim. ‘E aí, Nassim, não tem mais homem em Itapetim, não? Cadê os homens de Itapetim? Por que é que você hoje tá indicando uma mulher pra direção do sindicato?’ Só que chegou o dia da eleição e tive uma votação, assim, esmagadora, vamos dizer pra época, né? E a partir daí começou todo um

⁵⁶ Durante a pesquisa de campo, procuramos os dois “assessores aliados” citados por Dona Vanete. O Sr. Luis Batista já faleceu e o Sr. Raimundo Aquino (também cunhado de Dona Inês Paulino) estava gravemente doente, o que impossibilitou a realização da entrevista.

*trabalho dentro do Movimento Sindical. Aí começou a surgir outras mulheres e, através de Netinha, os Encontros com as trabalhadoras rurais lá em Serra Talhada. E no 1º Encontro eu fui convidada pra participar desse Encontro como a primeira presidente do sindicato aqui no sertão e em Pernambuco.*⁵⁷



Figura 5 – Dona Lia de Itapetim em sua casa, mostrando seus prêmios pela participação na luta sindical, dez. 2012. Acervo da autora.

Como mostramos, a presença destes assessores aliados, nos momentos de embates internos no sindicato, foi determinante para fortalecer a luta das mulheres, o que rompe com uma leitura da realidade em que a dominação masculina se mostra de forma simplista numa dicotomia homem *versus* mulher.

Cabe destacar que esses homens, como assessores aliados, também enfrentaram o poder masculino e patriarcal dentro dos sindicatos e que, muitas vezes, foram questionados, como podemos ver nas entrevistas:

*No início foi difícil, mas internamente sabíamos que era importante a presença das mulheres como sindicalizadas. Mas sabíamos que precisávamos fazer formação e os homens não queriam. Tinham aqueles companheiros mais antigos que ficavam com raiva mesmo. Teve uma vez que um até jogou uma mesa em cima de mim, me chamando de traidor. Outra vez difícil foi quando as mulheres vieram denunciar que tinham homens que participavam do secretariado e que batia nas mulheres e que nós tínhamos que fazer algo. Como a gente ia tratar disso? Não era fácil não. Netinha sempre estava dizendo que as mulheres têm que entrar e vocês têm que ajudar a convencer.*⁵⁸

Antônio Filho.

Lembro uma vez que fomos para uma reunião e os homens estavam esperando a gente chegar (eu e Manoel Santos) para conversar, porque souberam que em Belmonte a gente tinha defendido a entrada das mulheres. Ave Maria, aquele dia a gente foi chamada de tudo, mas sustentamos a nossa idéia. Não foi fácil, mas não tinha mais como deixar as mulheres de fora do sindicato, era como andar para trás. As mulheres vinham para nós e tinham também outros companheiros que concordavam, mas não tinham coragem de falar, porque tinha muito homem

⁵⁷ Entrevista realizada na casa da entrevista em Itapetim, PE, dia 5 de dezembro de 2012.

⁵⁸ Entrevista realizada na FETAPE, em Serra Talhada, PE, no dia 12 de dezembro de 2012.

*grosso, que queria a mulher nos pés e não via que as mulheres já tinham descoberto sua força. A gente tinha mais era que ter elas dentro do sindicato.*⁵⁹

Antônio Patriota.

O que percebemos é que as formas de organização dos sindicatos estavam sendo questionadas por homens e mulheres que, mesmo com objetivos diferentes, queriam mudanças e participação, o que leva a uma reorganização do sindicalismo.

Segundo Abreu e Lima (2003), a grande atividade levada ao Agreste e ao Sertão foi a fundação ou reorganização dos sindicatos, a partir, principalmente, “da criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, em 1971, cujo financiamento vinha do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural, Funrural”, estabelecendo convênios entre o Estado e os sindicatos para atividades de previdência social.

Diferentemente de outras regiões do estado, os membros dos sindicatos eram basicamente pequenos proprietários e produtores, geralmente sem terra própria e trabalhando no sistema de parceria. Estes sindicatos lidavam com uma variedade de questões que iam desde a luta pela terra e defesa de uma política de preços mínimos a problemas de grilagem, má administração de projetos de irrigação, e questões salariais, embora estas últimas em menor número (ABREU E LIMA, 2003). Segundo a autora, no caso específico das Frentes, eram comuns irregularidades nos contratos, como o alistamento de trabalhadores que não tinham real necessidade e que dividiam o salário com grandes fazendeiros da região.

Se as Frentes de Emergência eram espaços de conflitos entre trabalhadores e proprietários rurais, esse novo contexto situaria essa característica local na política mais ampla, onde a Fetape começava também a encontrar oposições internas, contribuindo para o surgimento de novas lideranças no estado.

De acordo com Cappelin (1987), esse contexto de reorganização do movimento sindical teria fomentado a demanda de um maior espaço de expressão político institucional. Esse espaço questionava a legitimidade de antigas lideranças, bem como a ausência de participação das mulheres, tema que foi lentamente incorporado nas pautas políticas das oposições sindicais, ou dos ditos sindicatos combativos.

A idéia corrente do trabalho invisível da mulher ou, ainda, de esse trabalho ser visto como “ajuda” ou complementar ao trabalho do marido se torna um obstáculo, para dar sentido tanto à sindicalização da mulher quanto à sua identificação como trabalhadora rural.

⁵⁹ Entrevista realizada em Afogados da Ingazeira, PE, no dia 20 de janeiro de 2013.

Dessa forma, buscava-se também reforçar a identidade de *trabalhadora rural*,⁶⁰ categoria ampla que tentava abarcar as diferentes formas de inserção das mulheres na força de trabalho.

Esmeraldo (2013), ao tratar do protagonismo político das mulheres rurais, lembra que estas passam a recorrer aos sindicatos como espaço de luta, mas também como forma de acessar direitos e destaca a importância das assessoras para organizá-las e mobilizá-las em torno de discussões diversas. Segundo a autora:

Em 1982, assessoras sindicais oriundas e integrantes de pastorais rurais do sertão pernambucano realizam encontros com mulheres rurais para conversarem sobre suas próprias condições de existência e sobre o papel do sindicato no reconhecimento do trabalho produtivo dessas mulheres. É esse o ‘mote’ dos primeiros diálogos entre assessoras sindicais e mulheres rurais em Pernambuco que, ao socializarem suas experiências de vida, fazem reflexões sobre invisibilidade e o não reconhecimento público de seu trabalho nos roçados e sua não identificação como categoria profissional (trabalhadora rural) nos meios institucionais. Os encontros anuais mobilizam mulheres, organizam novos grupos em comunidades rurais e propiciam o debate sobre conjuntura política, poder masculino, sistema patriarcal e corpo feminino. Coordenado pelo Polo Sindical Sertão Central de Pernambuco, contam com a assessoria da Organização Não Governamental SOS Corpo, sediada em Recife. (ESMERALDO, 1994, p. 243).

Deere (2004), em estudo que analisa o direito das mulheres à terra, mostra que foi determinante a organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais no questionamento à estrutura sindical da época. Para a autora

Uma vez que os sindicatos eram a principal fonte de assistência à saúde em áreas rurais, a exclusão de mulheres dos sindicatos significava que as mulheres chefes de família estavam em forte desvantagem. As mulheres também estavam em desvantagem em termos de benefícios de aposentadoria, já que somente uma pessoa por família era qualificada para tais benefícios, o chefe de família. Além disso, considerando que os trabalhadores recebiam 50% do salário mínimo na aposentadoria, suas viúvas recebiam uma pensão de sobrevivente, o equivalente a 30%. (DEERE, 2004, p. 180).

Assim, à luta pelo direito à sindicalização incorporaram-se questões específicas, pois se trata de uma concepção de política que via no sindicato um instrumento fundamental de luta. A partir de 1982, adotando diversas estratégias para mobilização e organização, como reuniões, programas de rádio, elaboração de cartilhas e relatórios de reuniões, fotografias, etc., as mulheres iniciaram o processo de organização do MMTR-SC, que surgiu com o

⁶⁰ Notemos que o reconhecimento da mulher como trabalhadora traria, como consequência, sua inclusão no sistema previdenciário. São significativos o uso e a luta pelo reconhecimento de uma terminologia que ocupou uma página histórica da luta dos trabalhadores rurais no Brasil.

objetivo principal de “defender os direitos e proporcionar voz às mulheres do campo” (Figura 6).

Segundo Vanete Almeida:

*Dentro do movimento sindical eu puxei um documento denunciando que as frentes de trabalho, os trabalhos emergenciais do governo era só pra homens, não tinha nada pra mulheres e comecei a discutir com elas a possibilidade de se abrir trabalho para as mulheres. E esse documento nós jogamos em tudo - OAB, CUT, federações, jornal tudo, e aí deu certo. Abriu-se frente de trabalho pras mulheres e aí eu já encontrava 1 ou 2 mulheres dentro da cozinha e eu encontrava 200, 300 mulheres das frentes de emergência. E também rapidamente localizava as lideranças: aquela mulher que enfrentava os homens do Dnocs, enfrentava a chefe de turma e aí eu ligeiramente começava a listar, a sinalizar aquela liderança. **E quando terminou a seca, em 84, o movimento estava formado, havia lideranças de grupos de mulheres nos municípios de todo sertão.***



Figura 6 - Início da organização das mulheres sindicalistas rurais – 1983
Foto acervo FETAPE.

Para Vanete Almeida:

No início fazíamos reuniões com 5 ou 6 mulheres, às vezes vinham só 3. Eu via a mulher que tinha atitude e convidava ela pra fazer uma reunião na sua casa e chamar as amigas. Muitas não iam, porque o marido não deixava, e teve até caso do marido ir junto, mas não nos calávamos não. Fazia mesmo assim, até que ele via que a gente não tava fazendo nada demais, ou ficava com vergonha e saía. No sábado tínhamos um programa na rádio e lá eu dizia que tinha sido maravilhoso, fazia muito barulho, dizia que as mulheres tinham ido. Isso animava as que não iam. Também tirávamos fotos e íamos mostrando a outras mulheres. Foi crescendo o interesse e até mulheres do agreste e da zona da mata queriam participar. Ai começou o Movimento. Deu certo e no final conseguimos marcar o primeiro encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central.

O primeiro encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central aconteceu em Serra Talhada, em 1984, conforme Figura 7, e teve a participação de trinta e três mulheres de sete municípios. O lema do 1º Encontro era: “Somos mulheres e Trabalhadoras, Temos Valor!” Ainda, segundo Vanete Almeida, neste momento a questão da identidade foi

o mote para a organização destas mulheres, que para se organizarem “precisavam se reconhecer, saber quem são”.

Em 84 nós realizamos um 1º encontro aqui da região. Acho que tinha 30 e poucas mulheres, e aí já começamos a falar da indentidade: quem sou eu como pessoa? Quem sou eu como trabalhadora? Ela tinha que descobrir essa liderança e essa solidariedade nela mesma. Depois ela podia vir não só a mim como às outras, mas primeiro ela tinha que descobrir nela e tinha todo um processo metodológico, né? Tinha um processo de quem sou eu. Quem sou eu como pessoa? O que eu faço? Que importância eu tenho? Eu tinha que descobrir dentro delas essa importância como a gente, como pessoa. Esse era o primeiro passo. O segundo passo era o corpo né? O que é isso? Que que é o meu corpo? A quem ele pertence? O que eu posso fazer com meu corpo? Segundo passo, primeiro é a identidade, eu gente, depois e sempre ligados às questões da comunidade? Como vivia a comunidade? Quais os principais problemas na minha comunidade?



Figura 7 - Cartaz do 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central e Capa do relatório do 1º Encontro. Acervo MMTR-SC, 2013.

No discurso de abertura do encontro, de Maria Lima Ferreira de Souza ou Dona Lia de Itapetim, a primeira e, na época, única mulher presidente de sindicato de trabalhadores rurais em Pernambuco, podemos perceber qual era a tônica do período na luta das mulheres, quais o objetivos e expectativas:

Para mim é motivo de grande alegria quando estou aqui no meio de vocês, fazendo parte da mesma família como trabalhadora rural, de mãos calejadas. Porque estamos aqui? Para cada dia encorajarmos mais, enfrentarmos a luta, saber como é que a mulher vai participar da sociedade em que estamos. Porque nós sabemos que a mulher sempre foi e ainda é excluída do quadro social, mas

nem por isso nós mulheres vamos cruzar os braços. Então estamos aqui para dar as mãos, erguer a cabeça, aceitar as nossas decisões e, procurar da melhor maneira possível, o meio de descobrirmos na realidade como é que as mulheres vão agir com essa sociedade que tanto nos oprime. Vamos dar as mãos a cada hora, vamos mesmo descobrir as raízes desse motivo que nos exclui da sociedade em que estamos, quando vemos que só o homem é que tem participação ativa, massivas na sociedade, e porque nós somos as mães destes homens não temos um mundo pra nós também? Diante do próprio Deus não existe homem e mulher, lá não existe dois céus, existe um e é para todos. Então muito obrigada e era só isso que eu queria dizer pra vocês.⁶¹

Neste momento a participação das mulheres no sindicato era de forma tímida. Casos como o de Dona Lia não eram comuns, e mesmo funções menos valorizadas era difícil estarem ocupadas por mulheres.

Para o sindicato elas estavam representadas pelo chefe da família (o homem), que era quem tinha o direito de se sindicalizar e contribuir. A presença das mulheres em reuniões muitas vezes era permitida na condição de representantes dos maridos, e alguns assuntos eram tratados quando elas se afastavam da plenária. Dona Maria José dos Santos Jucá, Maria Jucá, nos relata que teve muitos embates no sindicato. Seu esposo era sindicalista e, após a separação, ela não pode se sindicalizar.

Pra se associar no sindicato eu, quando me separei em 1973, eu fui me associar. Aí era Luiz Batista o presidente. Falou: 'Não se associe'. Falei: 'Por quê?' 'Porque quem se associa é o homem'. Eu falei: 'E eu tô separada'. 'Aí é que não se associa'. Quando eu voltei da separação, aí eu fui lá, ensinava o mobral, paguei a carteira dele e fiquei assistindo as reuniões. Quando foi um dia numa assembleia eu me levantei pra falar. Aí falaram: 'Senta!' 'Senta por quê? Não posso falar?' 'Pode não'. 'Por que eu não posso falar?' 'Porque você não é sócia'. 'Por que não me associou? Agora me associa!' Aí isso foi no dia 31 de janeiro de 1985 e até hoje eu pago minha carteira e depois aí pronto, até hoje. Aí eu me associei, digo agora eu vou, agora eu falo sim! Aí já entrei na direção, passei uns oito anos na direção do Conselho Fiscal.

Mesmo com todos os enfrentamentos cada vez mais as mulheres estavam entrando nos sindicatos. Era comum a estratégia de uma levar outra e a outra levar outra, e, assim, foram percebendo a necessidade de criar uma ação estratégica para que elas pudessem definitivamente ser aceitas e incorporadas no sindicato.

2.7 Devagar fomos longe... A Tese das Mulheres no IV Congresso da CONTAG: pelo Direito à Sindicalização Feminina (1985)

*Pra ir votar, eu sou mulher
Pra não ter voz eu sou mulher
Pra não ter vez eu sou mulher*

⁶¹ Documento retirado da Cartilha de comemoração aos 20 anos do MMTR-SC. Acervo FETAPE.

*E no sindicato, por que é que
eu não sou mulher?”*

Música “Sou Mulher”

Outra ação importante para o reconhecimento e fortalecimento do MMTR-SC como uma organização política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais foi a elaboração da “Tese das Mulheres”, apresentada no IV Congresso da CONTAG, ocorrido em maio de 1985.

A tese é resultado de uma vasta discussão entre as Mulheres Trabalhadoras Rurais sobre a situação destas no sindicato, e apresenta proposta, bem como questionamento, sobre a exclusão das mulheres. Para Vanete Almeida e Dona Lia de Itapetim,⁶² este foi um mote indispensável para o fortalecimento do MMTR-SC, pois para sua elaboração houve um processo intenso de mobilização e articulação das mulheres em pequenos grupos de discussão e construção do documento, a ser apresentado no.

Elas relatam que, após a elaboração da tese, tiraram como estratégia ir discutindo dentro dos ônibus, a caminho de Brasília. Assim, o documento foi circulando e sendo discutido entre os grupos de todo o país. Quando chegaram, praticamente todas as delegações já sabiam da “articulação das mulheres de Pernambuco”.

No congresso, a tese foi lida por Dona Lia de Itapetim e teve prontamente apoio de muitas mulheres presentes. Este acontecimento é reconhecido como um marco político para o MMTR-SC, já que a tese foi aceita por unanimidade, ou seja, foi uma ação positiva do movimento, com conquistas efetivas para as mulheres, o que foi indispensável para sua legitimação política e para o reconhecimento gradual, por parte das estruturas de poder internas, ocupadas por homens, de que as mulheres eram, de fato, um sujeito coletivo de direitos.

A tese, cujo tema era: *Proposta para aumentar a participação de nós Mulheres Trabalhadoras Rurais no nosso movimento sindical*, apresentava pontos como: “i) incentivar as mulheres a serem delegadas de base e ocuparem cargos de direção; ii) incentivar encontros específicos de Mulheres Trabalhadoras Rurais; iii) levantar e encaminhar as reivindicações específicas das mulheres; iv) promover treinamento de lideranças femininas”, dentre outras questões (Figura 8).

Dona Lia de Itapetim, ao lembrar este fato, relata que, apesar de saírem vitoriosas, ainda houve resistência por parte de alguns grupos:

⁶² Entrevista realizada em novembro de 2012, em Itapetim, PE.

Foi realmente um momento emocionante, pois Pernambuco levou uma tese daquela natureza para ser defendida em um congresso de trabalhadores rurais em Brasília. Fui escolhida para defender a tese. Tivemos alegria de transmitir aos trabalhadores e mostrar com garra a necessidade de participação da mulher no movimento sindical. Fiquei muito feliz com essa defesa porque passou por unanimidade. Mas na comissão de sindicalismo a única mulher que defendeu a luta e participação foi eu, alguns homens ficaram questionando, mas passou e saímos vitoriosas.

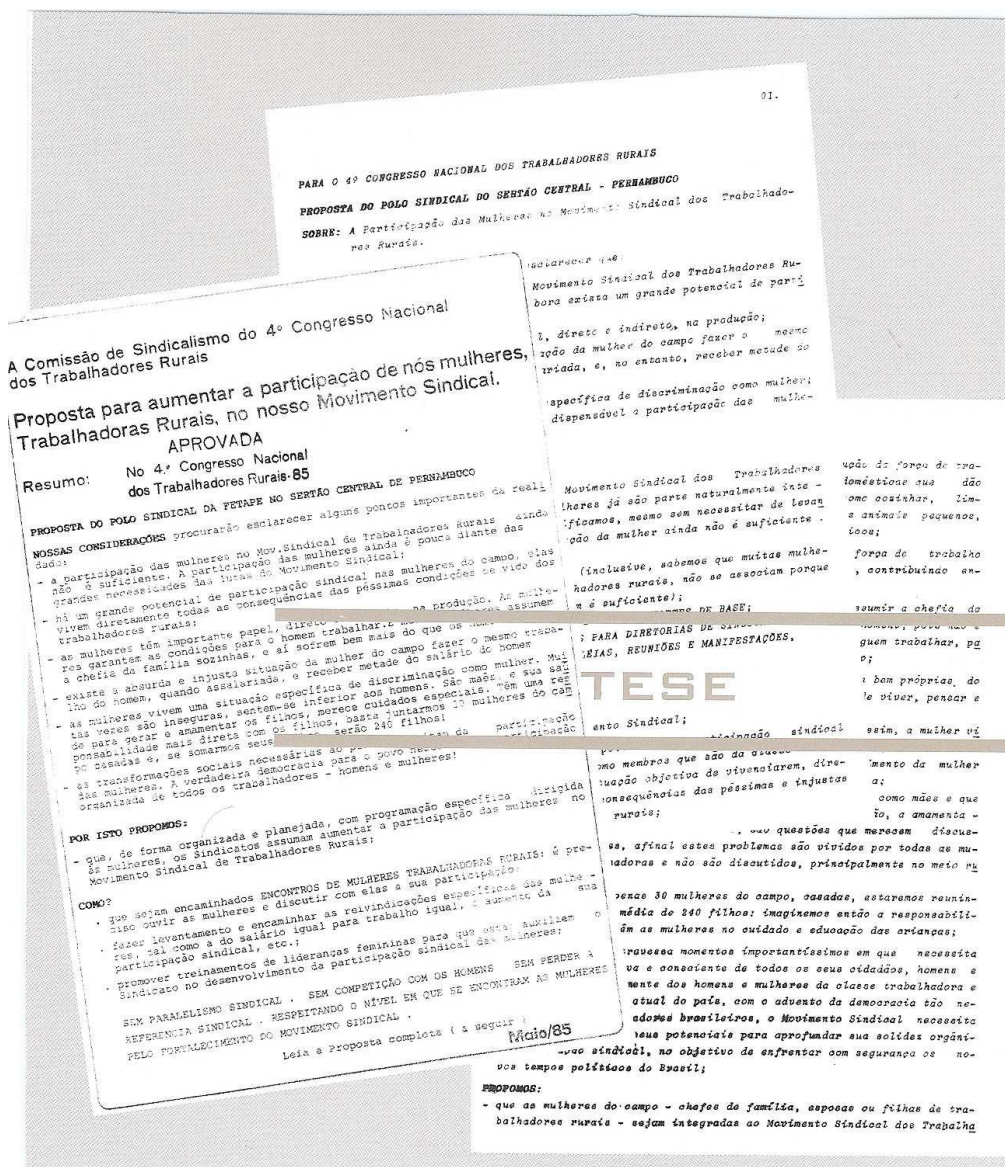


Figura 8 - Cópia da tese apresentada durante o IV Congresso da CONTAG em 1985.

Para Vanete Almeida, esta ação não foi importante só para as mulheres do Sertão Central, mas para todas as Mulheres Trabalhadoras Rurais. Ela destaca, ainda assim, que esta ação foi determinante para o MMTR-SC como movimento, pois as mulheres identificaram que essa foi uma ação do movimento, e elas saíram vitoriosas.

Foi no ano de 1985, houve o IV congresso nacional de trabalhadoras rurais, e nós do Sertão Central preparamos uma tese sobre a ausência da mulher no movimento sindical. E 5 ou 6 mulheres foram levar esse documento para a federação incluir nos anais de Pernambuco e eles disseram que não, que não incluía, que já tava fechado o documento num sei quê. Eu disse: 'Bom, nós num podemos desistir aí'. Nós tínhamos uma presidenta em sindicato em Itapetim, Dona Lia, hoje ela é viva. Dona Lia disse: 'Nós vamos se apoiar em Dona Lia e vamos levar 5 mil teses e distribuir com todos os participantes do congresso'. Nesse ponto a OXFAM nos ajudou muito, pois nesse tempo nós num tínhamos as tecnologias de hoje. Daí teve que copiar 5 mil teses e encaixamos essa teses e colocamos dentro do ônibus e lá entregamos a cada participante. Era um congresso com 5 mil trabalhadores e não tinha muita mulher, não me lembro o número, mais tinham poucas. Fomos discutindo nos ônibus a questão da participação da mulher é... Pedimos a Dona Lia para defender a tese, ler tudinho, compreender e defender dentro da comissão de sindicalismo. Dona Lia desempenhou super bem o papel, defendeu e dentro e dentro dos anais do congresso tem lá, o incentivo a participação das mulheres e o direito à sindicalização. Aí nós voltamos com essa tese carimbada, aprovada no tal congresso e distribuímos pro Brasil inteiro e começamos a pressionar nos sindicatos. 250 mulheres no Brejo Paraíba acamparam dentro do sindicato pra se associarem. Passaram 1 semana, e assim foi. Só hoje a gente tem diretoras no sindicato, diretora na federação e uma comissão de mulheres na CONTAG dentro do sindicalismo.

2.8 A Re-organização dos Sindicatos e a Inserção das Mulheres Trabalhadoras Rurais

Destacamos que este processo não foi livre de conflitos, na medida em que estava questionando a ordem estabelecida dentro dos sindicatos, ou seja, o domínio dos homens dentro do movimento sindical. Assim, houve resistência de alguns sindicatos e principalmente por parte de alguns homens, que alegavam explicitamente que “as mulheres estavam querendo dividir o sindicato, enfraquecer o movimento” - a velha dicotomia entre as questões tidas como “específicas e gerais” da luta de classes. Para Deere (2004, p. 184):

Foi só em 1985, no Quarto Congresso da CONTAG, que as questões das mulheres rurais foram seriamente tratadas em um fórum nacional do movimento dos trabalhadores. O ímpeto veio da primeira reunião oficial do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Sertão Central, no estado nordestino de Pernambuco. As raízes do MMTR no Nordeste podem ser localizadas nas reuniões acontecidas em Brejo, Paraíba, e em Serra Talhada, no Sertão Central, Pernambuco, durante 1982 e 1983, bastante focadas na situação de emergência provocada por uma seca prolongada. Mas, em torno de 1984, quando o MMTR-Sertão Central foi oficialmente fundado, a principal preocupação era em como aumentar a participação das Mulheres Trabalhadoras Rurais dentro do movimento sindicalista. Nessa reunião, foi formulada uma proposta para ser apresentada no congresso da CONTAG em Brasília, de que uma prioridade da organização deveria ser a sindicalização das Mulheres Trabalhadoras Rurais e a consideração de seus interesses. As reivindicações das mulheres foram apoiadas pelos líderes homens da FETAPE, que as acompanharam até Brasília.

Para Esmeraldo (2013), o processo conflituoso se apresenta na medida em que o sindicalismo tradicional é um campo político perpassado por valores, que apóiam e

reproduzem a defesa do gênero masculino como representante da categoria trabalhador rural. Para a autora, a luta das mulheres para ocuparem este espaço é parte da luta pelo reconhecimento de seu trabalho, mas sobretudo uma redefinição do sujeito político representado pelo sindicalismo. Segundo Esmeraldo (2013, p. 247):

A hegemonia do homem no campo político começa a ser problematizada e questionada quando as mulheres se opõem e revelam as leis orientadoras das regras que regem a entrada de sujeitos sociais no espaço político: produzem a ressignificação de seu trabalho nos roçados afirmando a existência de componentes de força produtiva nessas atividades; introduzem o debate sobre o direito à autonomização na sua representação como trabalhadoras, descolando-se de seu papel subordinado na relação familiar (justificativa para a sua não sindicalização é a de que o marido representa o casal); e reivindicam direitos de cidadania junto ao poder estatal ao exigirem o acesso a políticas previdenciárias (licença-maternidade, auxílio-doença). Lutar para entrar no sindicato rompendo a unidade e as relações de forças historicamente constituídas para e com o masculino significa criar novas relações de força não mais restritas às do gênero masculino, assim como de interesse do gênero feminino. Significa tencionar e inscrever reivindicações de interesse do outro, do novo gênero sindical, do gênero feminino. A luta para a sindicalização das mulheres expressa desejos para a conquista de direitos próprios, para se tornarem sujeitos políticos autônomos. Tal ação política simboliza a possibilidade de abertura da luta de classe para atuar de forma conjugada com a luta das mulheres. Requer o alargamento do campo político (lutas e forças) do movimento sindical rural restrito a lutas econômicas e protagonizadas por forças masculinas e o reconhecimento de outro sujeito social e público como nova força política e de lutas que expressam as reivindicações específicas das mulheres que trazem elementos novos para a atuação política sindical e partidária.

Bordalo (2011) em sua dissertação, em que analisa o sindicalismo rural e o movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Pernambuco, mostra- nos que para o movimento nunca houve a proposta de enfraquecer o sindicalismo, e sim que para estas mulheres o sindicato sempre foi um espaço por excelência de reconhecimento e de disputa. Segundo a autora:

Em especial no caso de Pernambuco, a interpretação dada se dirige diretamente como uma exigência de igualdade de oportunidades políticas dentro da estrutura sindical ao mesmo tempo em que legitima socialmente um espaço à parte, destinado apenas às mulheres. Assim, as formas e as possibilidades concretas de organização de mulheres esteve relacionada à legitimidade dos sindicatos como um importante interlocutor para a mobilização destas. É nesse contexto que compreendemos a iniciativa em 1987 de formar uma articulação regional dos movimentos autônomos de mulheres rurais do nordeste (os MMTRs). O MMTR-NE surge, portanto, num contexto onde a categoria de mulher trabalhadora e o sindicalismo possuem historicamente uma relação estreita. No caso específico do movimento em Pernambuco uma questão é fundamental. Ao colocar o sindicato como espaço por excelência de representação, o trabalho desenvolvido em nenhum momento disputou este espaço, mas sim às estruturas políticas internas. Nesses termos, o que a análise do MMTR-NE vem demonstrar é que é na relação com o sindicalismo rural (sobretudo a partir das influências de uma federação

como a FETAPE) que sua ação política é dotada de sentido. (BORDALO, 2011, p. 81).

Ainda, segundo Bordalo (2011), a mobilização das mulheres contou com dois fatores fundamentais: a) a tradição sindical no estado, construída desde o período que antecede o golpe militar, e a capacidade de mobilização da Fetape no sertão do estado, a partir da emergência das oposições sindicais; e b) o contexto mais amplo que teria favorecido para legitimar suas demandas a nível nacional. Para Bordalo (2011, p. 85):

Essas duas características somadas à relação que a FETAPE historicamente possui com a CONTAG viabilizou, não sem muitos conflitos, um impulso significativo no aumento da sindicalização das mulheres rurais bem como o esforço na formação política a fim de possibilitar o acesso a cargos relevantes da estrutura sindical, outra importante reivindicação.

Mesmo tendo este entendimento, para as Mulheres Trabalhadoras Rurais do MMTR-SC, o processo de entrada e participação nos sindicatos como sindicalizadas não foi tranquilo, porque passaram a participar do espaço de representação de uma classe, a dos trabalhadores rurais, em plena reorganização social, questionando a representatividade desta classe, bem como dando outras vozes e olhares às questões classistas.

Para Dona Vanete Almeida, este foi um conflito inevitável, na medida em que as mulheres estavam percebendo e questionando sua exclusão dos sindicatos. Era uma situação real e que tinha que ser enfrentada internamente.

Como eu disse, muitos falavam que estávamos querendo acabar, dividir, enfraquecer o sindicato. Mas conseguimos mostrar que não, que organizar as mulheres em torno das nossas questões não era enfraquecer o sindicato; era fortalecer as mulheres, para lutarem por um sindicato melhor e por outra política, tanto no sindicato, como nas associações, partidos. Mas as mulheres não se viam, não se percebiam. Nós inclusive fizemos uma cartilha lindíssima, que tinha uma mulher na foto e uma mulher só os pontinhos assim. Aí a gente dizia: 'Olha, quando você não é associada você é uma sombra'. Elas ficavam braba e diziam: 'Eu num quero ser sombra não!' E a gente ia avançando.

Os sindicatos, como espaços de decisão política, preservavam a visão androgênica (de ser um espaço dos homens). Era nesses espaços que as mulheres estavam entrando e, minimamente, alterando os mecanismos de subordinação e dominação. O que ainda acontece é que, muitas das vezes, ocorre a inclusão da mulher, mas não sua aceitação. Isso nos leva a pensar que a questão da igualdade entre homens e mulheres “requer uma transformação no acesso pela mulher tanto aos bens econômicos quanto ao poder, transformação essa que depende de um processo de empoderamento da mulher” (DEERE; LÉON, 2002).

Valdete Boni (2004) analisa a instauração da cota mínima de 30% de participação feminina nos sindicatos, estabelecida pela CUT, sob várias perspectivas e argumentos. Dentre eles, o que sustenta que a política de cotas pode representar uma formalidade para conquistar espaços, não significando poder. Apesar disso, considera as cotas como o primeiro movimento significativo que motivou a organização das mulheres rurais no mundo sindical. A autora destaca que as Mulheres Trabalhadoras Rurais têm diferentes militâncias, que vão desde a comunidade, passando pela igreja, até os movimentos sociais, mas que isto também é uma atividade pesada. Para a autora:

elas fazem parte – juntamente com seus maridos – de grupos na comunidade, são catequistas, coordenadoras de grupos de reflexão, além de participantes dos movimentos sociais. Essas são as tarefas na esfera pública. Mas existe também a esfera privada, em que as mulheres são mais cobradas, pois tradicionalmente foram considerados seus papéis a educação dos filhos, os afazeres domésticos, a lida com as pequenas criações e também o trabalho na lavoura. Conciliar tantas atribuições com militância não é uma tarefa fácil. Também pesa sobre a mulher a discriminação por estar saindo de casa, indo do espaço privado ou comunitário para o público. (BONI, 2004, p. 296).

Para Dona Benedita, no início o processo foi muito difícil, pois havia uma rejeição muito forte e declarada entre os homens sindicalizados, mesmo com as cotas. Segundo ela, *“os homens até torciam para elas fazerem besteira”*.

Afe, eu mesma pensei em desistir. Todo dia a gente ia pro sindicato, e mesmo tando na lei, eles achavam ruim. Diziam que a gente não sabia nem falar, como é que ia tá na direção? Lembro uma vez, numa reunião: cada vez que as mulheres iam falar eles não escutavam, falavam mais alto. Daí um dia chegamos cedo e, quando a reunião começou, começamos a cantar. Também eles não queriam a gente na direção. A primeira chapa que saiu depois do congresso eles botaram mulher pelas cotas, mas era difícil convencer, principalmente os mais velhos.

Esta disputa se configurava como uma disputa de gênero, pois havia um claro enfrentamento entre homens e mulheres. Os debates se davam pela capacidade das mulheres de participar, pela ausência da mulher do lar e do cuidado dos filhos, pela qualidade da participação das mulheres, etc., como pode ser visto na suas falas. Para Dona Maria Jucá:

Isso foi difícil não só pra mim, porque muitas contam a mesma história: que pra se sindicalizar foi uma luta, foi muito difícil. Teve sindicato que foi mais fácil, mas sindicato do sertão teve essa luta. As mulheres tiveram trabalho pra se sindicalizar. Muita luta pra se sindicalizar. E depois de sindicalizada, o lugar da mulher sempre era numa suplência, os homens lá na frente, a mulher no rabo da fila. Isso também foi uma luta pra gente chegar lá. Depois teve a cota aí, mesmo com a cota, mas ainda era aquela coisa. Muita luta, muita briga dentro do sindicato.

Outra questão que se apresentou durante a pesquisa e que vem reforçar a discussão é a de que a luta das mulheres pela participação política e pelo reconhecimento como sujeitos políticos está perpassada por questões culturais, morais e de negação do direito a viver uma sexualidade plena. O respeito às mulheres, nos espaços políticos, passa também por certa “moralidade aceitável” (a mesma reproduzida no espaço privado), a partir de padrões estabelecidos socialmente e reafirmados culturalmente, como o *habitus* estabelecido às mulheres respeitáveis, o que pode ser percebido no diálogo abaixo:

Laetícia: *Eu imagino que também pra sua vida pessoal deve ter sido muito difícil se relacionar, né? Assim porque hoje em dia aqui no sertão já é super machista, né? Imagina 30 anos atrás como é que não era isso!*

Vanete: *Então eu tinha que ter todos esses cuidados que acho que foi Deus que me iluminou, que eu tinha todos esses cuidados, né? Com eles, eu num me incomodava de virar a noite, de viajar, mais tinha uma barreira. Até pra dormir nós chegávamos num grupo que ia dormir todo mundo juntos. Eu pedia que eles fizessem uma barreira de cadeira ou de mesa onde eu tinha meu reservado, pra eles num virem meu corpo, me ver dormindo, sabe? E aquilo impunha um respeito físico, físico, se não eu me lascava. Se eu arranjasse um bucho tava ferrada. Então... Olhe, é... Fora esses cuidados que eu tinha, Laetícia, eu sempre fui uma pessoa muito carinhosa, muito aberta e graças a Deus não perdi essas características, né? Eu sempre fui carinhosa com eles, atenciosa com eles, mais é... Na minha vida pessoal eu só tinha que ser muito vigilante, muito vigilante em todos os sentidos né? Vigiando no que eu falava, vigiando no que eu vivia, no que eu fazia. Eu tinha que sê muito vigilante, que era assim os holofotes em cima de mim pra qualquer dislízim pegar. Isso eu não tenho dúvida, eu não tenho dúvida. Aí na medida que eu fui me fortalecendo com as mulheres, isso foi relaxando mais, né? Foi tornando a luta mais fácil, né, porque já não era Vanete. Já tinha um movimento, já tinha um grupo, já tinha outras mulheres, outras lideranças e a coisa foi se ficando mais diferente, mais aí eu também tinha que ajudá-la porque o embate vinha em cima delas também, né? Teve uma que caiu na besteira de namorar um diretor do sindicato, que eu dizia assim pra ela: “Minha gente, vamos pra rua, pegue qualquer outro homem, mais num pegue esses homens do sindicato, não”. E aí na 1ª assembléia que teve pra uma eleição eles cortaram o nome dela da chapa. Ele, o namorado dela, entrava, mais ela tava proibida de entrar. E aí nós fizemos um documento de repúdio a nível nacional pra o sindicato, né? E deu um efeito grande. Aí queriam que ela entrasse na chapa, mais aí ela não quis, porque ela tava muito machucada. Então tiveram também essas perseguições com as lideranças, teve muitas que saíram que não aguentaram a pressão. Foi ótimo você ter me lembrado essa história, porque num é tudo rosas não, tem muito espinho.*

Ainda, segundo Dona Leonor, para muitas mulheres nem era pensada a possibilidade de participação nos sindicatos. Era algo proibido, vetado. Esses eram espaços dos homens, e as mulheres que entravam eram “*mal faladas*”, como forma de controle social e moral sobre as mulheres e sua atuação política.

Tinha mulher que não ia porque o marido não deixava. Também que tinha muito homem e as mulheres não falavam, com medo. Às vezes a gente chegava e eles se calavam, para gente não escutar. Também tinham muitas mulheres que não iam, porque as mulheres do sindicato eram mal faladas. Daí a gente começou a fazer

outras reuniões e discutir com as mulheres que elas só iam ter seus direitos garantidos se participassem. Daí começaram a saber de seus direitos e quererem ir.
Dona Leonor

Para Dona Vanete Almeida, este foi um processo lento e de muita negociação. As mulheres tinham claras as críticas que recebiam de quererem enfraquecer o movimento. Então, como estratégia, participavam de todas as atividades do sindicato e também do movimento. Isto se desdobrou num efeito perverso para elas mulheres, na medida que assumem este duplo desafio: de participar do sindicato e de construir o MMTR-SC.

No início eu fui muito criticada. Como é que uma assessora do movimento queria acabar com o movimento? Mas aí, com jeito e os parceiros dentro do sindicato, fomos acalmando e mostrando que não queríamos acabar, e sim fortalecer. Só que os homens não nos representavam. Tinham casos de mulheres que eram lideranças nas comunidades, mas como eram separadas não podiam participar do sindicato. Como a gente ia negar isso a ela? Daí as mulheres começaram a participar dos sindicatos. Tínhamos mulheres nas direções de todo o Sertão Central. Foi lindo! Mas também muitas mulheres começaram a dizer que tavam cansadas, que tinham que acordar cedo, deixar tudo arrumado pra sair. A gente discutia que tudo tinha que ser perfeito, pra não dá brecha pra reclamação. Daí começamos a fazer cursos de formação para as mulheres. Ai, era difícil, já não tinha recurso pra ir uma mulher. Imagine ela e os filhos todos! Aí vimos que tínhamos que fazer a discussão entre as mulheres, mas também nos sindicatos, da divisão sexual do trabalho. Foi uma luta, mas ganhamos.

Nesta fala percebemos que uma questão para as mulheres foi o acúmulo das atividades domésticas com as do sindicato, o que as levou a iniciarem uma forte discussão no MMTR-SC sobre a divisão sexual do trabalho e as questões de gênero no meio rural. Esse é um avanço significativo na pauta das mulheres do MMTR-SC, que também incorporam as discussões sobre violência, direitos trabalhistas, previdenciários, acesso à terra, etc.

Ainda como parte das estratégias de se legitimarem dentro dos sindicatos, as mulheres rurais passaram a ocupar os espaços nas direções e coordenações, o que envolveu mudança no *habitus* e na incorporação de outros papéis, além dos que lhes são tradicionalmente atribuídos, como esposa e mãe. Passaram a ser vistas como trabalhadoras politicamente atuantes, capazes de discutir a desigualdade de gênero e, dessa forma, entender e superar outras desigualdades, como a redistribuição de renda e o acesso à terra e a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

É preciso destacar que a contestação dessa estrutura dominante que alimenta a invisibilidade feminina, seja no âmbito público ou privado, pode trazer algumas consequências, como relações de tensão na família e na comunidade. Como bem destaca Fischer (2006, p. 16), essa contestação é encarada como desvio de identidade e, mesmo com

as conquistas obtidas através de movimentos, elas pagam um preço alto pela iniciativa de implementar mudanças nas regras sociais:

Estão inseridas no conservadorismo do mundo rural em que romper os preconceitos pode custar perdas de apoio, de afetividade, de amizades e de relacionamentos que antecederam sua própria existência, como a vinculação com os pais. [...] confrontam-se e rompem relações com os parentes mais próximos, e recebem um tratamento diferenciado na sociedade.

Mas é na elaboração dessas experiências que se dá o processo de construção de sujeitos inseridos no espaço coletivo. Não há mudança sem ruptura, e as relações sociais estão impregnadas de valores objetivos e subjetivos através dos quais a sociedade é continuamente reelaborada. Dessa forma, a ação das mulheres em movimentos de representação coletiva fornece ferramentas para seu empoderamento capazes de expressar demandas, reivindicar direitos e ampliar sua cidadania, bem como modificar as relações sociais, reconhecendo o que ficou silenciado e ausente, e identificando as emergências, o que surge de novo, ao longo da história.

Outra questão importante são as mudanças ocorridas nos espaços domésticos, na medida em que, com o reconhecimento do trabalho das mulheres, há o questionamento da divisão sexual do trabalho e da violência sexista nas esferas públicas. Estas questões passam a ser tratadas dentro dos sindicatos, como um problema para ser resolvido e discutido entre todos os membros, não sendo mais visto como um problema do casal, ou doméstico.

Através da participação no MMTR-SC, as mulheres rurais alcançam novas significações, tanto no âmbito privado quanto no público, e essa nova posição se dá logo no momento de sua entrada. Pinto (2002) considera que a adesão pode ser pensada como um rito de passagem do mundo privado para o mundo público, colocando o sujeito frente a novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança.

De fato, tal atitude rompe tabus e preconceitos e traz à tona novos valores e comportamentos, desafiando relações de poder, principalmente em locais resistentes à participação da mulher no espaço público. Além disso, a autora nos diz que a participação das mulheres em movimentos sociais não as torna necessariamente feministas, mas modifica sua inserção na rede de poderes de sua comunidade:

A presença da mulher, feminista ou não, é modificadora das práticas sociais, quer pela presença em si e seu explícito contraste com a presença dos homens, quer por constituir, pelo menos potencialmente, um canal de aproximação com os

movimentos feministas, que tanto pode acontecer por uma mútua procura, como pelo próprio surgimento das indagações que norteiam o feminismo no interior de grupos de mulheres no sindicato, independente de qualquer contato efetivo com o feminismo organizado. (PINTO, 1992, p. 143).

Assim, as mulheres do MMTR-SC começam a ocupar os espaços internos, nas secretarias, coordenações, direções. Esse processo também ocasiona uma ressignificação da participação para elas próprias. As mulheres passam a dar um novo sentido à participação e organização política, nos diferentes espaços em que passam a atuar.

Desta forma, é importante ressaltar que a participação provoca mudanças, tanto no espaço em si, pois questiona as regras, normas morais e sociais e formas, transformando-se num espaço plural, onde há outras vozes no processo político, mas sobretudo modifica significativamente quem participa, aumentando e fortalecendo seu capital social e político, empoderando estes sujeitos, reconhecendo sua legitimidade e o lugar de suas falas.

2.9 O Significado da Participação Política para as Mulheres

O sindicato de Santa Cruz, a direção é só mulheres. É uma estratégia que a gente encontrou, mais onde as mulheres são minoria ainda sofre dificuldade, ainda tem dificuldades. A gente incentiva a sindicalização das mulheres e a direção pra abrir esse espaço de direito. E como MMTR elas têm um espaço político reconhecido né? E aí é fácil dizerem isso, e é fácil elas entrarem dentro do sindicato ou em qualquer luta, seja numa associação, seja na organização da feira, seja onde for como MMTR.

Vanete Almeida

Quando voltamos com a tese, aí nós voltamos com essa tese carimbada, aprovada no tal congresso. Assim distribuimos pro Brasil inteiro e começamos a pressionar nos sindicatos. 250 mulheres no Brejo Paraibano acamparam dentro do sindicato pra se associarem, passaram uma semana, e assim foi. E só hoje a gente tem diretoras no sindicato, diretora na federação e uma comissão de mulheres na CONTAG dentro do sindicalismo.

Lia de Itapetim

A participação pressupõe o reconhecimento de que o outro tem o mesmo direito a falar, posicionar-se e defender seu ponto de vista. Passa pelo processo de reconhecimento de um “outro”, que, assim como você, tem direitos e deveres. Quando estamos nos referindo à participação das mulheres nos espaços públicos, como sindicatos, também trazemos a questão das relações de poder, ou das relações de gênero, o que torna mais complexa a análise, na medida em que, muitas vezes, o que limita e ou exclui as mulheres destes espaços são valores e padrões sociais naturalizados numa lógica patriarcal.

Ressaltamos que havia um ambiente nacional de mudanças, como foi apresentado anteriormente, principalmente pós-Constituição de 1988, quando os direitos das mulheres passam a ser reconhecidos no texto constituinte. A questão é que, com frequência, há um descompasso entre os fluxos e velocidades entre as mudanças nacionais e as lógicas sociais, políticas e culturais locais, o que muitas vezes gera tensões entre os direitos adquiridos e os direitos reconhecidos.

Como vimos, a década de 1980 representou a expansão das lutas por direitos e pela participação das mulheres nos sindicatos rurais e urbanos, nos partidos políticos e em outros espaços da esfera pública. De acordo com Siqueira e Bandeira (1998), o processo político que resultaria na Constituição de 1988 teria contribuído para um alargamento de uma nova sociabilidade política, que se instalou com bases em uma participação plural. Para as autoras, o que demonstrava um avanço efetivo era “o sistema de significados que formam a base do simbolismo, que estruturou o imaginário e no seio dos quais se produziram mudanças em termos de denominação e deslocamento de significados” (SIQUEIRA; BANDEIRA, 1998, p. 5).

De acordo com Souza-Lobo (2011), neste contexto se ultrapassa a noção de que a mulher tem direito a ter direitos e estes já não são apenas tema de reivindicações, mas passam a ser objeto de políticas públicas. Assim, as relações de gênero deixaram de ser vistas como naturais para serem pautas de discussão pública: a violência doméstica, a contracepção, a divisão sexual do trabalho, o aborto e a educação diferenciada são exemplos de temas que surgem como denúncias das diversas faces de dominação das mulheres e também como questões de política social (SOUZA-LOBO, 2011).

Bourdieu (1998, p. 138) salienta que o movimento feminista teria contribuído muito para uma considerável ampliação da área política ou do politizável, fazendo entrar na esfera do politicamente discutível ou contestável objetos e preocupações afastadas ou ignoradas pela tradição política, porque pertencem à ordem do privado,

mas não deve igualmente deixar-se levar a excluir, sob o pretexto de elas pertencerem à lógica mais tradicional da política, as lutas a propósito de instâncias que, com sua ação negativa, e em grande parte invisível – porque elas estão ligadas às estruturas dos inconscientes masculinos e também femininos –, contribuem fortemente para a perpetuação das relações sociais de dominação entre os sexos.

Desta forma, além de descrevermos as mudanças que a participação das mulheres imprimiu nos sindicatos, interessa-nos compreender o significado para as mulheres dessa

participação (no sindicato e no MMTR-SC). O que se modificou? Quais foram para elas os maiores ganhos e como percebem as mudanças na vida das Mulheres Trabalhadoras Rurais?

O que move estas mulheres a enfrentarem tantos desafios estruturais, como horas de caminhada, ou ter que trabalhar dobrado para deixar a casa limpa e o almoço e jantar feitos? O que fez estas mulheres deixarem os filhos sozinhos ou com alguma vizinha, e saírem sem dinheiro, dependendo de caronas e enfrentando as falas e olhares vigilantes e reprovadores, sobre “aquelas mulheres que saem por aí”? Ou até mesmo a enfrentarem violência doméstica, já que “lugar da mulher é em casa, cuidando dos filhos”? Quais os valores que vão sendo desvalorizados? Quais as regras que vão sendo desveladas e questionadas?

Bordalo (2011) quando analisa as motivações de surgimento do MMTR-SC, demonstra que as motivações que levaram as Mulheres Trabalhadoras Rurais, num dado momento de suas histórias de vida, a formarem o MMTR-SC e a participarem do sindicalismo não foram somente o questionamento do modelo patriarcal ou das questões estruturais que elas vivenciavam na época, a que uma leitura linear da história nos conduz erradamente. Para a autora, são as redes de sociabilidade que estas mulheres formaram que as levaram à participação e mobilizações. Segundo Bordalo (2011, p. 120),

estes movimentos não são respostas a uma demanda pré-existente ou à condição de opressão. Ao contrário, são frutos de redes de sociabilidade que se desdobraram em mobilizações que, num contexto político específico, possibilitou um processo crescente de engajamento e organização por parte das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Tal contexto esteve fortemente marcado por influências políticas e ideológicas que conformaram seu nascimento e o seu desenvolvimento. Sendo assim, a socialização política se tornou um caminho que nos permitiu lançar luz sobre o caso específico de Pernambuco, ao mesmo tempo em que aponta para um princípio de explicação mais amplo e que extrapola o contexto local.

As entrevistas nos ajudam a compreender que naquele momento havia uma vontade nascente de mudanças e de experimentar o novo. O fato de começarem a saber que tinham direitos e lutarem por estes direitos, a saírem do espaço doméstico e vivenciarem outra sociabilidade, ouvirem outras falas, terem outros olhares sobre o mundo. A sentirem o que é liberdade: liberdade para sair, para seguir, para escolher. Liberdade que não passa pela tutela patriarcal, do marido ou pai, e quando viúvas, os filhos; liberdade para ouvirem e serem escutadas pelas amigas e construírem uma identidade coletiva de trabalhadoras rurais do MMTR-SC. Essas são questões que surgem nas falas das mulheres ao serem entrevistadas, como podemos ver a seguir.

Para Vanete Almeida, as mulheres passam a participar principalmente porque são movidas pela busca de direitos e de mudanças (Figura 9). Depois, elas sentem que podem ir

além e questionam os papéis estabelecidos. Vanete ainda destaca que aconteceram muitos conflitos, inclusive com o assassinato de uma grande liderança de Flores, o que foi motivo para a inserção da discussão da violência entre as mulheres do MMT-SC, tema antes silenciado. Outra questão é que o MMTR-SC utilizou-se de um recurso muito importante: a produção de material didático, cartilhas, programas de rádio, como parte das estratégias de fortalecimento e construção de sua identidade.

O que fez as mulheres a entrarem no movimento? Acho que a vontade de mudança. É claro que a pobreza era e é muito grande. Aqui todas as mulheres não tinham nada. Tinha mulher que não tinha dinheiro pra fazer nada, nem um real. Mas o que mais juntou foi a luta pelos direitos. A licença maternidade, a aposentadoria. Depois a participar mesmo, sair de casa. Tinha encontro que as mulheres choravam tanto, era uma choradeira só. Afe, muito sofrimento. Daí que o movimento é importante, porque tirou as mulheres das sombras, deu voz, organizou. Construímos juntas. E outra coisa que foi importante nesses primeiros passos de movimento foi material, foi cartazes, foi relatório, foi fotografia, foi programas de rádio. Tudo isso fortaleceu as lideranças. Elas botavam o relatório embaixo do braço, o cartaz e chegava na comunidade e elas contam que chegavam reforçadas, diziam: 'Esse foi o encontro que eu participei, sabe?' E botava na casa dela, botava na igreja e botava nas outras casas e foram esses materiais que fez o movimento se expandir no estado de Pernambuco. As mulheres da Zona da Mata, as mulheres do Agreste, as mulheres ribeirinhas do São Francisco, elas viam o material e mandavam chamar a gente. 'Oh, dizem que vocês têm um jeito de organizar as mulheres e a gente também quer'. E assim foi até que a gente chegou num 1º encontro estadual em Pernambuco, daí puxamos o 1º encontro nacional. .

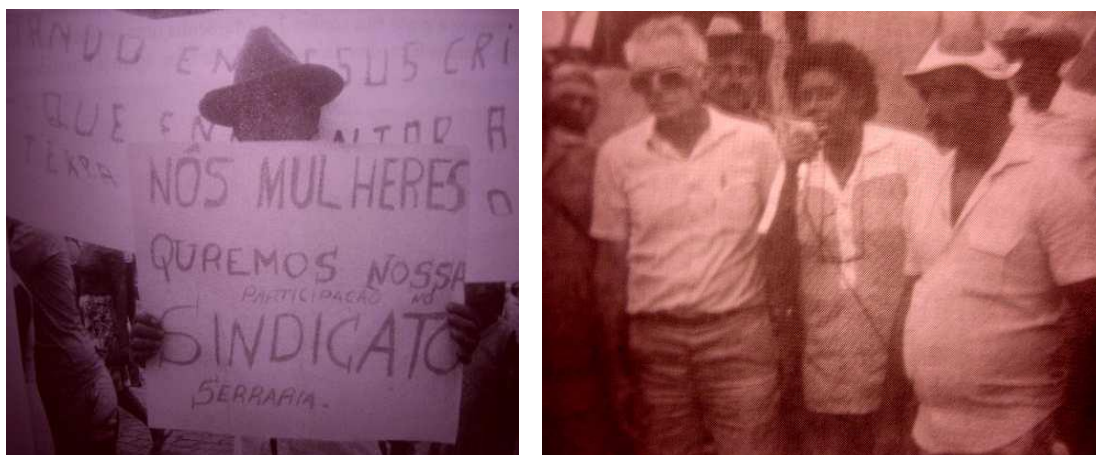


Figura 9 - Foto Acervo FETAPE. Mulheres Rurais em passeata em Serra Talhada. Manoel Santos e Vanete Almeida em Serra Talhada, manifestação pelo alistamento nas frentes de emergência. Década de 80.

Para Dona Lia, o movimento proporcionou reconhecimento e valorização, o que é fundamental para a construção de uma identidade positiva e reafirmação do ser trabalhadora rural.

Minha filha, eu acho o seguinte: que foi, assim, momentos que marcou muito, muito a minha vida. Eu penso assim: 'Meu Deus, eu como trabalhadora rural lá da zona

rural sem escola, sem conhecimento teórico nenhum chegar a participar de um Movimento dessa natureza e meu nome ser levado ao Estado, ao país...’ Meu Deus, eu fico assim sem explicação pra mim mesmo. A verdade é essa, num tem explicação nem pra mim mesmo num tem (risos).

Para Dona Maria Jucá, as motivações passam pela libertação das mulheres e pela construção de alternativas para as suas vidas. Relata que, para ela, o MMTR-SC ainda é um espaço de vida. Ressaltamos que ela é a única liderança que ainda participa do movimento em todas as suas atividades.

Pra mim como era ir pra reuniões? Vixe, pra mim era tudo! Quando eu saía pra uma reunião, parece que eu saía de dentro do fogo e chegava no poço d’água. Ficava ali me resfriando e foi como abri meus olhos. É tanto nos meus direitos como nos direitos... no jeito de criar meus filhos, porque o... o jeito que eu fui criada era uma tradição. Na minha vida, na minha liberdade. Aprendi que podia estudar e fazer outras coisas. Ouvia cada história de mulher que todo mundo chorava, mas vimos que podíamos fazer outras coisas. Quando me separei, minha família foi o Movimento. Netinha me ajudou, mandou até cesta básica. Pra mim o Movimento faz parte da minha vida. Eu sem o Movimento eu não vivo, já disse. Outro dia minha mãe reclamando: ‘É quando esse povo ligar pra você diga que num pode ir’. Foi dá a entrevista do sábado passado aí eu falei: ‘Mãe, o Movimento é minha vida, esse Movimento sem eu participar eu não sou ninguém’. Eu participo de várias coisas da terceira idade. Aqui tem um grupinho aqui da terceira idade. Eu participo. Tem a Associação que eu também sou sócia; o sindicato, participo das assembléias. Mas sem ir pras reuniões no Movimento eu não sou gente, eu não sou viva; eu sou uma pessoa morta, porque eu me acostumei e eu acho que hoje é como eu falo: ‘Eu tô de corpo e alma’.

Para Dona Inezita (69 anos, mãe de 12 filhos), a entrada no movimento foi bastante conflituosa, pois ela acredita que era um lugar pras outras mulheres, que sabiam ler, que tinham estudado, que sabiam ao menos escrever o nome. Na sua fala, ela também apresenta o desafio da pobreza e como, ao participar do MMTR-SC, encontrou solidariedade, o que foi determinante para sua permanência:

Quando fui convidada por Inês e Dita, fiquei pensando o que eu ia fazer lá? Eu não sabia nem assinar meu nome, nunca fui na escola. Minha mãe morreu cedo e fui logo cuidar da casa, que eu era a filha mais velha. Saí de casa e me casei e fui tendo um filho atrás do outro. Aqui era muito pobre minha filha, afê Maria. Daí fui ma vez e vi que muitas mulher que tava ali era igual a mim. Fui ouvindo meus direitos, fui ouvindo coisas que eu podia fazer como mulher, que eu não precisava ficar só tendo filho e na roça. Daí no movimento viajei, fiz curso. Ainda não sei ler muito bem não, mas compreendo. Sempre tinha as companheiras que liam e nos explicavam. Netinha uma vez disse: ‘Inezita, você vai para Afogados representar o movimento’. Minhas pernas chegam tremeram, mas eu fui e as outras companheiras cuidaram de meus filhos. Saí cedo, deixei almoço pronto. Meu marido não gostou, mas como todas as companheiras ajudaram, ele nem falou nada (risos). Daí por diante, minha fia, só parei pela doença. Mas ainda quando não é longe eu vou. Fui pra Brasília lutar por nossos direitos duas vezes, cheguei com as pernas inchada, mas fui. Hoje o movimento me ensinou que sou mulher igual os homens e tenho meus direitos.

A partir da análise das entrevistas, uma dimensão importante que se apresenta na relação entre as mulheres que participavam do MMTR-SC é a da solidariedade. As redes de ajuda, as relações que foram se estabelecendo para o cuidado dos filhos, o “convencimento dos maridos e companheiros”, que era importante elas irem (que não estavam indo pra festas, e sim para lutarem), a divisão das tarefas, a participação em atividades de formação e representação política e o fortalecimento destas como mulheres, mas sobretudo como mulheres com direitos.

Assim, ao longo de sua história e com diversas ações, o MMTR-SC passou a ser reconhecido pelas mulheres como um instrumento de luta, mas principalmente, como um espaço de conquista de direitos, para se fortalecerem como trabalhadoras rurais, como sujeitos políticos reconhecidos nos espaços públicos e pelo Estado, para ação de políticas públicas.

2.10 O MMTR-Sertão Central como *Novo Sujeito Político*

No início não éramos nada, ninguém respeitava. Não tínhamos voz. Mas depois, fomos nos organizando, nos fortalecendo e começamos a participar e a exigir participação. Depois fomos sendo respeitadas, percebidas. Eu acho que no início ninguém acreditava. Hoje é diferente. Se você diz que é do MMTR-SC, todo mundo respeita.

Maria Jucá

Para mim, quando começamos, começamos uma luta. Uma luta para sermos vistas, sermos respeitadas, e não foi nada fácil. Fizemos muitas coisas, marchas, reuniões, atividades na rua, nas cidades, viagens. Nos articulamos com outras mulheres em outros estados e fomos sendo reconhecidas. Certamente o MMTR-SC é um ator reconhecido não só pelos sindicatos, mas pelo Estado, por exemplo, para discutir políticas, para pensar ações. A Marcha das Margaridas mostra isso. As Mulheres Trabalhadoras Rurais existem, e o MMTR-SC também.

Vanete Almeida

Ao longo dos seus 30 anos de atuação, o MMTR-SC passou por diversos momentos de conflitos, tanto internos quanto externos. Essa dinâmica traz ao movimento a idéia primeira mesmo de movimento, ou seja, que está sempre em sintonia com as mudanças políticas e culturais, sem perder ou se afastar de fundo de seu projeto político e da redefinição de seu campo político, como um ator importante no processo de disputa por reconhecimento (da identidade), bem como por direitos, na reação com o Estado e outros atores da sociedade civil.

Esmeraldo (2011, p. 124) ressalta que o processo de formação e organização do movimento autônomo de mulheres rurais apresenta sentidos deliberados. Assim, criam-se um

“campo de forças” e um “campo de lutas” específico para fortalecer um “campo político”, voltado para garantir a formação e a ação política das mulheres.⁶³

Para sua organização, o MMTR-SC utilizou-se de um recurso muito importante: comunicação. Houve a produção de material didático, cartilhas (Figura 10), programas de rádio, como parte da estratégia de fortalecimento e construção de sua identidade.



Figura 10 - Cartilhas elaboradas pelas mulheres do MMTR-SC. Acervo FETAPE.

⁶³ Lemos em Esmeraldo (2011, p. 126): “‘campo de forças’ – a estratégia parte da necessidade de serem distinguidas como diferentes. Para isso há que descobrir e conhecer o próprio corpo para politizá-lo como corpo dirigido para a própria reprodução e a maternidade. Afirmam, se reconhecem e se positivam na diferença sexual no corpo da mulher. O ‘campo de forças’ se faz na conscientização de si, com a formação política entre as mulheres, com um acúmulo de aprendizados para um agir em seu próprio nome, com o pensar e o fazer de forma autônoma, com a consciência dos direitos da mulher. [...] As ações formativas necessitam provocar na mulher rural a auto descoberta do corpo, do pensar e do operar de forma independente, o agir na política e a revelação e discernimento de sua condição de sujeitos social autônomo e de direitos. O sentido político atribuído ao corpo/mulher/reprodução é estratégico para desencadear e reunir as reivindicações protagonizadas pelas mulheres rurais na década de 1980 e de 1990. [...] Sendo o “campo de forças” das mulheres rurais permeado pela afirmação de sua diferença sexual, por outro lado, seu “campo de lutas” se materializa na reivindicação por seu reconhecimento como sujeito político universal de direitos iguais ao Outro – o homem”.

Esta estratégia foi utilizada para o fortalecimento das mulheres que participavam, assim como para o próprio movimento, o que fez com que o MMTR-SC rompesse as barreiras territoriais e, assim, passasse a ser reconhecido para além do Sertão Central.

Outra coisa que foi importante nesses primeiros passos de movimento foi material, foi cartazes, foi relatório, foi fotografia, foi programa de rádio. Tudo isso fortaleceu as lideranças. Elas botavam o relatório embaixo do braço, o cartaz e chegava na comunidade e elas contam que chegavam reforçadas e diziam: 'Esse foi o encontro que eu participei, sabe?' E botava na casa dela, botava na igreja e botava nas outras casas e foram esses materiais que fez o documento se expandir no estado de Pernambuco. Assim, as mulheres da Zona da Mata, as mulheres do Agreste, as mulheres ribeirinhas do São Francisco elas viam o material e mandavam chamar a gente: 'Oh, dizem que vocês têm um jeito de organizar as mulheres e a gente também quer!' E assim foi até que a gente chegou num 1º encontro estadual em Pernambuco, daí puxamos o 1º encontro nacional.

(Vanete Almeida)

O processo de organização e formação do MMTR-SC não aconteceu isoladamente. Em outros estados, as mulheres rurais também iniciavam um movimento de questionamento e de organização política. Inicialmente as pautas versavam sobre a construção da identidade de trabalhadoras rurais e foram se desdobrando em outras demandas. Segundo Esmeraldo (2011, p. 124):

No ano de 1981 com o apoio da Igreja Católica surge na região do Agreste e do Brejo Paraibano, estado da Paraíba, região nordeste do Brasil, um trabalho educativo e organizativo de “mulheres do campo” que resulta no Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo – MMT/Brejo (Bassaneze, 1994,1). O mesmo vai semear ações semelhantes no Sertão Central do estado de Pernambuco que resultam na criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central – MMTR-SC em 1982. No estado do Ceará, do Maranhão e em outros estados da região Nordeste também são protagonizadas experiências organizativas de mulheres rurais. Na região Sul surge em 1981 o Movimento de Mulheres Agricultoras em Chapecó, estado de Santa Catarina e em 1983 o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Rio Grande do sul (Jornal Sem Terra, agosto/1989). Também nasce nesta década o Movimento de Mulheres do Campo e da cidade do estado do Pará, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Bahia, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Rondônia, para citar alguns. Na região Nordeste estes movimentos articulam o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE em 1986, fundado oficialmente em 1993 com sede em Caruaru, estado de Pernambuco.

Neste processo, uma questão determinante foi a articulação que estes movimentos iniciaram entre si, desdobrando-se no Primeiro Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Como nos relata Vanete Almeida, este primeiro encontro foi determinante para mostrar a unidade da força das mulheres dentro do movimento sindical. Destacamos que a

criação do MMTR-NE é fruto desta articulação e da necessidade de ampliação desta rede de mulheres a nível regional:

No primeiro encontro estadual, 1986, nós convidamos o Ceará e a Paraíba pra participar do encontro estadual. Com essa participação reforçou a vontade de um MMTR nos estados e aí nós começamos atentar para isso, nos reunir como Nordeste. Primeiro Pernambuco, Paraíba e Ceará e aí era principalmente o Sertão Central e o Brejo Paraibano. Aí começamos a organizar o Nordeste. Assim surge o MMTR-NE e nós continuamos organizando o Sertão Central.

No processo de entrevistas e conversas com as lideranças históricas, percebemos que em um dado momento houve uma relação muito estreita entre o MMTR-SC e o MMTR-NE, ao ponto que muitas das ações passam a ser definidas e desenvolvidas conjuntamente. Entretanto, houve um conflito (não revelado por nenhuma das entrevistadas) entre as lideranças dos movimentos sobre formas de condução das atividades e projetos políticos, a partir do qual muitas mulheres passaram a não participar. Acreditamos que neste momento houve uma delimitação mais clara dos papéis que o MMTR-SC e MMTR-NE passaram a desempenhar no processo de organização e articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais, bem como a reafirmação de seus projetos políticos.⁶⁴

Seguindo este processo de articulação e fortalecimento do MMTR-SC, algumas mulheres partem para o V Encontro Feminista da América Latina e Caribe, que aconteceu na Argentina (San Bernardo, 1990),⁶⁵ e, mais uma vez, utilizam-se de um recurso de comunicação para “juntar as Mulheres Trabalhadoras Rurais” em nível latino-americano, passo determinante para a constituição futura da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (REDE LAC), conforme Figura 11. Segundo Vanete Almeida, estas mulheres não eram reconhecidas no discurso das feministas latino-americanas na época; eram invisibilizadas dentro do discurso e da identidade de mulheres. Ela também relata a

⁶⁴ Em entrevistas com Vanete Almeida, percebemos que em um dado momento surge uma tensão entre o MMTR-SC e o MMTR-NE, quando elas decidem “fazer algumas coisas separadamente”. Dona Maria Jucá relata em entrevista que “teve um momento que as coisas ficaram estranhas e [ela parou] de participar do MMTR-NE, só em alguns atos”. Dona Auxiliadora também relatou “quando a secretaria estava aqui tivemos problemas com alguns projetos e teve muita briga. O MMTR-SC não é o MMTR-NE”. Essa temática fugiu da capacidade de pesquisa desta tese, mas observamos que é um tema para ser investigado.

⁶⁵ O Encontro teve como tema “O Feminismo como Movimento transformador: Avaliação e perspectiva na América Latina”. Cerca de 2.500 mulheres participaram do evento que teve como marco histórico a criação de várias redes latino-americanas voltadas para temas como violência doméstica e sexual, descriminalização do aborto, mulheres negras, mulheres rurais, saúde mental, dentre outros. A passeata de encerramento teve lugar na Argentina, na cidade de San Bernardo, e reuniu cerca de 5.000 mulheres. Disponível em: <<http://www.memoriaemovimentossociais.com.br/bancodeimagens/displayimage.php?album=2&pos=50>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

difficuldade encontrada e mais uma vez o apoio recebido para iniciar a articulação em nível internacional.

Quando eu fui pro encontro feminista na Argentina, na minha primeira saída ao Brasil, eu fiz a proposta de fazer uma oficina com as mulheres rurais. Dentro do encontro de 8 mil mulheres, tinha 8 trabalhadoras rurais. E aí eu disse: 'Meu Deus! O que que eu vou fazer nesse encontro?' E hoje eu sei que eu fiz uma estratégia de comunicação, que eu não sabia que tinha esse nome. Eu fiz cartazes e coloquei em pontos estratégicos no comedor, nos banheiro, nos corredores, dizendo: 'Se você é trabalhadora rural, venha para tal lugar, vamos discutir!' Ah quando eu cheguei na sala e eu só tinha vontade de chorar. Tinha mais de 50 mulheres reunidas e nós passamos todo o encontro feministas discutindo e tiramos um documento final e tiramos a posição de organizar as mulheres a nível de America Latina e Caribe, 1990. Aí eu volto pro Brasil com esse encargo nas costas, sem ter um tostão, sem ter nada. E aí pedi a seu João Duque pra abrir o fax dele e pedi a Bonzim pra me emprestar um telefone. E aí escrevo pras mulheres mandando esse relatório da reunião que foi de volta e dizendo: 'A gente tem um fax e um telefone que vocês podem chamar'. Eu me lembro tanto que seu João enrolava os fax assim e me mandava os fax que chegavam das mulheres dos outros países e aí nós começamos a construir o I Encontro de trabalhadoras rurais da America Latina e Caribe que aconteceu 6 anos depois, 1996. Aí nós reunimos 250 mulheres de 23 países em Fortaleza, dessa forma, foi construído sem nada. O MMTR Nordeste teve colaboração enorme das mulheres, mas também não tinha muito recurso financeiro, mais tinha pessoal, que também colaborava. Neste encontro a Oxfam foi muito importante e eu já conhecia uma assessora da Oxfam que morava em Recife e ela, via SOS Corpo, veio aqui em Serra conhecer o MMTR-SC. E assim foi, mais eu nunca tive pretensão que nós íamos organizar a nível de America Latina e Caribe, nunca. As coisas foram acontecendo e eu fui assumindo o que eu achava que eu podia contribuir que era meu papel, que era possível fazer.



Figura 11 - Fotos do V Encontro Feminista, Argentina, San Bernardo, 1990.

Fonte: www.memoriaemovimentossociais.com.br

Com a formação da REDE LAC,⁶⁶ o MMTR-SC passa a estar na arena internacional de disputa e discussão sobre os direitos que envolvem as mulheres rurais, a construção e o

⁶⁶ A REDE LAC foi iniciada em 1990 e se consolidou pela decisão de 230 mulheres lideranças rurais de 100 organizações de 21 países, num encontro inédito, realizado em Fortaleza, Brasil, em 1996. Sua proposta é articular diferentes grupos, organizações e movimentos de mulheres rurais no continente. Ela também apóia e participa de denúncias, constrói e encaminha reivindicações e propostas. Atua ainda em articulações políticas em defesa de seus direitos como mulheres cidadãs. In: Uma história muito linda: Perpetuando a REDE LAC. Coordenação Vanete Almeida, Immaculada Lopez. Recife: Rede LAC 2007.

fortalecimento de suas identidades e, assim, luta por direitos, ganha novos tons, discursos, idiomas e visões. Outrossim, as Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, passam a ser um sujeito político reconhecido internacionalmente, o que traz para dentro do movimento a necessidade de criar novos repertórios de luta, mas, sobretudo, alguns conflitos internos.

Para Vanete Almeida,⁶⁷ a constituição da REDE LAC foi um grande desafio, pois ao mesmo tempo que dava grande visibilidade às ações do MMTR-SC e MMTR-NE (como Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil), em nível internacional, exigia destes uma unidade de ações e uma reafirmação constante de seus projetos políticos. Outra questão é que, a partir desta visibilidade, alguns conflitos internos e disputas de poder ficaram latentes entre as lideranças. Segundo Vanete Almeida:

A rede é importante, deu força, visibilidade às mulheres. Não só nós, brasileiras, as mulheres de toda a América Latina. Todas, a partir de cada realidade, conversamos, nos encontramos. É muito forte ver uma mulher de Serra Talhada compartilhando sua vida, suas opressões e suas conquistas com uma indígena do Peru, ou do Chile. Mas a rede deu um espaço de poder enorme, e isso foi e tem sido muito difícil. Ninguém queria ir pros sítios e comunidades distantes fazer um encontro com 8, 10 mulheres, que não vai aparecer na televisão, num vai aparecer em lugar nenhum e ninguém vai saber. Mais na rede todo mundo quer estar, então é um lugar sim de muita disputa, de muita disputa e de muitas dificuldades de organização. E eu acho que ainda tem muita coisa ainda a ser feita, mas também compreendo que este é o processo de amadurecimento. Acho que, assim, constantemente temos que nos reavaliar, nos repensar e perguntar: 'O que estamos fazendo? O que queremos? Por onde vamos?' Esse é um desafio sim.

Assim como não existe a “mulher trabalhadora rural” como um modelo fixo e cristalizado, seria um erro imaginar que o MMTR-SC é o mesmo desde sua criação. Ele constantemente incorpora novas demandas, a partir das necessidades atuais das mulheres, mudando, sim, suas estratégias e formas de ação e intervenção nos espaços públicos. Essa característica é determinante para dar vida ao Movimento e fazer com que seja percebido como importante ferramenta para o empoderamento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de diversas gerações.

Os projetos do MMTR-SC sempre procuram potencializar a mulher, não apenas como mulher, mas como trabalhadora e como cidadã. Para Vanete Almeida:

Laetícia: *E você sente que elas no MMTR-SC se empoderam?*

Vanete: *Muitíssimo! Com o MMTR-Sertão Central, as mulheres têm um espaço político reconhecido. É um espaço que dá poder, dá poder porque elas estudam, elas aprendem, elas discutem, elas se fortalecem psicologicamente pra poder*

⁶⁷ Vanete Almeida foi a coordenadora da REDE LAC desde 1996 (ano de sua fundação) até seu falecimento, em setembro de 2012, em Recife-PE.

enfrentar os sindicatos e o poder masculino que é vigente, né? Não é porque o movimento existe que os homens deixaram de pensar com machismo, eles continuam machistas. A gente tenta defendê-las quando tem problemas.

Neste sentido, algumas questões foram surgindo no processo de organização das mulheres; algumas se relacionavam diretamente a questões do mundo privado, outras eram sobre o fortalecimento da identidade e avanços políticos, no processo de redefinição e reconstrução do seu campo de político.

A violência contra a mulher simboliza bem este processo, pois num dado momento passa a ser discutida e reconhecida pelo MMTR-SC como uma questão política e levada para dentro do sindicato, conforme Figura 12. Sobre esta temática, Vanete Almeida destaca que aconteceram (e que ainda acontecem) muitos conflitos, inclusive com o assassinato de uma grande liderança de Flores, o que foi motivo para a inserção da discussão da violência entre as mulheres do MMT-SC, tema antes silenciado e, mesmo assim, que apresenta muita dificuldade: *“Por exemplo, a questão da violência né? Nós perdemos uma liderança que foi assassinada em Flores, e os homens do sindicato mesmo achavam que ela tinha se libertado demais, essa era a expressão deles”*.

Laetícia: *Qual que você acha que é um dos temas mais difíceis assim pras mulheres trabalharem?*

Vanete: *A violência, ainda hoje este é um desafio.*

Vanete: *Por que a violência aqui no estado ela é muito alta e, no meio rural, é mais ainda. No meio rural ela é altíssima e invisível. Você não vê ela em jornal, em televisão, em revista, em nada e ainda existe várias mulheres são assassinadas e violentadas diariamente.*

Laetícia : *E o MMTR, você sente que ele ajuda as mulheres a compreender esse processo?*

Vanete: *Alguns lugares ajuda e até defende; alguns lugares há um temor desse enfrentamento porque não é só o homem que bate na mulher, é toda uma violência institucionalizada da família, da comunidade. Então elas têm muito medo de enfrentar essa violência como liderança do movimento, até dentro da própria casa elas têm dificuldade e medo.*

Vanete: *Bom, a gente não tem políticas, políticas de defesa das mulheres, principalmente para as mulheres rurais, eficiente. É claro que a Lei Maria da Penha é um avanço, é uma conquista. Mas o quê que adianta uma delegacia a 500 km? O quê que adianta pra uma mulher rural? O quê que adianta uma casa abrigo a 500km? Pra quê uma casa abrigo pra uma mulher rural? Num é essa política que serve pra violência não.*

Laetícia: *Quais são os maiores desafios hoje para as mulheres e para o movimento em relação à violência?*

Vanete: *A violência, a violência doméstica, o tema mais difícil. Nós trabalhamos isso o ano passado. Você não pode imaginar a confusão que deu, porque no encontro elas denunciaram a violência sofrida dentro do sindicato, e por mulheres esposas de lideranças. Hum...deu maior rolo.*

Laetícia: *Como foi isso?*

Vanete: *Eles começaram a pressionar uma por uma né? Vamos dizer, eles souberam que Vânia fez uma denúncia, aí foram em cima de Vânia. Aí numa reunião a gente soube disso e aí decidimos juntar o grupo e chamar eles, porque pressionar todas juntas eles não podem pressionar, mas de uma por uma, aí*

funcionou. Mas nós nos juntamos e dissemos: 'Está dito e está decidido, tá denunciado: existe a violência e nós vamos ter que enfrentar aqui dentro do sindicato'.

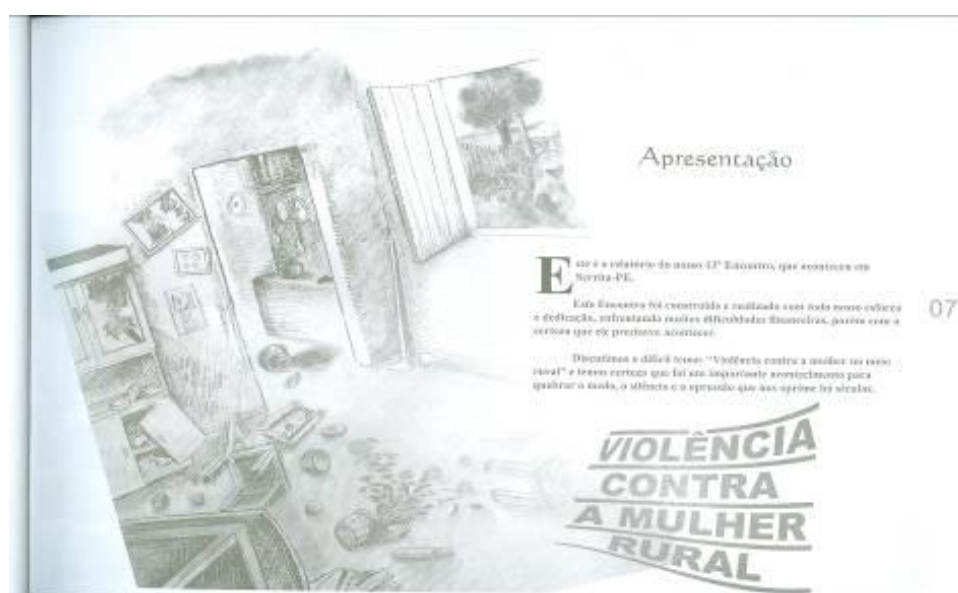


Figura 12 - Cartilha do 13º Encontro do MMTR-SC que trata da temática sobre violência. Acervo FETAPE.

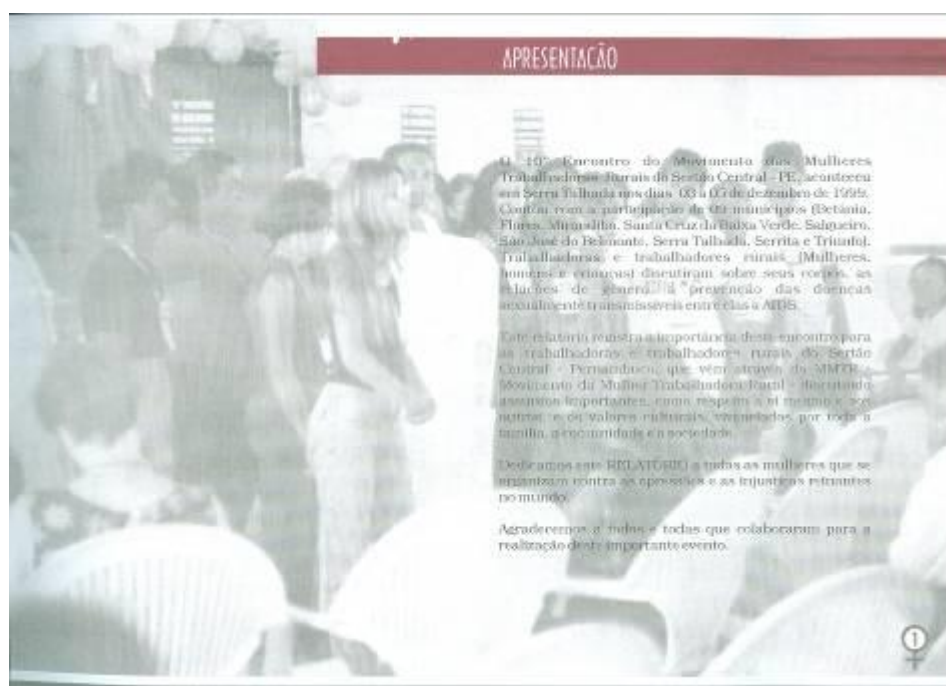


Figura 13 - Cartilha do 10º Encontro do MMTR-SC que trata da temática sobre DST/AIDS. Acervo FETAPE.

Podemos perceber como os diversos temas, ao longo dos anos, passam a ser tratados pelo MMTR-SC e, de certa forma, incorporados em seu projeto político, o que reflete certa fluidez do MMTR-SC quando analisamos os temas que foram sendo discutidos e incluídos em suas pautas nos principais encontros e seminários, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Temas e Questões apresentados nos Encontros do MMTR-SC

Evento /Local	Tema	Questões apresentadas	Datas
1ª Reunião com Mulheres Trabalhadoras Rurais / Serra Talhada, comunidade de Caçarinha da Penha 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central	- iniciar um trabalho com mulheres trabalhadoras rurais <i>“Somos mulheres e trabalhadoras: temos valor!”</i>	- o trabalho realizado pela mulher - criando e fortalecendo vínculos entre as mulheres - o semi-árido e o fenômeno da seca	dezembro de 1982
2ª Reunião com mulheres trabalhadoras rurais / Serra Talhada	- discutir sobre seca - as frentes de emergência e as mulheres	- elaboração de um documento pelos STRs denominado: “Mulher excluída do plano de emergência”	1983
1º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada	- discutir a situação da mulher, como mulher e como trabalhadora - definir e planejar a continuidade do trabalho no Pólo Sertão Central	- elaboração de uma tese para o 4º Congresso da CONTAG, sobre o aumento da participação das mulheres no movimento sindical	dezembro de 1984
2º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada	- avaliação dos trabalhos dos grupos de mulheres - dificuldades do trabalho de organizar mulheres	- expansão dos trabalhos para outras regiões do estado - desenvolver a participação na luta sindical e trabalhista	novembro de 1985
3º Encontro do MMTR-Sertão Central	- história do Brasil e do Sertão - discussão sobre a situação da mulher - incentivo à participação no sindicato	- “Quem somos nós?” identificação das participantes - realizar uma campanha de sindicalização - conhecer os direitos	dezembro de 1986
4º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada	- aprofundar problemas vividos pelas mulheres - discutir propostas de incentivo à participação sindical (22 sindicatos presentes) - afirmar-se como mulher e como trabalhadora	- preparação do 1º Encontro Estadual (escolha de delegadas e de propostas de ação) - seca - dificuldades do alistamento nas frentes de emergência	novembro de 1987
5º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra	- avaliar e planejar as ações do movimento - discutir sobre o sindicato - avaliar a participação	- articulações no estado e em outros estados - o semi-árido e o	dezembro de 1988

Talhada	nas eleições e discutir a importância do voto	fenômeno da seca - violência de gênero - eu, mulher trabalhadora rural - movimento sindical	
6º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada	- avaliar as ações de 1980 a 1990 - planejar as ações futuras - discutir seca e saúde	- eu, mulher trabalhadora rural - poder e acesso a direitos - conhecendo nosso corpo - fortalecimento dos vínculos no estado e na região - o semi-árido e o fenômeno da seca - movimento sindical	dezembro de 1990
7º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada	- o nosso corpo e a nossa sexualidade - violência de gênero - movimento sindical	- eu, mulher trabalhadora rural - poder e acesso a direitos - segurança alimentar	maio de 1992
8º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada	- relação de poder entre homens e mulheres (na família, no trabalho agrícola, nos sindicatos) - relação de poder entre Mulheres	- o semi-árido e o fenômeno da seca - articulações no estado e na região	novembro de 1993
1º Encontro de Mulheres Jovens do MMTR-SC ⁶⁸	- Ser mulher jovem Trabalhadora Rural	- As especificidades Da mulher jovem; -Relações de poder; Representação	Julho de 1994
1º Encontro de Crianças Trabalhadoras Rurais do MMTR-SC	Lugar das crianças dentro e no MMTR-SC	-Inclusão das crianças como sujeitos para ação do MMTR-SC; Questão da migração; Identidade de agricultora	novembro de 1995
9º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada	- discutir com homens e mulheres a relações de gênero na área rural - analisar as relações de gênero na família, na roça, no sindicato e na sociedade	- as relações de gênero nos vários espaços sociais - a organização das trabalhadoras rurais no sertão - identificar transformações nas relações de gênero no campo	novembro de 1995
2º Encontro de Mulheres Jovens do MMTR-SC	Gênero e violência; Ser Jovem Rural	Participação das Mulheres Jovens nos Espaços políticos; Migração e sucessão	Agosto de 1996

⁶⁸ Destacamos que houve por parte da coordenação do MMTR-SC uma preocupação para serem tratadas de forma específica as temáticas das Mulheres Jovens, bem como as crianças rurais. Trataremos desta questão adiante.

10º Encontro do MMTR-SC/ Serra Talhada	- Discutir com as Mulheres Trabalhadoras Rurais sobre Sexualidade e as Doenças Sexualmente Transmissíveis	- questão sobre sexualidade; -uso de preservativos; Cuidado com o corpo e sexo.	Dezembro de 1999
11º Encontro do MMTR-SC/ Serra Talhada			Novembro de 2002
2º Encontro de Crianças Trabalhadoras Rurais do MMTR-SC	Como são tratadas as crianças no meio rural	Trabalho infantil; Educação contextualizada; cuidado	Julho de 2003
1º Encontro de Mulheres Negras Rurais do Movimento De Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central	Especificidade das Mulheres Negras no meio rural;	O Ser mulher negra; Saúde da mulher Negra; Participação e representação das Mulheres Negras no MMTR-SC e Nos sindicatos	Novembro de 2003

A partir da análise das pautas e temas abordados pelo MMTR-SC ao longo das atividades e dos encontros realizados, percebe-se que diversas temáticas vão sendo incorporadas pelo movimento, desde a organização e da participação política, passando pelo reconhecimento do corpo como lugar político, até as questões de juventude, raça, sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis. Essa é uma das características determinantes para manter e reforçar a identificação das mulheres com o MMTR-SC e este ser um representante legítimo de suas demandas.

Outra questão é que o MMTR-SC ao incorporar as diversas temáticas nas suas pautas políticas e levar as discussões para os diferentes espaços públicos que participa, reforça a ideia de que é de fato, um representante legítimo das Mulheres Trabalhadoras Rurais, a partir da incorporação e do reconhecimento da complexidade e das especificidades de diversas pautas que estas mulheres trazem para dentro do MMTR-SC, o que exige do movimento mudanças internas, muitas vezes conflituosas, nas suas lógicas de representação, de participação e de definições políticas.

Esses conflitos são determinantes para que a dinâmica interna de representação e participação no MMTR-SC não se cristalice e perca sua força propositiva e questionadora das estruturas sociais, a que o MMTR-SC questiona. Essa característica é determinante para dar vida ao Movimento e fazer com que seja percebido como importante ferramenta para o empoderamento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de diversas gerações.

Assim, o MMTR-SC é um sujeito político reconhecido pela sociedade civil brasileira, mas também pelo Estado, e em diversos espaços internacionais. Intervém com mudanças na

vida das próprias mulheres, no meio rural, nas famílias, nas comunidades, nos municípios, nos sindicatos, nas associações, nos partidos políticos. Desenvolve muitas lutas e ações voltadas para trabalhadoras rurais, crianças, mulheres rurais negras e mulheres rurais jovens.

Com área de atuação no Sertão Central de Pernambuco, região do semiárido, o MMTR-SC está presente em 12 municípios: Custódia, Flores, Calumbi, Triunfo, Santa Cruz, Serra Talhada, Mirandiba, Belmonte, Salgueiro, Cedro, Serrita, Terra Nova. Por atuar nessa área, o Movimento enfrenta muitas dificuldades na falta de terra, na agricultura familiar, na ausência de políticas públicas específicas para as mulheres que levem em consideração não só a especificidade de gênero, mas também a questão da convivência com o semi-árido. Participa das instâncias municipal e estadual e compõe a Comissão de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, coordenada pela FETAPE. Está presente em manifestações nacionais, como a Marcha das Margaridas, e participa da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (Rede LAC), da Articulação para o Semiárido (ASA), da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e de diversos outros espaços políticos.

O MMTR-SC foi se organizando a partir da luta e da inserção das Mulheres Trabalhadoras Rurais nos sindicatos, porém esta luta se desdobrou, como tratamos anteriormente, para que estas passassem a participar de outros espaços políticos. Esta participação traz como consequência direta a formação de lideranças, que, por sua vez, passam a disputar estes espaços políticos e a forma mesma de fazer política.

Como apresentamos, após anos de luta e organização, o MMTR-SC vem desenvolvendo diversas estratégias para envolver e organizar as Mulheres Trabalhadoras Rurais. Aqui situamos a organização das mulheres em Grupos Produtivos, que passam a ser uma forma de elas romperem com a invisibilidade do trabalho feminino, a qual ainda persiste no meio rural, mas sobretudo a terem uma renda monetária, a se capacitarem, a terem acesso a espaços de comercialização, a saírem de casa, a demandarem políticas públicas específicas, o que contribui para a construção da sua autonomia em diversas dimensões, como a econômica, cultural e política.

Sob esta perspectiva, apresentamos o *Grupo Produtivo Mulher Flor do Campo*, buscando compreender quais as motivações que levam as mulheres a participar do grupo produtivo, como também quais são os conflitos e mudanças vivenciadas por elas.

CAPÍTULO III



**O GRUPO PRODUTIVO MULHER
FLOR DO CAMPO DE SANTA CRUZ DA
BAIXA VERDE, SERTÃO DO PAJEÚ-PE**

O GRUPO PRODUTIVO MULHER FLOR DO CAMPO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE, SERTÃO DO PAJEÚ-PE

3.1 Histórico do Grupo Mulher Flor do Campo

Aqui o Grupo é onde respiramos. O grupo é bom demais, só de sair de casa e ficar aqui, já é muito bom pra mim. Rio, me divirto, saio de cãs, viajo. Antes do grupo a gente era triste, como se não existia.
Íris (Presidente do Grupo).

A sede da Associação de Mulheres Artesão e Trabalhadoras Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde *Mulher Flor do Campo* está localizada no Sítio dos Pereiras, no município de Santa Cruz da Baixa Verde, localizado no território da cidadania do Sertão do Pajeú e que compõe a delimitação política do sertão Central, área de atuação do MMTR-SC. Sua população estimada é de 11.610 habitantes, sendo conhecida como a “Terra dos engenhos - Capital da Rapadura”, tendo a cana-de-açúcar como principal produto agrícola e gerador de renda da região. Dados do censo 2010 (IBGE) mostram que o número de mulheres é superior ao de homens (são 5.957 mulheres para 5.812 homens), e a população rural é superior à urbana, sendo 6.492 pessoas vivendo no meio rural e 5.277 na zona urbana.

Destaca-se que Santa Cruz da Baixa Verde é um dos menores municípios da região e sua economia gira em torno de serviços e atividades agrícolas, o que deixa sua população bastante vulnerável às questões climáticas, bem como pela ausência de políticas públicas estruturantes e que estejam de acordo com a perspectiva política da convivência com o semiárido, e não do combate à seca, como verificamos historicamente.

Desta forma, Santa Cruz da Baixa Verde (Figura 14), além de ser reconhecida como a Capital da Rapadura, é um dos municípios conhecidos como “exportadores” de mão de obra masculina. Os homens, geralmente agricultores familiares e seus filhos, migram para trabalhar ou no corte da cana (São Paulo, Zona da Mata pernambucana e alagoana ou Mato Grosso) ou na colheita de café (Minas e São Paulo), ou ainda na fruticultura irrigada no Vale do São Francisco.

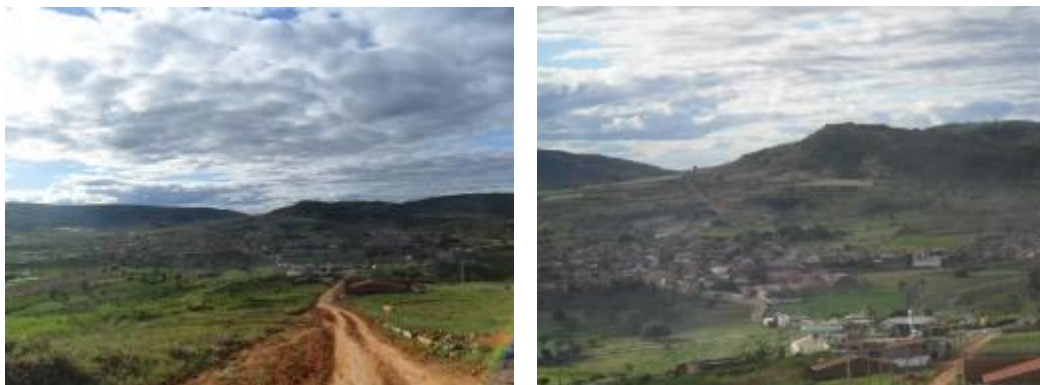


Figura 14 - Vista de Santa Cruz da Baixa Verde, acesso ao Sítio Lagoa de Almeida

A migração é um dos fatores de desagregação e desequilíbrio das famílias, mas pode ser percebida como uma possibilidade de mudança na ordem doméstica e na vida das mulheres rurais. Muitas afirmam que, depois que o marido viajou, passaram a administrar o dinheiro, a sair de casa para reuniões (na associação, no sindicato, no conselho de desenvolvimento territorial, etc.), a participar de cursos e capacitações, dentre outros, mesmo assumindo maior responsabilidade, o que se desdobra num acúmulo de tarefas, pois, além das atividades domésticas, elas passam a ter que cuidar do roçado.⁶⁹

Como reflexo, verificamos uma feminização do meio rural, fazendo com que as famílias passem a ser chefiadas por mulheres, que antes nem sequer podiam sair de casa ou tinham acesso a dinheiro ou mesmo direito à tomada de decisões. Elas passam a ser responsáveis tanto pelo cuidado da família, como pela administração da unidade produtiva. Também passam a participar diretamente dos sindicatos, associações, conselhos.

Cabe aqui fazer uma breve discussão sobre os desdobramentos da ausência dos homens e de que maneira, realmente, as mulheres passam a ter autonomia e reconhecimento nos espaços políticos. Em Santa Cruz, tanto o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR-SC), com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS-SC), Conselho de Saúde e outros são majoritariamente ocupados por mulheres, em cargos de presidência, de secretarias, de coordenações etc.

⁶⁹ O roçado aqui é entendido como a parte masculina da unidade produtiva, onde estão as grandes culturas, como cana, capim para os animais, milho, os grandes animais, em contraposição ao quintal ou à casa, lugar feminino da unidade produtiva onde as atividades desenvolvidas são determinantes para o autoconsumo e manutenção da família. Para saber mais ver: HEREDIA, B. M. de A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; WOORTMANN, K. *A comida, a família e a construção do gênero feminino*. Série Antropologia, n. 50. Brasília: 1985; SANTOS, Graciete. *Os quintais produtivos e as mulheres: espaços de construção de autonomia e transição agroecológica*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Especialização “Convivência com o Semiárido na perspectiva da Segurança e Soberania Alimentar e da Agroecologia”. UFRPE, 2012, dentre outros.

No entanto, a saída dos homens também se reflete em um acúmulo das atividades assumidas pelas mulheres, e muitas, apesar da naturalização deste processo de idas e vindas dos maridos, filhos, irmãos, dizem que preferem quando eles estão por perto, pois trabalham menos.

Outro ponto é que as atividades agrícolas ficam secundarizadas, ganhando ênfase os quintais, espaço perto das casas, onde as mulheres conseguem conciliar o cuidado com os filhos, com a casa, as atividades administrativas e políticas, e produzir alimentos e cuidar de pequenos animais, como galinhas, que são determinantes para uma boa alimentação, para o autoconsumo, e para manter as raízes destas mulheres como agricultoras.

Silva e Menesez (2010), em estudo que analisa a migração masculina do sertão paraibano para São Paulo, destacam que a migração é uma estratégia da família. De fato, as mulheres que ficam assumem maior carga de trabalho na terra e na agricultura, e o “assalariamento do homem articula-se com formas de trabalho na terra desenvolvidas pelas mulheres e filhos, conformando uma estratégia familiar de reprodução social” (SILVA; MENESEZ, 2010, p. 282)

Outra questão tratada pelos autores e que nos ajuda a refletir sobre a situação das mulheres do Grupo Mulher Flor do Campo é a ressignificação dos papéis e funções desenvolvidos pelas mulheres quando da ausência dos maridos, numa lógica muitas vezes questionada pelas feministas, de “complementaridade dos papéis”, o que implica também redefinições dos espaços (masculino e feminino, público e privado, dentro e fora). Para Silva e Menesez (2010, p. 295):

É preciso entender, portanto, que tanto ficar como migrar junto com os esposos e filhos, a mulher assume funções/papéis diferenciados, mas, ao mesmo tempo, complementares, no sentido de que são as ações e as funções assumidas por ambos que garantem, em última instância, a reprodução do grupo familiar. [...] Se quando o esposo está em casa Maria vai ao roçado ‘ajudar’, não sendo responsável pelos trabalhos nesse domínio. Quando da ausência do esposo, o roçado passa a ser responsabilidade dela. Nesse sentido, dizemos que a migração implica redefinições dos espaços de dentro e fora, da casa e do roçado. A migração dos homens transforma posições das mulheres na família bem como redimensiona os espaços. A casa se amplia, passando a abarcar os espaços outrora situados ‘fora’. Essas reflexões são importantes por duas razões. A primeira é que se o espaço dos canaviais está situado no *mundo, lá fora*, tal espaço é majoritariamente masculino, o que não significa que a mulher esteja ausente do mesmo. Por outro lado, e esta é a segunda razão, se o *espaço de dentro* também se ampliou, passando a abarcar extensões do que antes era ‘o fora’, o espaço do roçado, antes *lôcus* masculino, passa a ser também um espaço feminino. Tal redefinição supõe mais trabalho diário para a mulher, especificamente, para as que não dispõem de filhos menores de idade. Essa sobrecarga de trabalho pode ser *enfrentada* recorrendo-se a laços de parentesco.

Para Lucia de Souza (30 anos e mãe de um filho), agricultora e artesã, secretária do Grupo Mulher Flor do Campo, a ausência do marido é sentida de forma dura e solitária. Em entrevista, ela relata que em Santa Cruz existem muitas mulheres “viúvas de maridos vivos”, categoria que também é retratada por Silva e Meneses (2010) ao se referirem às mulheres que ficam no sertão paraibano.

Aqui os homens viajam no início do ano e nós ficamos sozinhas. Eu quando casei já sabia que ia ser assim. É duro, somos “viúvas de maridos vivos”, é o que todo mundo fala. Eles só aparecem dois a três meses e depois viajam de novo. Parece até que é normal. O marido de uma amiga foi e ela não aguentou, foi atrás dele, mas voltou. Aquilo não é vida pra família não. É duro. Aqui pelo menos tem nossa família, tem as amigas, tem nossa casa.

É a partir desta realidade que os grupos produtivos de mulheres surgem como estratégia adotada pelo MMTR-SC, para mobilização, organização e fortalecimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, em articulação com os STR da região e percebendo a realidade que se desenhava nas diferentes realidades do sertão.

Soma-se a isto o fato de que, a partir de 2003, diversas políticas públicas vão sendo pensadas pelo Estado, principalmente via Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), não só para reduzir as desigualdades políticas e culturais de gênero, mas, sobretudo, para que se possa fortalecer as Mulheres Trabalhadoras Rurais como produtoras de bens agrícolas e não agrícolas e incluí-las em espaços de comercialização, buscando sua autonomia.⁷⁰ Para Bruno et al. (2013, p. 217):

Um dos desdobramentos da luta por direitos das mulheres nos anos recentes foi a instituição de políticas públicas voltadas para o atendimento de suas demandas específicas. Dentre as políticas, destaca-se o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), criado em 2008 com o intuito de contribuir para maior inserção econômica das mulheres rurais, do ponto de vista de uma perspectiva ‘igualitária’.

⁷⁰ Como fruto das reivindicações do movimento de mulheres, cria-se uma Secretaria especial de políticas para as mulheres e, a partir de 2003, cria-se a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre). Neste contexto, diversas políticas são propostas com o objetivo de enfrentar as desigualdades de gênero de uma forma integral. Como exemplo, temos o Pronaf Mulher, ATER para mulheres, o Programa de documentação da trabalhadora rural e o Programa de organização produtiva para as Mulheres Trabalhadoras Rurais, que tem como objetivo fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da econômica feminista e solidária, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover a autonomia econômica das mulheres e a garantir o seu protagonismo na economia rural. Esse programa integra também as políticas ofertadas pelo Programa Territórios da Cidadania. Para saber mais ver: <http://www.mda.gov.br/portal/dpmr/noticias>. Acessado em 21 fev. 2013.

Neste contexto, a Associação Municipal de Desenvolvimento Produtivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Artesãs Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde-PE *Mulher Flor do Campo* foi fundada em 04 de abril de 2008, com o objetivo de suprir as necessidades de organização, produção e comercialização para mulheres agricultoras que também desenvolviam artesanato da palha da banana e cestaria de junco (a maioria qualificadas, por capacitações ministradas pelo Serviço de Aprendizagem Nacional de Aprendizagem Rural - Senar - em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde – STR), pois para elas “*faltava um espaço para as mulheres*”.

Na fundação, contava com 43 associadas. Atualmente, a Associação é formada por 66 mulheres, das quais participam ativamente 45, entre 22 e 65 anos, na sua maioria casadas e com filhos. São mulheres das comunidades de Lagoa do Almeida, Serra dos Nogueiras, Mariri, Tamanduá, São Bento, Baixa das Flores, São Paulo e Sítio Santa Cruz, que se reúnem mensalmente, além de participarem de reuniões extraordinárias, de acordo com a necessidade.

Em pesquisa realizada sobre o perfil dos grupos produtivos da reforma agrária no Brasil, Bruno et al. (2011) demonstram que são grupos e organizações que surgiram nas últimas décadas, “com forte caráter reivindicativo, mas com pouco impacto produtivo e econômico” (Butto, 2008). Do ponto de vista organizativo, os grupos, em sua maioria, não são legalizados, ou seja, não têm documentação própria e atuam na informalidade. Constituem-se quer em ‘parceria’ com movimentos sociais, associações e ou sindicatos, quer por conta própria. São grupos relativamente pequenos. Há aproximadamente 22 mulheres por grupo. As atividades desenvolvidas são agrícolas, o beneficiamento agrícola (doces, polpas, compotas, biscoitos, bolos, etc.) e artesanato - aquelas mais próximas ao seu modo de vida e que lhes permitem utilizar os recursos a que têm acesso imediato como forma de geração de renda e reconhecimento.

Essa informalidade muitas vezes é causada pelo alto custo da legalização, mas também pelo “medo” de que não dê certo, já que elas têm pouco ou quase nenhum capital econômico, bem como pouco estímulo da família e dos companheiros no início.

Diferentemente de outros grupos produtivos de mulheres (BRUNO et al., 2011), o *Mulher Flor do Campo* é legalizado e possui estatuto próprio, pois iniciou como Associação de Mulheres Agricultoras e Artesão de Santa Cruz da Baixa Verde. O processo de formação se deu pela elaboração do estatuto, com apoio do STR –SC (que pagou os custos) e do MMTR-SC, com o fortalecimento político. Assim, foi criada a Associação Municipal de Desenvolvimento Produtivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Artesãs de Santa Cruz da

Baixa Verde, sem fins lucrativos, enquadrando-se em uma Organização da Sociedade de Interesse Público (OSIP).

As motivações que levaram as mulheres a se organizarem em um grupo produtivo são relatadas por elas a partir de algumas questões. Algumas delas participavam do MMTR-SC, e estes temas passam a ser discutidos nas reuniões do movimento. Desta forma, algumas mulheres, como Iris, Dona Odete, Dona Inácia, Maria Nelci, Odísia, Dona Maria, Maria Adelina, Maria Celma, que ainda participam do grupo e da associação, iniciaram o processo de organização e de reuniões no Sítio Lagoa de Almeida. Também identificaram que havia uma perda muito grande de frutas e que muitas mulheres sabiam fazer artesanato, principalmente de junco e da palha da bananeira.

Para Dona Maria Adelina (69 anos , viúva e mãe de 9 filhos), foi nas reuniões do movimento que ela ouviu a importância de formarem um grupo. Ela relata que não havia uma compreensão de como fariam isso, uma vez que já participavam do movimento e do sindicato.

No início não era fácil A gente pensava 'Mais outra coisa? E as coisas da roça, da casa, dos filhos?' Daí fomos entendendo como era o Grupo e que só ia nos fortalecer. O Grupo era um pedaço do movimento e do sindicato na nossa comunidade. Ai foi mais fácil explicar também pras mulher que elas podiam participar do Grupo e que o Grupo ia era nos ajudar a ficar mais forte.

Para Dona Celma dos Santos (45 anos, 3 filhos), a criação do Grupo veio para ajudar na perda das frutas e poder fazer com que elas aprendessem o beneficiamento, a principal motivação para sua entrada no Grupo:

Aqui se perdia muitas frutas e nós fazia os doces e bolos, mas era, assim, muito de nossa cabeça. A gente tinha que fazer pra vender bem feito. Nas reuniões do movimento conhecemos outro grupo de Afogados que já vinha fazendo isso e aí me animei. No meu sítio mesmo tinha muita goiaba e laranja. Também vi que no Grupo as mulheres faziam muitas coisas, como bolos, bolachas, pães. Daí animei e achei bom, porque também posso fazer as coisas na minha casa.

O primeiro projeto proposto foi para a construção de uma unidade de beneficiamento de frutas, em parceria com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC), o Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor), o Sindicato de Trabalhadoras Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde e as Mulheres Trabalhadoras Rurais. Elas relatam que logo no primeiro ano a região foi duramente assolada por uma seca e houve uma perda muito grande de fruteiras. Assim, entrou o projeto com o artesanato como uma alternativa para as mulheres, enquanto aguardavam uma “melhora para a produção das frutas”.

Destacamos que, para as mulheres que participam da associação, é de fundamental importância ser uma associação de trabalhadoras rurais, pois, para elas, *nós somos primeiro agricultoras e depois artesãs*. Outra questão é que a associação inclui mulheres de todo município, pois em muitas comunidades não há associações. Assim elas podem se associar e participar das atividades, mesmo morando em outras comunidades, o que fortalece suas ações como um todo, bem como a própria associação, já que não ficou limitada a localidade do Sítio Lago de Almeida.

Nem todas as mulheres que participam do Grupo fazem artesanato. Muitas participam das reuniões e capacitações, das atividades e festas, mas não tem interesse no artesanato, e sim na produção agrícola. Algumas mulheres produzem artesanato da palha da bananeira e junco. Fazem caixas, cestarias, porta-retratos etc. Outras fazem crochê, tricô, doces, bolos, pães.

A produção do grupo é individual, e as mulheres geralmente produzem para algum evento que são convidadas, como feiras, mostras, seminários.

O acesso ao mercado é bastante restrito. Muitas vendem na localidade, e parte do grupo participa da Feira Agroecológica de Santa Cruz da Baixa Verde (FASC), mas ainda de forma muito tímida, pois muitas relatam que é difícil a falta de transporte, não ter com quem deixar os filhos e os custos para a venda, pois, segundo Cidinha, *“o povo não quer pagar nada, daí fica caro descer até a cidade pra vender quase de graça”*.

Algo que nos chamou a atenção durante a pesquisa é que em várias reuniões nas quais estivemos presentes havia presença de homens. Quando perguntei às mulheres porque eles estavam ali, elas riram e responderam: *“Eles não nos atrapalham e até ajudam. Os homens podem participar das reuniões, só não podem se associar”*. Então, sem saciar minha curiosidade, perguntei novamente: *“Mas por que não, se eles podem participar das reuniões e das atividades?”* Dona Odete Nascimento (64 anos, viúva, mãe de 9 filhos e uma das fundadoras do grupo) me olhou e disse:

Porque, professora, participar eles podem, mas a associação é das mulheres e se deixarmos eles tomam conta. Aqui eles sabem que quem cuida e coordena somos nós. Alguns vêm quando as mulheres não podem. Alguns (como Seu José Lino, solteiro) vêm pra não estar só e ajuda, faz vassoura, faz panela, mas aqui a associação é nossa. Muita coisa mudou depois da associação e não vamos deixar morrer não.

O Grupo apresenta uma relação bastante estreita com o STR, bem como com o Cmdrs-SC, o que reafirma a mesma estratégia do MMTR-SC, que percebe o sindicato como espaço

de luta que deve ser fortalecido, de conquistas das mulheres e como parceiro estratégico nas lutas cotidianas. Assim, as mulheres que participam do Grupo e são sindicalizadas pagam uma taxa de mensal de R\$ 1,00; as que não são sindicalizadas pagam a taxa mensal de R\$ 3,00. Atualmente são 45 mulheres que estão com o pagamento em dia, o que representa quase 75% das sócias. Isso nos ajuda a compreender que há um reconhecimento da importância da associação como espaço de representação das mulheres e de acesso à informação e a alguns programas, como os sociais, que passam pela associação e sindicatos.

Para Íris Maria (42 anos, solteira e atual presidente do Grupo), depois da associação ficou muito melhor a relação com o sindicato: *“Associação serve como uma ponte entre a comunidade e o sindicato e as mulheres se sentem mais representadas. Muitas não precisam ir à cidade. A gente escolhe uma representante, que vai pra reunião do sindicato e depois repassa para outras mulheres”*.

A gestão do grupo é organizada em presidente, vice-presidente, primeira e segunda secretária, primeira e segunda tesoureira e conselho fiscal, formado por seis pessoas, três titulares e três suplentes. Essa é uma das características que nos chama atenção, na medida em que normalmente se encontram grupos de mulheres informais e cuja organicidade é mais simples, o que demanda menos responsabilidade das participantes.

Logo no início as mulheres se reuniam no quintal de uma casa, por ter sido feito um acordo no qual a associação pagava as contas de energia. Por motivo de desacordo entre associação e proprietário, ocorreu mudança do local das reuniões. Posteriormente a sede transferiu-se para a garagem da casa de Lúcia de Souza, secretária do Grupo, onde aconteciam as reuniões e encontros até pouco tempo. Porém, após uma chuva, parte do teto desabou e o grupo não tem condições financeiras para arrumar. Isto fez com que as reuniões agora sejam num anexo da Igreja do Sítio Almeida. Elas relataram que agora as reuniões ficaram mais difíceis, pois a Igreja é mais distante e o local cedido é muito pequeno e não tem energia. Iris, a presidente do Grupo, diz que foi procurar o Padre para pedir para usar o salão da igreja quando tiver reunião do Grupo todo (as 60 mulheres), o que não foi permitido. Esta questão é um dos gargalos do Grupo, pois, como demonstra a fala de Dona Rinalva Siqueira (59 anos, 9 filhos e casada), a *“falta de um local nosso, é ruim ficar nas casas dos outros e falta compromisso de algumas associadas que não aparecem nas reuniões”*.

As frequências são sistematizadas pelas assinaturas no livro de presença da associação. O ocorrido nas reuniões é registrado em um livro de ata, que também é assinado pelas presentes. Já as ausências são citadas como um problema no grupo. Se uma associada faltar a

duas reuniões consecutivas, é alertada pela direção; com três faltas, é desligada do grupo. Nesses encontros são discutidas as necessidades, o planejamento, a participação em encontros, seminários, palestras, levantamento e beneficiamento da produção, vacinação dos animais, projetos para a comunidade, acesso a políticas públicas que se dão apenas por meio de associações etc. (Figuras 15, 16, 17, 18, 19 e 20).

Para a secretária do grupo, Neilda dos Anjos, *“reunião é organização”*. Quando nos referimos aos membros do grupo, Iris Maria, presidenta deste, responde-nos que o critério para participar é *“ser mulher e que sempre há presença de mulheres querendo se associar, podendo ser de qualquer sítio do município. Assim há um crescimento equilibrado e as coisas não ficam centralizadas numa comunidade”*.



Figura 15 - Casa de Lúcia, antiga sede do Grupo.



Figura 16 - Vista da Igreja onde acontecem as reuniões do Grupo atualmente



Figura 17 - Foto da reunião do Grupo na Igreja, com a presença do Sr. Lino, à esquerda.



Figura 18 - Cidinha (secretária) e Íris (presidente do Grupo) em reunião, fev. 2013



Figura 19 - Mulheres em reunião no STR para definir recebimento de cisternas do Programa PIMC, jul. 2012.



Figura 20 - Mulheres do Grupo em reunião do CMDRS-SC, ago. 2012

3.2 Caracterização do Grupo

Fizemos fortes laços de amizade. Consegui aumentar a renda junto com minha mãe, experiência adquirida, aprendizado sobre agroecologia, conquistei liberdade e posso através do grupo partir em busca de um maior conhecimento.
Cidinha

A gente se junta como formiguinha, como uma família, aí a gente é forte.
Dona Edileuza

O Grupo para mim é uma terapia. Às vezes tô em casa sozinha e venho pras reuniões. Às vezes fico calada, mas sempre tem alguém que faz rir, que faz esquecer a vida. Gosto de vir porque encontro as amigas e, no final, sempre a gente tem algo novo que sai daqui.
Dona Aparecida

Durante a pesquisa um dos objetivos foi traçar o perfil do Grupo Mulher Flor do Campo (Figura 21). Isto nos permitiria ter um olhar sobre as questões estruturantes da vida destas mulheres e suas histórias de vida, e que podem ser “motivadoras e ou impedidoras” para o fortalecimento do Grupo, compreendendo a trajetória de cada uma na construção deste espaço coletivo. Para tal, foram aplicados questionários às mulheres e entrevistas aprofundadas com algumas que se dispuseram voluntariamente a participar.⁷¹

⁷¹ Para a pesquisa de tese, foram realizadas 10 entrevistas aprofundadas e aplicados 38 questionários com as mulheres que participam do Grupo Mulher Flor do Campo. As entrevistas foram realizadas durante o ano de 2012 e os questionários foram aplicados na própria comunidade, na casa das mulheres. Também utilizamos a metodologia de linha da vida, para que as mulheres, em grupo, pudessem contar a história do grupo de forma coletiva.



Figura 21 - Foto Grupo Mulher Flor do Campo. Santa Cruz da Baixa Verde, abril de 2013.

Em relação à idade média das mulheres, vemos que a maioria está entre 40 e 50 anos, conforme Gráfico 1, o que não foge do perfil de outros grupos, pois as mulheres em idade fértil e com filhos menores têm maiores dificuldades de participar do grupo, bem como se envolvem com outras atividades como sindicatos, conselhos e têm emprego fora da Unidade Produtiva. Outra questão é que poucas jovens se identificam com as discussões e atividades do Grupo. Com exceção de Cidinha (23 anos), nenhuma outra jovem das comunidades se interessa em participar do Grupo. Quanto ao estado civil (Gráfico 2), prevalecem as mulheres casadas, que, muitas vezes, passam a ter maior liberdade para sair (mesmo que reguladas pelos maridos e ou familiares) do que as solteiras.

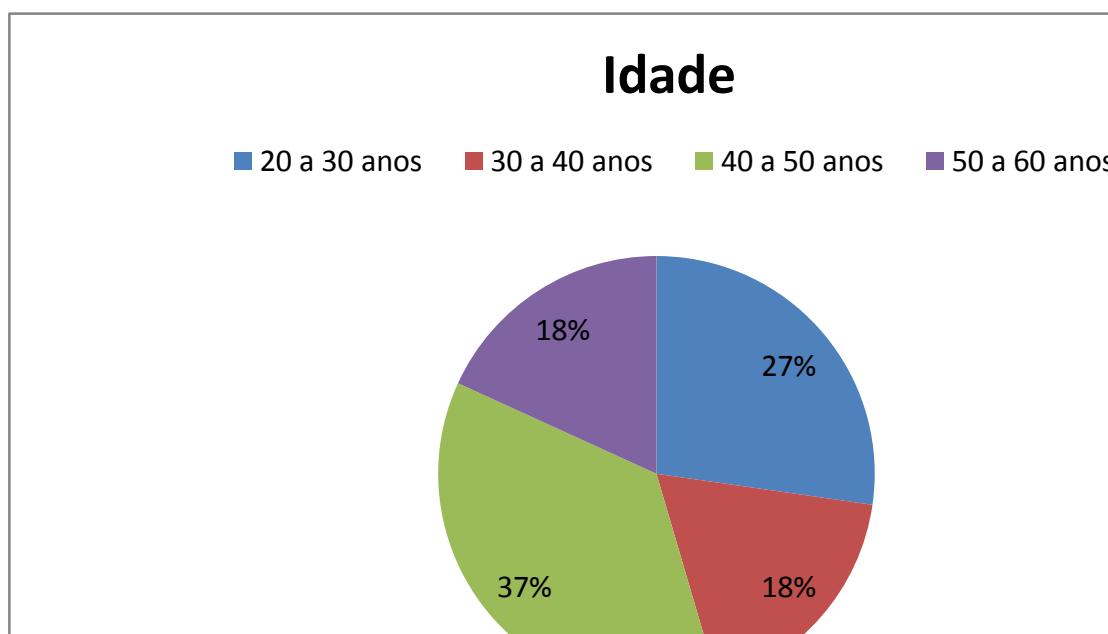


Gráfico 1 – Idade e estado civil das mulheres participantes do Grupo

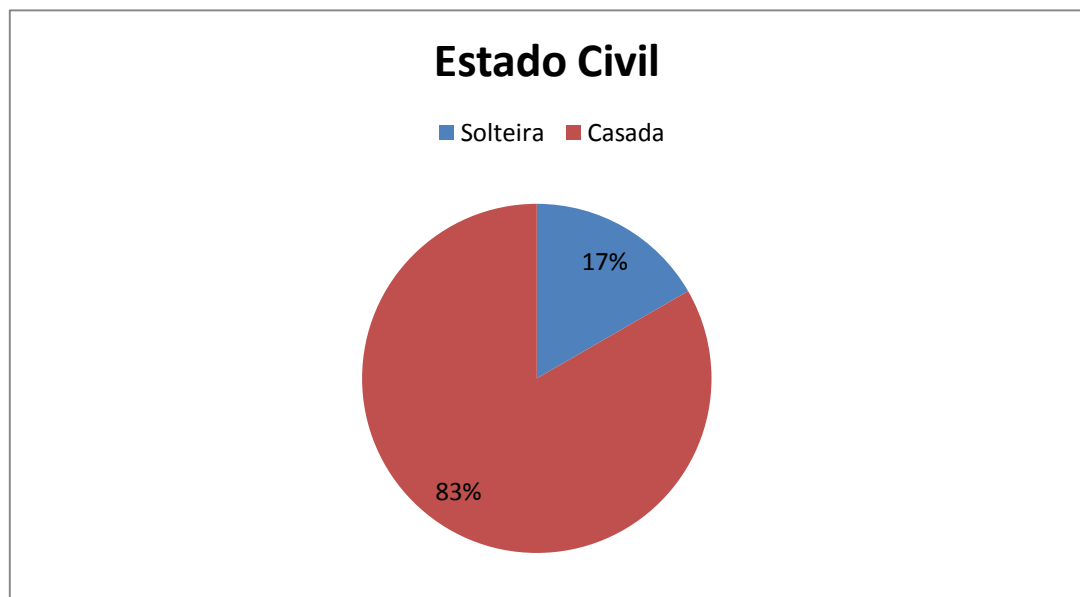


Gráfico 2 – Estado Civil

Em relação ao número de filhos, o perfil do Grupo não difere do da zona rural brasileira. A taxa de mortalidade é altíssima. Quando perguntadas quantos filhos tiveram, é comum que digam: “*Vivos 4, mas eu tive mesmo 11*”. “*Eu tive nove, mas hoje só tenho 3 vivos*”. O número de filhos também determina o peso do trabalho do cuidado para as mulheres, que normalmente ficam com a responsabilidade de cuidarem não só das crianças, mas também dos idosos. Assim, é comum que as mulheres do Grupo já tenham filhos em idade mais avançada, o que permite suas saídas de casa sem terem muitas preocupações, conforme Gráfico 3.

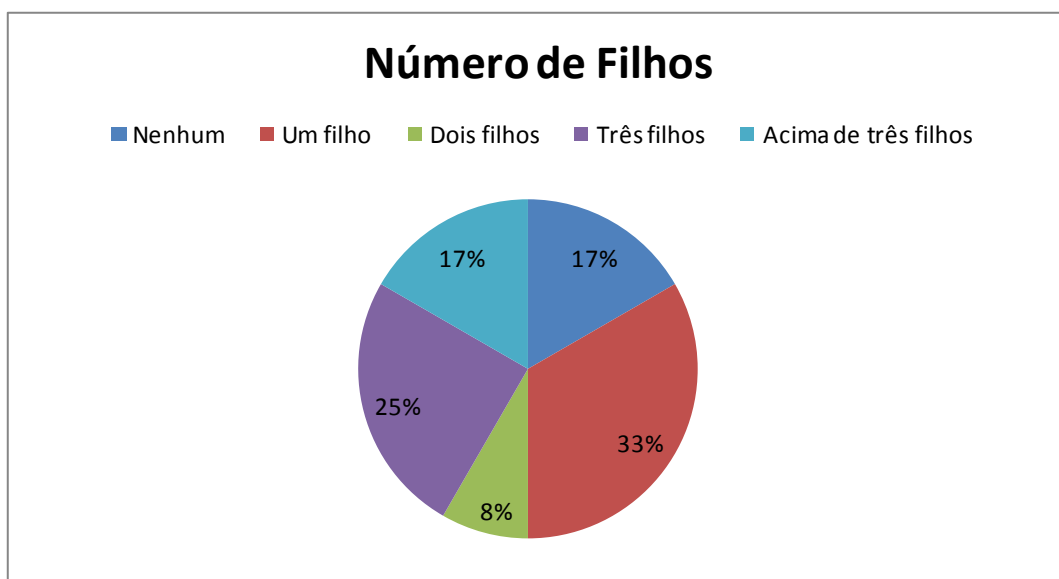


Gráfico 3 – Número de filhos

Quanto à escolaridade, percebemos que a maior parte das mulheres sequer concluiu o primeiro grau; e outra pequena parte possui curso técnico. Estes dados demonstram a necessidade de oferecer cursos de capacitação e formação que estejam de acordo com a necessidade, desejos e a realidade destas mulheres, na medida em que, em muitos cursos oferecidos para o Grupo, a exigência por uma qualificação formal é um grande impeditivo.

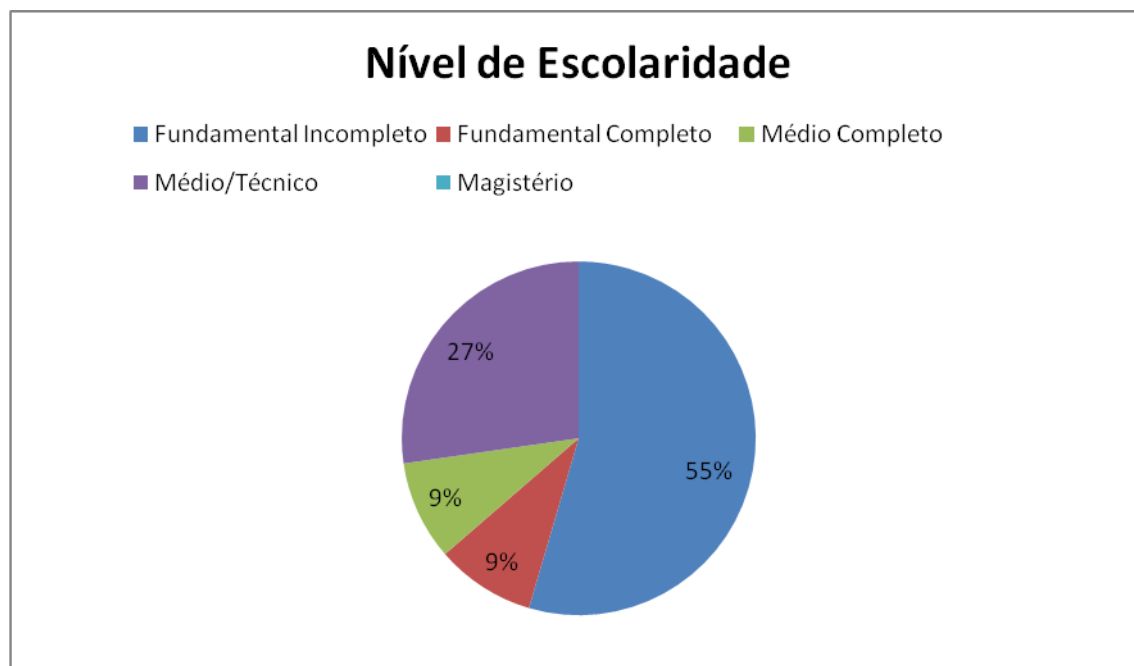


Gráfico 3 – Nível de escolaridade

Quando perguntadas por que não estudaram, a maioria relata que na época “*mulher não estudava*”, ou que tiveram muitos filhos e não tinham como ir para a escola, ou a escola era longe, ou ainda que ir para a escola “*é coisa de gente rica, porque para filho de agricultor a escola é a enxada*”. Assim, percebemos que ações de extensão, capacitação devem levar em conta o conhecimento adquirido por estas mulheres ao longo de suas vidas, e não apenas o “conhecimento formal”, o que é fundamental para uma mudança nas relações de poder no meio rural. Como aponta o poema abaixo, os conhecimentos e saberes são diferentes, porém, podem ser vistos como complementares.

Ser poeta eu sou porque Deus quis
(Zé Cardoso)

Em uma cantoria o poeta Zé Cardoso
Levava uma certa desvantagem cantado contar seu amigo doutor.
Zé Cardoso disse:

Aprendi a cantar sem professor
Com a graça de Deus eu sou completo!
Você vem me chamar de analfabeto
Exibindo seu diploma de doutor?
No congresso que eu for competidor!
Vou ganhar de você de dez a zero.
Meu amigo vou lhe ser muito sincero,
Se eu deixar de canta não sou feliz.
Ser Poeta eu sou porque Deus quis,
e Diploma de doutor, eu não tenho, porque não quero!

Em relação à cor das mulheres do Grupo, esta foi uma questão de auto-identificação. A maior parte delas se identifica como parda (82%), conforme Gráfico 4. Mais uma vez, o perfil do Grupo pouco difere do da maioria dos grupos de mulheres estudados no Brasil. Outra questão que nos chama atenção é que a pobreza e a falta de acesso a recursos estão diretamente relacionadas com a cor e classe das pessoas. Costuma-se dizer que no Brasil a pobreza tem cor e sexo. Segundo Rosa (2009, p. 898), sexo e cor são categorias de controle social, de reprodução das desigualdades no Brasil. Para o autor:

Entre o grupo dos mais pobres, no ano de 2007, os homens brancos representavam 29,9% do total, enquanto os negros somavam 69,5%. As mulheres brancas nesse mesmo grupo representavam 32,5%, enquanto as mulheres negras eram 66,8% do total. Tendo por base os dados do número total da população, percebe-se que existe uma sobrerrepresentação da população negra entre os 10% mais pobres da população. Outro dado, no entanto, chama atenção nessa relação: o aumento da representação da população negra entre os mais pobres nos últimos anos. Conforme a Tabela 3, no ano de 1996 os homens negros representavam 60,3% do total de homens nos 10% mais pobres da população, enquanto o total de mulheres negras no grupo feminino era de 57,0%.

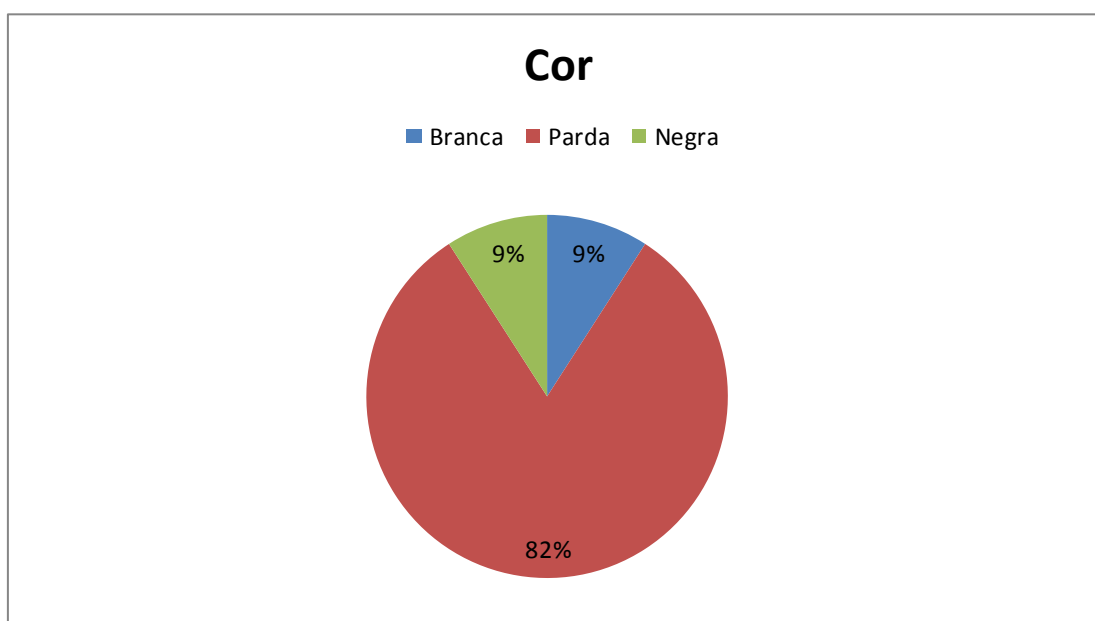


Gráfico 4 – Cor das mulheres participantes do Grupo

Estas duas questões (cor e escolaridade) são fatores determinantes para a permanência de um grupo bastante considerável, nas faixas de pobreza. A falta de qualificação das populações rurais e negras é um forte empecilho para o acesso destas ao mercado de trabalho. Segundo pesquisa do IPEA, estas são questões determinantes, que devem ser levadas em consideração para a proposição de políticas públicas. De acordo com Abramo (2004, p. 18):

A pobreza não é neutra. A pobreza tem sexo, tem cor, tem endereço. Isso significa que os fatores ligados à condição da família, ao ciclo de vida, ao sexo, à idade, à raça e à etnia, determinam formas diferenciadas de vivenciar a pobreza, e que determinados grupos da população são mais vulneráveis e têm uma dificuldade maior de superá-la. Há alguns processos e características que são comuns na pobreza de homens e mulheres, negros e brancos, mas existem outros que são diferentes e geram maiores dificuldades e desvantagens adicionais. O sexo e a raça são os fatores que mais fortemente condicionam a forma pela qual as pessoas e suas famílias vivenciam a pobreza. No Brasil, os negros estão sobre-representados entre os pobres. Eles equivalem a 45,5% do total da população e a 69% do total das pessoas em situação de pobreza. Na mensuração da pobreza, é mais fácil ter dados desagregados por cor que por sexo, devido aos indicadores que freqüentemente são utilizados para medir a pobreza, que tomam em conta o rendimento familiar (a família é a unidade de análise, e as diferenças que existem no seu interior, entre elas a de sexo, não são devidamente consideradas).

Em relação à origem destas mulheres percebe-se que a maioria delas sempre morou na zona rural (Gráfico 5), o que reafirma sua identidade como trabalhadoras rurais. Destacamos que um pequeno grupo mora na cidade, mas mesmo assim participa do Flor do Campo. Esta situação nos ajuda a pensar sobre as atividades desenvolvidas pelo Grupo, que passam basicamente por artesanato e a agricultura. No outro quadro podemos perceber que a produção agrícola é voltada para a subsistência (milho, feijão e fava), seguida de frutas, e que o artesanato ainda é uma atividade bastante incipiente na produção familiar (Gráfico 6).

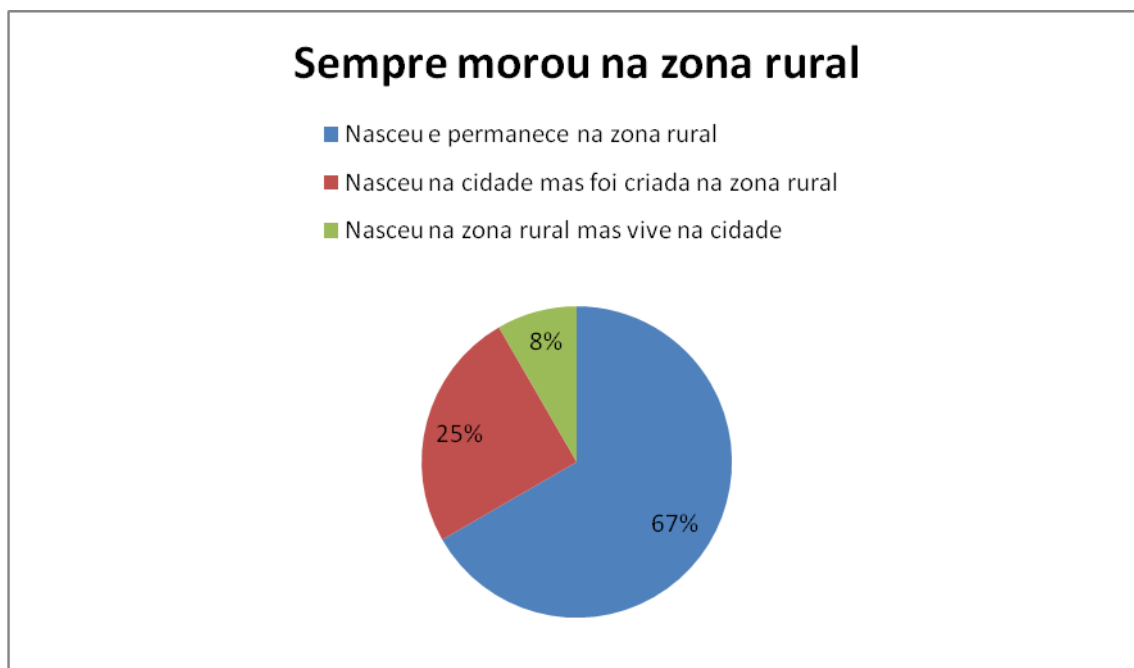


Gráfico 5 – Zona rural ou urbana

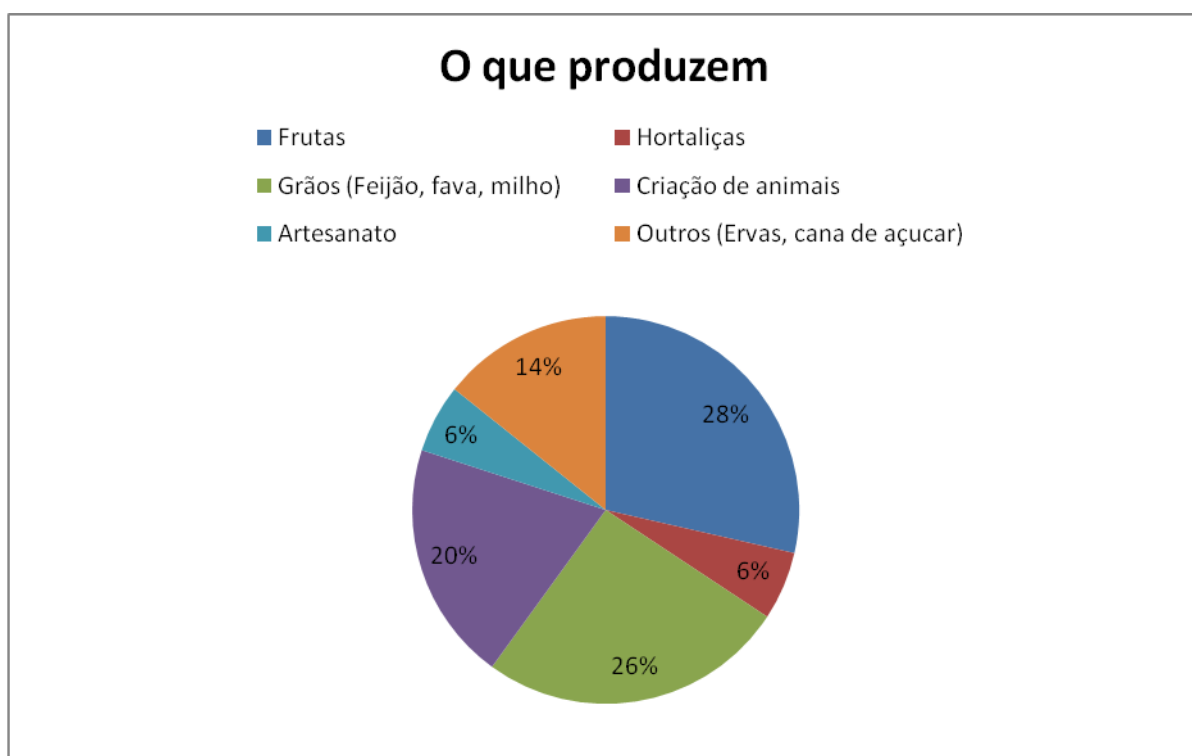


Gráfico 6 – Produção das mulheres do Grupo

No Gráfico 7 percebemos que há pouca utilização de mão de obra externa à família, o que demonstra uma fragilidade em relação à reprodução do núcleo, na medida em que, como foi dito, muitos homens migram para o trabalho em outras regiões. Assim, muitas mulheres relatam que sem a presença do homem é difícil trabalhar no roçado. Quando questionadas

sobre se vale a pena a ida do marido para outras regiões, elas dizem que sentem muita falta deles, mas todo mês eles colocam dinheiro em casa.

Este movimento de “ir e vir” dos homens pode ser também considerado uma forma de pluriatividade (e uma estratégia da família). As famílias não demonstram interesse em partir de suas terras, mas têm claro que o dinheiro ganho fora volta para a família e para a unidade. Trata-se de uma estratégia para a permanência, como podemos ver na fala de Dona Adelina (69 anos, 9 filhos): *“Meu marido ia muito e com esse dinheiro conseguimos comprar terra e sair da terra dos outros, que nós era moradores. Também arrumei minha casa; meus filhos tão na escola”*.

Para Schneider, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família, e seu surgimento ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não agrícolas. A pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas (SCHNEIDER, 2004, p. 79).

Lúcia de Souza (secretária do Grupo, 30 anos e 1 filho) relata que seu marido todo ano vai para o corte, mas que já estão preocupados, pois a partir de 2014 toda a atividade vai ser mecanizada e não vai absorver mais o trabalho dos homens. Para Lúcia:

A ida dele é muito ruim, Nos primeiros dias sofro, choro. Mas depois passa logo. Ele sempre manda dinheiro e assim vamos arrumando as coisas da casa. Não é fácil. Uma vez em Recife, ele conta que já até passou por trabalho escravo e voltou. Comia só cuscuz e salsicha, daí eles voltaram. Mas também tem o Grupo, que ajuda. Quase todas as mulheres estão como eu, sozinhas por meses. Para mim o que falta é emprego, se não eles ficavam, mas aqui ninguém paga.

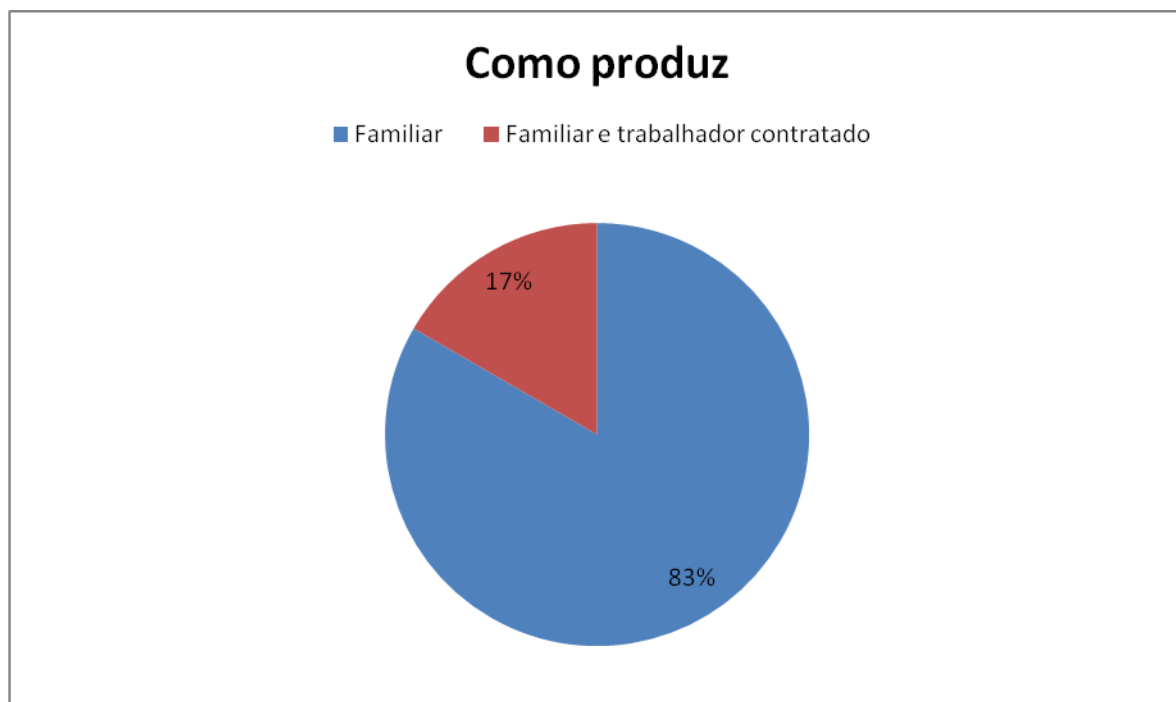


Gráfico 7 – Como produzem as famílias

Assim, vemos a importância das atividades agrícolas para a manutenção dos núcleos familiares. Percebemos que a agricultura ainda é uma importante fonte de renda para as mulheres do Grupo e suas famílias (Gráfico 8), o que não difere do município como um todo, onde a principal atividade econômica é agrícola.

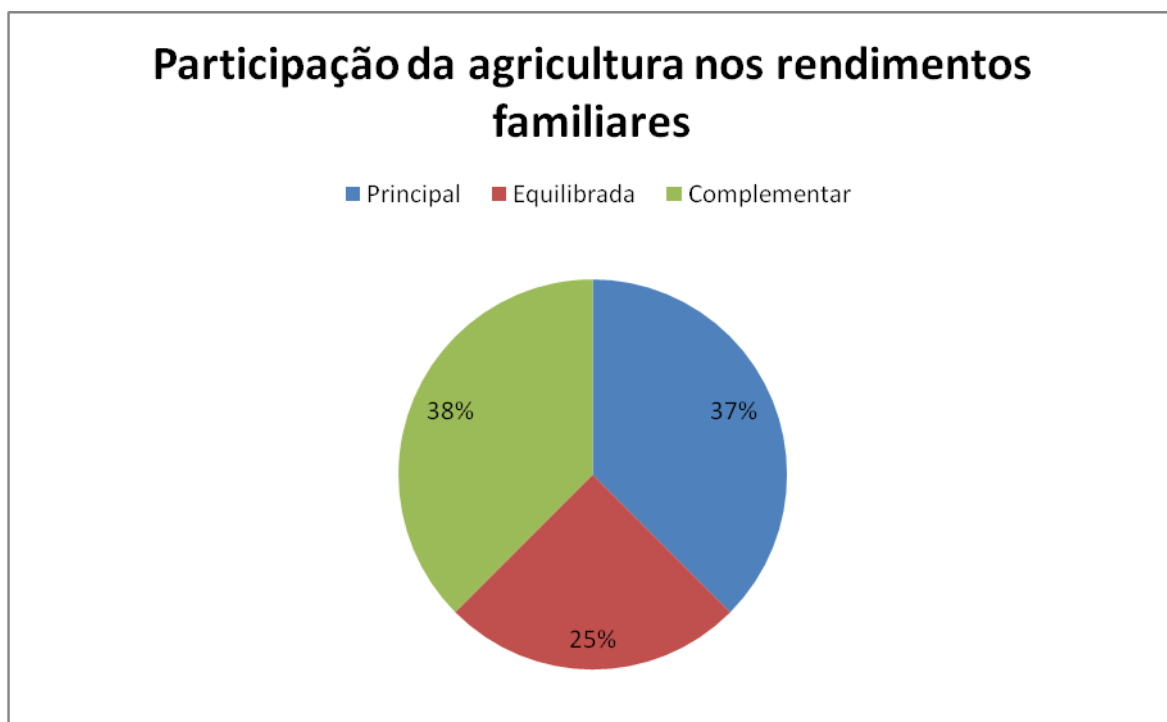


Gráfico 8 – Participação da agricultura nos rendimentos familiares

Estes dados nos possibilitam compreender as mulheres do Grupo a partir de suas realidades materiais, condições de vida que delimitam e ou condicionam certas ações. Possibilitam trazer para o debate a importância do Grupo Mulher Flor do Campo para estas mulheres. A história do Grupo se situa num determinado contexto social, político e cultural. Podemos tecer um perfil geral, mas cada realidade imprime de forma diferenciada suas especificidades, bem como o lugar que vai ter na vida das mulheres que participam.

O artesanato de palha de bananeira, a produção agrícola, os doces, a rapadura, os bolos são frutos da vontade destas mulheres de mudar suas vidas, mas também respondem às condições reais e materiais que elas disponibilizam (as bananeiras, as fruteiras nos quintais, a cana-de-açúcar etc – ver Figura 22).





Figura 22 - Mulheres do grupo nos seus afazeres diários. Fig. 22A - Dona Rinalva em sua roça. Fig. 22B - Sueli Bezerra na horta de sua família. Fig. 22C - Rinalva Santos na roça da família. Fig. 22D - Sueli com a família. Fig. 22E - Evanice Souza em frente à cozinha a lenha que também serve de armazenamento. Fig. 22F - Dona Edileuza com sua criação de galinha.

Para “driblar” o destino, estas mulheres se juntaram em torno do Grupo Produtivo Mulher Flor do Campo, e vem desenvolvendo diversas atividades, mas sobretudo estão se unindo, formando um coletivo, adquirindo novos conhecimentos e tendo assim a capacidade de modificar o olhar que têm de suas vidas e o lugar que ocupam historicamente na sociedade.

Íris, quando questionada sobre o papel do grupo em sua vida e no dia a dia da comunidade, diante da especificidade deste, afirma: *“O papel do Grupo é tentar solucionar os problemas de nós, mulheres, buscando melhorias, direitos, qualidades, conhecimento entre outros benefícios nos aspectos de gênero, mas também nos fortalecer”*.

Assim, para Bruno et al. (2013, p. 225), as motivações que levam as mulheres a participarem de grupos produtivos passam por diversas questões, o que não se resume às motivações econômicas, e se dá sobretudo a partir da expectativa de “melhoria de vida”. Nessa perspectiva é possível pensar em três ordens de motivação - econômica, política e social - que se relacionam. Para os autores:

Entre as motivações de ordem econômica, prevalece a perspectiva de aumentar a renda da família ou obter uma remuneração econômica distinta da do marido. [...] Do ponto de vista da motivação política, o grupo produtivo passa a ser percebido como lugar de união e espaço de preparação para maior participação política, seja nas instâncias de decisão e de representação. O grupo também aparece como lugar de construção das reciprocidades políticas – uma das dimensões constitutivas das estratégias de reprodução social do campesinato. [...] O grupo produtivo de mulheres não é o único espaço de sociabilidade, mas as possibilidades de encontro, da conversa, o compartilhamento de experiências assume, neste contexto, uma função fundamental: ‘Sabe aquela coisa de frequentar um lugar, encontrar todo mundo, agradecer a tua amiga, essas coisas gostosas?!’ (BRUNO ET AL., 2013, p. 229).

Para Maria Dona Lima (40 anos, 3 filhos, viúva), o Grupo representa um espaço de sociabilidade importante e de inclusão:

Fazer parte do Grupo não é pra ganhar dinheiro. É um lazer, ganhar conhecimento, colocar o papo em dia. Se não fossem as reuniões do Grupo, muita gente eu não conhecia. E eu que sou viúva, aqui não podia fazer nada. Com o Grupo eu viajo, participo das reuniões no sindicato, participo de capacitações. O Grupo pra mim é um descanso, esqueço tudo”.

Para Cidinha (23 anos, solteira), o Grupo é um espaço onde ela se sente respeitada, “*mesmo sendo jovem*”.⁷² Também através do Grupo pode viajar e participar de cursos, capacitações, feiras e conhecer outras pessoas, o que reafirma o Grupo como um importante espaço de socialização e um meio no qual se podem ampliar os horizontes de ação. Destacamos que, por ser a única mulher que se reconhece como jovem no Grupo e solteira, ela assume diversas tarefas burocráticas e muitas vezes é quem representa o Grupo em outros espaços, como feiras, mostras, cursos, quando há a necessidade de viagens e ficar um período fora de casa.

Quando entrei no Grupo foi com minha mãe. Depois começamos a participar da feira e ela vai mais na feira. Eu gosto do Grupo, pois através do Grupo faço muitos cursos, viajo, vou às feiras. Também que no Grupo todo mundo me trata igual e faço muitas coisas. Como não tenho filho, sempre viajo. Conheço muitas pessoas e vou para muitos lugares. Já fui pra Brasília, pra Marcha das Margaridas, pra Recife. Gosto muito também porque sempre tou aprendendo e conhecendo muitas pessoas novas e saio de casa. Meu pai não liga de eu sair pras coisas do Grupo.

⁷² Para Lima de Paulo (2010), embora a condição geracional instigue a construção de uma identidade, é necessário pensar que a juventude não pode ser vista de forma homogênea. Elisa Guaraná de Castor (2005) e Helena Abramo (2005) concordam que a juventude é uma categoria em disputa no mundo social e acadêmico, devendo ser considerada como social e culturalmente construída. Não existe, portanto, a identidade juvenil, mas identidades ou condição juvenil que dependem de aspectos históricos, sociais, culturais, e não apenas de estratificação. Nesse sentido, não poderíamos falar de juventude, mas juventudes no plural, devendo considerar as diferenças de gênero, raça, local de moradia, as disparidades regionais e as relações campo-cidade. Baseado na mesma compreensão, ou seja, de que juventude é uma etapa de vida, que é social e culturalmente construída, Jhon Durston (1998) traz a preocupação de dar visibilidade à juventude rural como sujeito social e sociológico, uma vez que, até a década de 1990, essa geração não era pensada no universo camponês como um ator específico, mas como parte de uma coletividade familiar que tinha como principal objetivo a manutenção da sua propriedade e a reprodução do seu “modo de vida” (WANDERLEY, 1999). John Durston (1998) define juventude rural como: “Uma etapa de vida que começa com a puberdade e termina no momento de assumir plenamente as responsabilidades e autoridade de adulto, isto é, as que correspondem aos chefes masculinos e femininos de uma unidade familiar economicamente independente”. Há uma especificidade ao se tratar da juventude rural, que apesar de ser já percebida como um sujeito específico, com desejos, sonhos, problemas e questões específicas, pertence a uma família que é encarada no contexto do campesinato como uma comunidade familiar que se constitui como comunidade afetiva, de interesses e de conflitos e vive uma relação específica que não pode, por outro lado, ser confundida com uma relação familiar urbana (WANDERLEY, 1999, p. 347).

Para Maria Aparecida Fontes (54 anos, 4 filhos e viúva), uma das primeiras a participar do Grupo e muito ativa no sindicato e no MMTR-SC, o Grupo é uma possibilidade de fortalecer as mulheres, tirar de casa, dar visibilidade.

Antes do Grupo as mulheres não fazia muita coisa. Era cada uma em sua casa, sozinha. O sindicato não atua aqui diretamente. Aí o Grupo vai nas reuniões e traz as informações pras mulheres. Quando tem reunião do MMTR-SC avisamos aqui no Grupo e escolhemos quem vai. O Grupo para mim é uma ponte, que leva e traz. Mas aqui no sítio o Grupo é já conhecido, todo mundo apóia e sabe que existimos.

A fala de Dona Maria Aparecida nos chama atenção para uma dimensão determinante para o reconhecimento do Grupo como um espaço importante para as mulheres, pois este funciona como “uma ponte”, um mediador entre elas e seus mundos e o sindicato, o MMTR-SC, o Cmdrs.

Para Dona Edileuza (50 anos, casada e mãe de 3 filhos), a presença do Grupo na comunidade ocasionou muitas mudanças, pois recebem visitas e cursos. Além do mais, ela relata que este também oferece para as mulheres oportunidade de estarem sempre aprendendo algo novo e também de ter “*um dinheirinho e pra mim o Grupo é uma escola*”.

Para mim depois do Grupo a comunidade passou a ser vista, Temos várias visitas de outros técnicos. O IPA sempre vem aqui e já trouxe outras pessoas que ajudam a comunidade. Mas também, nós que tamo no Grupo sempre aprendemos algo novo e eu conheço muitas técnicas que antes não conhecia e melhora minha vida. Agora, mesmo que pouco, sempre ganho um dinheirinho e me ajuda comprar coisas pra casa, mas pra mim também (risos). Pra mim, o Grupo é uma escola, mas a gente sempre aprende rindo. Tem horas que eu acho que não vou conseguir, mas sempre aprendo e me sinto feliz.

As mulheres que fazem parte passam a ter uma relação mais estreita com o sindicato, mesmo que não participem ativamente das reuniões. Também o sindicato reconhece o Grupo como um sujeito legítimo, na medida em que para todas as reuniões e atividades o Grupo é convidado. No CMDRS o Grupo tem acento, o que também reafirma o reconhecimento deste como um representante das mulheres, mas também demonstra certo grau de relações políticas institucionais com outros atores políticos, como organizações não governamentais, instituições de pesquisa e ensino, o que leva o Grupo a desenvolver novas capacidades deste de estar presente, negociar, disputar e propor políticas públicas.

Esta é uma dimensão muito importante, quando questionamos o reconhecimento do Grupo nos espaços públicos, bem como a sua representatividade. Como as mulheres levam suas demandas e também trazem informações, disputam por políticas e programas, cursos.

Participar destes espaços de representação política é um dos desafios, mas também uma das motivações destas mulheres, na medida em que quanto mais participam, mais se fortalecem politicamente e, como foi dito, surgem-lhes novas formas de participação, novas regras do jogo e novas demandas, que antes lhes eram negadas.

Maria Neilda dos Anjos Vieira (38 anos, casada, um filho e secretária do sindicato) relata que para ela o Grupo reafirma e fortalece seu lugar no sindicato: estar no sindicato e ser do Grupo *dá força*.

No dia a dia, depois de participar do grupo, aprendemos a planejar as coisas visando nossas necessidades, a viver melhor com o grupo, a superar as dificuldades, buscar melhoria em nossas vidas, compreender que ser mulher é mais do que ser doméstica. E no sindicato e no conselho, aprendemos a disputar por políticas; por exemplo, agora nas cisternas, se não tivesse lá, muitas mulheres não iam nem saber. Vamos receber mais de 200 cisternas. Também teve o plano Safra e o leite. Tudo isso a gente fica sabendo por que é do Grupo, mas tá no sindicato e no conselho. Umas vêm pro conselho de saúde, outros de educação, outras de desenvolvimento. Mas a gente tem é que tá lá. No sindicato aqui, só tem mais é mulher mesmo, os homens ficam é fora.

Para Edcley de Lima Silva Santana (30 anos, mãe de 2 filhos e tesoureira do grupo), a participação é motivada pela vontade de mudanças econômicas, mas depois as mulheres começam a participar de tudo. Tem gente que brinca e diz: ‘*Chama as mulher do Grupo, elas vão!*’ Para ela, mesmo que com pouco recurso econômico, as mulheres passam a ter noção da importância da participação e de estarem presentes nas atividades. Em muitas atividades, novamente é destacado por Edcley a presença das mulheres como algo positivo. Para ela, *quando as mulheres dizem que vão fazer, fazem*.

Eu sou uma das tesoureiras e sei que o Grupo não dá, assim, aquele dinheiro. Muitas mulheres que entra pensando que vai ganhar dinheiro desiste logo. Também tem os maridos que não dão força, só ficam atrapalhando e dizendo: ‘Pra que você vai? Gasta mais do que ganha.’ Mas depois a gente que é do Grupo mesmo sabe que também é importante participar do sindicato. Nem todas gostam, acham longe, ficam com preguiça. Tem mulher que gosta é de você ir e trazer os benefícios. Aqui se você é sindicalizada tem desconto na taxa do grupo. O sindicato é muito importante pra nós mulheres, mas é mais importante porque a gente tamo juntas nele. Senão ninguém ia lembrar das mulheres né? No sindicato os homens já sabem, sempre têm que deixar vaga pra nós, porque a gente vai mesmo. Faz rifa, vende bolo, doce, artesanato. Quando as mulheres dizem que vão fazer fazem.

Para Jacileida Maria Menezes da Silva (48 anos, casada e mãe de três filhos), muitas mulheres buscam o Grupo quando sabem dos benefícios, dos cursos, das mudanças ocorridas na vida de outras. Mesmo assim destaca que, apesar do reconhecimento que o Grupo tem no

município, ainda para muitas mulheres é difícil participar de outros espaços como sindicatos e conselhos, mesmo sabendo da importância.

Afe! Já vi mulher que quando pergunta no Grupo quem vai pra reunião tal, chega treme (risos). Eu mesma não gosto de participar, prefiro que vá Íris ou Lúcia, elas sabem falar e sempre trazem tudo que acontece. Eu sei que é importante tá no conselho, porque lá muitas coisas que vêm para o município é que são decididas, e quando tem alguma pauta importante a gente vai em peso. Mas no dia a dia mesmo, eu não gosto não. Tenho vergonha e sei que muitas das companheiras também. Ainda é ruim pra gente que não estudou falar na frente de um monte de gente olhando.

As diversas falas apontam para a significação que, para estas mulheres, tem o Grupo tanto como espaço de reafirmação de uma identidade (mulher trabalhadora, mulher organizada), quanto como espaço de redefinição dos papéis tradicionais prescritos para a mulher no meio rural, contribuindo para com a transformação dos padrões naturalizados que as colocam em silêncio e dentro do lar, apenas como apoio do marido, cuidadoras.

Destacamos que o Grupo Mulher Flor do Campo tem uma assessoria diferenciada, do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), órgão do estado responsável pela implementação de projetos de assistência técnica no município. Em Santa Cruz da Baixa Verde o técnico do IPA tem uma sensibilidade para as questões de gênero, e é percebido como um parceiro e um aliado. Gerlúcio Moura é um agrônomo que tem uma passagem pelos movimentos sociais e desde 2010 vem acompanhando sistematicamente as mulheres do Grupo em atividades produtivas e com cursos de capacitação, apoio para desenvolverem projetos próprios e muitas vezes até com transporte. Para as mulheres a presença de Gerlúcio (Figura 23) é muito bem avaliada, “*pois ele sempre lembra da gente e sempre tá aqui*” (Jacicleide).



Figura 23 - O técnico Gerlúcio Moura em atividades com o Grupo de Mulheres

O Grupo também recebe apoio do Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR) e do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) em algumas ações e ou programas, mas de forma pontual.

Em relação às mudanças ocorridas após participação no Grupo elas apontam uma maior valorização, reconhecimento nos espaços políticos e tomadas de decisões (antes ocupados apenas por homens), acesso a direitos, liberdade para saírem e viajarem, aquisição de novos conhecimentos e novos ciclos de amizade e lazer. Quando questionadas sobre o que mudou em sua vida, destacam-se alguns depoimentos, tais como:

Adquiri experiências a partir de cursos de capacitação trazidos pela associação na discussão sobre segurança alimentar, treinamento para o cultivo de hortaliças, artesanato com palha de bananeira, o que aumentou a renda. Recebi também outros benefícios. Aprendi muita coisa boa. Valeu a pena deixar os afazeres domésticos algumas horas para participar das reuniões.

Edileuza da Silva

Acho muito bom. Tive oportunidade de adquirir algumas capacitações como segurança alimentar, treinamento de hortaliças, artesanato com palha de bananeira, viajar e conhecer outras pessoas.

Jacileida Maria Menezes da Silva.

Através do grupo posso participar de cursos de capacitações, viagens, conhecer pessoas, enriquecer meu conhecimento, poder ajudar outras produtoras no aumento de sua renda, educar-me diante a sociedade, conviver com o meio ambiente respeitando-o, melhorar minha produção, despertar minha liderança como secretária do grupo.

Maria Neilda dos Anjos Vieira

Nesse sentido, é fundamental perceber que a inserção das mulheres rurais em outros espaços significa sua participação na esfera pública, que o processo de participação qualifica sua ação política e ressignifica o seu papel enquanto sujeitos no espaço público e privado. Assim, ao colocar as mulheres rurais na esfera pública, espaços como grupos produtivos contribuem para um questionamento da invisibilidade política, social e econômica em que estas estão imersas, bem como para a denúncia e o enfrentamento das desigualdades estruturantes (direitos sociais, bens e serviços) e das desigualdades culturais (violência sexista, divisão sexual do trabalho), abrindo caminho para a democratização do meio rural brasileiro. Cria-se, portanto, um novo espaço propício à reconstrução das relações de gênero e um processo de democratização do meio rural brasileiro.

O Gráfico 9 permite visualizar algumas questões apontadas pelas mulheres como fator positivo por estarem participando do Grupo, sistematiza a percepção e avaliação delas sobre

essa participação. O que mudou? O que recebem? Por que o Grupo é importante em suas vidas?

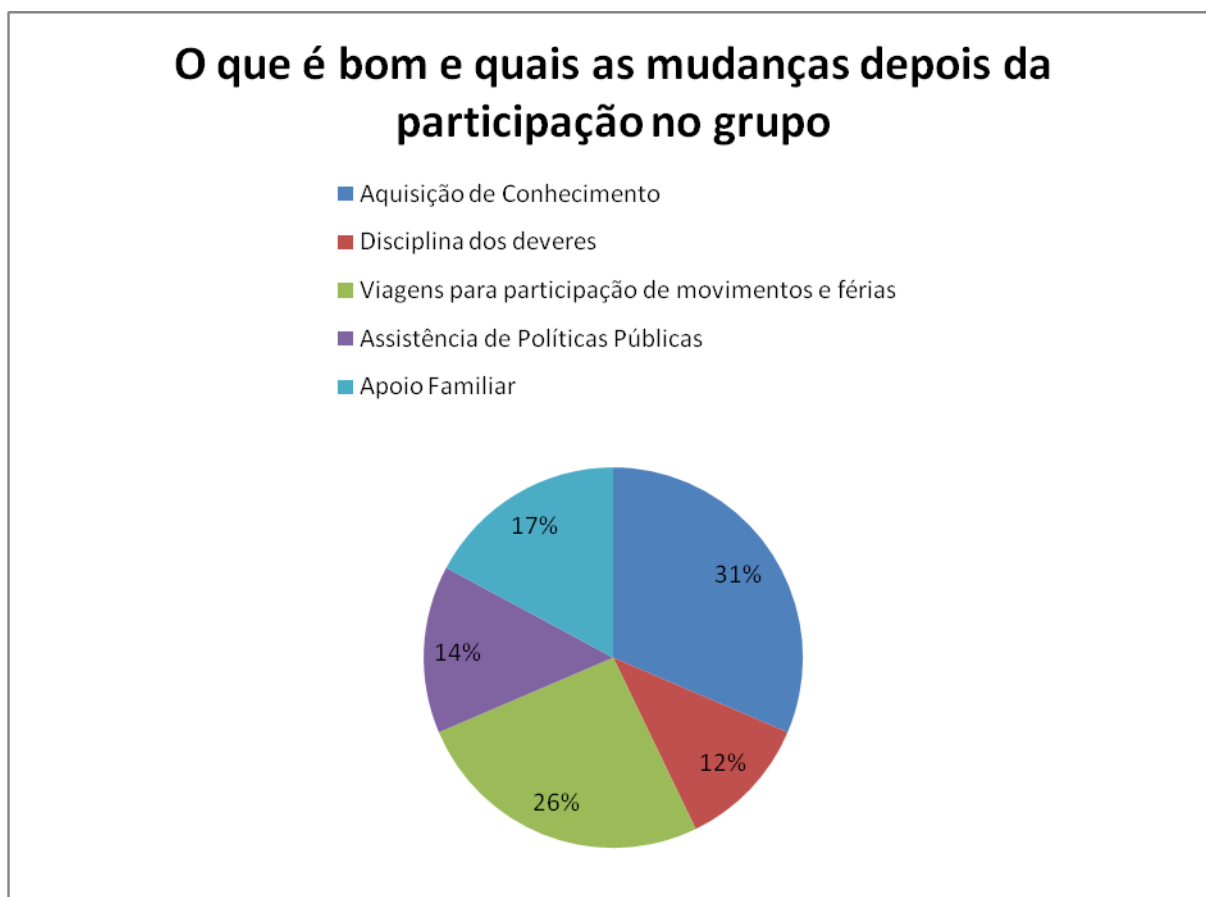


Gráfico 9 – Avaliação da participação no Grupo

Entre as políticas públicas acessadas, as mulheres destacam o Agroamigo, a previdência social (como salário maternidade, pensão por morte, auxílio doença, auxílio reclusão), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), Terra Pronta (incentivo para arar a terra para o plantio de milho e feijão), distribuição de semente (milho e feijão), distribuição das raquetes de palma. Nenhuma mulher teve acesso ao Pronaf Mulher ou ao Pronaf Agroecologia (nunca ouviram falar).

Também há participação em capacitações, como treinamento de hortas, reaproveitamento de alimentos, artesanato com fibras de bananeiras, viagens, como, por exemplo, para Feira da Agricultura Familiar, realizada em Serra Talhada. Estes são alguns dos exemplos dos benefícios que as estimulam a participar.

Algumas questões sobre a organicidade do Grupo também foram tratadas pelas mulheres como pontos fracos que devem ser melhorados para o futuro, como necessidade de maior participação e a falta da sede própria, conforme Gráfico 10. Para Dona Odisa de Souza (70 anos, separada e mãe de 15 filhos), uma das primeiras mulheres a participar do Grupo e membro do MMTR-SC: *“Muitas mulheres só vêm quando sabem que vamos discutir algo de programa e ou cursos. Também que agora ficar nesta sala é muito ruim, a gente nem pode ter nossas coisas guardadas, fica tudo nas casas das mulheres. Antes quando era na casa de Lúcia era melhor”*.

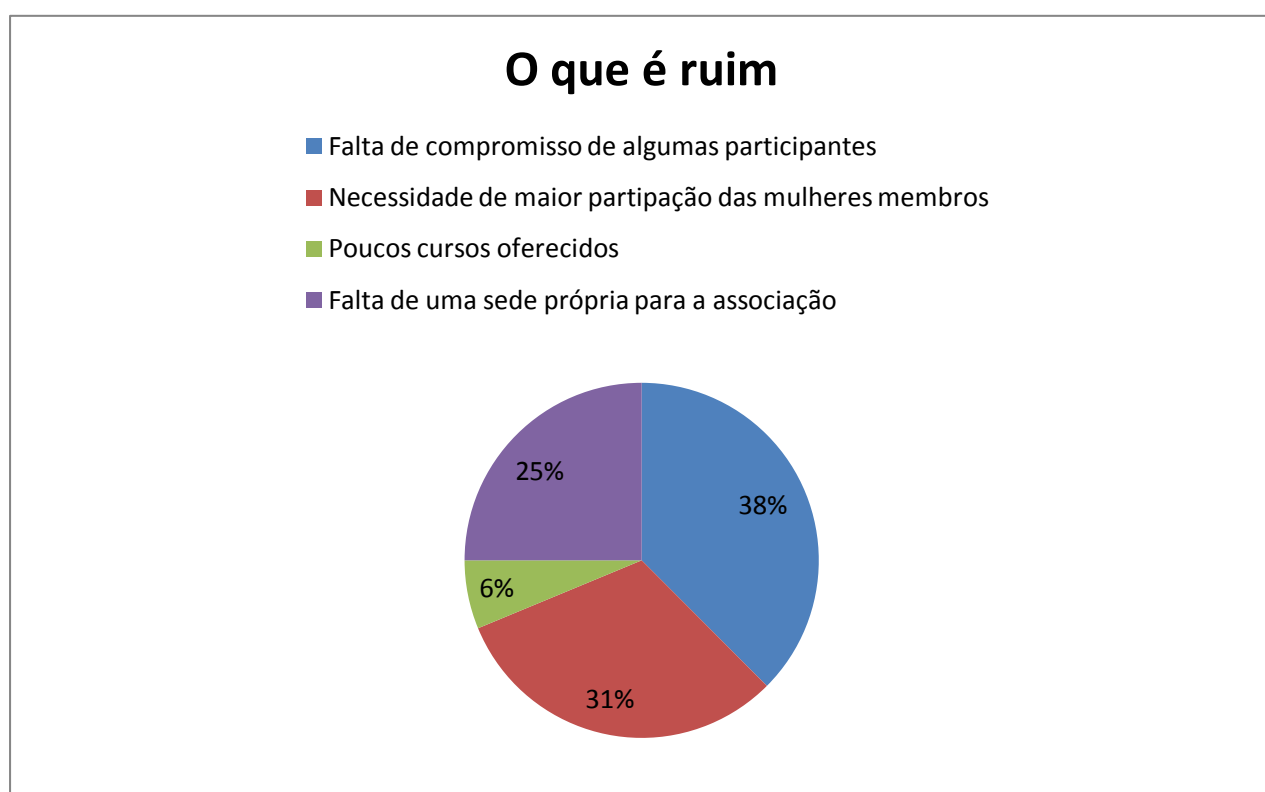


Gráfico 10 – Pontos fracos que precisam ser melhorados

Irís Maria, presidente do grupo, responde algumas questões que nos ajudam a perceber o olhar dela sobre o Grupo:

- *Motivos das reuniões:* Pela importância de discussões, sobre Políticas Públicas, informes sobre acontecimentos que irão ocorrer que acham de grande importância para o grupo, como espaços para reivindicações, também programas do governo que devem ser discutidos pelas mulheres, contando com a presença do Técnico sistematizando o programa informado no Conselho às associadas; os programas do governo também são repassados pelo Sindicato ao grupo;

- *Quem faz a gestão financeira:* Tesoureira; quando ausente, essa gestão é feita pela Presidente e Secretária; sobre a despesa das associadas. *“As sócias pagam dois reais por mês, não aposentadas, e um real as aposentadas”*;

- *Divisão das tarefas:* A presidente articula as reuniões, também assina os documentos juntamente com a tesoureira; a secretária é responsável pela organização do grupo, como coletas de assinaturas, escrita das atas, fichas das associadas, entre outras tarefas que se enquadram na organização do grupo; a vice-presidente assume a ausência da presidente, quando preciso, e a tesoureira recolhe o dinheiro mensal das sócias.

Quando questionadas sobre a divisão do trabalho em suas casas e o que muda na relação com seus maridos e ou companheiros, muitas afirmam que fazem tudo sozinhas (Figuras 24 e 25), e que, quando os maridos retornam das viagens, fica mais difícil, pois elas *“tem que cuidar da casa”*. Assim, para Bruno et al. (2011, p. 81):

As experiências organizativas dos grupos também apontam para um questionamento da divisão sexual do trabalho, na medida em que essas mulheres passam a ter outra atividade produtiva (além do espaço doméstico), que é reconhecida socialmente e em alguma medida recompensada economicamente. Mas, não convém idealizar o potencial transformador dos grupos produtivos. A pesquisa mostrou que esses grupos são sim espaços que abrem várias possibilidades para as mulheres, mas que ainda contam com uma série de dificuldades e impasses.

Algumas afirmam que as famílias e os esposos apóiam a participação delas, pois o *“Grupo é bom para toda a comunidade e não só para elas”*. Afirmam Dona Eliete Maria: *“Aprendo muita coisa, a participação das mulheres em darem sugestões, ter compromisso com horário. Se reunir é um momento de descontração. Meu marido incentiva a estar participando do grupo”*.

Segundo Cordeiro (2004), esta contradição é normal, pois o processo de empoderamento não atinge as mulheres da mesma forma. Ele é moldado de acordo com o contexto local e com a posição específica que elas ocupam na família, na comunidade ou nas relações mais amplas. Para a autora:

É paradoxal perceber que no Sertão Central, apesar da consolidação do Movimento, das lutas empreendidas e das redes tecidas em diversos âmbitos, a família e a comunidade parecem resistir ao empoderamento das mulheres na área rural. A liberdade de ir e vir independente dos interesses familiares e o exercício da sexualidade fora da união conjugal não são conquistas plenamente estabelecidas para todas as mulheres. As participantes do Movimento enfrentam conflitos, tensões e dificuldades na família e na comunidade para poder decidir sobre aspectos importantes das suas vidas como o tempo, o trabalho, a sexualidade, a participação política, entre outros. (CORDEIRO, 2004, p. 166).



Figura 24 - Mulheres do Grupo em suas atividades domésticas, jan. 2012.



Figura 25 - Dona Maria Adelina, 69 anos, fazendo pamonha, jun. de 2012.

É sabido que as mudanças a nível doméstico ou privado são mais lentas, e até difíceis de serem percebidas, pois envolvem valores e questionamentos de normas e padrões culturais como *habitus* naturalizados e incorporados pelo grupo, que se materializam em práticas reproduzidas e reafirmadas cotidianamente, na família, com a divisão sexual do trabalho, na escola, na comunidade etc.

Mesmo sendo comunidades em que os homens migram sazonalmente, há um controle social silencioso, mas bastante eficaz. As mulheres, mesmo na ausência dos maridos, permanecem exercendo papéis atribuídos a boas mães e boas cuidadoras do lar. Há um discurso de que as mulheres devem administrar muito bem a propriedade e o dinheiro recebido, para compensar a ausência do marido ao ir trabalhar fora. Este tempo sozinhas também é marcado, segundo Silva e Meneses (2010, p. 308), como um tempo de espera dos esposos e filhos:

Além da responsabilidade pela casa e o roçado as mulheres que ficam enfrentam também a solidão, o isolamento. A mulher que fica passa a viver um tempo marcado pela espera dos esposos, o qual deve ser vivido como um tempo de solidão, durante o qual são interditados muitos espaços sociais. Por não disporem da companhia dos seus esposos, não *podem* freqüentar determinados espaços, a exemplo das festas, sob pena de terem sua reputação colocada em risco. Há sempre o perigo da fofoca, instrumento de controle pelo qual a mulher é vigiada e controlada socialmente.

Em relação a isto, Lúcia de Souza nos fala:

Aqui a gente fica só, mas todo mundo olha. E se seu filho tá bem cuidado, se a casa tá limpa, se o quintal tá cuidado. Se eu guardo o dinheiro ou faço o que quiser, quem interessa? Mas aqui todo mundo cuida da vida de todo mundo. Ir pra festa? Só as da igreja. A gente que sai muito, pras reuniões e cursos, tem que avisar para todo mundo, senão fica falada.

Desta forma, a participação das mulheres em grupos produtivos é um primeiro passo para a construção de suas autonomias e de liberdade. A participação em outros espaços possibilitada pelo Grupo, como sindicatos, conselhos, associações, proporciona a elas novos lugares de fala, o que exige novos repertórios. Acumulam assim capital cultural, político e social para atuarem nestes espaços e representarem um coletivo.

Não podemos subestimar a importância da participação e o conhecimento adquirido, pois geram mudanças na forma de perceberem a vida e as relações sociais; e, mesmo que não seja diretamente, as relações domésticas tendem a ser modificadas, como parte desta vida mesma, não estando apartadas do contexto em que estas mulheres vivem.

Quando nos referimos às mudanças nas relações domésticas, temos que levar em consideração o nível de conflitos ou conflituosidade que podem desenrolar no núcleo doméstico. Esta não é uma questão menor quando nos referimos a um grupo doméstico como a agricultura familiar, pois, como foi dito, trata-se de um grupo específico, em que as relações trabalho, produção/reprodução e família são muito estreitas e determinam um modo de estar e ver o mundo. Para Cintrão e Siliprandi (2011, p. 200):

O alcance de outros mercados e a obtenção de maiores ganhos econômicos estão muitas vezes condicionados ao apoio externo de movimentos sociais e de entidades de assessoria (estatais ou de organizações não governamentais). A participação das produtoras rurais em atividades de comercialização, ademais de melhorar a sua renda (mesmo que seja relativamente pequena), ajuda a promover a sua autonomia econômica. Outro fator muito valorizado pelas participantes é o aumento da sociabilidade, porque deixam de ficar presas somente ao espaço doméstico. Há ainda um aumento na sua autoestima, um maior reconhecimento junto às famílias e às comunidades, o aprendizado de novas tecnologias e a valorização da vivência de novas experiências (tais como viagens, participação em feiras, etc.). No âmbito da família, ocorrem mudanças, não apenas das rotinas do trabalho, mas também com relação ao seu papel social. Essas mudanças não são necessariamente bem

assimiladas no núcleo familiar, em função da perda do monopólio dos homens no gerenciamento da renda obtida, de alterações na divisão sexual do trabalho e de uma maior presença das mulheres na vida pública.

Assim, as novas identidades que vão sendo talhadas e construídas neste processo são parte do processo conflituoso e reflexos mesmo da internalização, por parte das mulheres, do que elas querem ser e não devem ser. Mães, esposas, secretárias, presidentes, sindicalizadas, artesãs, agricultoras, etc. compõem uma nova trama de relações sociais, em que elas passam a ter que negociar (e se posicionar) no núcleo doméstico. Ainda, segundo Cordeiro (2004, p. 169):

Vale salientar que, não obstante as dificuldades, as Mulheres Trabalhadoras Rurais desenvolvem estratégias identitárias de empoderamento e acesso a direitos contribuem para a construção de novas formas de sociabilidade e um padrão mais democrático das relações sociais. Possibilitam também, para a família, para a comunidade e para a sociedade em geral, um aprendizado da convivência com as trabalhadoras rurais que “recusam permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para elas.

Outra questão apontada pelas mulheres como um gargalo no processo organizativo é a dificuldade com comercialização e acesso ao mercado, mesmo que institucionais, o que desestimula a participação das integrantes, bem como sentem a pressão dos maridos e da família para permanecerem em casa, já que “*este Grupo não dá nada [dinheiro]*”. Esta é apontada como uma das principais razões para a evasão das mulheres, na medida em que há, como foi dito, uma expectativa de mudança de vida econômica. Para Bruno et al. (2013, p. 227):

Ter uma renda própria lhes afigura importante e está diretamente associado à autonomia e à busca de igualdade de condições. A mulher sente-se inibida de pedir dinheiro ao marido para outras atividades afora o sustento do lar, situação agravada pela precariedade da vida [...] Contudo, a renda advinda do trabalho das mulheres nos grupos produtivos, ‘um dinheiro que entra em casa’, tanto pode arrefecer como intensificar proibições e pressões de maridos e companheiros, pois os códigos patriarcais não necessariamente seguem os ditames da lógica econômica.

Algumas mulheres acessam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), mas com a estiagem a produção agrícola caiu muito, restando a produção artesanal (que inclui parte das mulheres do Grupo). Elas alegam que só produzem o artesanato quando têm convites para participarem de feiras e ou eventos.

O Grupo Mulher Flor do Campo, através de cursos e capacitações com a Casa da Mulher do Nordeste,⁷³ uma Ong Feminista que atua no Sertão do Pajeú com grupo de Mulheres Trabalhadoras Rurais, e do MMTR-SC, está iniciando o processo de participação na Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú,⁷⁴ uma iniciativa que, desde 2005, busca juntar grupos de mulheres em torno da agroecologia e da inclusão econômica das mulheres rurais, criando uma rede de comercialização a partir dos princípios da economia solidária.

Neste sentido, outro espaço determinante para o fortalecimento do Grupo é a Feira Agroecológica de Santa Cruz da Baixa Verde (FASC), onde as mulheres, todas as segundas-feiras, comercializam seus produtos, trocam informações, conhecem novas pessoas e se relacionam com os/as consumidores e desenvolvem novos repertórios de negociação e barganha nos preços, trocam produtos e passam, minimamente, a ter acesso a dinheiro.

3.3 Lugar de Mulher é na Feira Agroecológica: a Feira Agroecológica de Santa Cruz da Baixa Verde (FASC) como Espaço de Comercialização

Depois da feira a gente pode comprar outras coisas. Minha vida e de minha família melhorou. Também me divirto e conheço mais gente.
Dona Joana Silva

A melhor coisa que aconteceu comigo foi participar da feira.
Josina Diniz – Jo

Agora compro coisas que quero. Meu marido diz que eu sei quanto que ele ganha, mas ele não sabe quanto que ganho.
Dalvanice

Sabemos que historicamente as mulheres foram excluídas da esfera pública (tanto na participação quanto nas decisões). Nos espaços de comercialização não foi diferente, na medida em que esta é “tarefa masculina” (vender e comprar) e, desta forma, um espaço do poder masculino. Saber vender, negociar, sair de casa, trocar informações, saber das fofocas da rua, ter acesso ao dinheiro, todos são atributos dos homens. As mulheres administravam o escasso recurso econômico repassado para cuidar dos filhos/as, da casa, dos idosos, estando, assim, submetidas ao poder masculino. A comercialização, por muito tempo foi atribuída aos homens da família, o que contribuiu cada vez mais para a invisibilidade das mulheres no processo produtivo e para fortalecer a “lenda” de que as mulheres não são capazes de lidar com a gestão financeira. A FASC representa a desmistificação desta lenda (Figuras 26, 27, 28, 29 e 30).

⁷³ Disponível em: <<http://www.casadamulherdonordeste.org.br/>>. Acessado em 23 de julho de 2013.

⁷⁴ Disponível em <<http://redemulheresprodutoraspajeu.org/inicio>>. Acessado em 23 de julho de 2013.



Figura 26 - Mulheres chegando ainda na madrugada para montar a FASC.



Figura 27 - Mulheres do Grupo Mulher Flor do Campo comercializando na FASC.

Apesar de serem agricultoras há muitos anos, poucas tinham noção de que seriam capazes de comercializar sua própria produção e conduzir sua vida financeira. Hoje já observamos uma mudança de atitude, pois o espaço da feira não é apenas um espaço de comercialização da produção, mas sim de auto-organização e de fortalecimento das mulheres. É no espaço das reuniões do grupo da feira que são tratados assuntos do âmbito da comercialização, mas também assuntos que geram impactos em suas vidas, tais como: violência doméstica, acesso a crédito, acessória técnica etc.

A Feira Agroecológica de Santa Cruz da Baixa Verde (FASC) surgiu em 2006 a partir da demanda das próprias agricultoras, que já comercializavam seus produtos informalmente (de porta em porta) ou via atravessadores. Apoiadas pelo sindicato de trabalhadores rurais, pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central e o Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor) decidem organizar a feira.

Ressaltamos que a Feira surge antes mesmo da criação formal do Grupo Mulher Flor do Campo, e que nem todas as mulheres do Grupo participam dela. No início as mulheres eram organizadas pelo sindicato e ou MMTR-SC e, quando decidem formar a Associação, todas passam a fazer parte.

Em relação à seleção das mulheres para participação na FASC, são decididos coletivamente os critérios, tais como: que estejam organizadas em grupo de mulheres, participem das reuniões e das atividades. Assim, uma dimensão importante é a da participação destas em novos espaços públicos e a atuação política nestes, o que contribui para o questionamento da ideia de que lugar de mulher é em casa, restrita ao espaço doméstico.

O grupo também criou um fundo rotativo e solidário, que, segundo uma das coordenadoras da FASC, serve para resolver algum problema que surja. Segundo Iris: *“Toda segunda 2,00 reais é arrecadado por agricultora, totalizando 8,00 por mês para cada mulher”*. Ela também responde sobre o que deve ser feito quando há interesse de agricultores/as agroecológicos em comercializar seus produtos na feira: *“Há três segundas de estágio e a participação obrigatória nas reuniões”*.

Quando perguntadas sobre a participação na feira e o que mudou, as mulheres são unânimes em afirmar que depois da feira elas se sentem mais fortes, mais reconhecidas, podem fazer mais coisas e têm acesso a informações que antes demoravam a chegar ao sítio. Como afirma Dona Joana Silva, ao ser convidada a participar da feira, *“Só entro se for para ficar”*.

Para Maria Aparecida da Silva Feitosa, Cidinha, 23 anos, moradora do sítio São Paulo, *“Mudou para melhor, pois na feira fizemos fortes laços de amizades, consegui aumentar a renda junto com a minha mãe. Experiência adquirida, aprendizado sobre agroecologia, conquistei liberdade e posso através dessa partir em busca de um maior conhecimento”*. Em relação à potencialidade da FASC, ela afirma: *“Tem um grande potencial, pois produzimos à base agroecológica, pensando na saúde dos consumidores, e isso está se expandindo, a população tem procurado bastante. E queremos trazer mais agricultores para aumentar a diversificação na feira e conseqüentemente sua renda”*.



Figura 28 - Mulheres do Grupo Mulher Flor do Campo comercializando na FASC.

A FASC acontece semanalmente às segundas-feiras pela manhã e se caracteriza por ser composta somente de mulheres agricultoras. Perguntadas porque os homens não participam, elas dizem que eles não acreditam na FASC, que é muito pequena. Não é o único espaço de comercialização das mulheres, muitas preferem vender seus produtos de porta e porta, e outras dizem que já tem compradores certos. Mas quando perguntadas porque participam da FASC, elas são unânimes em afirmar que a FASC aproxima elas de outras pessoas, valorizam seus produtos e elas gostam de estar na rua.

Assim, a FASC é um dos espaços que possibilita às mulheres do Grupo estarem noutros lugares. Isso contribui para uma reconfiguração do espaço das mulheres, bem como reafirma o modelo de produção agroecológica, com um produto saudável, bem feito, sem veneno e que faz bem à saúde.

A FASC se configura como um “*espaço feminino e agroecológico*”, fortalecendo a identidade e o projeto político do Grupo, pois verificamos a participação direta das agricultoras - desde a produção até a comercialização de produtos de base agroecológica, sendo reconhecida como um importante espaço de comercialização e sociabilidade, tanto para as mulheres, quanto para os/as consumidores/as.



Figura 29 - Comercialização na FASC.



Figura 30 - Aniversário da FASC de 7 anos, jun. de 2012.

Para além da feira, nos dias atuais, tanto o nível organizacional como o conhecimento político fazem com que essas mulheres acessem outros lugares, diferentes do inicial – a feira agroecológica -, e passem de *simples* agricultoras para sujeitos atuantes de suas vidas e multiplicadoras de conhecimentos, o que acaba fortalecendo outros grupos de mulheres à medida que repassam o que sabem (não só no aspecto produtivo, mas também no aspecto político).

Pelos depoimentos podemos perceber que essas mulheres começaram a ocupar um novo espaço na cidade de Santa Cruz da Baixa Verde, espaço este antes tomado por homens (as feiras). Toda a experiência vivida tanto na feira, quanto no Grupo - que proporciona a estas acesso a cursos de formação, oficinas, seminários para além de Santa Cruz - tem fortalecido ainda mais esses espaços, mas também reconfigurou o espaço público, à medida que mais mulheres passam a ter conhecimento de seus direitos e a ocupar o lugar que durante muito tempo lhes foi negado, como as feiras, o mercado, o acesso a recursos econômicos, a prática da comercialização e barganha, um capital social naturalizado aos homens, do qual agora passam a perder a exclusividade.

3.4 O Grupo como “Espaço da Mulher”

Como apresentamos, após anos de luta e organização, o MMTR-SC vem desenvolvendo diversas estratégias para envolver e organizar as Mulheres Trabalhadoras Rurais. Aqui situamos a organização das mulheres em grupos produtivos, os quais rompem com o isolamento social e político.

O Grupo passa a ser uma forma de questionarem a invisibilidade do trabalho feminino, que ainda persiste no meio rural, ganhando assim importantes espaços de autonomia. Isso se expressa, por exemplo, em terem acesso a uma renda monetária sua, capacitarem-se, terem acesso a espaços de comercialização, saírem de casa, demandarem políticas públicas específicas, o que contribui para a reconfiguração da identidade destas mulheres em diversas dimensões, como a econômica, cultural e política.

Assim, os grupos passam a ser percebidos como *espaço da mulher*, onde aprendem novas técnicas de produção e beneficiamento agrícola, artesanato, organizam-se, trocam experiências de vida como um “coletivo”, rompem as barreiras culturais impostas e transformam não só suas realidades, mas a de suas famílias e da comunidade. Para Bruno et al. (2011):

Apesar da diversidade regional dos grupos, entrevistadas encontram-se, de certa forma, ligadas entre si por uma identidade comum, tendo em vista as similaridades em suas trajetórias e origem social, onde ganha destaque elementos como a participação social e política. Suas experiências de participação em grupos associativos são bastante expressivas. São mulheres portadoras de um capital social e político rico e diversificado, construído ao longo de suas trajetórias de vida. São lideranças. A participação nos grupos produtivos representa um momento a mais na luta por direitos e por melhores condições de vida para si, para a família e para o grupo. Porém, vale destacar que, ao longo do processo de constituição e fortalecimento desse, a dimensão da sociabilidade vai ganhando importância. Ao serem entrevistadas, várias mulheres identificam o grupo como um espaço importante para o encontro e o compartilhamento de experiências. Segundo uma das entrevistadas, *‘sozinha nós não somos nada’*.

Ao participarem de um grupo produtivo, estas mulheres passam a romper com a cortina da invisibilidade, já que passam a ser reconhecidas como produtoras, bem como a ter acesso a dinheiro, a ter autonomia para escolher o que fazer com este recurso, a poder participar de outros espaços de formação e sentem a necessidade de se capacitarem.

A importância do Grupo Mulher Flor do Campo se dá como um coletivo, mas também individualmente. É *marcado* e *marca* a trajetória de cada mulher que dele participa, na medida em que há, para cada uma, o sentido da participação, as motivações, os conflitos vivenciados (tanto no espaço doméstico quanto público) e as conquistas, mesmo sendo resultado de uma ação coletiva, que influencia cada mulher, numa soma de trajetórias possíveis, pois *“el dinamismo social está dirigido por la acción y la interacción entre los actores y no por la imposición de ideas directrices y lineares”* (RAUBER, 2006, p. 33). É nesse sentido que o grupo produtivo acaba por aglutinar trajetórias de vida distintas, mas que compartilham de uma posição subordinada, tanto no espaço público quanto no privado.

Desta forma, o Grupo é um espaço político, de se fazer política e de se conquistar politicamente a visibilidade destas mulheres, que passam a ser percebidas como trabalhadoras rurais. Surge, então, como uma possibilidade de mudança um caminho capaz de ressignificar os conflitos de gênero vivenciados em ambas as esferas.

Contudo, como afirmado anteriormente, a participação em outros espaços sociais e políticos é um aspecto comum entre as mulheres que tomam parte do Mulher Flor do Campo e faz com que elas percebam o grupo como uma continuidade da sua luta cotidiana. Para além do aspecto econômico, este se torna um canal possível de interlocução social e política na medida em que elas buscam e demandam condições de inserção no mercado como mulheres, como trabalhadoras rurais.

Reafirmamos assim que a importância da participação, para elas, vai além do econômico, no mero sentido de *aumento de renda* (o que já é um fator determinante). A questão de fundo é que ter acesso a dinheiro já é uma forma de autonomia e liberdade e que, por isso, acesso à renda e reafirmação de autonomia são processos relacionados. Assim, com relação à participação no grupo, destacamos que, para elas, esta ganha um sentido de *conquista de liberdade*, uma dimensão difícil de mensurar, mas que deve ser levada em consideração também para avaliação, mas principalmente para apoio a novos grupos produtivos de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

CONCLUSÃO



**OS FRUTOS DA LUTA:
A RESSIGNIFICAÇÃO DO LOCAL
POLÍTICA E DA POLÍTICA DO LUGAR.**

OS FRUTOS DA LUTA: A RESSIGNIFICAÇÃO DO LOCAL DA POLÍTICA E DA POLÍTICA DO LUGAR

Os frutos são muitos. Nós mulheres já podemos fazer tantas coisas que antes não podíamos. Eu lembro que, quando começamos, tudo era difícil, sair de casa, entrar no sindicato, viajar, ter aposentadoria, ter direitos. Hoje, as mulheres rurais são respeitada, são reconhecidas. Somos vereadoras, presidentes de sindicato, de associação, estamos em tudo, e isso, para mim, é fruto da luta que começou lá atrás. Ainda temos muitos desafios, principalmente com a juventude, para não esquecer, como se tudo fosse fácil, mas somos fortes. Com o movimento a gente sempre reforça essa identidade de luta!

Vanete Almeida

Afe, mudou muita coisa! Como frutos, o que a gente colheu, é assim? Para mim o mais importante é a gente ser respeitada. Somos mulheres trabalhadoras e hoje o povo reconhece. Eu ainda participo do movimento e, quando vejo as meninas jovens entrando, fico feliz, mas é como se elas não soubessem tudo que passamos pra estarmos nas reuniões, nas viagens. Para mim, a liberdade das mulheres é o fruto da luta. Tem a Marcha das Margaridas e tem o movimento, que, como disse, é a minha vida!

Maria Jucá

Eu acho que tudo aqui começou lá atrás. Eu por exemplo não vivi, mas sei que muitas mulheres do Movimento sofreram e hoje nós podemos estar em tudo, nos conselhos, no sindicato. Eu acho que, sem elas, nós aqui em Santa Cruz ainda ia ser fraca, porque tudo é difícil, mas, com o movimento e o sindicato, conseguimos muitas coisas. Eu acho que nós somos frutos do que elas, muitas até já morreram, como dona Netinha, começaram e lutaram.

Íris Maria

Eu acho que sou fruto da luta. O grupo é fruto da luta. A feira é fruto da luta. Eu tenho 23 anos e, para mim, por exemplo, posso estudar, trabalhar nos projetos, sair de casa. Mas minha mãe conta que ela não fazia nada, não estudou. Sofreu demais e outras mulheres mais velhas eu vejo também. Tem muitas jovens que não querem participar, mas é diferente. Meu pai apóia. No sindicato sempre tem atividade pra juventude, tem as lideranças mulheres. Aqui mesmo em Santa Cruz é mais as mulheres nas atividades que os homens, parecem que têm preguiça. Eu acho que hoje tamos colhendo o que as mulheres mais velhas plantaram e morreram sem poder aproveitar.

Cidinha

Neste trabalho buscamos compreender o sentido e o significado da luta e da organização política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais, fazendo uma ligação não linear entre as mulheres lideranças históricas do MMTR-SC e as que hoje estão envolvidas no movimento e mais diretamente no Grupo Produtivo de mulheres “Mulher Flor do Campo”.

O desafio para a realização do trabalho se deu na medida em que as falas de cada uma das mulheres entrevistadas, cheias de significados diferenciados, refletem o processo vivido coletivamente (uma ação coletiva), mas vivenciado a partir de cada realidade, de cada mulher, na construção de uma identidade política e, ao mesmo tempo, subjetiva.

Entrecruzando estes “olhares e sentidos” com os fatos históricos acontecidos, buscamos apresentar o significado da organização e da participação política para estas mulheres, que há mais de 20 anos lutam para mudar as suas realidades, para questionar as relações sociais e os papéis. Lutam para passar a serem reconhecidas como sujeitos políticos pelo Estado, mas, sobretudo, em suas comunidades, em suas casas, em suas vidas, não em busca de verdade, ou da veracidade dos fatos, mas no contexto dos diferentes significados para elas. Para Portelli (1997, p. 32-33):

Fontes orais são aceitáveis mas com uma credibilidade *diferente*. A importância do testemunho oral pode se situar não em uma aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há ‘falsas’ fontes orais. Uma vez que tenhamos checado sua credibilidade factual com todos os critérios estabelecidos do criticismo filológico e verificação factual, que são requeridos por todos os tipos de fontes em qualquer circunstância, a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas ‘erradas’ são ainda psicologicamente ‘corretas’, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis. [...] Mas o realmente importante é não ser a memória apenas o depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o pesquisador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forçadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas.

Assim, buscamos neste trabalho apresentar os embates, os conflitos, os momentos de tensão, de organização, de construção de consciência coletiva, de ações estratégicas realizadas como movimento organizado, em um contexto de mudanças profundas na política nacional, com a abertura política e a retomada da democratização. Neste contexto, os movimentos de mulheres no Brasil apresentam novas pautas e demandas políticas; questionam as regras de participação nos diferentes espaços de representação e participação política e propõem novas formas de participar.

A ação do MMTR-SC, como sujeito coletivo, como movimento social organizado em torno das demandas específicas das mulheres rurais, refletia, naquele momento específico, a realidade destas mulheres, que eram invisibilizadas, e colocava na cena pública a denúncia em torno da luta por direitos e reconhecimento de um sujeito no campo do trabalho, a Mulher Trabalhadora Rural. Assim, passou a questionar os espaços de representação desta categoria, principalmente os sindicatos, exigindo lugar, voz e fala, exigindo o direito à participação e o reconhecimento de que ninguém as representava e que a figura do “chefe de família” escondia, obscurecia muita opressão.

Naquele momento, as mulheres rurais, organizadas no MMTR-SC, incorporavam um processo de construção de uma identidade (que questionava a ordem cultural e política

existente) e também de redefinição da política sindical. Para elas, o local da política era o sindicato e, assim, iniciaram um processo complexo e conflituoso de questionamento das regras, das normas e da forma de fazer política sindical, de quem representava (os homens) e de quem eram representados (os homens); do fazer política e do *local da política*, questionando este campo político e propondo novos arranjos internos.

Para as Mulheres Trabalhadoras Rurais, organizadas pelo MMTR-SC, o sindicato tornou-se um dos “locais” por excelência em que passaram a participar, a questionar, a disputar, a praticar a política e a construir um capital político e social e um novo repertório para a ação política, cada vez mais ampliada. Essas mulheres passaram a ocupar os espaços internos do sindicato, a compor diretorias, participar de chapas, a disputar suas concepções políticas e ações.

Desdobrou-se deste processo uma ampliação dos espaços políticos e da compreensão mesma do fazer política; de que a política não é apenas uma ação de representação, mas também uma disputa de poder pelo reconhecimento de outros sujeitos políticos. A partir deste momento e influenciadas pelas discussões trazidas por assessorias feministas e pelo movimento feminista, as Mulheres Trabalhadoras Rurais passaram a discutir sobre seus corpos, suas falas, suas vidas, suas sexualidades e compreender que o pessoal também é político e que o lugar da política é mais amplo e complexo do que imaginavam.

Aqui outra dimensão do fazer política se apresenta: a *política do lugar*, em que estas mulheres, a partir da compreensão de que são sujeitos históricos, construídas e carregadas de simbolismos diferenciados, passaram a questionar o lugar do não poder, da não participação, do cerceamento de suas falas e de suas vontades. Para as mulheres, o lugar pode ser o corpo, a casa, a comunidade, o meio ambiente. São os espaços onde as mulheres circulam, identificam-se, constroem relações sociais, defendem e protegem, refazendo a política do lugar, recolocando questões no espaço público e exigindo um posicionamento da sociedade, questionando *o status quo*.

Assim, reconhecemos a luta pelo direito ao aborto, o combate à violência sexista, a denúncia de que o pessoal é política e de que as mulheres são mães, esposas, filhas, mas são também portadoras de um conhecimento específico, de um acúmulo de saberes e práticas que devem ser valorizados e que, sobretudo, desenvolvem atividades fundamentais para a reprodução da família, da comunidade e de um modo de vida específico.

A política do lugar, para as Mulheres Trabalhadoras Rurais, pode ser percebida como a luta pela permanência no meio rural, no enfrentamento da política local e dos arranjos

sociais que as excluía, por exemplo, das frentes de emergência ou da participação nos sindicatos, do machismo e do patriarcado que as invisibilizavam e as calavam. Assim, redefinem, transformam, recriam e mostram uma nova forma de fazer política, da política do lugar, da política local e do local da política.

Assim, para as Mulheres Trabalhadoras Rurais e lideranças históricas do MMTR-SC, este foi um momento de muitas conquistas, mas de muitos conflitos, vivenciados por elas como trabalhadoras, mas, sobretudo, como mães, esposas, cuidadoras, na dimensão privada de suas vidas. Outra questão é que, com o processo de formação do MMTR-SC e suas conquistas, este passa a ser reconhecido como um instrumento de luta das mulheres do Sertão Central, mas suas ações extrapolam as fronteiras sindicais de sua representatividade.

Os limites das ações das mulheres representam as suas reais capacidades de questionamento, seus limites de compreensão da política e do fazer política, o que nos leva a afirmar que as mulheres lideranças históricas do MMTR-SC iniciaram um movimento de transformação e questionamento da sociedade, e que não imaginavam, naquele momento, as transformações sociais que este processo iria causar para a vida das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Aqui gostaríamos de tratar de alguns pontos que a tese nos permite refletir como limites para atuação do movimento. Durante a pesquisa percebemos que houve uma centralidade de ações como liderança em torno da figura de Vanete Almeida. É claro que o processo de participação em diferentes espaços, cada vez mais capacita as pessoas para participarem pois vão acumulando um capital político e social importante, tanto para a pessoa, mas também para o movimento que esta representa. Mas o que gostaríamos de destacar é que esta centralidade não condiz com o processo de revitalização e fortalecimento do próprio, pois sempre é a mesma pessoa que representa em vários espaços, principalmente nas esferas nacionais e internacionais. Desta forma a morte de Vanete Almeida representa um momento de crise interna para o MMTR-SC, que se souber aproveitar pode reconstruir lideranças e formas de atuação e representação política, onde estejam presentes o acúmulo político trazido e construído por Vanete Almeida, mas que possam também refletir a necessidade de reinvenção e incorporação de uma nova forma de fazer e de representar.

Outro ponto é que a escolha do MMTR-SC em reafirmar o sindicato como espaço por excelência de representação às pautas trazidas pelas mulheres, enfraquece muito a abordagem de algumas questões ligadas principalmente às temáticas do movimento feminista, como aborto, sexualidade e combate a violência. As mulheres ficam imersas em questões

estruturantes (importantes para a reafirmação destas como sujeitos políticos) mas deixam de aprofundar questões no campo do reconhecimento destas como mulheres, nas relações de gênero e questionamento a um padrão do ser mulher e das relações de poder que estão por trás destes modelos reificantes.

A crise política do movimento sindical (de representatividade junto aos trabalhadores rurais) se apresenta também como uma crise para o MMTR-SC junto às Mulheres Trabalhadoras Rurais, na medida em que a perda de força política destes de negociarem novas pautas e acumularem ganhos para esta categoria se reflete também numa perda de referência para os grupos como instrumento de representação e de luta, na medida em que a escolha do MMTR-SC ao aliar suas pautas as do sindicato, pode ter como consequência também a perda de referência para as Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Outra questão diz respeito às fontes de financiamento e os limites de ação do MMTR-SC para realização de atividades. Como é sabido o Brasil a partir de 2003 passa a sofrer por uma retirada das agências de financiamento alegando ser este um país de economia emergente. Assim, muitas agências internacionais passam a destinar seus fundos de apoio para outros países como África, ou até outras regiões do país como a Amazônia. Assim, movimentos que historicamente recebiam fundos das organizações internacionais, no caso do MMTR-SC a OXFAM foi uma das principais apoiadoras, ficaram órfãos e não souberam como reinventar as estratégias para conseguirem os fundos de financiamento para as atividades. Como consequência, o movimento deixa de realizar atividades e formação, capacitação e encontros, atividades determinantes para o fortalecimento e revitalização interna.

Também percebemos pouca participação de mulheres jovens nas reuniões do MMTR-SC o que pode indicar uma dificuldade de identificação do discurso do MMTR-SC para as questões trazidas pela juventude, bem como uma hierarquia interna, onde as mulheres jovens não têm espaço e ou devem ser representadas como Mulheres Trabalhadoras Rurais, sem conseguir reconhecer as especificidades que trazem, tão pouco os desejos e perspectivas para dentro do movimento.

As estratégias de organização em torno do MMTR-SC como movimento autônomo de mulheres passam pelo reconhecimento deste como um espaço de representação política, mas como um instrumento de lutas, que ao longo de sua trajetória acumula ganhos políticos, tanto em relação ao Estado - como, por exemplo, as diversas políticas públicas propostas para as mulheres rurais -, quanto em relação a uma política do cotidiano, ligada a suas vidas, a uma

dimensão privada de ser mulher trabalhadora rural. Configuram-se, desse modo, um lugar de uma nova prática política, em que suas demandas vão se incorporando às demandas das mulheres, o que, ao longo dos anos, vai cada vez mais se ampliando e apresentando uma visão mais complexa da vida, da economia, da cultura, do viver e do ser mulher.

Neste processo, as Mulheres Trabalhadoras Rurais passam a se organizar para ações nacionais como a Marcha das Margaridas e O Grito da Terra, ambas ações vinculadas ao movimento sindical da CONTAG em parceria com alguns movimentos de mulheres e movimentos feministas. A Marcha das Margaridas, diferente do Grito da Terra é uma ação das Mulheres Trabalhadoras Rurais onde bianualmente se reúnem em torno da construção de propostas para serem apresentadas ao Estado em relação a políticas para as mulheres do campo e da floresta, e seu nome é uma homenagem a Margarida Alves, liderança sindical assassinada em 1983 em Alagoa Grande, PB. A Marcha está no seu quarto ano de ação (a primeira foi realizada em 2000, 2003, 2007 e 2011) e é um importante evento político que dá visibilidade a luta das mulheres rurais, e se converte em ganhos políticos para os movimentos que a constroem.

O Grito da Terra é uma ação mista do movimento sindical, onde as mulheres rurais vem conseguindo ao longo dos anos, incluir uma pauta específica dentro das lutas mais gerais. Para a CONTAG (2012) *trata-se do principal evento da agenda do movimento sindical do campo, que reuni milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais em todo país, e possui um caráter reivindicatório*. Na pauta de 2012, foi entregue ao governo uma pauta com 140 reivindicações, dentre elas a pauta específica das mulheres, que trata de alguns eixos como o combate a violência contra as mulheres, autonomia econômica e trabalho e renda das mulheres. Cabe destacar que as Mulheres Trabalhadoras Rurais criaram a Marcha das Margaridas, pois compreendem como um espaço específico das mulheres, por compreenderem os limites das ações nos espaços mistos como o Grito.

Para Carmem Foro⁷⁵, secretária de mulheres da CONTAG é importante que as mulheres estejam presentes no Grito e pautem as questões específicas, dentro das reivindicações gerais.

As mulheres sempre tiveram presentes ao longo dos 18 anos do Grito, e essa pauta sempre esteve. No entanto, a nossa decisão política é que não dá para o Grito tratar de tudo e não tratar de política absolutamente estruturante no que diz respeito a política de gênero. Então a gente sempre busca selecionar as nossas prioridades no Grito da Terra, pois não dá para colocar tudo. Por enquanto nossa prioridade é a continuação da discussão sobre creche, a política nacional de

⁷⁵ Entrevista realizada em maio de 2012, em Brasília, durante o Grito da Terra Brasil 2012.

agroecologia que estamos acompanhando bem de perto e o tema da violência contra a mulher.

Cabe destacar que ao longo dos anos, cada vez mais se percebe o aumento da participação das mulheres no Grito e isso, pode ser percebido como um reflexo da participação destas nos diversos espaços políticos como nas associações, sindicatos e federações. Essa participação demonstra modificações na estrutura política dos espaços que anteriormente eram historicamente masculinos, o que refleti mudanças na lógica de organização e nas regras de participação destes espaços. Estas mudanças são vivenciadas pelas mulheres de forma determinante nas modificações das relações de gênero, bem como na percepção que passam dos espaços públicos.

Novas estratégias de mobilização e organização vão sendo experimentadas e, desta forma, a organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais em grupos produtivos é reconhecida, nesta tese, como parte do projeto político do MMTR-SC. O grupo passa a ser uma forma de elas se organizarem num coletivo, romperem com a invisibilidade do trabalho feminino, que ainda persiste no meio rural, e sobretudo de terem uma renda monetária, de se capacitarem, de terem acesso a espaços de comercialização, de saírem de casa, de demandarem políticas públicas específicas, o que contribui para a construção da autonomia destas mulheres em diversas dimensões, como a econômica, a cultural e a política.

A tese demonstra que o Grupo Mulher Flor do Campo é mais que um espaço para a aprenderem a fazer artesanato, capacitarem-se. O Grupo é um importante espaço de socialização, onde as Mulheres Trabalhadoras Rurais passam a se fortalecer. Assim, a participação no Grupo Produtivo Mulher Flor do Campo é parte de sua luta em suas trajetórias de vida, na reafirmação de serem “Mulheres Trabalhadoras Rurais”. O grupo produtivo se configura como um “espaço de mulher”, onde elas se fortalecem para as ações, tanto na esfera pública, quanto no enfrentamento às questões privadas.

Os dados levantados junto ao Grupo Mulher Flor do Campo demonstram que, para essas mulheres agricultoras e artesãs, organizar-se em grupo significa mais do que buscar um aumento na renda. Significa uma forma de ter seus valores plenamente reconhecidos, romper com a cortina da invisibilidade, já que passam a ser reconhecidas como cidadãs e não só como apenas meras produtoras, o que lhes permite ter acesso a mais recursos e autonomia para escolher o que fazer com estes, o que torna possível ainda sua participação em outros espaços de formação.

O Grupo é então reconhecido como um espaço construído por elas, e que ganha uma significação específica – um olhar sobre a vida e a natureza a partir das mulheres, o olhar feminino que traz em si o reconhecimento destas como corpos marcados pela história, repletos de resistências e questionamentos. O Grupo também é uma “ponte” entre as Mulheres Trabalhadoras Rurais e o MMTR-SC, o sindicato e outros espaços públicos.

É um lugar praticado, construído com outros simbolismos, onde são rompidos os papéis tradicionais. É um espaço do possível e do impossível, dos sonhos, das mudanças, lugar da sociabilidade e de outra expressão cultural, de construção de autonomia. É um espaço onde as Mulheres Trabalhadoras Rurais constroem desejos, questionam a exclusão e a desigualdade, vivenciam a política do lugar e disputam o lugar da política, provocando uma mudança no local da política.

Mesmo organizadas em grupos produtivos, ainda há muitos desafios para as mulheres. Nesse sentido, as dificuldades ou potencialidades de cada grupo podem também estar relacionadas com a disposição que esses têm de acumular aprendizados. Seus limites de ação e intervenção se dão em âmbito local, dependendo da capacidade dos sujeitos, de seus recursos e capitais, no sentido proposto por Bourdieu (1986) das suas condições econômicas, da capacidade que têm de serem reconhecidos como agente político, da conjuntura política e econômica em que essas mulheres estão imersas, dentre outros fatores.

Neste sentido, as Mulheres Trabalhadoras Rurais enfrentam dificuldades estruturadas na lógica social e cultural (capitalista e patriarcal), na qual são reconhecidas como “iguais” para acessarem recursos, créditos e ou políticas públicas. Este discurso da igualdade não reconhece as desigualdades estruturantes, como, por exemplo, o pouco acesso à terra ou terem pouca terra, a dificuldade de obterem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), Seguro Safra, dentre outros.

Poucas mulheres do Grupo têm acesso, por exemplo, a crédito, ou a algum programa ligado à produção, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (apenas duas do grupo acessaram em 2012), ou o Programa de Alimentação Escolar (PNAE). No ano de 2013, como foi um ano em que a estiagem se aprofundou, nenhuma mulher do Grupo participou do PAA e, só no final de agosto de 2013, é que o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1 + 2), da Articulação do Semiárido (ASA), contemplou dezesseis mulheres do Grupo.

Reconhecemos que a morte de Vanete Almeida é uma questão importante a ser observada, pois ela, como liderança do Movimento e representante em diversos espaços de representação, configurava-se uma voz das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central,

deixando assim uma grande lacuna para o MMTR-SC. Esta questão tem sido tratada por todas as mulheres entrevistadas e, internamente, vem sendo discutida nas reuniões do MMTR-SC. Mesmo assim, muitas mulheres me disseram: “*Não podemos deixar o movimento morrer com Netinha. Por ela vamos prosseguir*”.

Mesmo agindo localmente, estas mulheres estão participando de espaços e redes regionais, nacionais e internacionais. Isso possibilita que tenham acesso a discussões para além de suas realidades e sejam constantemente provocadas, para demandarem novas políticas públicas e ações do Estado, ampliarem seus discursos em relação ao questionamento do capitalismo e patriarcado, como também se recolocarem frente a uma sociedade com um projeto modernizador que as exclui, assim como a seus modos de vida.

Outra dimensão é que organizar-se em grupo é uma forma de serem reconhecidas como sujeitos políticos, na medida em que passam a participar de *novos* espaços públicos, e a estarem presentes e serem reconhecidas nas esferas políticas que antes lhes eram negadas, como os STR, Cmdrs e associações. Também passam a participar de cursos e capacitações, o que lhes oferece um novo capital social.

Esta participação pressupõe muitos conflitos e enfrentamentos e exige um novo repertório político, que vem acompanhado de uma mudança de práticas (tanto na esfera privada quanto na pública), observando como estas práticas representam questionamento, resistência e enfrentamento ao capitalismo e ao patriarcado, acreditando ser este um dos instrumentos de questionamento do *status quo*, democratizando a esfera pública e ampliando o campo de acesso a políticas públicas, aos direitos das mulheres e à redefinição dos papéis sociais. Esse não é um caminho fácil, mas, para elas, é impossível retroceder.

O Grupo Mulher Flor do Campo tornou-se um instrumento de *empoderamento* destas mulheres, reconhecendo-as como agentes da transformação, valorizando suas ações, as formas de organização social e os saberes tradicionais. Esta inserção significa participação das mulheres rurais na esfera pública e que o processo de participação qualifica sua ação política, e ressignifica o seu papel enquanto sujeitos no espaço público e privado, bem como na sua relação com o movimento.

Concluimos, a partir disso, que a participação política das Mulheres Trabalhadoras Rurais, organizadas pelo MMTR-Sertão Central no Grupo Produtivo Mulher Flor do Campo, apresenta uma série de sinergias positivas que fortalecem a identidade das mulheres. Suas ações coletivas, organizadas e propostas dentro do projeto político do

MMTR-SC, potencializam e visibilizam as ações das mulheres como sujeitos políticos, bem como possibilita uma melhor incidência do MMTR-SC na esfera pública.

A pesquisa demonstra que o processo de questionamento das formas e regras de representação e participação política nos sindicatos, iniciado pelas Mulheres Trabalhadoras Rurais, nas décadas de 1980/1990, desdobra-se num questionamento mais profundo das normas sociais, modificando as lógicas culturais e, em certa medida, o *habitus* das trabalhadoras rurais no Sertão Central. Como consequência, elas passam a participar de diversos espaços públicos de representação política, além dos sindicatos, e a questionar as formas e regras de participação, o que configura um processo de mudanças significativas no sentido da organização e da participação política para estas mulheres, contribuindo para a democratização do meio rural brasileiro, como os frutos que se colhem da luta: a ressignificação do *local da política* e da *política do lugar*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. **Perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas**. IPEA, 2004. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_25e.pdf>.

Acesso em: 30 jul. 2013.

ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Rocicleide da. As relações de gênero na confederação nacional de trabalhadores rurais (Contag). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). **Trabalho de gênero: mudanças, persistências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 347-375.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. As mulheres no sindicalismo rural. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

_____. **Revisitando o campo: lutas, organização, contradições 1962-1987**. Tese de Doutorado em História, UFPE. Recife, 2003.

ALMEIDA, Vanete. **Ser mulher num mundo de homens** / Vanete Almeida: entrevista à Conélia Perisius. Serra Talhada: Universal, 1995. MMTR-NE/THRESHOLD FOUNDATION

ALVAREZ, Sonia et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul/dez 2003, p. 541-575.

_____. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ALVAREZ, S; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ALVAREZ, S. La política de lugar, el lugar de la política: algunas reflexiones hacia el futuro. In: HARCOURT, W.; ESCOBAR, A. **Las mujeres y las políticas del lugar**. 1. ed. Kumarinan/México, 2007.

AMORIN, E.; EUCLIDES, S. **Sindicalizadas rurais e ativistas políticas: fatores de empoderamento da mulher no meio rural?** Viçosa, 2007. Disponível em <http://www.gerar.ufv.br/publicacoes/SINDICALIZADAS_RURAIIS_E%20ATIVISTAS_PO_LITICAS_FATORES_DE_EMPODERAMENTO_DA_MULHER_NO_MEIO_RURAL.pdf>. Acessado em 12 de junho de 2013.

ARAÚJO, Clara. As mulheres e o poder político – desafios para a democracia nas próximas décadas. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. 436 p.

BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais. In: PAULILO, M. I. S.; AUED, B. W. (Org.). **A agricultura familiar**. Florianópolis: Insular, 2004. v. I.

BORDALO, Caroline. Pelo direito de ser e estar: engajamento, mobilização e socialização política nos movimentos de mulheres rurais em Pernambuco. SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, **Anais...**, Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST3/Caroline_Araujo_Bordalo_03.pdf> Acessado em: 3 de setembro de 2012.

_____. **Os caminhos da política:** o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco. Dissertação de mestrado. CPDA/UFRJ, 2010.

BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília:** etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Nuap/UFRJ, sd.

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, n. 5, Porto Alegre, jan./jun. 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a.

_____. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.

_____. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996 (1. ed. francês: 1994), cap. 2, Apêndice: Espaço social e campo do poder, p. 48-52, e cap. 4: Espíritos de estado: gênese e estrutura do campo burocrático, p. 91-124.

BRISCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectiva para o futuro. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ, v. 2, n. 3, p. 17-32.1994

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/ 2004.

_____. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, número 7, p. 50-81, jan-jun (2002).

BRUMER, Anita; FREIRE, Nádia Maria Schuch. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984

BRUNO, R. et. al. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Org.). **Autonomia e cidadania:** políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

_____. Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS; Leonilde Servolo de (Org.) **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. 431 p.

BUARQUE, C. Mulheres rurais e políticas sociais: uma experiência em Pernambuco. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY; Jacqueline (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. 436 p.

BUTTO, Andréa. A perspectiva de gênero nos programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza no Brasil: políticas públicas. In: SEMINÁRIO "GÊNERO Y ENFOQUE TERRITORIAL DEL DESARROLLO RURAL", 14 a 17 de julho, 2003, Natal. **Anais...** Natal, 2003

_____. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Org.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

CAMPOS, Christiane. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2011. 208 p.

CAPPELIN, Paola. Atrás das práticas: o perfil das sindicalistas. Paper apresentado no XVIII ENCONTRO DA ANPOCS. Caxambu, 1994.

_____. **Silenciosas e combativas**: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste 1976-1986. UFPB: Fundação Carlos Chagas, 1987.

_____. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 2, junho, 11-22, 1994.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-75, 1998.

_____. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, L.; SANTOS, R.; FLEXOR, G. **Mundo rural brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad X; Seroédica, RJ: EDUR, 2008.

CARNEIRO, Maria José; LEVINAS, Lena. **Espaço adquirido / espaço permitido no contexto da reforma agrária**. Relatório do 12º Encontro Temático – APIPSA. Campinas, 1987.

CASTILHO E SILVA, Carolina; SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

CINTRÃO, Rozângela; SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. 436 p.

CORDEIRO, Rosineide. **Além das secas e das chuvas**: o uso da nomeação mulher trabalhadora rural no sertão central de Pernambuco. Tese de doutorado defendida pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC. São Paulo, 2004.

_____. Empoderamento e mudanças das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. UFPE, 2006. 331 p.

CORREIA, Sônia. O conceito de gênero: teorias, legitimação e usos. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY; Jacqueline (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. 436 p.

CORNWALL, A.; ROMANO, J. O.; SHANKLAND, A. Posfácio. Culturas da política, espaços de poder: contextualizando as experiências brasileiras de governança participativa. In: ROMANO, J. O., ANDRADE, M. de P. e ANTUNES, M. (Org.). **Olhar crítico sobre participação e cidadania: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 257-291.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E.(Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 285-302.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira. Florianópolis, **Revista Estudos Feministas**, 2004.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ESMERALDO, Gema. O ser mulher trabalhadora rural: a construção da identidade. **Revista Latinoamericana Pacarina de Ciencias Sociales y Humanidades**. Mujeres: La otra mitad. Subalternas, invisibles e inaudibles. Salta, 2011. p. 122-139.

_____. As mulheres em terra e suas práticas políticas: experiências para produzir (re) significações ao campesinato brasileiro. VIII CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL – ALASRU. **Anais...** Porto de Galinhas, 2010.

_____. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói : Alternativa, 2013. 431 p.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. Gênero e desigualdade. **Cadernos Feministas**, São Paulo: SOF, 1997. p. 31-32.

_____. (Org.). A produção do viver. Ensaio de economia feminista. **Cadernos Feministas**. São Paulo: SOF, 2003.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (FETAPE). Conheça os Polos. Disponível em: <<http://www.fetape.org.br/polos-sindicais.php>>. Acesso em: 6 jun. 2013.

FISCHER, Isaura Rufino. **A trabalhadora rural: conscientização política e social na empresa agrícola moderna**. Recife: FUNDAJ, Massangana, 2000.

_____. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2006.

FLAX, Jane. Pós-Modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M; HEILBORN, M. (Org.). **Antropologia e feminismo**. Perspectivas antropológicas da mulher. n. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

GOHN, Maria da Glória (Org.) **Movimentos sociais no século XXI**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007c.

HEREDIA, B. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. O Progresso das Mulheres no Brasil. Brasília: UNIFEM, 2006. Disponível em <<http://www.mulheresnobrasil.org.br/>>

HIRATA, H. **Divisão** – relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. Brasília, MEC/Inpe, v.1, n.65, p.39-49, jan./mar. 1995.

IBARRA, P. et al. (Org.). **Creadores de la democracia radical**. Movimientos sociales y redes de políticas públicas. Barcelona: Icaria Editorial, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm> Acesso em: 5 jun. 2013.

JÁCOME, Márcia L. Apontamento sobre a ação dos movimentos de mulheres por direitos no Brasil. In: ROMANO, J.; ANTUNES, M.; ATHIAS, A. (Org.). **Olhar crítico sobre participação e cidadania**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

JALIL, Laetícia; BORDALO, Caroline. Participando sem medo de ser mulher. Trabalho apresentado no VIII CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL. **Anais...** Porto de Galinhas, Pernambuco, Brasil, 2010. GT 9 – Gênero, famílias e ruralidades em América Latina. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/Laeticia-Jalil.pdf>> Acesso em: set. 2012.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

KERGOAT, Daniele. Relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho. In: MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina; LOPES, Marta Júlia Marques (Org.). **Gênero e saúde**. São Paulo: Artes Médicas, 1996.

LAVINAS, L. Produtoras rurais: a novidade dos anos 90. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vol. 21, n. 2, maio/agosto, 1991.

LEFF, Enrique. Ecofeminismo: el género del ambiente. **Revista Acadêmica Polis, Universidade Bolivariana**, Quito, CIMUF, 2003. Disponível em: <<http://www.revistapolis.cl/9/ecofemi.htm>> Acesso em: 09 dez. 2007.

LIMA DE PAULO, Maria de Assunção. Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: consideração sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACA, Norma (Comp.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2001.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Cláudio; DI SABATTO, Alberto. Os afazeres contam. Niterói: UFF, 2005. 24 p. (Texto para discussão, n. 177)

MELO, Hildete Pereira de; DI SABATTO, Alberto. Situação das mulheres trabalhadoras rurais e as políticas públicas no Brasil. In: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA, 2006. p. 83.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MENESES, Marilda. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUEPB, 2002.

MENESES, Manoel Filomeno de. **As curvas do meu caminho**. Petrolina: Franciscana, 2004. 234.p

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Sertão do Pajeú**. Brasília, 2005.

_____. **Sertão do Pajeú-PE**. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sertodopajepe/one-community?page_num=0> Acesso em: 06 jun. 2013.

NEVES, Delma P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

_____. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

NOBRE, Miriam. **Interfaces entre o movimento feminista e o debate ecológico**. GT Gênero e Agroecologia, Gênero Agroecologia e Segurança Alimentar: interfaces temáticas na prática das organizações sociais. Belo Horizonte: Rede de intercambio de tecnologias alternativas, Rede Economia e Feminismo-SOF, 2005.

NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. Feminismo em movimento; temas e processos organizativos da Marcha Mundial de Mulheres no Fórum Social Mundial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.11, n. 2, jul/dez 2003, p. 623-632. Relações de Gênero e poder no assentamento rural de Araraíba da Pedra – Cabo de Santo Agostinho-Pernambuco.

NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, L. et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. p. 177-183.

_____. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Grapha, 1997, 238p.

OFFE, C. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: BRESSER PEREIRA, L.C; WILHEIM, J; e SOLA, L. (Org.). **Sociedade e estado em transformação**. São Paulo/Brasília: Editora Unesp/Enap, 1999. p. 119-145.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao enigma**: que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Instituto Polis, março 2001, 29 p.

OLIVEIRA, H.; ALMEIDA, M. R. Relações de Gênero e poder no assentamento rural de Araraíba da Pedra – Cabo de Santo Agostinho - Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 480.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, UFSC, v.12, n.1, p. 229-252, 2004.

_____. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis, UFSC, n. 21, jun. 2000, p. 1-17.

_____. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignez S. **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. V. 2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PAULILO, Maria Inês. SILVA, Cristiane. Memórias de Lucy Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

PINTO, Céli R. Movimento sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de**

gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992, p. 200-212.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

PULEO, A. Ecofeminismo: hacia una redefinición filosófico-política de "naturaleza" y "ser humano". In: AMOROS, Celia. **Feminismo y filosofía**. Madrid: Síntesis, 2000.

_____. **Feminismo y ecologia**. Mujeres en red. Disponível em: www.ecoportal.net (acesso em maio 2004).

RAUBER, Isabel. **Sujeitos políticos** - rumbos estratégicos y tareas actuales de los movimientos sociales y políticos en América Latina. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2006.

REDE DE MULHERES RURAIS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Uma história muito linda**: perpetuando a rede LAC = Uma historia muy linda: perpetuando la Red LAC / Rede de Mulheres Rurais de América Latina e Caribe. Coord. Vanete Almeida, Immaculada Lopez. Recife: Rede LAC, 2007.

RODRIGUES, Almira. Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XXI. In: SWAIN, Tania; COUTO, Diva (Org.). **Mulheres em ação**: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Mulheres, 2005. 360 p.

ROMANO, J. **Empoderamento**: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. Rio de Janeiro: Actionaid Brasil, 2002. p. 19.

ROSA, Valdemir. Sexo e cor: categorias de controle social e reprodução das desigualdades socioeconômicas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 17 (3), p. 889-899, setembro-dezembro. 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. de (Org.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Cecília McDowell. Democracia participativa e gênero: notas para uma agenda de pesquisa feminista. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2007. 287 p.

SARDENBERG, C. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. I SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES – PROJETO TEMPO, promovido pelo NEIM/UFBA. **Anais...** Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>> Acessado em: 11 de junho de 2013.

SAUTU, Ruth et al. **Manual de metodología**: construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. **REDES**, Santa Cruz do Sul, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, v. 9, n. 3, p. 75-110, set./dez. 2004.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SCOTT, John (Ed.). **Fifty key sociologists**. New York: Routledge, 2007.

SHIVA, Vandana. El saber próprio de las mujeres y la conservación de la biodiversidade. In: MIES, Maria; SHIVA, Vandana (Org.). **La praxis del ecofeminismo**. Barcelona: Icaria, 1998.

_____. **Abrazar la vida**: mujer, ecología y supervivencia. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Brasília (UNB), Brasília, 2009.

_____. O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais. **Educação em Debate**, v. 2, n. 44, p 106-110, 2002.

SILIPRANDI, E. et al. (Org.). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF, 1998.

SILVA, C. Como provar os anos de capina... E todo aquele trabalho em casa? In: **Nosso trabalho tem valor!** Mulher e agricultura familiar. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, agosto, 2005. p. 59.

SILVA, Marcelo e MENESEZ, Marilda. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares, PB. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

SIQUEIRA, Deis; BANDEIRA, Lourdes. **Mulheres e relações de gênero no sindicalismo rural brasileiro**. Brasília: Série Sociológica n. 153, 1998.

SOARES, Vera. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. especial, 1994.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SWAIN, Tania Navarro. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é essa? In: SWAIN, Tania; COUTO, Diva (Org.). **Mulheres em ação**: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Mulheres, 2005. 360 p.

TAVARES, Rebeca. Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. 436 p.

TAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Estudos feministas**: 1/2001.

THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis. 1987.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006. v. 21, n. 1.

WACQUANT, Loic. **El misterio del ministerio**. Pierre Bourdieu y la política democrática. Barcelona: Gedisa.,2005.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UnB, 1994.

ZEMELMAN, Hugo; LEÓN, Emma (Coord.). **Subjetividad**: umbrales del pensamiento social. Barcelona, España: Anthropos Editorial en coordinación con la Universidad Autónoma de México, 1997.

Documentos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central

Uma História de Mulheres, MMTR-Sertão Central/Pólo Sindical Sertão Central, 2004.

Relatório do 8º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada,1993.

Relatório do 4º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada,1987.

Relatório do 3º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada,1986.

Relatório do 2º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada,1985.

Relatório do 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada,1984.

Documentos da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco

Fetape - Quatro décadas de luta. Recife, 2006a.

Caderno de Teses Fetape. Recife, 2006b.

Relatório do 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, STRs e Fetape, 1987.

Relatório do 2º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, STRs e Fetape, 1987.

Proposta para aumentar a participação de nós Mulheres Trabalhadoras Rurais no nosso Movimento Sindical. Tese do Pólo Sindical da Fetape no Sertão Central de Pernambuco apresentada no 4º Congresso da CONTAG, 1985.

ANEXOS

Modelos de questionários

Questionário aplicado à Presidente do grupo e Secretária do mesmo:

Nome, idade, número de filhos/as, escolaridade, estado civil, se sempre morou na zona rural, cor, o que produz e como produz.

Sobre o grupo produtivo:

- Criação dos grupos produtivos
 1. Como o grupo se formou?
 2. De quem foi a iniciativa?
 3. Há quanto tempo existe?
 4. Qual o objetivo?
 5. Como se deu o processo de formalização do grupo (jurídico, legal, legítimo)
 6. O grupo produtivo é vinculado a algum outro grupo?
 7. Qual o papel do grupo em sua vida e no dia a dia da comunidade?
 8. Membros do grupo (perfil, número de mulheres, idade, escolaridade, número de filhos, estado civil, evasão, crescimento, etc.)

- Dinâmica de funcionamento do Grupo
 1. Reuniões: frequência, ausências, afastamento, motivos, reuniões.
 2. Horário das atividades?
 3. Quem faz a gestão financeira?
 4. Divisão de tarefas?

- Atividades do grupo produtivo
 1. Quais as atividades implementadas pelo grupo ligadas à produção?
 2. Outras atividades?
 3. Tem acesso à crédito?
 4. Tem acesso a políticas públicas?
 5. Como você vê a ação do IPA?
 6. Como é a participação do MMTR?
 7. Sobre a marcha das margaridas?
 8. Os homens participam de algum momento das atividades do grupo?

Questionário feito a mulheres membros do grupo:

Nome, idade, número de filhos/as, escolaridade, estado civil, se sempre morou na zona rural, cor, o que produz como produz.

- Produção
 1. Atividade na produção? (principal e complementar)

2. Como produz? (associativa, familiar, outro)
3. Quanto produz?
4. Condições de produção? (equipamentos, o que possui; O que necessita)

- Comercialização

1. Condições de comercialização?
2. Organização de comercialização (direta, através de intermediários)
3. Destinação do produto?
4. Transporte
5. Distância dos locais de comercialização?
6. Selos, inspeções, legalização, certificação?
7. Mercado economia solidária (moedas locais, feiras, etc.)
8. Maiores dificuldades?
9. Maiores vantagens?

- Feira agroecológica

- 1- Participação na feira agroecológica?
- 2- Desafios?
- 3- Potencialidades?
- 4- O que mudou depois de estar participando?
- 5- O que pode melhorar?

- Condições de infra-estrutura

1. Estradas
2. Posto médico
3. Escola
4. Habilitação
5. Meios de comunicação
6. Transporte

Cartazes dos Encontros e Cartilhas do MMTR-SC



APRESENTAÇÃO

Nos dias 23 e 24 de Novembro de 1985, em Serra Talhada - PE, realizou-se o ENCONTRO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO SERTÃO CENTRAL.

Este Encontro é um momento de Trabalho com Mulheres, conta com o incentivo e apoio dos dirigentes sindicais do POLO e da FETAPE, sendo inclusive, parte integrante da programação sindical do POLO e assumido pelas próprias mulheres trabalhadoras rurais, delegadas sindicais e esposas.



O TRABALHO DA MULHER EM CASA MESMO PARCELO QUE NADA PRODUZ GARANTE A FORÇA DE TRABALHO DO HOMEM

Na prática, esse 11º Encontro se tornou um Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão de Pernambuco. Isto porque, além de participarem representantes das Polos Sindicais do Sertão do Pajeú, Sertão de Araripe e Sertão do Sub-Médio São Francisco, essa participação foi decorrente da ampliação do trabalho com as mulheres do campo e Polo de Araripe realizou o seu 1º Encontro e o Polo do Sub-Médio São Francisco realizou um Encontro Municipal, em Ilacarana.

O objetivo do 11º Encontro foi avaliar o trabalho feito a partir do 1º Encontro, realizado em Dezembro de 1984, discutir as dificuldades e planejar novas ações.

Este Relatório apresenta o resumo das discussões e as conclusões a que se chegou. Destina-se às participantes do Encontro e às outras(os) companheiras(os) que realizam trabalhos com mulheres.

3

TERCEIRO ENCONTRO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS SERTÃO CENTRAL - PE



SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS - FETAPE - SERRA TALHADA - PE - 6 E 7 DE DEZEMBRO 1986

APRESENTAÇÃO

Nos dias 06 e 07 de dezembro de 1986, em Serra Talhada-PE, realizou-se o **TERCEIRO ENCONTRO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO SERTÃO CENTRAL**.

Esse é um momento do trabalho com mulheres, que conta com o apoio dos dirigentes sindicais do Polo e da FETAPE e, é parte integrante da programação sindical do Polo, sendo ressumido pelas mulheres do Movimento.

Dessa Terceiro Encontro participaram Mulheres Trabalhadoras do Polo do Aracipe, Polo do Pajeú e do Estado da Paraíba.



Um dos objetivos do Terceiro Encontro foi o Movimento de Mulheres do Polo Sertão Central avaliar o trabalho nas comunidades, nas municipalidades, nos sindicatos e, planejar o ano de 1987.

A organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Polo Sertão Central, continua crescendo a cada ano.

Esse RELATÓRIO destina-se às participantes do Terceiro Encontro, aos dirigentes do Polo às pessoas e entidades que apoiam a organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

POLO SINDICAL SERTÃO CENTRAL - SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS - FETAPE



**QUINTO ENCONTRO
DE MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS**
SERTÃO CENTRAL-PE

17 E 18 DE DEZEMBRO DE 1988 - SERRA TALHADA - PE.

APRESENTAÇÃO

Nos dias 16, 17 e 18 de dezembro de 1988, em Serra Talhada-PE, realizou-se o 5º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco.

Nesse 5º Encontro participaram mulheres de: Betânia/ São José do Belmonte/ Serra Talhada/ Flores/ Mirandiba/ Triunfo/ Petrolina e Recife, num total de 38 mulheres.

Esse Encontro foi muito importante para o movimento das Mulheres do Sertão Central. Pela primeira vez na história do movimento, a coordenação foi feita pelas trabalhadoras rurais, que demonstraram grande experiência no aprendizado. Antes a coordenação dos encontros era de responsabilidade da assessoria.

Entre nos encontros anteriores, um dos objetivos foi avaliar o ano que está findando e planejar o 8º. Tivemos outros objetivos como: estudar a história do sindicalismo e avaliar nossa participação nas eleições municipais.

Constatamos de registrar que um relatório não cobre satisfatoriamente a riqueza das discussões e



pronunciamentos acontecidos no encontro, tentamos ser fiel registrando as técnicas usadas, a metodologia e a participação de todas: Trabalhadoras, Assessoras e Colaboradoras.

Este relatório serve para registrar a história das MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO SERTÃO CENTRAL-PE, destinando-se às participantes do 5º Encontro, aos Sindicatos das Trabalhadoras Rurais e entidades de apoio.

3

SÉTIMO ENCONTRO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS SERTÃO CENTRAL-PE

RELATÓRIO

TOLO SINDICAL SERTÃO CENTRAL
SINDICATOS DOS TRABALHADORES
RURAIS - FETAPE.

2 E 3 DE MAIO DE 1992
SERRA TALHADA - PE



APRESENTAÇÃO

Relatar aqui momentos bonitos e fortes do 7º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central - Pernambuco, que aconteceu nos dias 01, 02 e 03 de maio de 1992 em Serra Talhada-PE.

Durante o Encontro, as trabalhadoras viveram um clima de atividades constantes muito interesse e animação nas discussões, nos grupos de trabalho e nas oficinas.

Dentro da vontade de viver, amar, e ser feliz, as trabalhadoras discutiram AFETIVIDADE e SEXUALIDADE, temas da nossa vida cercados de conceitos e preconceitos.

Este Encontro é fruto da nossa caminhada de organização, colocando nas nossas discussões

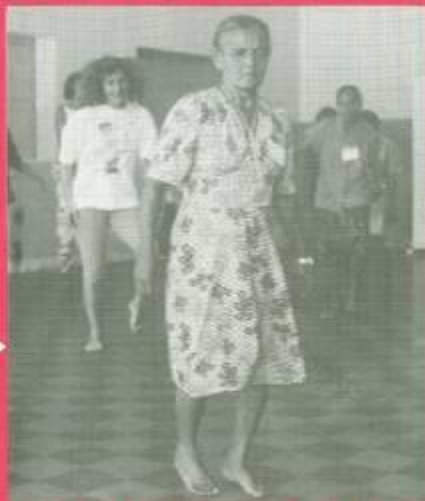
de pauta assuntos que muitas vezes nos pareceu impossível discutir.

Este RELATÓRIO é um resumo das nossas discussões, tentando mostrar e registrar nossos desafios dentro deste processo educativo que tem: alegrias e tristezas, amor e desamor, muita emoção, e muita vontade de viver e ser feliz, e ainda a certeza de que transformar a realidade repressiva da sexualidade e afetividade também é uma tarefa política tão importante quanto, as greves, as manifestações, as denúncias e outras.

Dedicamos este RELATÓRIO a todas as mulheres que tentam transformar o mundo a partir de sua realidade como pessoa humana, ao valorizando e ao fazendo respeitar a cada dia.

CA

R e l a t ó r i o



8º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais
Pólo Sindical Sertão Central - PE

INTRODUÇÃO

O 8º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Polo Sertão Central-PI, aconteceu em Serra Talhada nos dias 12/13/14 novembro 1991. O tema discutido foi: MULHER, CORPO E PODER.

Este relatório procura registrar mais um passo na nossa luta de organização, tentando sempre mostrar todo nosso esforço de aprofundar e discutir temas "novos" que dizem respeito à nossa vida, são novos porque nunca foram discutidos na nossa visão de mulher.

Dentro da nossa caminhada na organização da Mulher Trabalhadora Rural, cada encontro realizado significa um avanço e sempre mais um passo dado na nossa proposta de crescimento como seres humanos, nos conhecendo e nos valorizando como pessoas, e também no nosso desejo de um mundo mais justo, mais igual, mais humano.

Discutir o PODER foi um momento bonito e importante, sempre colocamos o poder longe, nos ricos, nos governantes, e nessa discussão nos levou a reflexões como mulher, como trabalhadora, onde está nosso poder?

Dedicamos este relatório a todas as participantes do 8º Encontro e a quem colaborou com sua realização.

TEMA:
MULHER, CORPO E PODER

OBJETIVOS

-Corpo

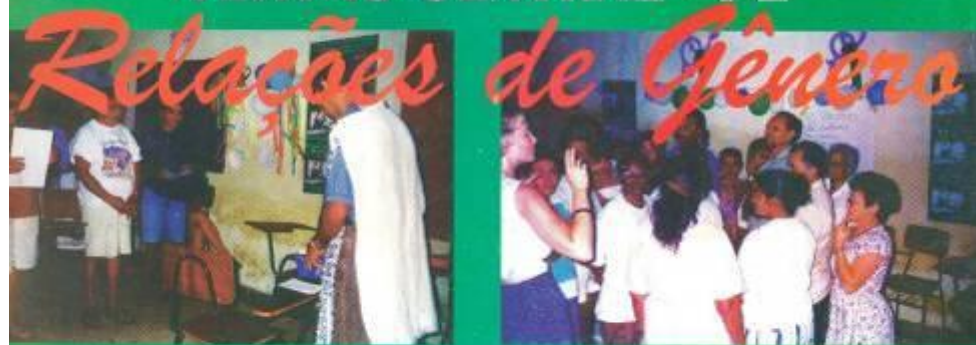
- a) Aprofundar a discussão sobre corpo
- b) A vivência com nós mesmas e o poder que temos sobre "ele" na sociedade

- Poder

- a) Discutir o que é poder
- b) Analisar as dificuldades da mulher no poder
- c) Discutir qual o poder que eu tenho e o poder que eu quero (na casa, na vida, na sociedade)

5

9º ENCONTRO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS SERTÃO CENTRAL - PE



Polo Sindical Sertão Central - Sindicato dos Trabalhadores Rurais - FETAPE
03, 04 e 05 de Novembro de 1995.

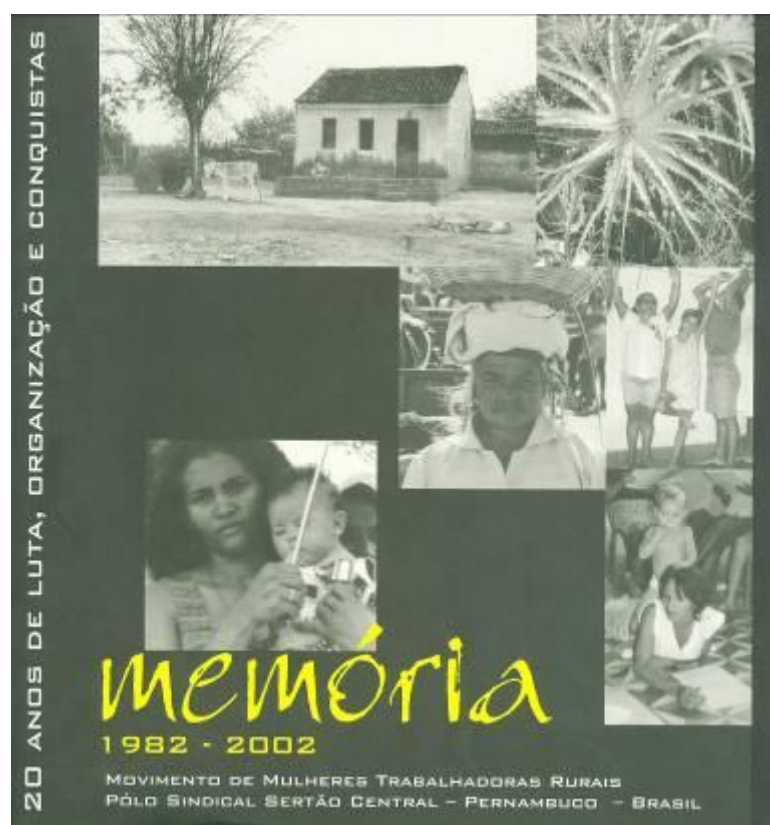
APRESENTAÇÃO

O 9º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Sertão Central - PE aconteceu nos dias 03 a 05 de novembro de 1995 em Serra Talhada - PE e dessa vez não foi um Encontro de Mulheres, foi um encontro de Homens e Mulheres que pela 1ª vez estávamos juntos discutindo o TEMA: **RELAÇÕES DE GÊNERO**, discutindo nossos problemas de relação na família, na roça, no sindicato, na sociedade.

Este relatório procura deixar registrada a importância desse Encontro e principalmente seus momentos mais bonitos, como por exemplo: **OS SONHOS, AS EXPECTATIVAS, AS DRAMATIZAÇÕES E O JOGO DO COMPROMISSO** e tantos outros que foram vivenciados por todas e todos, dentro de um clima de alegria e de certeza de **TRANSFORMAÇÃO** das nossas relações desiguais e injustas, que começam a ser discutidas e um dia serão transformadas.

Dedicamos este RELATÓRIO a todas as Homens e Mulheres que tentam transformar as relações injustas e assim mudar o mundo, e a todos que contribuíram e contribuem com o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Sertão Central - PE.







gráfica santa marta



Comune di Modena
Prefettura di Modena - Italia